

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração

Mariana Cavalcanti Falcão

A sustentabilidade do Destino Turístico de Fernando de Noronha: Uma
Análise a partir da Abordagem do Ciclo de Vida de Áreas Turísticas e das
Dimensões da Sustentabilidade

Recife, 2010

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

Mariana Cavalcanti Falcão

**A sustentabilidade do Destino Turístico de Fernando de Noronha:
Uma Análise a partir da Abordagem do Ciclo de Vida de Áreas
Turísticas e das Dimensões da Sustentabilidade**

Recife, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografia do programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- “Grau 1”: livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- “Grau 2”: com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- “Grau 3”: apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta dissertação/tese se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Dissertação: A sustentabilidade do Destino Turístico de Fernando de Noronha: Uma Análise a partir da Abordagem do Ciclo de Vida de Áreas Turísticas e das Dimensões da Sustentabilidade

Nome da Autora: Mariana Cavalcanti Falcão

Data da aprovação: 22 de fevereiro de 2010.

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3

Recife, 22 de fevereiro de 2010.

Mariana Cavalcanti Falcão

A sustentabilidade do Destino Turístico de Fernando de Noronha: Uma Análise a partir da Abordagem do Ciclo de Vida de Áreas Turísticas e das Dimensões da Sustentabilidade

Orientadora: Profa. Dra. Carla Regina Pasa Gómez

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Administração, área de concentração em Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2010

Falcão, Mariana Cavalcanti

A sustentabilidade do destino turístico de Fernando de Noronha: uma análise a partir da abordagem do ciclo de vida de áreas turísticas e das dimensões da sustentabilidade / Mariana Cavalcanti Falcão. - Recife : O Autor, 2010.

201 folhas : fig., quadro, imag., abrev. e siglas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, 2010.

Inclui bibliografia, apêndice e anexos.

Turismo. 2. Comunidades planejadas (Arquipélago Fernando de Noronha). 3. Sustentabilidade. I. Título.

658	CDU (1997)	UFPE
658	CDD (22.ed.)	CSA2010 - 069

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

A sustentabilidade do destino turístico de Fernando de Noronha: uma análise a partir da abordagem do ciclo de vida de destinos turísticos e das dimensões da sustentabilidade

Mariana Cavalcanti Falcão

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 24 de fevereiro de 2010.

Banca Examinadora:

Prof. Carla Regina Pasa Gómez, Doutora , UFPE, (Orientadora)

Prof. Gesinaldo Ataíde Cândido, Doutor, UFCG, (Examinador Externo)

Prof. Maria de Lourdes de Azevedo Barbosa, Doutora , UFPE, (Examinadora Interna)

Agradecimentos

Passei exatos vinte e dois meses pensando como seria fugir dos agradecimentos, aparentemente tão clichês, que segue nas teses e dissertações que eu consultava. Sempre, os pais e Deus em primeiro lugar; depois, filhos, marido, esposa, avós, professores, amigos, enfim. Todo mundo sempre fala do quão fundamental é o apoio dessas pessoas para o término de uma experiência tão intensa como um mestrado ou doutorado. Ficava sempre me perguntando: “porque será que é sempre a mesma coisa? Que falta de criatividade!” não que eu tenha algo contra os pais, familiares, amigos e professores, e muito menos contra Deus, de jeito nenhum! Não é essa a questão. Eu só queria buscar a explicação do lugar comum. Fazer entender porque as pessoas sentiam, da mesma forma, a necessidade de agradecer aos pais, à Deus, aos familiares, aos amigos, aos professores, etc, etc.

Agradecer aos órgãos de fomento à pesquisa, me parecia mais óbvio, afinal de contas os recursos destinados às bolsas privilegiam muitos estudantes, além de ser um conforto financeiro fundamental para as pessoas que optam pela dedicação integral, como eu. Por isso, já aproveito a oportunidade para agradecer tanto à CAPES, instituição que fui bolsista no período de 1 ano e 6 meses. Engraçado porque é impossível escrever esse nome (CAPES) e não lembrar de Irani e das meninas da secretaria do PROPAD que sempre estavam articulando a distribuição das bolsas entre os alunos, então, vai o meu muito obrigada à elas também!

Agora; vinte e cinco minutos, após fechar o arquivo da versão final da minha dissertação, percebi que não conseguirei fugir dos tão clichês agradecimentos citados acima. E tentando responder à pergunta que martelou até agora pouco, não me atrevo a dizer nada além do que já é óbvio: é muito difícil aprender sozinho! Por isso, a necessidade inevitável de agradecer a todos que fizeram parte desse processo.

Começarei lembrando um momento que ficou muito marcado nesses vinte e dois meses, a primeira disciplina do curso, Teorias Organizacionais, ministrada pela professora Lilian Outtes, que aproveito para também deixar meu agradecimento, uma vez que ela contribuiu indubitavelmente para minha formação como pesquisadora e docente, com seu exemplo de disciplina e dedicação. Mas a questão que queria aproveitar para relembrar é que em meio à todas as desconstruções teóricas que nos foram apresentadas naquela disciplina, a única coisa que nos confortava era a certeza de que o sentimento era comum à todos da turma 14. E foi assim, que nasceram as amizades, no compartilhamento das dúvidas, do medo do

novo, do incentivo para seguir em frente e não desistir. E é aqui que não posso deixar de falar de amigos queridos que tive o prazer de compartilhar nesses momentos.

Primeiramente, agradeço à Claudinete, sem dúvida minha grande parceira. O mestrado com certeza teria sido bem mais difícil sem ela, agradeço-a pelos momentos difíceis, pelos fáceis, pelos prazerosos, pelas viagens, pelos artigos, pelas inúmeras madrugadas juntas no MSN correndo para preparar trabalhos dentro dos *deadlines*. Outros amigos que também deixaram o mestrado mais divertido, foram Sílvio e Andrezza, à eles, também agradeço o apoio, as farras, as discussões, os cafés enfim, tudo que dividimos nesses dois anos de convivência e que ainda iremos dividir, virtualmente ou não. Aos outros colegas da turma 14, os quais a convivência não foi tão próxima, presto aqui também a minha homenagem.

Falando em amigos, aproveito para agradecer à professora Carla Pasa Gómez. Carla habilidosamente conseguiu tornar o cansaço, o estresse e as inseguranças algo leve e descontraído, sempre pensando em uma maneira de amenizar os momentos de tensão, e quando víamos, já estávamos partilhando histórias, confissões, alegrias, convites de aniversários das crianças, etc. À essa gaúcha “arretada” um obrigado especial.

E não seria possível terminar esses agradecimentos sem falar das duas pessoas que mais me apoiaram esses dois anos, meus pais. À eles, qualquer expressão de gratidão é pouca para dizer o quão importantes eles foram nessa caminhada. Minha mãe, pelo seu apoio incondicional, sempre com muita presteza e carinho, e meu pai, por sempre está a postos para me aconselhar e incentivar a buscar minha felicidade fazendo o que eu realmente amo!

À Breno, por toda paciência, compreensão e apoio, inclusive operacional, na finalização do trabalho. À sua família, também agradeço pela constante acolhida e confiança que com certeza me enchia de motivação para me dedicar ainda mais.

Aos meus irmãos, cunhados, primos, tios, tias, avós e amigos queridos, um muito obrigada por entenderem as inúmeras ausências nos encontros familiares por causa dos estudos. Em especial às primas Alice e Larissa que me ajudaram com as intermináveis transcrições das entrevistas, sempre com muito bom-humor.

A viagem à Noronha, não teria sido possível sem a ajuda do pessoal da ADEFN que viabilizaram o processo de estadia na Ilha me isentando da TPA. À Sandra Veríssimo e Cláudia Silva uma menção especial. À Michele Sultanum, Leonardo e Mirela Albuquerque uma lembrança tanto quanto importante pelas transações realizadas referentes às passagens aéreas e hospedagens para minha estadia em Noronha.

Aos amigos da Ilha, pela acolhida, conversas, troças de idéias e todos os momentos que vivi no Arquipélago, descobrindo, observando e conhecendo pessoas e lugares

maravilhosos. Ao Sr. Domício, Gisela, Dona Nete, Leonardo Veras, Patrícia e João um agradecimento carinhoso pelas reflexões levantadas durante nossas conversas e pelas sugestões do andamento do trabalho.

Aos professores, Gesinaldo Cândido e Loudes Barbosa, pelas contribuições essenciais tanto na banca de qualificação do projeto como na correção da dissertação.

Resumo

A finalidade dessa investigação foi analisar a sustentabilidade do destino turístico de Fernando de Noronha com base na abordagem do ciclo de vida dos destinos turísticos e dimensões da sustentabilidade. O arcabouço teórico consultado foi guiado pela discussão acerca do turismo e seus aportes conceituais, as limitações e potencialidades do modelo teórico *Tourism Areas Life Cycle* (TALC) além do debate teórica sobre a sustentabilidade e sua dimensões e a análise da sustentabilidade de uma localidade o que serviu de base para proposta de adaptação do TALC às dimensões da sustentabilidade. O estudo se caracteriza como um estudo de caso qualitativo tendo sido realizado no Arquipélago de Fernando de Noronha atual distrito administrativo do Estado de Pernambuco, região Nordeste do Brasil. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, análise documental e observação direta. Os principais resultados da pesquisa são: 1) adaptação do TALC às dimensões da sustentabilidade se faz possível uma vez identificada a lacuna existente no modelo teórico sobre a impossibilidade de traçar ações em direção ao desenvolvimento sustentável; 2) Em apenas 44 anos Fernando de Noronha atingiu quatro dos seis estágios do ciclo de vida possíveis e presença no momento atual um momento de sobreposição dos indicadores das fases de desenvolvimento e consolidação; 3) O arcabouço teórico consultado possibilitou o estabelecimento de 14 indicadores e 43 critérios de análise para avaliação das dimensões da sustentabilidade; e 4) a dimensão política-institucional apresentou o melhor resultado comparado às outras dimensões analisadas. Por fim, a investigação aponta para um retrato positivo acerca da sustentabilidade de Fernando de Noronha, embora tenha que ser considerado os aspectos limitantes do desenvolvimento da atividade turística, conforme exposto nos resultados das seis dimensões da sustentabilidade avaliadas neste trabalho.

Palavras-Chave: TALC. Dimensões da sustentabilidade. Turismo

Abstract

The aim of this investigation was analyze the (un)sustainability of the tourist destination of Fernando de Noronha, based on life cycle approach of the tourist destination and sustainability dimensions. The theoretical framework was guide by discussion about tourism and its conceptual contribution, the limitations and potentialities of the theoretical model *Tourism Areas Life Cycle* (TALC), beyond theoretical debate about sustainability and its dimensions and the sustainability analysis of a locality, basing the adjustment proposal of the TALC to dimensions of sustainability. The research is characterized as a qualitative case study, has been realized in Fernando de Noronha Archipelago, actual administrative district of Pernambuco, Northeast of Brazil. For data collection it was realized semi-structured interviews, documental analysis and direct observation. The research main results are: 1) TALC adaptation to sustainability dimensions is possible since identified the gap in theoretical model about the impossibility of tracing actions into sustainable development; 2) In only 44 years, Fernando de Noronha reached four of six stages of possible life cycle and presences, nowadays, a moment of indicators overlap of the development and consolidation phases; 3) The consulted theoretical framework enabled the establishment of 14 indicators and 43 analysis criteria for sustainability dimension evaluation; and 4) the institutional-politic dimension presented the best result comparing to other analyzed dimensions.

Keywords: TALC; Sustainability Dimensions; Tourism.

Lista de Figuras

Figura 01 - Estágios do ciclo de vida do TALC.....	30
Figura 02 - Proposta de Integração entre os estágios do TALC e as dimensões da sustentabilidade.....	86
Figura 03 - Indicadores e estágios do TALC.....	95
Figura 04 - Praias e Baías de Fernando de Noronha.....	97
Figura 05 - Organograma da gestão do Distrito Estadual do Arquipélago de Fernando de Noronha.....	99
Figura 06 - Estágios do Ciclo de Vida de Fernando de Noronha.....	101
Figura 07 - Indicadores e Estágios do Ciclo de Vida de Fernando de Noronha.....	109
Figura 08 - Representação gráfica da avaliação da dimensão social.....	121
Figura 09 - Representação gráfica da avaliação da dimensão ambiental da sustentabilidade.....	137
Figura 10 - Representação gráfica da avaliação da dimensão cultural da sustentabilidade.....	146
Figura 11 - Principais atores locais identificados em FN.....	147
Figura 12 - Representação gráfica da avaliação da dimensão político – institucional....	158
Figura 13 - Representação gráfica da avaliação da dimensão territorial.....	170
Figura 14 - Representação gráfica da avaliação da dimensão econômica.....	180
Figura 15 - Integração entre os estágios do TALC e as dimensões de sustentabilidade de Fernando de Noronha.....	181

Lista de Quadros

Quadro 01 -	Plataformas do conhecimento do turismo e seus argumentos.....	25
Quadro 02 -	Estágios do modelo de ciclo de vida e seus indicadores.....	32
Quadro 03 -	Estudos de caso sobre a aplicabilidade do TALC.....	35
Quadro 04 -	Matrizes discursivas da sustentabilidade.....	40
Quadro 05 -	Dimensões e indicadores utilizados por Delamaro et al. (2002) para análise da sustentabilidade da região do Vale do Paraíba Fluminense, Rio de Janeiro.....	47
Quadro 06 -	Dimensões e indicadores utilizados por Faria (1997) para análise da sustentabilidade da região da Costa do Descobrimento, Bahia.....	48
Quadro 07 -	Dimensão social da sustentabilidade.....	51
Quadro 08 -	Matriz de parâmetro, acesso à saúde.....	52
Quadro 09 -	Matriz de parâmetro, acesso à educação.....	52
Quadro 10 -	Matriz de parâmetros, transporte público.....	53
Quadro 11 -	Matriz de parâmetros, habitação.....	53
Quadro 12 -	Matriz de parâmetros, densidade de frequência turística.....	54
Quadro 13 -	Matriz de parâmetro, capacitação da população para o turismo.....	54
Quadro 14 -	Dimensão Ambiental da Sustentabilidade.....	57
Quadro 15 -	Matriz de parâmetros, acesso da comunidade à educação ambiental.....	57
Quadro 16 -	Matriz de parâmetros, valorização do patrimônio ambiental.....	58
Quadro 17 -	Matriz de parâmetros, preservação dos recursos naturais.....	58
Quadro 18 -	Matriz de parâmetros, Capacidade de carga dos atrativos naturais.....	59
Quadro 19 -	Matriz de parâmetros, poluição visual.....	59
Quadro 20 -	Matriz de parâmetros, poluição sonora.....	60
Quadro 21 -	Matriz de parâmetros, preparação às emergências ambientais.....	60
Quadro 22 -	Matriz de parâmetros, gestão dos recursos sólidos.....	61
Quadro 23 -	Matriz de parâmetros, gestão da energia.....	61
Quadro 24 -	Matriz de parâmetros, conservação e gestão do uso da água.....	61
Quadro 25 -	Matriz de parâmetros, saneamento básico.....	62
Quadro 26 -	Dimensão Cultural da Sustentabilidade.....	64
Quadro 27 -	Matriz de parâmetros, coesão entre a comunidade e a promoção da cultura.....	65
Quadro 28 -	Matriz de parâmetros, elementos materiais e imateriais da identidade cultura.....	65
Quadro 29 -	Matriz de parâmetros, conservação/preservação do patrimônio histórico.....	66
Quadro 30 -	Matriz de parâmetros, abandono de atividades tradicionais devido ao turismo.....	66
Quadro 31 -	Matriz de parâmetros, conscientização do valor cultural.....	66
Quadro 32 -	Matriz de parâmetros, promoção cultural do destino.....	67
Quadro 33 -	Matriz de parâmetros, interesse dos visitantes pela cultura local.....	67
Quadro 34 -	Dimensão Política-Institucional da Sustentabilidade.....	69
Quadro 35 -	Matriz de análise, articulação dos atores locais.....	70
Quadro 36 -	Matriz de parâmetros, conflitos de interesse existentes entre os atores locais.....	70
Quadro 37 -	Matriz de parâmetros, entidades e instituições ligadas à atividade turística.....	71

Quadro 38 -	Matriz de parâmetros, participação dos atores locais no planejamento turístico do destino.....	71
Quadro 39 -	Matriz de parâmetros, participação da população no processo de tomada de decisão.....	72
Quadro 40 -	Matriz de parâmetros, acessibilidade da população aos representantes do poder público.....	72
Quadro 41 -	Dimensão Territorial da Sustentabilidade.....	73
Quadro 42 -	Matriz de parâmetros, fiscalização das construções.....	74
Quadro 43 -	Matriz de análise, disposição dos serviços turísticos no destino.....	74
Quadro 44 -	Matriz de parâmetros, mobilidade/acessibilidade.....	75
Quadro 45 -	Matriz de análise, loteamento do território.....	75
Quadro 46 -	Matriz parâmetros, pressão de imobiliárias sobre os lotes.....	76
Quadro 47 -	Matriz de análise, articulação dos atores locais para evitar ocupações irregulares.....	76
Quadro 48 -	Dimensão Econômica da Sustentabilidade.....	79
Quadro 49 -	Matriz de parâmetros, fontes de crédito para empreendedores locais....	79
Quadro 50 -	Matriz de parâmetros, capacitação de micros e pequenos empresários.	80
Quadro 51 -	Matriz de parâmetros, natureza dos negócios do destino.....	80
Quadro 52 -	Matriz de parâmetros, infra-estrutura turística.....	81
Quadro 53 -	Matriz de parâmetro, sazonalidade.....	81
Quadro 54 -	Matriz de parâmetros, participação da atividade turística na economia local.....	82
Quadro 55 -	Matriz de parâmetros, geração de emprego.....	82
Quadro 56 -	Relação entre níveis e pesos da matriz de parâmetro.....	85
Quadro 57 -	Relação objetivos específicos e instrumentos de coleta de dados.....	90
Quadro 58 -	Relação pseudônimos e foco das entrevistas realizadas.....	91
Quadro 59 -	Avaliação do critério de análise: acesso à saúde	111
Quadro 60 -	Avaliação do critério de análise: acesso à educação.....	114
Quadro 61 -	Avaliação do critério de análise: transporte público.....	115
Quadro 62 -	Avaliação do critério de análise: habitação.....	117
Quadro 63 -	Avaliação do critério de análise: densidade de frequência turística.....	120
Quadro 64 -	Avaliação do critério de análise: capacitação da população para o turismo.....	121
Quadro 65 -	Avaliação do critério de análise: educação ambiental da comunidade..	124
Quadro 66 -	Avaliação do critério de análise, valorização do patrimônio ambiental.	125
Quadro 67 -	Avaliação do critério de análise: preservação dos recursos naturais.....	127
Quadro 68 -	Relação entre os atrativos turísticos de FN e seus níveis de capacidade de carga.....	128
Quadro 69 -	Avaliação do critério de análise: capacidade de carga dos atrativos naturais.....	129
Quadro 70 -	Avaliação do critério de análise: poluição visual.....	130
Quadro 71 -	Avaliação do critério de análise: poluição sonora.....	131
Quadro 72 -	Avaliação do critério de análise: preparação às emergências ambientais.....	132
Quadro 73 -	Avaliação do critério de análise: gestão dos recursos sólidos.....	134
Quadro 74 -	Avaliação do critério de análise: gestão da energia.....	134
Quadro 75 -	Avaliação do critério de análise: conservação e gestão do uso da água.	135
Quadro 76 -	Avaliação do critério de análise: saneamento básico.....	136
Quadro 77 -	Avaliação do critério de análise: coesão entre a comunidade e a promoção da cultura.....	138

Quadro 78 -	Avaliação do critério de análise: elementos materiais e imateriais da identidade cultural.....	139
Quadro 79 -	Avaliação do critério de análise: conservação/preservação do patrimônio histórico.....	141
Quadro 80 -	Avaliação do critério de análise: abandono de atividades tradicionais devido ao turismo.....	143
Quadro 81 -	Avaliação do critério de análise: conscientização do valor cultural.....	144
Quadro 82 -	Avaliação do critério de análise: promoção cultural do destino.....	145
Quadro 83 -	Avaliação do critério de análise: interesse dos visitantes pela cultura local.....	145
Quadro 84 -	Avaliação do critério de análise: articulação dos atores locais.....	148
Quadro 85 -	Avaliação do critério de análise, conflitos de interesses entre os atores locais.....	151
Quadro 86 -	Matriz de parâmetros, entidades e instituições ligadas à atividade turística.....	153
Quadro 87 -	Matriz de parâmetros, participação dos atores locais no planejamento turístico do destino.....	155
Quadro 88 -	Avaliação do critério de análise: participação da população no processo de tomada de decisão.....	157
Quadro 89 -	Matriz de parâmetros, acessibilidade da população aos representantes do poder público.....	157
Quadro 90 -	Avaliação do critério de análise: fiscalização das construções.....	161
Quadro 91 -	Avaliação do critério de análise: disposição dos serviços turísticos no destino.....	162
Quadro 92 -	Avaliação do critério de análise: mobilidade/acessibilidade.....	165
Quadro 93 -	Relação bairros e quantidade de lotes vazios.....	166
Quadro 94 -	Avaliação do critério de análise: loteamento do território.....	166
Quadro 95 -	Avaliação do critério de análise: pressão de imobiliárias sobre os lotes.....	167
Quadro 96 -	Avaliação do critério de análise: articulação dos atores locais para evitar ocupações irregulares.....	169
Quadro 97 -	Avaliação do critério de análise: fontes de crédito para empreendedores locais.....	171
Quadro 98 -	Avaliação do critério de análise: capacitação de micros e pequenos empresários.....	172
Quadro 99 -	Avaliação do critério de análise: natureza dos negócios do destino.....	173
Quadro 100 -	Avaliação do critério de análise: infra-estrutura turística.....	176
Quadro 101 -	Avaliação do critério de análise: sazonalidade.....	177
Quadro 102 -	Matriz de parâmetros, participação da atividade turística na economia local.....	178
Quadro 103 -	Avaliação do critério de análise: geração de emprego.....	180

Lista de Imagem

Imagem 01 -	Base Militar americana durante a Segunda Guerra Mundial.....	103
Imagem 02 -	“Iglus”, antiga base do exército americano durante a Segunda Guerra Mundial.....	103
Imagem 03 -	Pousada Monsieur Rocha.....	106
Imagem 04 -	Pousada Tia Zete.....	106
Imagem 05 -	Pousada Teju Açú.....	107
Imagem 06 -	Pousada Maravilha.....	107
Imagem 07 -	Pousada Zé Maria.....	107
Imagem 08 -	Quadra poliesportiva da Escola Arquipélago.....	112
Imagem 09 -	Vista externa das salas de aula da escola Arquipélago.....	112
Imagem 10 -	Alunos da creche bem-me-quer aguardando peça teatral.....	114
Imagem 11 -	Comemorações dos bombeiros na sede do Projeto TAMAR.....	114
Imagem 12 -	Casa construía com sobras de materiais de construções.....	116
Imagem 13 -	Casa construída com sobras de materiais de construções.....	116
Imagem 14 -	Programação das palestras diárias no centro do projeto TAMAR.....	122
Imagem 15 -	Palestra sobre o projeto golfinho rotador no centro do projeto TAMAR.....	123
Imagem 16 -	Participante na saída da palestra no centro do projeto TAMAR.....	123
Imagem 17 -	Presença de barracas na praia do Porto de Santo Antônio.....	129
Imagem 18 -	Presença de barracas na Praia do Cachorro.....	129
Imagem 19 -	Barracas no Mirante do Boldró – Contemplação do pôr-do-sol pelos visitantes.....	130
Imagem 20 -	O perigo aviário das garças.....	132
Imagem 21 -	Reprodução descontrolada de animais domésticos.....	132
Imagem 22 -	Ponto de coleta seletiva da pousada da Morena.....	133
Imagem 23 -	Ponto de coleta seletiva da Usina Tubarão.....	133
Imagem 24 -	Palácio São Miguel – Sede da ADEFN em Fernando de Noronha.....	140
Imagem 25 -	Igreja Nossa Senhora dos Remédios – Padroeira da Ilha.....	140
Imagem 26 -	Sede do Conselho Distrital em Fernando de Noronha.....	156
Imagem 27 -	Construção em alvenaria convencional.....	159
Imagem 28 -	Construção de baixo impacto ambiental.....	159
Imagem 29 -	Casas geminadas em Alvenaria.....	159
Imagem 30 -	Casas de Gesso.....	159
Imagem 31 -	Construções em madeira.....	159
Imagem 32 -	Construções em chapa.....	159
Imagem 33 -	Vista área da Zona Urbana da APA de FN.....	162
Imagem 34 -	Via local em estado precário de conservação.....	163
Imagem 35 -	Via local sem calçamento adequado para o pedestre.....	163
Imagem 36 -	BR 363 – ausência de acostamento adequado.....	163
Imagem 37 -	BR 363 – Ausência de acostamento e Inclinação da rampa fora do recomendado.....	163

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADEFN – Administração Estadual de Fernando de Noronha
ANPESCA - Associação Noronhense de Pescadores
APA – área de Preservação Ambiental
APN – Assembléia Popular Noronhense
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente
CONTUR – Conselho de Turismo
CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
FN – Fernando de Noronha
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Preservação da Bio Diversidade
IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não Governamental
PARNAMAR – Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha
PE – Estado de Pernambuco
PSF - Posto de Saúde da Família
REFENO – Regata Internacional Recife – Fernando de Noronha
SECTMA – Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente
SODESTUR - Companhia de Desenvolvimento Sustentável de Fernando de Noronha
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
TALC - Tourism Areas Life Cycles
TAMAR – Tartaruga Marinha
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPE – Universidade de Pernambuco
UTI – Unidade de Terapia Intensiva
WTO - *World Tourism Organization*

Sumário

1 Introdução	20
1.1 Objetivo Geral	22
1.1.1 Objetivos Específicos	23
1.2 Justificativas e Relevância da Pesquisa	23
1.3 Estrutura do Trabalho	24
2 Referencial Teórico	26
2.1 Turismo e seus Aportes Conceituais	26
2.2 O Ciclo de Vida de Áreas Turísticas	31
2.2.1 Limitações e Potencialidades do TALC	35
2.3 Sustentabilidade: Discussão Teórica	39
2.3.1. A Sustentabilidade e suas Dimensões	43
2.3.2 Análise da sustentabilidade de uma Localidade	46
2.3.3 A Dimensão Social da Sustentabilidade	50
2.3.4 A Dimensão Ambiental da Sustentabilidade	56
2.3.5 A Dimensão Cultural da Sustentabilidade	62
2.3.6 A Dimensão Política-Institucional da Sustentabilidade	68
2.3.7 A Dimensão Territorial da Sustentabilidade	72
2.3.8 A Dimensão Econômica da Sustentabilidade	76
2.4 Proposta de Integração do TALC às Dimensões da Sustentabilidade	82
3 Procedimentos Metodológicos	87
3.1 Delineamento da Pesquisa	87
3.2 Seleção do Caso	88
3.3 Caracterização do Lócus de Pesquisa	89
3.4 Coleta de Dados	91
3.5 Análise dos Dados	95

	19
3.6 Categorias de Análise	96
3.6.1 TALC e seus Indicadores	96
3.6.2 As Dimensões da Sustentabilidade	97
4 Apresentação e Análise dos Resultados	98
4.1 Os Estágios do Ciclo de Vida de FN	98
4.2 A Dimensão Social da Sustentabilidade	107
4.3 A Dimensão Ambiental da Sustentabilidade	119
4.4 A Dimensão Cultural da Sustentabilidade	135
4.5 A Dimensão Política-Institucional da Sustentabilidade	143
4.6 A Dimensão Territorial da Sustentabilidade	155
4.7 A Dimensão Econômica da Sustentabilidade	166
5 Discussão dos Resultados	177
6 Conclusões, Limitações e Recomendações	183
6.1 Conclusões	183
6.2 Limitações e Recomendações	186
7 Referências Bibliográficas	188
Apêndice A – Roteiro de Entrevistas	195
Ciclo de Vida e Dimensões da Sustentabilidade	195
Apêndice B – Protocolo de Observação Palestras do Projeto TAMAR em FN	198
Apêndice C – Protocolo de Observação Reunião do Conselho da APA	199
Apêndice D – Protocolo de Observação do Critério de Análise: Poluição Visual	200

1 Introdução

Hoje, intensamente debatido e incansavelmente almejado seja por organismos governamentais, entidades do terceiro setor ou pelos próprios cidadãos que repensam sua maneira de estar no mundo, o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se um elemento chave na reflexão sobre as relações entre o homem e o planeta mesmo que esteja longe de se obter um corpo conceitual sólido.

Embora as transformações e ações percebidas em direção a sustentabilidade do desenvolvimento ainda pareçam lentas, a discussão em torno desse conceito começa a indicar novas diretrizes que refletem a preocupação acerca de uma nova maneira de enxergar o planeta a partir da constatação da finitude dos recursos. A noção de desenvolvimento passa a ser redesenhada e influenciada pelos três pilares da sustentabilidade: o econômico, o social e o ambiental, tão discutidos atualmente.

Diante desse contexto de questionamentos e discussões, o turismo apresenta-se como uma atividade econômica multidimensional que tem o potencial de desenvolver locais de uma maneira mais sustentável, porém é necessário refletir sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos positivos e negativos inerentes a atividade.

A associação entre turismo e desenvolvimento é feita tomando como pressuposto que a atividade tem potencial para corrigir desigualdades sociais, através da geração de empregos e renda e do seu efeito multiplicador da receita gerada, das relações de trabalho, da preservação da identidade cultural local, ou ainda, promover o desenvolvimento com vistas à sustentabilidade.

Para o governo brasileiro, por exemplo, o turismo é considerado como: um agente multiplicador do crescimento econômico; um setor econômico gerador de empregos que impacta positivamente na redução de violência do país; uma atividade que serve de porta de entrada para os jovens com diversos tipos de qualificação e como um elemento fortalecedor da identidade do povo e da integração de diferentes culturas (MTUR, 2007).

O Plano Nacional do Turismo, lançado pela primeira vez em 2003 e reeditado em 2007 com metas a serem alcançadas até 2010, traz como principal objetivo a inclusão social a partir do turismo, e entre suas pretensões encontram-se a geração de US\$ 25,3 bilhões em divisas e a criação de 1,7 milhão de novos empregos e ocupações (MTUR, 2007).

Contudo, os ganhos econômicos que o turismo proporciona são comumente mais enfocados nas discussões acerca desse fenômeno ficando de lado, muitas vezes, os impactos

ambientais e sociais negativos dessa atividade (PAIVA, 1995) o que reitera o argumento da necessidade de se pensar o turismo de uma maneira mais sustentável.

Desse modo, um modelo amplamente discutido em pesquisas sobre o turismo é o modelo de ciclo de vida de destinos turísticos ou o TALC (Tourism Areas Life Cycles) propostos por Butler em 1980 (RODRÍGUEZ; LÓPEZ; ESTÉVEZ, 2007). Tal modelo defende a ideia de que mudanças significativas ocorrem nos destinos turísticos de acordo com o estágio do ciclo no qual o destino se encontra, assim, têm-se seis estágios: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e pós-estagnação (BUTLER, 1980). A relevância desse modelo teórico se dá uma vez que permite descrever e interpretar o desenvolvimento e a situação da atividade turística em um determinado destino e dessa forma evitar o declínio do lugar tomando decisões e planejando o turismo de acordo com o diagnóstico resultante da aplicação do modelo (HOVINEN, 2002).

Em sua proposta de um modelo integrado entre o TALC e a abordagem da sustentabilidade do Tenerife, principal Ilha que compõe o destino turístico das Ilhas Canárias na Espanha, Rodríguez, Lopéz e Estévez (2007) diagnosticaram que a região Sul da Ilha encontrava-se no estágio de estagnação do ciclo de vida e tal fase apresentava implicações do desenvolvimento urbano acentuado acompanhado da perda da arquitetura tradicional local; poluição visual; problemas com os resíduos sólidos da Ilha; congestionamentos; devastação de recursos naturais devido ao uso irregular do solo; e má utilização de recursos esgotáveis como a água.

Diante desse diagnóstico estratégias e ações que almejem a sustentabilidade do local passam a ser uma ferramenta para a superação dessas dificuldades assim como a possibilidade de torná-las evitáveis (RODRÍGUEZ; LÓPEZ; ESTÉVEZ, 2007). Nesse sentido, os autores argumentam que a sustentabilidade deve ser compreendida a partir de uma perspectiva integrada entre o TALC e estratégias para a sustentabilidade.

No entanto, como percebido por Rodríguez, López e Estévez (2007), embora o modelo de ciclo de vida de Butler (1980) aborde o desenvolvimento da atividade turística ao longo do tempo possibilitando a interferência por meio de planejamento que visem à durabilidade da atividade, não contempla aspectos da sustentabilidade baseada nos pressupostos do desenvolvimento sustentável. Diante dessa lacuna percebe-se a possibilidade de complementar tal modelo com avaliações das dimensões da sustentabilidade que forneçam bases para traçar estratégias que visem o desenvolvimento do destino de forma sustentável.

Logo, a inquietação dessa pesquisa surge do entendimento de que o modelo de ciclo de vida de Butler (1980) pode ser integrado a uma análise da sustentabilidade do destino a partir

do estabelecimento de indicadores e critérios de análise para cada dimensão proposta. Isso porque para que o desenvolvimento dos destinos seja de fato baseado nos pressupostos do desenvolvimento sustentável e prolongado o máximo possível, serão necessários diagnósticos que permitam descrever o desenvolvimento da atividade turística.

Desse modo, com a intenção de ampliar e discutir o TALC essa pesquisa adequou tal modelo teórico às dimensões da sustentabilidade verificando a aplicação dessa adequação no Arquipélago de Fernando de Noronha. A sustentabilidade foi analisada a partir de seis dimensões: social, econômica, cultural, ecológica, espacial e política, assim como nos trabalhos de Delamaro (2002) e Bartholo (2009). As dimensões da sustentabilidade sugeridas por Delamaro *et al.* (2002), foram adotadas, neste trabalho, visto que este autor contempla-as de forma mais abrangente.

Segundo Körössy (2007), Fernando de Noronha começa a apresentar problemas em relação ao abastecimento hídrico que embora estejam relacionados às próprias características naturais do Arquipélago foram agravados pela intensificação da atividade turística no início dos anos 90. Ou seja, a sustentabilidade do destino turístico encontra-se ameaçada uma vez que o crescimento intenso do fluxo de turistas aumenta a disputa por recursos escassos, como a água (KÖRÖSSY, 2007), originando empecilhos para que o destino siga em direção ao desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que o Arquipélago apresenta aspectos relativos aos estágios de consolidação e estagnação do TALC, uma vez que se observa que o crescimento da atividade ainda é intenso, mas apresenta problemas que podem resultar no decréscimo do número de turistas.

Portanto, a preocupação presente nesse trabalho gira em torno do seguinte problema: Como se dá a sustentabilidade do Arquipélago de Fernando de Noronha tomando como base a abordagem do ciclo de vida dos destinos turísticos e dimensões da sustentabilidade? Com base nessa pergunta foram traçados o objetivo geral e os objetivos específicos descritos a seguir.

1.1 Objetivo Geral

Uma vez apresentada a contextualização e problematização do tema proposto, tem-se como principal objetivo desta investigação: Analisar a sustentabilidade do destino turístico de Fernando de Noronha tomando como base a abordagem do ciclo de vida dos destinos turísticos e seis dimensões da sustentabilidade.

1.1.1 Objetivos Específicos

- a) Adaptar o TALC para identificar os estágios do ciclo de vida e a sustentabilidade de um destino turístico;
- b) Identificar a evolução do ciclo de vida Fernando de Noronha, de acordo com os indicadores do TALC;
- c) Estabelecer um conjunto de indicadores e critérios de análise para seis dimensões da sustentabilidade;
- d) Analisar as dimensões da sustentabilidade com base em matrizes de parâmetros elaboradas individualmente para os critérios de análise.

1.2 Justificativas e Relevância da Pesquisa

Segundo a Organização Mundial do Turismo, a atividade turística movimentará 1,6 bilhões de pessoas ao redor do mundo até 2020 (OMT, 2009). Embora seja uma previsão a longo prazo a OMT afirma ainda que as três principais regiões receptoras serão: Europa com 717 milhões de turistas; Ásia Oriental com 397 milhões e Américas representando 282 milhões de turistas. A representatividade econômica do turismo tornou-se inquestionável, contudo quando mal estruturada e planejada a atividade turística pode acarretar danos irreparáveis ao meio ambiente e a comunidade local.

Por outro lado, para muitos autores e gestores públicos e privados, o fenômeno turístico tem sido visto como fundamental no processo de desenvolvimento loco-regional. Essa ideia pode ser percebida em discursos como o do ex-ministro do turismo, Walfrido dos Mares Guia, quando afirma que “o turismo é um dos grandes vetores de geração de renda, emprego e oportunidades para o povo brasileiro” (SEBRAE, 2007) ou do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na apresentação do Plano Nacional do Turismo 2007-2011, ao informar que a atividade é uma das cinco maiores do país na geração de divisas e que em 2006, “as oitenta principais empresas do setor registraram um faturamento de R\$ 29,6 bilhões, com crescimento de 29% em relação a 2005” (MTUR, 2007).

É cada vez maior o interesse governamental sobre o fenômeno do turismo, uma vez que essa atividade pode contribuir para o desenvolvimento local de algumas regiões do país, principalmente do Nordeste brasileiro. Estudos turísticos que levem em consideração a sustentabilidade desses locais são válidos, pois contribuem para a gestão dos destinos garantindo não só um desenvolvimento sustentável como a durabilidade da atividade turística ao longo do tempo.

O Arquipélago de Fernando de Noronha, objeto de estudo deste trabalho, juntamente com Recife/Olinda e Porto de Galinhas compõe o grupo de destinos turísticos mais importantes de Pernambuco atualmente (SETUR-PE, 2009). No Plano Estratégico do Turismo lançado em 2008 pela Secretaria de Turismo de Pernambuco – SETUR-PE, intitulado “Pernambuco para o Mundo”, o Arquipélago é considerado destino indutor nível I caracterizado principalmente por possuir infra-estrutura turística básica, ter atrativos qualificados e ser um núcleo receptor e distribuidor de fluxos turísticos relevante para o Estado (PERNAMBUCO PARA O MUNDO, 2008).

Portanto, espera-se com essa pesquisa verificar empiricamente a aplicabilidade e ampliação do TALC constatando a eficiência desse modelo para o caso estudado e compreendendo como essa abordagem pode ser vinculada à análise da sustentabilidade do destino Fernando de Noronha. Argumenta-se ainda que investigações sobre os estágios de ciclo de vida de áreas turísticas apresentam-se como uma possibilidade de oferecer suporte à gestão da longevidade e perpetuação do sucesso de um destino turístico.

Acredita-se que essa investigação apontará contribuições para entender como o destino analisado vem desenvolvendo a atividade turística além de apontar seus potenciais e limitações para auxiliar os tomadores de decisão na elaboração de um plano de ação para o desenvolvimento turístico do local, respeitando principalmente suas capacidades sociais, ambientais, culturais, política-institucional, territoriais e econômicas contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável de Fernando de Noronha.

1.3 Estrutura do Trabalho

Este trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos, são eles: a) introdução, b) referencial teórico, c) procedimentos metodológicos, d) apresentação e análise dos resultados, e) discussão dos resultados e f) conclusões, limitações e recomendações.

No capítulo introdutório tem-se a contextualização e apresentação do objeto e problema de pesquisa, além dos objetivos geral e específicos e a relevância e as justificativas que levaram a realização do estudo.

O capítulo seguinte, versa sobre o arcabouço teórico que fundamenta o estudo. Tal capítulo apresenta discussões teóricas a respeito dos seguintes temas: o turismo e seus aportes conceituais, o modelo de ciclo de vida de áreas turísticas, discussão teórica da sustentabilidade, a sustentabilidade e suas dimensões, análise da sustentabilidade da localidade, a dimensão social, ambiental, cultural, político-institucional, territorial e

econômica da sustentabilidade. Finalmente com base em todos os fundamentos teóricos apresentados, apresenta-se uma proposta de integração do TALC às dimensões da sustentabilidade.

Sobre os procedimentos metodológicos para realização do estudo, encontra-se o capítulo três. Este contempla as seguintes seções: delineamento da pesquisa, seleção do caso, caracterização do objeto de pesquisa coleta de dados e categorias de análise.

Já o capítulo quatro trata da apresentação e análise dos resultados, tal capítulo é dividido levando em consideração as categorias de análise criadas e analisadas, como: os estágios do ciclo de vida de Fernando de Noronha, a dimensão social da sustentabilidade, a dimensão ambiental da sustentabilidade, a dimensão cultural da sustentabilidade, a dimensão político-institucional da sustentabilidade, a dimensão territorial da sustentabilidade e a dimensão econômica da sustentabilidade.

No quinto capítulo, discute-se a relação entre os conceitos detalhados no referencial teórico os resultados obtidos no estudo. Finalmente o sexto capítulo finaliza a pesquisa apresentando suas principais conclusões, esse capítulo encerra-se ilustrando as principais limitações e recomendações para estudos futuros.

2 Referencial Teórico

Nesta seção são apresentados os referenciais teóricos que modelaram a pesquisa. Verificou-se a importância de uma discussão que contemplasse os temas que envolvem os aportes conceituais do turismo, as potencialidades e limitações do TALC, o conceito de capacidade de carga além do debate acerca do desenvolvimento sustentável e suas dimensões e a utilização de indicadores de sustentabilidade. Tais discussões foram imprescindíveis para a proposição de uma adequação do TALC às dimensões da sustentabilidade como poderá ser observado na última seção desse capítulo.

2.1 Turismo e seus Aportes Conceituais

O turismo apresenta um crescimento exacerbado, no que se refere aos seus aspectos econômicos e espaciais, nas últimas três décadas. Butler (1999) e Franklin e Crang (2001) concordam que este é um dos principais motivos que dificultam a conceituação desse fenômeno. A imprecisão da palavra *turismo* contribui para a complexidade de se atribuir uma definição em si; nesse caso, o termo acaba adquirindo uma ampla gama de significados (TRIBE, 1997). Segundo Etchner e Jamal (1997) há uma crescente discussão acadêmica a respeito de questões metodológicas, orientações de pesquisa e a mais apropriada abordagem dos estudos turísticos. Tais discussões revelam que os acadêmicos estão divididos em suas opiniões a respeito de como o turismo pode ser estudado: como uma disciplina distinta ou como uma área de especialização que agrega aspectos conceituais interdisciplinares (ETCHNER; JAMAL, 1997).

Tomando como base os argumentos expostos anteriormente, tem-se entre os principais empecilhos encontrados para o desenvolvimento dos estudos sobre o turismo três aspectos principais conforme Franklin e Crang (2001): o primeiro relaciona-se ao fato do rápido crescimento do próprio objeto de estudo (o turismo em si), assim como a construção de uma comunidade acadêmica recente para estudos sobre a área. Em seguida os autores argumentam sobre a segmentação desse estudo, uma vez que os pesquisadores são oriundos de várias disciplinas diferentes como Antropologia, Economia, Sociologia, Geografia, Administração, entre outras, o que ocasionam visões segmentadas a respeito do fenômeno. Por isso, o turismo é visto como uma série de eventos pontuais nos quais os destinos são localidades delimitadas,

sujeitas apenas à forças externas, restringindo, assim uma análise mais integrada do fenômeno.

Com o intuito de facilitar a compreensão do debate conceitual acerca do turismo, Tribe (1997) sugere separar e entender os principais significados que o termo possui. O autor destaca três dimensões. A primeira contempla o turismo como um fenômeno do mundo externo. Essa abordagem refere-se ao fenômeno como o que as pessoas fazem quando viajam e vão visitar amigos, ou vão esquiar, conhecer museus, etc. A segunda sugere que o turismo tem despertado o interesse de acadêmicos que se interessam em entender os aspectos desse fenômeno e, nesse caso, essa dimensão do turismo envolve a construção de um corpo de conhecimento e de estudo do turismo.

Por último, o autor apresenta uma terceira dimensão relacionada com o ensino e qualificação do turismo. Tal perspectiva complementa a lógica das duas primeiras dimensões e é uma tentativa de conceituar como o fenômeno do turismo é interpretado por meio dos estudos turísticos.

Por sua vez, Jafari (2005) propõe quatro plataformas do conhecimento do turismo. Essas plataformas permitem identificar as abordagens que contribuíram para que os estudos turísticos alcançassem sua atual dimensão e profundidade científica. O quadro 01 exhibe as relações entre as abordagens propostas por Jafari (2005) e os argumentos que servem de base para cada uma delas.

Plataformas do Conhecimento	Argumentos
Apologética	Defende as vantagens econômicas que o desenvolvimento do turismo em determinado local pode apresentar. Argumenta que o turismo é uma indústria intensa na geração de empregos; beneficia muitos setores econômicos além dos diretamente beneficiados; é uma alternativa viável para muitas comunidades e países;
Advertência	Põe em xeque os principais argumentos da plataforma apologética. O seu foco não se limita apenas à falta de benefícios econômicos, mas também a argumentos que indicam que o turismo gera empregos, muitas vezes sazonais e de baixa qualificação; que essa renda econômica beneficia apenas as grandes empresas e corporações; que destrói a natureza e seus recursos; que transforma as pessoas e a cultura local em mercadorias e que desequilibra a estrutura das sociedades que acolhem os turistas;
Adaptativa	Consiste em alternativas encontradas no meio das discussões entre as duas primeiras plataformas: a apologética e a da advertência;
Científica	Estuda sistematicamente a própria estrutura do turismo; coloca-o em um patamar com diversos campos de investigação ou disciplinas; define seu lugar num contexto multidisciplinar amplo que o gera e o acomoda; examina suas funções em nível pessoal, grupal, empresarial, governamental e sistêmico; identifica os fatores que influenciam e que são influenciados pelo turismo. O objetivo principal dessa abordagem é a formação de um corpo científico de conhecimento sobre o turismo.

Quadro 01 – Plataformas do conhecimento do turismo e seus argumentos;

Fonte: adaptado de Jafari (2005).

Conforme as plataformas, observa-se uma evolução da maneira pela qual a atividade turística é estudada. Resumidamente, a primeira plataforma representa apenas os benefícios da atividade, a segunda enfatiza os males, já a terceira questiona como deve ser planejada a atividade para que se possa minimizar os males e potencializar os benefícios, enquanto que a quarta procura identificar uma estrutura científica e conceitual para explicação do fenômeno. A relação estabelecida entre as plataformas do conhecimento e seus principais pressupostos permite identificar os vários discursos e debates existentes em relação ao turismo, sendo a principal contribuição dessas plataformas a possibilidade de identificar quais os pressupostos teóricos que os vários pesquisadores tomam como base para realizar seus estudos e estabelecer suas visões de mundo.

Por sua vez, Smith (2004) sugere que a complexidade em relação à discussão conceitual do turismo encontra-se fundamentada na tendência que a maioria dos investigadores possuem de propor definições diferentes relacionadas às suas necessidades para justificarem as suas perspectivas sobre o tema. Logo, a amplitude de definições sobre o turismo se dá devido a diversidade de perspectivas fundamentais sobre a natureza deste (SMITH, 2004).

Geralmente, as definições que envolvem o turismo giram em torno de três elementos básicos: de movimento (fluxo de pessoas de um lugar para outro), de permanência em um determinado lugar (alojamento, hospitalidade), e de consumo de entretenimento (consumo de lazer, alimentos e bebidas, etc.) (SMITH, 2004). Nesse sentido, o autor argumenta sobre a dificuldade de uma lógica universal que agregue todos esses elementos num produto genérico, o que ocasiona, assim, a caracterização do turismo como indústria.

Porém, ainda que a dificuldade em se estabelecer um corpo conceitual apareça como um desafio aos estudos turísticos e leve alguns pesquisadores a definir o turismo como uma indústria, é preciso entender que este fenômeno é complexo, uma vez que estabelece relações fugazes entre um grupo de visitantes e um grupo de residentes, e promove impactos negativos e positivos a primeira vista e subjetivos e inter-relacionais quando observado mais profundamente. Argumenta-se, portanto, que analisar o turismo como indústria é limitá-lo a um conjunto de atividades econômicas e não levar em consideração as relações interdependentes entre suas diferentes dimensões.

As diversas definições do turismo contemplam fatores como a transitoriedade das relações existentes entre a comunidade receptora e os turistas, ou ainda, em fatores relacionados à demanda e oferta de serviços turísticos devido ao aumento do fluxo de turistas. Barreto (2003, p. 20), por sua vez, conceitua-o da seguinte forma:

[...] o turismo consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitação”.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), caracteriza o turismo como o conjunto de atividades em que se empenham pessoas temporariamente afastadas do seu ambiente habitual, por um período não superior a uma ano, e para uma ampla gama de lazer, negócios, razões religiosas, de saúde e pessoais, excluindo a obtenção de remuneração no local visitado ou de residência a longo prazo (OMT, 1994).

Embora as iniciativas para definição do turismo como a da OMT e de outros pesquisadores da área sejam importantes, cresce também a necessidade de uma abordagem conceitual do turismo que auxilie a compreender os amplos impactos econômicos e políticos desse fenômeno (HALL; WILLIAMS; LEW, 2004), uma vez que, segundo Paiva (1995) “geralmente o entendimento, que se sobressai, do que seja turismo é atropelado pela multiplicidade de interpretações, embora prevaleçam as visões econômica e técnica” (p.10).

Nesse sentido, Jafari (2005), ao reconhecer as principais limitações que o turismo pode oferecer em nível conceitual, afirma que o turismo pode ser definido como o estudo das pessoas fora do seu hábitat natural, do aparato e da relação dialética entre o mundo ordinário (cotidiano) e não-ordinário (turístico). Essa definição abandona conceitos antigos que se preocupavam com a medição do fluxo de turistas entre os lugares e sua relevância econômica, ela passa a considerar o turismo como sistema total onde a economia não é mais uma dimensão absoluta, mas apenas uma dimensão significativa do turismo (JAFARI, 2005).

Por conseguinte, a perspectiva de Jafari (2005) considera que o turismo deve ser interpretado e estudado pela comunidade acadêmica, reconhecendo sua importância econômica, porém contemplando-o de uma forma mais holística e integrada, como um fenômeno social, político, cultural e ambiental (SANTOS et al, 2008; HALL; WILLIAMS; LEW, 2004; BENI, 2004; BARRETO, 2003; PAIVA, 1995).

No entanto, oriundo dessa complexa multidimensionalidade tem-se o “produto turístico”, que consiste nos recursos e atrativos naturais e artificiais, equipamentos, serviços, imagens, valores simbólicos e infra-estrutura de um determinado lugar, possuindo assim o potencial de atrair consumidores e satisfazer, ou não, suas expectativas (DROULERS; MILANI, 2002).

Para um local ser considerado um destino turístico, faz-se necessário, pelo menos, três critérios básicos delineados por Yázigi (2001). O primeiro refere-se à densidade de frequência

turística ou se esse local apresenta um fluxo significativo de visitantes; o segundo à existência de equipamentos turísticos relativos à serviços de hospedagem, alimentação, transporte e lazer e, por último, deve existir uma “imagem turística” relacionada com o destino, geralmente são os atrativos naturais (clima, vegetação, paisagem, flora e fauna, etc.) e os atrativos culturais ou valores simbólicos (história, cultura, aspectos religiosos, cotidiano dos habitantes, etc.) que o local possui. Esse conjunto de atrações possibilita a intensificação da atividade gerando ganhos econômicos importantes para o local. Sendo assim, muitos são os debates sobre a possibilidade do turismo atuar como um vetor de desenvolvimento local (CHOI; SIRAKAYA, 2005; SOUZA; BRAGA, 2005; EGLER; PIRES DO RIO, 2004; MAMBERTI; BRAGA, 2004;).

O fluxo de pessoas num determinado lugar e a demanda por serviços de suporte para a estadia dos visitantes têm o potencial de movimentar direta e indiretamente até 52 setores da economia de um local, como por exemplo: o setor de transportes, alimentação, entretenimento, entre outros serviços (ALMEIDA, 2004). Tal movimentação econômica torna o turismo uma estratégia cada vez mais utilizada e pensada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas.

O problema é que na maioria das vezes o foco na dimensão econômica do turismo acarreta danos profundos no destino contribuindo para o declínio da atividade turística local. A partir dessa constatação uma nova maneira de pensar a atividade turística vem sendo intensamente discutida, tal discussão visa incluir os princípios do desenvolvimento sustentável aos estudos turísticos. Desse modo, o destino turístico passa a ser analisado não somente pelas lentes das relações comerciais peculiares ao turismo, porém são adicionados questionamentos sobre a viabilidade desse modelo de exploração dessa atividade econômica, uma vez que esta pode trazer danos à comunidade conforme ilustrado por Falcão e Gómez (2009) em seu estudo sobre o destino turístico de Itamaracá, em Pernambuco, Brasil.

Logo, entender a complexidade das relações estabelecidas pela atividade turística num determinado território perpassa por questões híbridas as quais o turismo ora é vetor de crescimento econômico, ora deve propiciar desenvolvimento à comunidade receptora. Por isso, as apropriações de modelos teóricos oriundos de estudos turísticos podem ser consideradas ferramentas importantes para a durabilidade¹ da atividade turística de um determinado destino. Assim, o TALC proposto por Butler (1980) consiste num modelo

¹ Neste trabalho os termos durabilidade e sustentabilidade apresentam significados distintos, sendo o primeiro relativo à duração em si da atividade turística e o segundo compreendendo à sustentabilidade em seu sentido mais amplo, nesse caso, integrada aos princípios do desenvolvimento sustentável.

teórico que foca a análise das diferentes fases que um destino apresenta ao longo dos anos; sua principal contribuição consiste na elaboração de um diagnóstico da atividade turística com base na intensidade de visitantes ao longo do tempo como será analisado no item a seguir.

2.2 O Ciclo de Vida de Áreas Turísticas

Segundo Butler (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável para o turismo tem sido de grande importância ainda que, para o autor, este vem sendo muito mais teorizado do que operacionalizado. Levando em consideração essa limitação, não é muito difícil estabelecer ligações entre a necessidade de regulação e limitação do crescimento de destinos turísticos e o conceito de sustentabilidade do final do século XX (BARROS, 2005; BUTLER, 2004).

Os princípios da durabilidade de um destino turístico podem ser observados na abordagem do TALC, uma vez que Butler (1980) defende a ideia de que o modelo auxilia os gestores a manter o desenvolvimento do destino turístico dentro de limites ambientais e sociais, a partir da ênfase na comunidade e do respeito ao meio ambiente por meio de regulação e observação da capacidade de carga dos atrativos turísticos. Ainda assim, o autor argumenta que a sustentabilidade do destino fundamentada nos princípios do desenvolvimento sustentável não é sugerida por ele em seu artigo original, publicado em 1980 (BUTLER, 2004).

O Modelo de ciclo de vida de destinos turísticos, o TALC como é conhecido, proposto por Butler em 1980, tem atraído a atenção de muitos estudiosos (PIRES; DIAS, 2009; FRATA et al., 2007; RODRÍGUEZ; LÓPEZ; ESTÉVEZ, 2007; BUTLER, 2004; AGARWAL, 2002; 1997; LUNDTORP; WANHILL, 2001; WEAVER, 2000; TOOMAN, 1997) a respeito de sua aplicabilidade. A ideia central desse modelo é a possibilidade de identificar o estágio de desenvolvimento de um determinado destino a partir de seis fases distintas como ilustrado na figura 01.

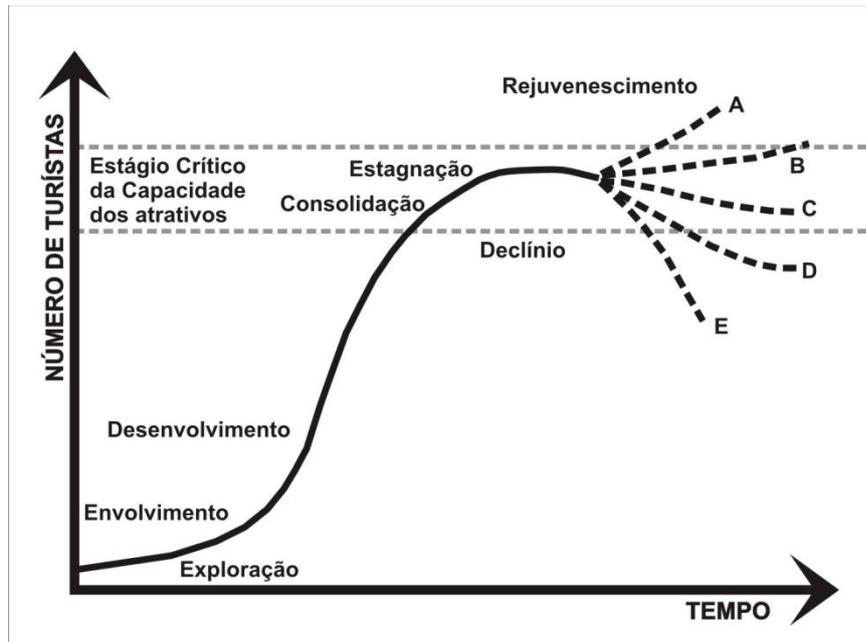


Figura 01 – Estágios do ciclo de vida do TALC.
Fonte: Adaptado de Butler (1980).

O modelo foi desenvolvido pelo autor com base na premissa de que, caso seja adotada uma perspectiva do turismo sem limites ao desenvolvimento e ao crescimento, tal perspectiva ultrapassaria a capacidade de carga de um destino turístico, tornando-o insustentável². (BUTLER, 1980; 2004). Ou seja, a idéia é que a atividade turística possua um limite de crescimento e esse limite deva ser respeitado para que o destino turístico tenha condições de manter seus atrativos e, conseqüentemente, a durabilidade da atividade turística.

Argumenta-se que os destinos podem ser considerados produtos e, como tais, podem apresentar uma curva de ciclo de vida. Essa curva indica um crescimento inicial lento seguido de um rápido desenvolvimento chegando ao topo do ciclo, porém, logo em seguida, abre-se caminho para um crescimento mais lento e um provável declínio (BUTLER, 1980; 2009). Para Rodríguez, López e Estévez, (2007) o TALC sublinha a necessidade de um planejamento estratégico e proativo que forneça base para uma tomada de decisão estratégica.

Dessa forma, os seis estágios apresentados no modelo são: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e pós-estagnação (BUTLER, 1980). As fases que compreendem o período de tempo entre o estágio de exploração e consolidação representam o crescimento do destino enquanto que o estágio de estagnação representa um declínio gradual do número de turistas para um determinado destino (BUTLER 2009; AGARWAL, 1997).

² Insustentável: neste caso, Butler (1980) afirma que o sentido desse termo não se refere ao sentido de insustentabilidade com base nos pressupostos do desenvolvimento sustentável, consiste na morte do destino turístico, não conseguindo perpetuar a intensidade da atividade turística por um longo período.

O fim do ciclo é representado pelo estágio de pós-estagnação. Tal fase compreende um conjunto de cinco opções (representadas pelas curvas A, B, C, D e E da figura 01) que um destino pode seguir. O declínio acontece se o mercado continuar a diminuir e o destino não conseguir competir com destinos turísticos mais recentes (curvas C, D e E da figura 01). No entanto, se medidas como o replanejamento de atrações turísticas e dos atrativos ambientais, ou ainda o reposicionamento do destino no mercado global forem adotadas, a diminuição do mercado pode ser revertida e diferentes graus de rejuvenescimento serem estimulados (como apresentados nas curvas A e B da figura 01 (AGARWAL, 1997).

Alguns destinos podem não seguir esses estágios precisamente, no entanto, Butler (1980) e Tooman (1997) afirmam que os estágios do ciclo seriam uma tendência geral da maioria deles. Outras pesquisas sobre o tema têm considerado os efeitos de fatores exógenos e endógenos sobre o destino como, por exemplo, a negligência dos limites da capacidade de carga de seus atrativos naturais, causada pela resistência de atores locais no tocante ao estabelecimento de limites de visitas (AGARWAL, 1997; TOOMAN, 1997). Foi observado no trabalho de alguns autores como Butler (1980); Agarwal (1997); Tooman (1997) e Lundtorp e Wanhill (2001) que as fases do ciclo podem ser estabelecidas tanto com base no número de visitantes em determinado período como a partir de eventos e acontecimentos que marcam a transição das fases no decorrer do tempo.

Logo, a primeira fase referente ao estágio de exploração de um destino, corresponde a uma situação na qual o número de visitantes é reduzido e a infra-estrutura turística inexistente. Destinos nessa fase apresentam potencial para o desenvolvimento da atividade turística devido seus atrativos naturais, porém, não há estruturação nem planejamento da atividade turística (BUTLER, 1980), os destinos direcionados a ecoturistas geralmente encontram-se nessa fase. O segundo estágio, envolvimento, representa o momento no qual devido a um aumento no fluxo de turistas, serviços e infra-estrutura turística passam a ser oferecidos. Nesse período, os primeiros estabelecimentos de hospedagem são instalados, o acesso ao local passa a ser mais fácil, além do início da definição do mercado (BUTLER, 1980; AGARWAL, 1997). Já o terceiro estágio, o de desenvolvimento, caracteriza-se pelo contínuo crescimento do destino a partir de articulações entre representantes do *trade turístico* local, além de campanhas que promovem o destino fazendo com que o número de turistas aumente (BUTLER, 1980; TOOMAN, 1997).

A fase de consolidação se destaca pela intensa comercialização do destino, ainda que o número de turistas continue aumentando, porém, com menos veemência do que na fase de desenvolvimento (BUTLER 1980), o marco entre a fase de consolidação e o próximo estágio,

estagnação, é o início do declínio na quantidade de turistas do destino. Por isso, a fase de estagnação do TALC caracteriza-se principalmente pela redução parcial do número de turistas além das capacidades de cargas dos atrativos turísticos que passam a ser excedidas (BUTLER, 1980). Finalmente, o estágio de pós-estagnação consiste em duas possibilidades, a primeira refere-se ao declínio onde o destino perde sua atratividade inicial devido principalmente a degradação dos atrativos naturais resultando diretamente na diminuição expressiva da quantidade de turistas no destino (BUTLER, 1980; TOOMAN, 1997). Ainda de acordo com os autores, o rejuvenescimento corresponde à segunda possibilidade do estágio de pós-estagnação. Nessa fase o destino passa por uma reestruturação dramática na qual uma série de atrativos artificiais são criadas para atrair novamente os visitantes. Os indicadores delineados para cada fase podem ser observados no quadro 02 a seguir.

Estágios do TALC	Indicadores
Exploração	Número reduzido de turistas; Disponibilidade de poucos serviços; Recursos ambientais são os principais atrativos do local; Ausência de transtorno para a comunidade local;
Envolvimento	Engajamento da comunidade local com a atividade turística; Serviços e infra-estrutura começam a ser implantados no local; Associações envolvendo a atividade turística são criadas; Inicia-se a definição do mercado;
Desenvolvimento	Destino já está bem definido; Atrações e campanhas promocionais são desenvolvidas; A novidade do local vai decrescendo gradualmente com o aumento constante do número de turistas;
Consolidação	Número de visitantes continua crescendo; Uma taxa de declínio do número de visitantes passa a ser percebida; O destino é intensamente comercializado; A atividade turística tornou-se essencial para a economia local; Percebe-se a formação de um distrito empresarial notável;
Estagnação	O maior número de turistas já foi alcançado; O destino não está mais na moda; Capacidades de cargas começam a ser excedidas; Há problemas evidentes com o meio ambiente e com a cultura local; Percebe-se mudanças estruturais na indústria do local.
Pós-Estagnação	O destino possui duas opções: ou declina ou rejuvenesce; Declínio: Afastamento dos turistas que passam a freqüentar destinos mais recentes; Diminuição da duração da visita ao destino; A infra-estrutura turística passa a ser substituída por estabelecimentos não-turísticos como empreendimentos voltados para a indústria; Há menos atrativos para os visitantes e outros serviços tornam-se inviáveis; Rejuvenescimento: Consiste numa mudança dramática do recurso básico do destino; Um novo conjunto de atrações artificiais são criados; Recursos naturais ainda não explorados passam a ser utilizados.

Quadro 02 – Estágios do modelo de ciclo de vida e seus indicadores.

Fonte: adaptado de Butler (1980); Agarwal (1997); Tooman (1997) e Lundtorp e Wanhill (2001).

De acordo com o quadro 02 tem-se um conjunto de indicadores que auxiliam a identificação de cada fase do TALC. Os estudos que serviram de base para a observação desses indicadores correspondem a trabalhos nos quais os autores aplicaram o modelo em determinado destino turístico. Sendo assim, os resultados obtidos nestes estudos foram considerados relevantes para definir a atividade turística em cada fase do ciclo, facilitando, assim, a identificação e caracterização de cada uma.

Os indicadores de cada estágio tornam-se relevantes para o grupo de planejadores e tomadores de decisões dos destinos, uma vez que oferecem informações que contribuem para realizar um diagnóstico da atividade turística.

A relevância acadêmica do TALC pode ser percebida através da utilização e adaptações por diversos pesquisadores que objetivam testar a aplicabilidade do modelo. Contudo, é importante ressaltar as principais limitações e potencialidades que esse modelo recebe em relação a sua aplicabilidade. A principal baseia-se no aspecto preditivo como exposto no próximo item sobre o TALC e suas limitações.

2.2.1 Limitações e Potencialidades do TALC

Pesquisadores como Barros (2005) e Agarwal (1997); (2002) indicam que o TALC apresenta uma abordagem descritiva, pois permite ao investigador identificar alguns fatores que influenciam a dinâmica do destino, embora tal aspecto não seja um determinante e não pode ser generalizado para todos os destinos. Butler (2004), por sua vez, argumenta que não é surpreendente a constatação de que o modelo de ciclo de vida de destinos turísticos (Tourism Areas Life Cycle - TALC) não esteja sempre conforme a realidade, uma vez que qualquer modelo teórico não tem condições de se ajustar a um padrão de desenvolvimento de todas as destinações turísticas. Entretanto, a utilização do TALC pode auxiliar a descrever e interpretar o desenvolvimento de destinos nos mais diversos lugares.

Outro ponto importante a respeito das limitações do modelo é a transição de uma fase para outra no decorrer do desenvolvimento turístico do destino. Conforme Agarwal (1997), em sua pesquisa sobre o ciclo de vida da região litorânea de Torbay - Reino Unido, o modelo dificulta o estabelecimento do início e do fim dos estágios, uma vez que estes se sobrepõem ao longo do tempo.

O autor delinea algumas das principais dificuldades encontradas por ele durante sua investigação sobre a aplicabilidade do TALC. Entre elas encontram-se: descontinuidade temporal dos dados (não foi possível encontrar todas as informações referentes a todo o

processo de desenvolvimento turístico do destino); análise em âmbito espacial (ausência de dados quantitativos que permitam visualizar os atrativos locais disponíveis no passado); falta de padronização (despadronização do modo de coleta e interpretação dos dados ao longo do tempo); confiabilidade dos dados (limita a utilização de fontes de dados como jornais locais, entretanto, estes podem apresentar vieses em relação a atividade turística, principalmente devido a interesses e alianças políticas). Sendo assim, com base em investigações que objetivaram aplicar o TALC, foi elaborado o quadro 03, em que procurou-se apresentar os principais resultados e limitações dos estudos de casos analisados.

Autor	Destino Estudado	Aspectos testados; métodos utilizados e/ou objetivos do estudo	Principais Resultados
Agarwal (1997)	Região de Torbay no Reino Unido (Torquay, Paignton e Brixham)	O objetivo principal da investigação consiste em testar a aplicabilidade e a validade do TALC	Revela a importância da unidade de análise; A aplicabilidade do TALC nestes destinos se mostrou razoavelmente consistente, porém o estágio de estagnação requer mais pesquisa; O autor argumenta sobre a sobreposição dos estágios do ciclo propostos no TALC
Tooman (1997)	3 destinos turísticos situados na Greater Smoky Mountains	Utiliza a taxa de desemprego como indicador dos efeitos socioeconômicos do turismo e para delinear os estágios do ciclo	Assinala que o TALC pode ser utilizado para prevenção de impactos negativos do turismo
Lundtorp e Wanhill (2001)	Isle of Man e Danish Island	Construir um modelo “ideal” do TALC para esses destinos com base em cálculos matemáticos	Conclui que a curva do modelo do TALC só pode ser construída se todas as chegadas registradas forem de turistas que visitavam esses destinos pelo menos pela segunda vez
Hovinen (2002)	Lancaster Counter	Ampliar a abordagem do TALC complementando-a com fundamentos da teoria do caos	O TALC é mais útil a partir do estágio de maturidade (consolidação em diante); Confirma a relevância sobre a premissa do TALC, de que sem um planejamento e gestão apropriados os destinos inevitavelmente se depararão com o declínio
Rodríguez, López e Estévez, (2007)	Tenerife, localizado nas Ilhas Canárias, Europa.	Propor um modelo integrado entre o estágio de maturidade do ciclo de vida do destino escolhido e um processo estratégico de tomada de decisão em direção a sustentabilidade	O TALC não possui bases para delinear a sustentabilidade como é comumente almejada por muitos destinos durante o estágio de estagnação; Deve ser combinado com outros modelos para que um plano estratégico em direção à sustentabilidade possa ser implementado
Frata et al. (2007)	Bonito Mato - Grosso do Sul, Brasil.	Objetivo principal foi identificar em qual dos estágios TALC o destino de Bonito se encontrava; A pesquisa teve uma abordagem qualitativa na qual foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com os atores locais e a utilização de dados secundários.	A partir dos indicadores estabelecidos por Butler (1980), os autores identificaram que Bonito já tinha passado por cinco estágios do ciclo e encontrava-se no estágio de estagnação. Não foram apresentadas limitações acerca da aplicação do modelo
	Camunducaia – Minas Gerais,	Discutir o enquadramento da realidade do destino no	Inviabilidade na delimitação precisa do estágio do ciclo devido à ausência de

Pires e Dias (2009)	Brasil.	TALC. Considerou três aspectos do ciclo do destino: caracterização do fluxo turístico, quantificação e caracterização da oferta e identificação dos impactos gerados pelo turismo	estatísticas relativas a demanda e de registros oficiais do processo de desenvolvimento do destino; O modelo possibilita identificar a presença de “microciclos” durante o desenvolvimento do destino e enquadrar estes nos estágios do TALC
----------------------------	---------	---	---

Quadro 03 – Estudos de caso sobre a aplicabilidade do TALC.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Agarwal (1997); Tooman (1997); Lundtorp e Wanhill (2001); Hovinen (2002) e Rodríguez, López e Estévez (2007); Frata et al. (2007) e Pires e Dias (2009).

Todos os estudos de casos analisados nesse quadro observaram a adequação do modelo TALC para cada destino específico. As investigações giraram em torno de testar a validade e aplicabilidade do modelo até a combinação deste com outras abordagens como a da sustentabilidade, ilustrado no caso do destino Tenerife e proposta por Rodríguez, López e Estevez (2007). Tal estudo é fundamental para a compreensão de que há uma lacuna entre o modelo proposto por Butler (1980) e a sustentabilidade (baseada nos pressupostos do desenvolvimento sustentável) do destino, mesmo que o foco dos aspectos da sustentabilidade sejam representados por indicadores ambientais do destino, sem enfatizar indicadores sociais e econômicos.

Nesse caso, as críticas recebidas pelo modelo do ciclo de vida de Butler (1980) giram em torno da abordagem positivista que o autor apresenta uma vez que esse modelo determina o início e o fim de um destino levando em consideração apenas aspectos internos, não considerando o contexto externo ao qual o destino está submetido (AGARWAL, 1997; BARROS, 2005).

Ao perceber a necessidade de adaptar o TALC a outros elementos do contexto no qual o destino se encontra, Weaver (2000) apresenta a construção de cenários das possibilidades de evolução de um destino turístico. Para Weaver (2000) o conceito de capacidade de carga no qual o TALC é baseado, apresenta-se mais maleável, subjetivo e complexo do que as seqüências dos estágios demonstram. Nesse sentido, o autor estabelece cenários distintos baseados nas relações entre duas variáveis, a intensidade do fluxo de turistas e o grau de regulação que a atividade recebe. Tem-se, então, quatro possíveis cenários: (1) Turismo Alternativo Circunstancial; (2) Turismo Alternativo Deliberado; (3) Turismo de Massa Insustentável; e (4) Turismo de Massa Sustentável.

O primeiro cenário corresponde a um tipo de turismo onde não há regulação por parte do destino turístico e a atividade acontece por um acaso, pelo apelo natural que o local oferece, não possui infra-estrutura turística e corresponde ao estágio de exploração e

envolvimento do TALC (WEAVER, 2000). Já o segundo cenário representa um destino onde a regulação da atividade está presente, mas os aspectos do turismo alternativo continuam como objetivo de atender a um nicho de mercado. Esse cenário corresponde a fase de desenvolvimento e consolidação de um destino (WEAVER, 2000). O terceiro e quarto cenário consistem em perspectivas de turismo de massa, porém, um apresenta grande intensidade e nenhuma regulação, contemplando assim o estágio de estagnação e pós-estagnação do TALC. O outro também apresenta intensidade no fluxo de turistas, porém, há regulação eficaz que respeita suas capacidades de cargas, ocasionando o aumento da duração do estágio de consolidação do destino (WEAVER, 2000).

Sendo assim, a construção desses cenários permite uma melhor visualização de como aspectos endógenos (a intensidade da regulação) do destino podem alterar os estágios do ciclo de vida propostos por Butler (1980).

Portanto, o TALC pode oferecer previsões, ao passo que identifica indicadores de mudanças e possibilita a modificação de algumas fases assim como suas antecipações (BUTLER, 1980; 2004a; 2009). A importância-chave do modelo reside no fato da possibilidade de intervenção da gestão para prevenir um desenvolvimento que não respeite as capacidades de um destino (capacidades baseadas em parâmetros econômicos, sociais, ambientais e físicos) (BUTLER, 2009). Nesse sentido, o autor afirma que o desrespeito aos limites de tais capacidades de um destino pode ocasionar a baixa qualidade da experiência do turista no local, problemas ambientais, o que resulta no declínio do número de visitantes e, conseqüentemente, na perda de investimentos e lucro para o *trade* turístico.

Logo, o estudo e aplicação do TALC nos destinos pode servir como ferramenta para gestão destes locais com a finalidade de identificar o estágio em que a destinação se encontra por meio dos indicadores delineados (ver quadro 02) e ainda contribuir para a prevenção do declínio do destino, caso este esteja localizado no estágio de estagnação.

Falcão e Gómez (2009a) percebem que além do diagnóstico acerca da atividade turística e seus estágios, o TALC pode ser integrado a indicadores de sustentabilidade, divididos em diferentes dimensões como as social, ambiental, cultural, política-institucional, territorial e econômica, para oferecer uma análise da sustentabilidade do destino turístico e, dessa forma, conseguir manter a viabilidade da atividade por mais tempo além de seguir em direção ao desenvolvimento sustentável, abrangendo as dimensões deste.

2.3 Sustentabilidade: Discussão Teórica

Ainda que seja difícil estabelecer um corpo conceitual sobre a sustentabilidade, tal concepção tornou-se uma “idéia-força” significativa nos últimos tempos. Muitas perspectivas teóricas, práticas e ideológicas a respeito da sustentabilidade têm sido debatidas entre governos, gestores e acadêmicos de todo o mundo. A noção de sustentabilidade é derivada do conceito de desenvolvimento sustentável disseminada mais intensamente a partir do relatório *Nosso Futuro Comum* em 1987 (MEBRATU, 1997).

O relatório Brundtland, como ficou conhecido, é um “divisor de águas” em relação ao pensamento sobre meio ambiente, governança e desenvolvimento (SNEDDON; HOWARTH; NORGAARD, 2006; LIMA, 1997; MEBRATU, 1997;). Falar em desenvolvimento sustentável, a partir do conceito apresentado no relatório, é pressupor a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento que contemple equidade social e sustentabilidade ambiental ao invés de focar apenas nos aspectos econômicos como os modelos atuais.

Sendo assim, o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado pelo relatório Brundtland e perpetuado até os dias de hoje, refere-se “àquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também atenderem as suas” (NOSSO FUTURO COMUM, 1988, p.46). Apesar de bastante disseminado e considerado inovador, esse conceito recebe algumas críticas em relação a sua viabilidade, uma vez que autores como Foladori (2005) e Lima (1997) defendem que, diante de um contexto capitalista tal conceito pode se tornar utópico dadas as expressivas desigualdades sociais e pobreza existentes no planeta ocasionadas pelo modo de produção hegemônico atual.

Por outro lado, o conceito estabelece um redirecionamento de respostas pragmáticas aos problemas que começaram a ganhar força na década de 80 (SNEDDON; HOWARTH; NORGAARD, 2006). Além de ser um marco que guiou um debate político internacional notável, na verdade, um novo discurso político que atravessou interesses distintos desde os maiores praticantes do conceito aos acadêmicos mais filosóficos, dos povos indígenas às corporações multinacionais (SNEDDON; HOWARTH; NORGAARD, 2006). Sendo assim, a importância da disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável no mundo ganha cada vez mais força no cenário internacional e apresenta fatores que auxiliam o ser humano a enfrentar os dilemas entre os limites do meio ambiente e o modelo de desenvolvimento presente.

O amplo debate acerca do conceito de desenvolvimento sustentável desencadeou um processo intenso de utilização da expressão, mais precisamente na década de 90, na maioria

das vezes sem entender o que de fato essa expressão significa (SACHS, 2007; VEIGA, 2005; SIENDBERG, 2004). Contudo, argumenta-se que, dada a falta de consenso, permite-se múltiplas leituras, que nesse caso vai desde um significado avançado de desenvolvimento até uma leitura conservadora, tornando-o semelhante ao conceito de crescimento econômico acrescentando-lhe uma variável ecológica (LIMA, 1997) o que dificulta ainda mais o seu entendimento.

Nesse sentido, essa nova leitura do desenvolvimento evoca intensas transformações nas relações entre o ser humano e a natureza. Tais transformações se traduzem numa grande mudança paradigmática na qual uma série de questionamentos surge e estão ligados à qualidade de vida e aos modelos de desenvolvimento adotados até o momento atual.

No entanto, tal mudança resulta na necessidade de novas teorias, uma vez que as existentes não possuem base suficiente para compreender as transformações da realidade. Dessa forma, atualmente presencia-se a coexistência de elementos de dois paradigmas: o da pós-modernidade e o do desenvolvimento sustentável (THEODORO, 2005).

Foladori (2005), por sua vez, afirma que para o desenvolvimento sustentável refletir toda a expressão humana convencionou-se dividi-lo em três dimensões: a sustentabilidade social, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade ambiental. Para o autor, mesmo divididas em três, essas dimensões abrangem todas as preocupações ambientais. Portanto, o autor atenta para o fato da questão ambiental não poder ser reduzida à depredação e à poluição por si só, deve-se incluir também a pobreza, a desigualdade e outras variáveis sociais. É precisamente nesse aspecto que surgem as complicações acerca do conceito (FOLADORI, 2005).

Por outro lado, é importante ressaltar que esta confusão sobre o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade advém da maneira como muitos autores percebem e abordam o tema, uma vez que é comum encontrar o foco em elementos isolados não obtendo uma visão integrada (RUSCHEINSKY, 2003; MEBRATU, 1997). Dessa forma, uma das principais dificuldades de tomar decisões em direção ao desenvolvimento sustentável é a falta de consenso sobre tal conceito (BELLEN, 2002), assim como a necessidade de mensurá-lo e compreendê-lo a partir de uma perspectiva holística de sistemas interdependentes (BOSSSEL, 1999). Adiciona-se a isso a exigência de coerência lógica em aplicações práticas uma vez que o conceito de sustentabilidade transcende a dimensão analítica de apenas explicar a realidade (RATNNER, 1999). Sendo assim, Acselrad (1999) complementa:

O que prevalece são, porém, expressões interrogativas recorrentes, nas quais a sustentabilidade é vista como “um princípio em evolução”, “um conceito

infinito”, “que poucos sabem o que é” e “que requer muita pesquisa adicional”, manifestações de um positivismo frustrado: o desenvolvimento sustentável seria um dado objetivo que, no entanto, não se conseguiu ainda apreender. Mas, como definir algo que não existe? E que, ao existir, será, sem dúvida, uma construção social? E que, como tal, poderá também compreender diferentes conteúdos e práticas a reivindicar seu nome. Isto nos esclarece por que distintas representações e valores vêm sendo associados à noção de sustentabilidade: são discursos em disputa pela expressão mais legítima. Pois a sustentabilidade é uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e idéias (p.80).

A partir dos argumentos do autor tem-se que as esferas da sustentabilidade são inúmeras e é exatamente nesse ponto que consiste a dificuldade de compreender essa perspectiva, porém o que o Acselrad (1999) quer dizer é que dada a ausência de um corpo conceitual substancial o desenvolvimento sustentável pode se tornar algo que está na mente das pessoas, mas que ainda não foi alcançado, ou imagina-se que não foi, tornando-se dessa forma um “desejo” social composto por diferentes interesses.

Na tentativa de visualizar melhor o debate acerca da sustentabilidade, o autor enumera cinco matrizes discursivas que permeiam tal discussão tanto em termos teóricos como em termos operacionais, são elas: eficiência, escala, auto-suficiência, equidade e ética. As cinco matrizes e suas abordagens podem ser observadas no quadro a seguir:

Matrizes discursivas	
Eficiência	Objetiva diminuir o desperdício de material acarretado pelo desenvolvimento;
Escala	Propõe um limite quantitativo ao crescimento econômico limitando assim a pressão que tal crescimento exerce sobre os recursos naturais esgotáveis do planeta;
Auto-suficiência	Pressupõe que a desvinculação das economias nacionais e de sociedades tradicionais dos fluxos de mercado mundial possibilita a capacidade de auto-regulação comunitária para a reprodução de material demandado pelo desenvolvimento;
Equidade	Contempla a articulação de princípios de justiça e de ecologia;
Ética	Protagoniza um debate acerca de valores do “bem” e do “mal” expondo as relações existentes entre a continuidade da exploração de base material do desenvolvimento e as condições resultantes para as gerações futuras.

Quadro 04 – Matrizes discursivas da sustentabilidade;
Fonte: Acselrad (1999).

Entende-se que Acselrad (1999), ao propor essas cinco matrizes, delineia parâmetros que facilitam a compreensão de discursos e de conceitos sobre a sustentabilidade. Dessa forma, a partir dessas cinco matrizes seria possível identificar os pressupostos que são levados em consideração nas diversas abordagens presenciadas. Infere-se, então, que as matrizes

discursivas auxiliam o entendimento da discussão em torno desse conceito que vai de uma abordagem mais pontual, a da eficiência, até a mais abrangente que considera questões éticas e de compromisso com as gerações futuras.

Levando em consideração todas essas matrizes discursivas, é sugerido por Ruscheinsky (2003) que exija-se dos discursos, projetos e programas que carregam o adjetivo sustentável a definição do que se entende pelo conceito, para que não sejam atribuídos conceitos vazios de sustentabilidade. É preciso saber quais são os parâmetros possíveis e identificar o que pretende que seja sustentável. No entanto, o autor se posiciona da seguinte maneira:

Pode-se falar numa variabilidade de ênfases, em sustentabilidade econômica, ambiental, do solo, do minério, da produtividade sustentável e assim por diante. Ainda existe o contexto cultural e geográfico a ser considerado, pois o que é a dinâmica e a característica de sustentabilidade para uma região pode não ser para outra (p. 41).

Nesse sentido, o autor reitera a ideia de definição do termo sustentabilidade de acordo com cada situação que se pretenda analisar, levando em consideração as necessidades e complexidades do sistema.

Inserido nessa discussão acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, os trabalhos de Sachs (2007) apresentam relevantes considerações no que se refere a operacionalização do desenvolvimento sustentável. O autor atribuiu ao conceito uma perspectiva mais pragmática, que ele denomina *ecodesenvolvimento*.

O grande desafio, no entanto, consiste em interesses institucionais, a partir do momento em que as dimensões da sustentabilidade devem ser pensadas em nível mundial, ou seja, ele sugere que a partir da influência da comunidade global deve-se delimitar as estratégias nacionais por meio de tratados, convenções e códigos de conduta obrigatórios de natureza internacional (SACHS, 2007).

Tomando como base a discussão apresentada anteriormente, acredita-se que embora toda a complexidade do conceito de desenvolvimento sustentável seja ainda um obstáculo a ser enfrentado, principalmente para superar o aspecto utópico, muitas vezes atribuído a este, é necessário, como afirmado neste capítulo, definir o que se entende por tal conceito. Dessa forma, compreende-se, neste trabalho, a sustentabilidade como “a capacidade de um modelo ou sistema sustentar-se na dinâmica evolutiva sem permitir que algum setor aprofunde-se em crises de tal forma que venha atingir a totalidade” (RUSCHEINSKY, 2003, p. 43). Em outras palavras, é a evolução de um sistema (o todo) analisado a partir de uma perspectiva holística,

observando o funcionamento adequado de todas as suas partes a fim de que a harmonia entre estas garanta a sustentabilidade do todo.

Assim, as dimensões da sustentabilidade apresentam-se como as partes do sistema que precisam se equilibrar intra e inter dimensionalmente como será relatado a seguir.

2.3.1. A Sustentabilidade e suas Dimensões

Compreender a sustentabilidade e suas dimensões requer uma visão mais ampla do desenvolvimento sustentável e como ele pode ser observado a partir de indicadores e/ou critérios sociais, econômicos, ambientais, dentre outros. Nesse sentido, é importante compreender aspectos do desenvolvimento visto que uma das maneiras de seguir em direção ao desenvolvimento sustentável é a partir da análise da sustentabilidade em função de suas dimensões. Por isso, é apresentada a seguir uma discussão acerca do desenvolvimento e suas muitas faces e dimensões.

O conteúdo do termo desenvolvimento assim como a utilização desenfreada deste, tem gerado polêmica na discussão sobre desenvolvimento sustentável, uma vez que essa palavra vem adquirindo diversos significados ao longo da história da humanidade (SACHS, 2007; SIENDBERG, 2006). Diante dos inúmeros adjetivos designados para qualificar o desenvolvimento, Sachs³ (2007) apresenta uma definição que atenua a complexidade de tantas atribuições que muitas vezes confundem o sentido do termo. De acordo com o autor, uma das metáforas permitidas a tal conceito é a que o equipara ao sentido de liberação. Sendo assim, Sachs afirma:

“... o desenvolvimento pode ser compreendido como um processo intencional e autodirigido de transformação e gestão de estruturas socioeconômicas, direcionado no sentido de assegurar a todas as pessoas uma oportunidade de levarem uma vida plena e gratificante, provendo-as de meios de subsistência decentes e aprimorando continuamente seu bem-estar, seja qual for o conteúdo concreto atribuído a essas metas por diferentes sociedades em diferentes momentos históricos” (p.293).

Tal afirmação contribui para o entendimento mais amplo de desenvolvimento e ainda reverencia a necessidade de entender as peculiaridades das diferentes sociedades do planeta, fazendo entender que o desenvolvimento não deve ser um padrão a ser perseguido. Coriolano (2003) também compartilha dessa ideia quando entende o desenvolvimento como um

³ Referente a uma coletânea de publicações do autor que reúne artigos preparados para a Conferência de Estocolmo (1972) até a Conferência de Joanesburgo (2002). Nesse sentido, o ano de 2007 não representa o ano no qual os artigos foram elaborados e/ou publicados, mas o ano da tradução e edição dessa coletânea sobre o pensamento de Sachs sobre o ecodesenvolvimento.

processo de produção de riqueza com partilha e distribuição de maneira equitativa e alinhada com as necessidades das pessoas. Essa noção de desenvolvimento, apresentada pela autora, evidencia a necessidade de se pensar o desenvolvimento de acordo com as particularidades e vocação de cada localidade e não universalizar o desenvolvimento, como já alertava Furtado (2002), sobre a impossibilidade de algum dia os menos privilegiados desfrutarem das mesmas formas de vida dos mais ricos.

A partir daí, para se compreender os diferentes estágios do desenvolvimento recorre-se aos posicionamentos teóricos de Sachs (2007), que considera que o desenvolvimento é um construto processual multidimensional e em aberto, que para ser considerado sustentável deve atender aos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica. O autor considera que existem as seguintes classificações e estágios de crescimento:

- Crescimento selvagem, desordenado: prioriza somente a dimensão econômica, considerando apenas os impactos positivos, porém provocando consequências negativas no meio ambiente e na questão social;
- Crescimento social benigno: causa impactos positivos nas dimensões econômicas e social, mas descuida-se das consequências ambientais;
- Crescimento ambientalmente benigno ou estável: causa impactos positivos nas dimensões econômica e ambiental, sem atentar para os aspectos sociais, tornando-se incapaz de resolver problemas como o de desemprego, violência, entre outros; e,
- Desenvolvimento: trata-se de desenvolvimento no sentido amplo da palavra, que causa impactos nos aspectos econômico, social e ambiental (*triple bottom line*), porque permite avanços nas três dimensões da sustentabilidade.

Com base nessa constatação, o autor revisita o conceito de desenvolvimento e denomina-o ecodesenvolvimento, tal abordagem consiste numa alternativa de desenvolvimento que prioriza a busca de soluções para problemas específicos de cada região, não considerando apenas dados ecológicos, mas também aspectos culturais e necessidades sociais imediatas e de longo prazo de cada localidade (SACHS, 2007, p. 64). Seu principal argumento consiste no fato de que cada região possui suas potencialidades e deve buscar formas de desenvolvimento correspondentes aos seus potenciais e limitações ao invés de se concentrar no mimetismo dos padrões de desenvolvimento, recorrente entre nações pobres e ricas (SACHS, 2007).

Nesse sentido, dentre as condições mais adequadas para tornar o conceito do ecodesenvolvimento operacional, destacam-se: o conhecimento aprofundado das culturas e

dos ecossistemas da região (sobretudo no que se refere a como as pessoas se relacionam com o meio ambiente e como costumam enfrentar os dilemas cotidianos) e a participação e o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias, uma vez que eles podem ser considerados os maiores conhecedores da realidade local (LAYRARGUES, 1997). A erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais dentro e entre as nações também se configuram como pré-requisitos chaves para avançar em direção ao ecodesenvolvimento (SACHS, 2007).

Tal constatação implica dizer que o desenvolvimento deva ser considerado a partir de uma visão multidimensional para que se possa atingir um desenvolvimento que seja sustentável. Dessa forma, agregar dimensões como a espacial, a política e a cultural ao tripé do desenvolvimento sustentável fornecerá bases para um planejamento efetivo de um modelo de desenvolvimento sustentável. (ENDRES, 1998). Logo, Sachs (2007) delinea seis dimensões para o conceito de ecodesenvolvimento, são elas: a social, a cultural, a econômica, a espacial, a ecológica e a política.

A dimensão social do ecodesenvolvimento como observado por Beni (2004a) trata-se de um processo civilizatório que transfere o foco da distribuição do “ter” para a importância do “ser”, para tanto, concentra-se nos direitos e nas condições das amplas massas da população, assim como na diminuição do abismo social entre os mais ricos e os mais pobres.

Aspectos econômicos alinhados à abordagem do ecodesenvolvimento devem ilustrar a alocação e gestão mais eficiente dos recursos diante de uma perspectiva macrossocial, reduzindo, assim, custos sociais e ambientais (SACHS, 2000).

A perspectiva cultural do ecodesenvolvimento corresponde ao respeito pela continuidade das tradições culturais, estimulando a pluralidade cultural, inclusive para soluções de problemas locais, negando assim o mimetismo dos padrões de desenvolvimento (SACHS, 2000; 2007).

A dimensão ecológica, por sua vez, estimula soluções para eficiência da utilização de recursos não-renováveis ao fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias mais limpas e adequadas (SACHS, 2007).

Já a dimensão espacial volta-se à um maior equilíbrio entre a configuração rural-urbana, enquanto que a dimensão política enfatiza a negociação da diversidade de interesse, tanto em âmbito local como global (SACHS, 2007).

Ao tratar de dimensões da sustentabilidade, Beni (2006), propõe a operacionalização do conceito de sustentabilidade nas atividades turísticas a partir de seis dimensões, a social, a econômica, a ambiental, a cultural, a política e a institucional. A divisão em dimensões da

sustentabilidade possibilita a adoção de uma estrutura construída com base num conjunto de princípios e diretrizes refletindo os aspectos de cada dimensão estabelecida. Dessa forma o autor argumenta que:

O conceito de sustentabilidade que estamos propondo envolve a compreensão de uma série de dimensões e cenários da sustentabilidade, cujo alcance do produto possibilita o desenvolvimento racional da atividade de maneira a torná-la efetivamente sustentável (BENI, 2006, p. 98).

Diante do debate apresentado, verifica-se o quão complexo e multidimensional é a discussão a respeito das dimensões do desenvolvimento sustentável. Portanto, é necessário entender as maneiras de analisar a sustentabilidade de uma localidade e especificamente um destino turístico. Logo, utilizando estudos turísticos relacionados a análise da sustentabilidade local é que serão delineados os critérios de análise de cada dimensão, critérios estes que serão utilizados para o diagnóstico da sustentabilidade do destino turístico, objeto de estudo desta pesquisa, Fernando de Noronha.

2.3.2 Análise da sustentabilidade de uma Localidade

Na busca pela sustentabilidade é imprescindível que a localidade seja analisada de acordo com seu contexto e suas demandas locais. Martins e Cândido (2008, p. 34) afirmam que "o desenvolvimento sustentável exige posturas diferenciadas conforme a realidade (ambiente) em que se pretende interagir e intervir, ou seja, as interações homem-natureza se desenvolvem de forma peculiar e exigem posturas adequadas às características do ambiente".

Desse modo, os envolvidos nesse processo devem buscar adequar as ações visando o desenvolvimento considerando as oportunidades e desafios regionais. Por isso, sistemas de indicadores adaptados à própria realidade devem ser visados.

Os indicadores de sustentabilidade são ferramentas-chave para as tomadas de decisão dos diversos atores (gestores, políticos, membros da comunidade), que por sua vez, precisam se situar no processo de desenvolvimento sustentável. Os indicadores também se destacam pela possibilidade de despertar o interesse público à medida que podem sintetizar informações complexas de modo mais ilustrativo e também por evidenciar a necessidade de estabelecerem metas ao mesmo tempo em que auxiliam a avaliação do sucesso em alcançá-las (Cândido, 2004).

No entanto Sepúlveda (2005, p. 236) alerta que "os indicadores apresentam um modelo empírico da realidade, não a própria realidade", mas devem ser coerentes com esta a partir de uma metodologia de medição que permita a leitura de dados tantos quantitativos

quanto qualitativos que posteriormente sejam utilizados no apoio à decisão. Sepúlveda et al. (2005), apontam para alguns cuidados que são necessários na seleção dos indicadores para que não haja uma superestimação ou subestimação dos resultados o que “condiciona diretamente a relevância de toda a análise” (p. 238).

Pode-se afirmar que do mesmo modo que o desenvolvimento sustentável relaciona-se em dimensões, os indicadores também devem o ser. Martins e Cândido (2008, p.17) ressaltam que busca-se “compreender de forma sistêmica o processo de construção do desenvolvimento, incorporando os aspectos sociais, econômicos, políticos, institucionais, ambientais, demográficos, culturais, etc.”

Em relação à natureza dos indicadores utilizados para análise da sustentabilidade, estes podem ser tanto qualitativos como quantitativos. Segundo Bellen (2002, p. 30) “os indicadores mais adequados para avaliação de experiências de desenvolvimento sustentável deveriam ser mais qualitativos, em função das limitações explícitas ou implícitas que existem em relação a indicadores simplesmente numéricos”.

Se tratando de indicadores para destinos turísticos Falcão, Farias e Gómez (2009) indicam três ferramentas de mensuração da sustentabilidade específicas para estas localidades, são elas: o *ecological footprint* do turismo, o barômetro da sustentabilidade do turismo e os indicadores de sustentabilidade para destinos turísticos da WTO (*World Tourism Organization*). Em seu trabalho, as autoras constataram que, de acordo com critérios pré-estabelecidos pelo estudo, a ferramenta mais adequada para tal mensuração, seria os indicadores elaborados pela UNWTO, porém por se tratar de um conjunto de indicadores selecionados a partir da metodologia PER (Pressão-Estado-Resposta), essa metodologia contempla as dimensões do desenvolvimento sustentável de maneira parcial.

No estudo de Delamaro et al. (2002), percebe-se a utilização de indicadores de sustentabilidade para analisar o destino turístico Vale do Paraíba Fluminense, Rio de Janeiro. O autor utiliza seis dimensões da sustentabilidade para analisar tal destino, a saber: social, econômica, histórico-cultural, ambiental, espacial/territorial e político-institucional. Por meio de pesquisa bibliográfica, o autor delineou indicadores qualitativos para cada dimensão que guiaram a análise da sustentabilidade do local.

Dentro do grupo de indicadores estabelecidos pelo autor para análise da sustentabilidade da região do Vale do Paraíba Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, observa-se que todos os indicadores são formados por critérios qualitativos de análise e que os indicadores da dimensão econômica contemplam apenas os empreendimentos turísticos da região, não fornecendo uma visão macro, mas sim uma visão microeconômica do destino.

Outro aspecto relevante são os indicadores da dimensão social que se encontram relacionados a questões econômicas, como dinâmica da economia local e capacidade de absorção dos trabalhadores do que com questões como saúde e educação da comunidade.

Os indicadores propostos por Delamaro et al. (2002) para análise da dimensão ambiental, por sua vez, não encontram-se relacionados à capacidade de carga dos atrativos naturais ou ainda à questões como resíduos sólidos, água e energia: concentram-se em aspectos de valorização e educação ambiental, além das condições de saneamento básico do lugar. Já a dimensão histórico-cultural não contempla aspectos relacionados a tradições e costumes locais (DELAMARO et al. 2002), enquanto que no tocante à dimensão territorial os autores propõem observar a ocupação e uso do solo, acessibilidade e mobilidade do destino, uma vez que estes encontram-se inseridos no produto turístico. Por fim, os indicadores sugeridos pelos autores para análise da dimensão política-institucional correspondem à representatividade, coesão e participação dos atores locais no processo de planejamento turístico.

Sendo assim, no quadro 05 encontram-se a relação entre os indicadores e as dimensões da sustentabilidade propostos por Delamaro et al. (2002).

	Dimensões					
	Social	Econômica	Ambiental	Histórico-Cultural	Territorial	Política-Institucional
Indicadores	Capacidade de absorção de trabalhadores	Inércia (dependência)	Condições Sanitárias	Conscientização do valor cultural	Ocupação e uso do solo	Representatividade
	Qualidade do emprego	Lucratividade	Educação Ambiental	Preservação patrimonial	Acessibilidade	Coesão
	Dinâmica da economia local	Capacidade de planejamento	Valorização do Patrimônio Ambiental	Promoção Cultural	Mobilidade	Participação
	Solidariedade Social	Gestão estratégica do negócio				

Quadro 05 – Dimensões e indicadores utilizados por Delamaro et al. (2002) para análise da sustentabilidade da região do Vale do Paraíba Fluminense, Rio de Janeiro.

Fonte: Adaptado de Delamaro et al. (2002).

Delamaro et al. (2002) estabelecem tais indicadores como critérios para sua análise, argumentando a dificuldade em analisar todos os aspectos de todas as dimensões. Nesse caso, os autores delimitaram suas análises de acordo com os critérios, julgados por eles como os mais relevantes para análise da sustentabilidade do destino turístico.

Já Faria (2007), a partir de indicadores quantitativos, verificou a sustentabilidade da região de Costa Dourada na Bahia, que abrange os municípios de Porto Seguro, Santa Cruz

Cabrália e Belmonte. A autora observou impactos da atividade turística no que se refere às dimensões econômica, social, ambiental e territorial. De acordo com os índices resultantes dos indicadores selecionados pela autora foi criada a bússola da sustentabilidade do turismo, tal instrumento serviu para ilustrar a situação do destino turístico. Dentre os aspectos que mais chamam a atenção no grupo de indicadores selecionados pela autora encontram-se: a utilização de apenas quatro dimensões da sustentabilidade e a existência de apenas dois indicadores para análise da dimensão social. As dimensões e indicadores utilizados pela autora encontram-se no quadro 06.

	Dimensões		
	Econômica	Social	Ambiental / Territorial
Indicadores	Fluxo de turistas	IDH-M	Capacidade de suporte dos atrativos naturais
	Geração de Empregos	Estimativas de famílias indigentes	Uso do solo
	Renda Mensal do chefe da família		Espaços protegidos Infra-estrutura social (rede pública de água e esgoto) Serviço de água potável Serviço de esgoto sanitário Coleta e destino final dos resíduos sólidos Produção de resíduos sólidos

Quadro 06 – Dimensões e indicadores utilizados por Faria (1997) para análise da sustentabilidade da região da Costa do Descobrimento, Bahia
Fonte: adaptado de Faria (1997).

Percebe-se, portanto, a possibilidade do uso de indicadores e fatores relacionados à cada dimensão para avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos, uma vez que os indicadores utilizados nos trabalhos citados encontram-se direta e indiretamente relacionados à atividade turística das localidades supracitadas.

Diante do debate apresentado, verifica-se o quão complexo e multidimensional é a discussão a respeito das dimensões do desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, sua avaliação, mensuração e análise. Portanto, percebe-se a possibilidade de utilizar critérios e indicadores relativos a cada dimensão para compreender fatores da sustentabilidade dessas localidades.

Neste trabalho serão adotadas as dimensões da sustentabilidade sugeridas por Delamaro *et al.* (2002), visto que este autor contempla-as de forma mais abrangente, que o trabalho de Faria (2007). Por fim, acredita-se que a análise da sustentabilidade, do objeto de estudo dessa pesquisa, só será possível a partir do estabelecimento de indicadores para avaliação das dimensões da sustentabilidade. Para que estes indicadores sejam estabelecidos foi necessário a construção de marcos teóricos para cada dimensão escolhida conforme estudo

de Delamaro et al. (2002), são elas: social, ambiental, cultural, política-institucional, territorial e econômica.

Assim sendo, tem-se que a sustentabilidade de uma localidade apresenta-se como um processo multi e interdimensional, no qual identificar e definir o quê e como pode ser analisada cada dimensão é complexo e pouco discutido na literatura. Sendo assim, para avaliação dessas dimensões é necessário estabelecer indicadores de sustentabilidade. Neste trabalho, além do conjunto de indicadores para cada dimensão, também foram propostos critérios de análise ou sub-indicadores que servem de base para o delineamento de cada indicador. Matrizes de parâmetros também foram construídas, para avaliação dos critérios de análise, tomando como base recomendações do referencial teórico consultado.

2.3.3 A Dimensão Social da Sustentabilidade

A sustentabilidade social “aparece como uma preocupação relacionada à organização interna de cada sociedade humana e da comunidade mundial de nações cada vez mais interdependentes” (SACHS, 2007, p. 288). Ao analisar a ideia de Sachs (2007) a respeito da dimensão social da sustentabilidade, percebe-se que a base dessa dimensão recai sobre os preceitos primordiais de equidade e democracia para que se possa garantir a apropriação efetiva de todos os direitos humanos (SACHS, 2007). Desse modo, segundo o mesmo autor, para que a sustentabilidade social seja obtida deve-se: alcançar um justo grau de homogeneidade social, ter uma distribuição equitativa de renda, ter condições de oferecer pleno emprego e/ou auto-emprego para a produção de meios de subsistência decentes e oferecer acesso equitativo aos recursos e serviços sociais (SACHS, 2007).

Sendo assim, pode-se dizer que a sustentabilidade social não se refere somente ao que um ser humano (o indivíduo, o chefe da família ou a família) pode ganhar, mas, como ele vai conseguir manter uma adequada e decente qualidade de vida para si e seus familiares (CHAMBERS; CONWAY, 1992).

É então decisiva para a sustentabilidade social que a oferta de serviços básicos como educação, saúde, segurança, transporte entre outros, estejam ao alcance do indivíduo, e a partir disso, é importante observar como essa dimensão da sustentabilidade é abordada nas ações e estratégias públicas para o desenvolvimento, principalmente em relação a atividade turística, segmento econômico foco deste trabalho. Santos et al. (2008), por exemplo, analisou com base na abordagem do ecodesenvolvimento que, embora o plano estratégico do turismo de Pernambuco, intitulado “Pernambuco para o Mundo” contemplasse todas as dimensões

propostas em tal abordagem, focava os seus esforços em ações pontuais e pouco abrangentes principalmente em relação a dimensão social. Tais ações consistiam em geração de empregos a partir da instalação de megaempreendimentos no litoral Sul do Estado, capacitação da mão-de-obra e investimentos em infra-estrutura desses lugares (SANTOS et al., 2008).

Sendo assim, o estudo de Santos et al. (2008), infere que o foco em aspectos técnicos da sustentabilidade social (FOLADORI; TOMASINO, 1999) não garantem a melhoria da qualidade de vida, geração de oportunidades e benefícios reais para as comunidades receptoras, fatores essenciais para o desenvolvimento local (CORIOLANO 2003; 2009; BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009). Nesse caso, é importante que além de condições, acesso e serviços de infra-estrutura, a contribuição do turismo à dimensão social da sustentabilidade esteja vinculada à possibilidade de um padrão justo de desenvolvimento, a uma melhor distribuição de renda o que diminui as diferenças sociais, e, portanto, ao emponderamento dos destinos (BARTHOLO, 2009; BENI, 2006).

Por isso, é relevante analisar “o potencial para o enfrentamento de carências e problemas locais, contribuindo para o aumento da qualidade de vida, equidade e justiça social das pessoas e comunidades situacionalmente afetadas pelas práticas turísticas” (BARTHOLO, 2009, p. 5).

Ao se pensar a maneira como a dimensão social pode ser analisada, tem-se como principal empecilho o fato desta ser uma dimensão que permeia todas as outras dimensões da sustentabilidade, uma vez que são os indivíduos que precisam tomar consciência da necessidade de transformação do seu comportamento no planeta e assim agir em função de uma ética do desenvolvimento no qual questões políticas, culturais, econômicas, ambientais e territoriais devem ser incluídas.

Tendo em vista a dificuldade em estabelecer parâmetros de análise para essa dimensão devido a tênue relação que esta apresenta com as outras dimensões da sustentabilidade, entendeu-se que, com base no referencial teórico construído, indicadores qualitativos adequados para análise da dimensão social da sustentabilidade de um destino turístico, devem, além de retratar o potencial da comunidade para manter sua **qualidade de vida**, (BARTHOLO, 2009; SACHS, 2007; BENI, 2006; CHAMBERS; CONWAY, 1992) avaliar como a **dinâmica do turismo** contribui para a sustentabilidade da localidade (BARTHOLO, 2009).

Em relação à análise da qualidade de vida de uma população tem-se um assunto amplo que pode ter vários direcionamentos. Herculano (2000), por exemplo, coordena uma discussão a respeito da subjetividade da qualidade de vida e quais indicadores poderiam

determinar os patamares ideais. A discussão que a autora apresenta consiste em questionamentos do tipo: como garantir um patamar mínimo de dignidade e condição humana? Qual é este patamar e como defini-lo? Como determinar as necessidades básicas? E quem as determina? Buscando responder essas perguntas a autora entende como qualidade de vida:

A soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higiene ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais (HERCULANO, 2000, p. 22).

Sendo assim, Herculano (2000) propõe um conjunto de indicadores de qualidade de vida que devem ter seu foco: nas condições habitacionais, qualidade educacional, qualidade da saúde, condições de trabalho, diversidade e horizontalidade na comunicação social, qualidade do transporte coletivo, qualidade ambiental urbana e qualidade ambiental não-urbana, qualidade pluralidade e horizontalidade nos canais de decisão coletiva.

No que se refere ao aspecto da dinâmica do turismo, Beni (2006) recomenda como prioridade para a dimensão social, diretrizes que devem ser levadas em consideração no planejamento do destino turístico, são elas: influência na dinâmica da população, capacitação para o turismo, educação, saúde e habitação.

Portanto, de acordo com a discussão teórica foram estabelecidos dois indicadores que geraram grupos de critérios de análise distintos, cujo primeiro refere-se ao indicador **qualidade de vida** e o último, a **dinâmica do turismo no destino**. A relevância desses indicadores reflete além das condições básicas de uma vida digna, como alertado por Herculano (2000), uma análise de como a atividade turística pode impactar no cotidiano da comunidade local. Desta forma, no quadro 07 são apresentados os dois indicadores e seus respectivos critérios de análise que foram utilizados, neste trabalho, para avaliação da dimensão social da sustentabilidade.

Dimensão Social da Sustentabilidade	
Qualidade de Vida da Comunidade	Dinâmica do Turismo no Destino
Acesso à saúde	Densidade de Frequência Turística
Acesso à educação	Capacitação da população para o turismo;
Transporte Público	
Habitação	

Quadro 07 – Dimensão social da sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Sendo assim, para cada critério de análise referente aos dois grupos de indicadores foi estabelecido uma matriz de parâmetros para análise destes. A seguir serão apresentados os critérios de análise e os parâmetros pelos quais estes serão avaliados.

O **acesso saúde** consiste no primeiro critério de análise do indicador qualidade de vida, conforme Sachs (2007) por ser considerado um serviço social, para que se siga em direção ao desenvolvimento sustentável, deve-se atentar para o acesso equitativo a esse serviço. Sendo assim, esse critério de análise procura observar se a distribuição de hospitais e/ou postos de saúde tem capacidade de oferecer serviços públicos de saúde que comportem tanto a população local como a população flutuante (visitantes). No quadro 08 são apresentados os parâmetros para o primeiro critério da dimensão ambiental:

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Acesso à Saúde	Não há hospitais ou centros de emergência no local	Há centros de emergências, mas não comportam a população local do destino nem a flutuante	Há centros de emergência e hospitais, atende a população, mas em épocas de alta estação os serviços são insuficientes para a população fixa e flutuante	Há centros de emergência e/ou hospital que comporta a população fixa e flutuante, além da promoção de campanhas de saúde pública para comunidade como: controle da natalidade, higiene bucal, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros

Quadro 08 – Matriz de parâmetro, acesso à saúde;
Fonte: Elaborado pela autora.

Como segundo critério de análise do indicador qualidade de vida tem-se o **acesso à educação**, como o critério anterior deve ser considerado um serviço social e para tanto o acesso deve ser equitativo entre a população de um determinado lugar (SACHS, 2007). Segundo Herculano (2000) educação é tida como um aspecto prioritário no que diz respeito a qualidade de vida da população. Por isso, tal critério tem como objetivo analisar a disponibilidade do serviço público de educação de um destino turístico, observando principalmente em relação às categorias de ensino oferecidas pelas escolas públicas. Os parâmetros estabelecidos para avaliação apresentam-se a seguir:

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Acesso à educação	Não há escolas públicas no local	Há escola pública, mas oferece ensino apenas até o ensino fundamental II	Há escola pública até o ensino médio e comporta toda a comunidade local	Há todas as modalidades de ensino, comporta toda a comunidade local, além de fornecer educação voltada para a importância do turismo e a valorização da cultura

Quadro 09 – Matriz de parâmetros, acesso à educação;
Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda inserido no primeiro indicador da dimensão social, tem-se o critério de análise, **transporte público**, que segundo Herculano (2000) compreende os requisitos básicos do conceito de qualidade de vida. Neste, a matriz de parâmetros foca na avaliação de como esse serviço é prestado à população local dentro dos limites do destino turístico, neste caso não foi considerado a avaliação de transporte público referente ao acesso ao destino turístico, o foco reside, então, na análise de como este serviço encontra-se estruturado para atender a população do local. Para tanto, tem-se o quadro 10:

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Transporte Público	Não há serviço de transporte público no destino	Há transporte público, mas este não atende toda população	Há transporte público e atende toda população	Há transporte público, atende a toda população além de campanhas de incentivo ao uso desse transporte

Quadro 10 – Matriz de parâmetros, transporte público;
Fonte: Elaborado pela autora.

A **habitação** também consiste num dos requisitos para a qualidade de vida de uma comunidade (HERCULANO, 2000). Para Beni (2006), além de estar relacionado com a qualidade de vida, a habitação encontra-se diretamente ligada à ordenação do território o que se tratando de um destino turístico garante a manutenção dos atrativos além da qualidade da paisagem o que para o autor consiste em diferencial competitivo. Tomando como base tais diretrizes em relação a este critério de análise, busca-se avaliar se a habitação no destino turístico obedece a um padrão de normas, leis e planejamento urbano do destino. Sendo assim, a matriz de parâmetros deste critério apresenta-se da seguinte maneira:

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Habitação	Não há planejamento nem gestores responsáveis pela habitação da comunidade local	A habitação é um problema presenciado pela comunidade local que passa a ocupar lugares impróprios para moradia	A habitação da comunidade local se constitui num problema para a gestão do destino turístico, mas há planejamento por parte da gestão para remoção das famílias que abrigam lugares impróprios	Os problemas de habitação existem, mas são resolvidos a partir de um canal entre a gestão do destino e a comunidade e um planejamento urbano eficaz que prioriza a padronização das habitações da comunidade

Quadro 11 – Avaliação do critério de habitação;
Fonte: Elaborado pela autora.

Em seguida, o indicador dinâmica do turismo no destino compreende um conjunto de dois critérios de análise, são eles: influência na dinâmica da população e a capacitação da população para o turismo.

No tocante à **densidade de frequência turística** deve se ter em mente como a intensidade do fluxo de pessoas ocasiona transtornos ao destino. Dessa forma, para esse critério de análise deve ser prioridade analisar a dinâmica do número de turistas em determinado período e como essa dinâmica causa ou não transtornos para a comunidade. Logo, a matriz de parâmetro avalia a existência de controle do número de visitantes pelo destino.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Densidade de frequência turística	Não há controle do número de visitantes no destino	Há estimativas do número de visitantes, mas estas não são consideradas pelos gestores no processo de tomada de decisão	Há controle, porém este é negligente em relação à quantidade de visitantes uma vez que ignora os limites do destino	Há controle de entrada e saída de visitantes e está diretamente atrelado a metodologias de capacidade de carga do destino

Quadro 12 – Matriz de Parâmetros, densidade de frequência turística;
Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, a **capacitação da população para o turismo** consiste no último critério de análise da dimensão social. A capacitação deve ser oferecida em todos os níveis, mas principalmente com foco na preparação do capital humano de forma incluyente de forma que minorias e excluídos também sejam contemplados nesse processo (Beni, 2006). A matriz de parâmetro utilizada para avaliação desse critério corresponde à observação da oferta e acesso da comunidade local a cursos de capacitação para o turismo, conforme ilustrado no quadro 13:

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Capacitação da população para o turismo	Não há nenhum tipo de capacitação para o turismo	Há oferta de cursos para capacitação do turismo, mas não são regulares e sim esporádicos	Há capacitação para o turismo, mas apenas na categoria de ensino técnico	Há cursos de capacitação para população nos níveis técnico e superior

Quadro 13 – Matriz de parâmetros, capacitação da população para o turismo;
Fonte: Elaborado pela autora.

A proposta de indicadores e seus respectivos critérios de análise para a dimensão social encontra-se apoiada no aporte teórico consultado durante a investigação. Portanto, é importante atentar para o fato destes não consistirem em aspectos fixos desta dimensão podendo ser adicionados ou excluídos conforme adaptação de futuros estudos, inclusive no que diz respeito às matrizes de parâmetros apresentadas neste capítulo.

2.3.4 A Dimensão Ambiental da Sustentabilidade

A degradação ambiental é sem dúvida uma das principais preocupações do mundo atualmente já que a consciência da finitude dos recursos naturais tornou-se um marco na discussão mundial sobre os limites do crescimento. Diante desse cenário, a dimensão ambiental configura-se como uma questão que envolve um conjunto de atores que fazem parte das inter-relações do meio natural com o social.

Muitas questões são discutidas sobre a dimensão ambiental da sustentabilidade. Segundo Foladori (2005), atualmente existem três interpretações principais das causas da degradação ambiental no planeta que seriam (1) Tecnologias ineficientes (são necessárias tecnologias eficientes e processos limpos); (2) Consumismo (o comportamento consumista esgota os recursos e geram resíduos); e (3) Pobreza (os pobres são considerados a causa e a consequência da degradação ambiental).

Cada interpretação requer diferentes políticas de diminuição de consequências ambientais, sendo a primeira e a segunda focadas em aspectos técnicos, ou seja, em investimentos em ciência e tecnologia que possam minimizar impactos negativos ao meio ambiente. Porém, a terceira interpretação sugerida pelo autor é a mais subjetiva e se inter-relaciona diretamente com todas as outras dimensões da sustentabilidade, mas principalmente com a social. Dessa forma, percebe-se uma discussão que retrata os aspectos técnicos e sociais da dimensão ambiental (FOLADORI, 2005) convergindo, assim, para o sentido de indissociabilidade das dimensões social e ambiental.

Para Jacobi (2003) a necessidade de se discutir a dimensão ambiental surge a partir do começo das reflexões entre as relações existentes entre ser humano e natureza, e das múltiplas possibilidades de defini-la como uma nova maneira de se perceber o planeta como um espaço onde interagem: natureza, técnica e cultura. Dessa forma, o principal argumento do autor gira em torno de que:

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar (JACOBI, 2003, p. 190).

A educação ambiental, nesse caso, seria a mola propulsora da sustentabilidade ambiental, assim como a articulação entre os atores que fazem parte dos muitos sistemas de conhecimento da sociedade. Tal constatação reitera a noção de indissociabilidade entre a

dimensão ambiental e social, quando esta explicita a necessidade de uma construção interdisciplinar do conhecimento que alcance o maior número de atores sociais possíveis.

Sachs (2007), por sua vez, sugere como critério principal da dimensão ambiental o respeito e o aumento da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. É importante acrescentar que o autor também atenta para o fato de que muitas vezes a questão ambiental se sobrepõe à dimensão social, e embora a preocupação com o meio ambiente seja indispensável, ela não pode servir de substituto para a equidade social.

Em relação à atividade turística Beni (2006) percebe a dimensão ambiental como uma dimensão ambígua que ora é o produto turístico em si e ora é o resultado do processo de uso dos atrativos, serviços e outras atividades relacionadas ao turismo, tal ambiguidade remete a estudos de capacidade de carga tanto para conservar o produto turístico como para identificar e estipular a quantidade e organização de muitos estabelecimentos fornecedores de serviços turísticos em um determinado destino. Desse modo, o autor percebe a dimensão ambiental a partir da seguinte constatação:

O princípio referente à essa dimensão impõe o incremento da capacidade de geração de recursos naturais renováveis, limitando o uso dos recursos naturais não-renováveis, ou ambientalmente prejudiciais, reduzindo o volume de poluição, autolimitando o consumo material pelas camadas sociais privilegiadas, intensificando a pesquisa de tecnologia limpa e definindo regras para uma adequada proteção ambiental (BENI, 2006, p. 99).

Por outro lado, o autor adverte que o foco da preocupação dessa dimensão não seja apenas de curto prazo, porém, que seja comprometido com a continuidade dos processos naturais, garantindo a disponibilidade dos recursos naturais as gerações futuras (BENI, 2006).

Com base na afirmação anterior Beni (2006) assinala seis diretrizes que devem ser contempladas no planejamento turístico de um destino, são elas: proteção dos ecossistemas, resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos e saneamento, poluição sonora e poluição visual. Nesse sentido, com base no exposto, observa-se que a dimensão ambiental pode ser analisada com base em indicadores relacionados no quadro 14.

Dimensão Ambiental da Sustentabilidade		
Educação Ambiental	Conservação e Proteção do Produto Turístico	Gestão do Meio Ambiente
Acesso da comunidade à educação ambiental	Preservação dos recursos naturais	Preparação às emergências ambientais
Valorização do patrimônio ambiental	Capacidade de carga dos atrativos naturais	Gestão dos resíduos sólidos
	Poluição Visual	Gestão da energia
	Poluição Sonora	Conservação e gestão do uso da água
		Saneamento e gestão dos recursos hídricos

Quadro 14 – Dimensão Ambiental da Sustentabilidade;
Fonte: Elaborado pela autora.

Os três indicadores propostos para delinear os critérios de análise da dimensão ambiental foram baseados na discussão teórica anterior e contemplam aspectos relacionados à educação ambiental, conservação e proteção produto turístico e gestão do meio ambiente.

No que tange o indicador educação ambiental, tem-se dois critérios de análise: a educação ambiental da comunidade e a valorização do patrimônio ambiental.

Seguindo as recomendações de Jacobi (2003), sobre a transformação das relações entre a natureza, a técnica e a cultura a partir de um processo interdisciplinar fornecido pelos sistemas de conhecimento da sociedade, elaborou-se a matriz de parâmetros para avaliação do primeiro critério de análise da dimensão ambiental, **acesso da comunidade à educação ambiental**, apresentada no quadro 15. Os aspectos avaliados nessa matriz consistem nas ações realizadas no destino turístico voltados para a educação ambiental e a articulação dos centros de ensino com tais atividades.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Acesso da comunidade à educação ambiental	Não há eventos disponíveis para a comunidade que abordem a questão ambiental nem há a participação das escolas na causa	Há eventos esporádicos sobre o meio ambiente, mas não há articulação das escolas para exercer um trabalho paralelo	Há eventos esporádicos sobre o meio ambiente e as escolas participam	Há eventos gratuitos regularmente que tratam de assuntos relacionados ao meio ambiente do local; Além da articulação e participação das escolas nesses eventos

Quadro 15 – Matriz de parâmetro, acesso da comunidade à educação ambiental;
Fonte: Elaborado pela autora.

Em seguida a **valorização do patrimônio ambiental** representa o segundo critério de análise do indicador, educação ambiental. Neste sentido, a matriz de parâmetro busca identificar como se dá a promoção do meio ambiente em FN e como estão articulados os atores locais em prol da preservação ambiental do destino turístico.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Valorização do patrimônio ambiental	Não há eventos, ações, projetos e ou campanhas disponíveis para a comunidade que promovam o meio ambiente	A promoção do meio ambiente não consegue retratar a realidade nem mobilizar a população para a importância da preservação dos recursos naturais	A promoção do meio ambiente consegue mobilizar a população sobre a importância da preservação dos recursos naturais, porém, a ausência de recursos limitam projetos mais eficazes	A promoção do meio ambiente se dá a partir de ações, projetos e campanhas que além de mobilizar a população, promovem a articulação da comunidade em prol do meio ambiente

Quadro 16 – Matriz de parâmetros, valorização do patrimônio ambiental;
Fonte: Elaborado pela autora.

A conservação e proteção do produto turístico representa o segundo indicador da dimensão ambiental da sustentabilidade e possui um grupo de quatro critérios de análise, entre eles encontram-se: a preservação dos recursos naturais, a capacidade de carga dos atrativos naturais, poluição visual e poluição sonora.

A **preservação dos recursos naturais** de um destino turístico deve compreender não só a sustentabilidade ambiental do local como também a própria preservação do “produto turístico” quando este tem seu foco nos atrativos naturais do destino (BENI, 2006). Sendo assim, para este critério de análise é crucial observar a questão da fiscalização em relação ao cumprimento da legislação ambiental e ainda as pressões exercidas por investidores nas áreas de preservação ambiental onde a construção de estabelecimentos turísticos ou residências não é permitida. A matriz de parâmetro elaborada para tal critério encontra-se no quadro 17.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Preservação dos recursos naturais	Inexistência de fiscalização quanto ao cumprimento da legislação ambiental pelos empreendimentos	Possui fiscalização da legislação ambiental, mas fragilidades quanto à pressões de empresários para construção de propriedades privadas em áreas naturais comprometem a preservação dos recursos naturais	Possui fiscalização da legislação ambiental, porém observa-se fragilidades quanto a pressão para construção de propriedades privadas em áreas naturais	Possui fiscalização intensa do cumprimento da legislação ambiental, ausência de fragilidades quanto às pressões para construção de propriedades privadas em áreas naturais e participação da população na gestão de áreas protegidas

Quadro 17 – Matriz de Parâmetros, preservação dos recursos naturais;
Fonte: Elaborado pela autora.

A **capacidade de carga dos atrativos naturais** é considerada uma das principais ferramentas para garantir a manutenção de bons estados de conservação dos atrativos turísticos, além de preservar tais atrativos e equilibrar a capacidade de depuração dos ecossistemas (BENI, 2006). Portanto, esse critério de análise considera a existência ou não de metodologias de capacidade de carga no destino turístico. Sendo assim, o quadro 18, apresenta os principais aspectos a serem avaliados neste critério de análise.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Capacidade de carga dos atrativos naturais	Inexistência de metodologia de capacidade de carga dos atrativos naturais	Existência da metodologia, porém não é respeitada pela gestão e atores locais do destino	Existência da metodologia de capacidade de carga, esta é respeitada a partir do controle do número de visitantes nos atrativos naturais mais impactados	Existência da metodologia de capacidade de carga, é respeitada, possui controle do número de visitantes, além de campanhas informativas constantes sobre a situação dos atrativos naturais

Quadro 18 – Matriz de parâmetros, capacidade de carga dos atrativos naturais;
Fonte: Elaborado pela autora.

A **poluição visual** pode prejudicar a paisagem de muitos destinos turísticos, por isso é importante buscar uma identidade visual do destino e combater dimensionamentos, iluminação, propagandas e sinalização que desarmonizem o lugar (BENI, 2006). Seguindo tais recomendações esse critério de análise procura perceber se existe poluição visual no destino e quais os lugares mais afetados, com intuito de entender se os atrativos naturais apresentam ou não tal poluição. Segue assim, a matriz de parâmetro deste critério:

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Poluição Visual	A poluição visual compromete totalmente a paisagem do destino, principalmente os atrativos naturais;	A poluição visual existe, compromete principalmente o centro urbano e os atrativos naturais do destino;	A poluição visual existe, compromete o centro urbano e com menor intensidade alguns atrativos naturais do destino;	A poluição visual não compromete as paisagens do destino;

Quadro 19 – Matriz de parâmetros, poluição visual;
Fonte: Elaborado pela autora.

Já o silêncio e harmonia de sons é uma das condições mais procuradas por quem busca lazer e descanso, sendo assim, a **poluição sonora** contribui para a desqualificação de um destino turístico (BENI, 2006). Assim, este critério de análise objetiva identificar os locais nos quais a intensidade de ruídos compromete a permanência dos turistas no destino. Conforme o quadro 20 tem-se a matriz de parâmetros para avaliação.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Poluição Sonora	A poluição sonora compromete totalmente a tranquilidade do destino	A poluição sonora compromete o centro urbano do destino e arredores	A poluição sonora compromete apenas o centro urbano do destino	Não há problemas com poluição sonora no destino

Quadro 20 – Matriz de parâmetros, poluição sonora;
Fonte: Elaborado pela autora.

No tocante ao indicador, gestão do meio ambiente, cinco critérios de análise foram estabelecidos, a saber: preparação do destino às emergências ambientais, gestão dos resíduos sólidos, gestão da energia, conservação e gestão do uso da água e saneamento e gestão dos recursos hídricos.

A **preparação às emergências ambientais** foi considerada como o grau de preparação do destino para responder potenciais riscos ambientais, como, por exemplo: incêndio, proliferação descontrolada/desequilíbrio de espécies nativas ou não da fauna e contaminação de águas pluviais. Assim sendo, a matriz de parâmetros designada para esse critério de análise encontra-se no quadro 21.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Preparação às emergências ambientais;	Ausência de preparação as emergências ambientais	Reconhece a relevância de estar preparado para emergências ambientais, mas não possui procedimentos de ação para tais emergências	Conhece os riscos ambientais e possui procedimentos padrões, mas estes nunca foram testados	Conhece os riscos ambientais, além da elaboração e testes de procedimentos de ação mediante ocorrência de alguma emergência

Quadro 21 – Matriz de avaliação, preparação às emergências ambientais;
Fonte: Elaborado pela autora.

O lixo representa atualmente um dos principais problemas discutidos pelos gestores públicos. A **gestão dos resíduos sólidos** como critério de análise referente ao indicador, gestão do meio ambiente, analisa como se dá o processo de coleta e destinação do lixo em determinado destino turístico. A avaliação deste critério acontece baseada na matriz de parâmetro ilustrada no quadro 22.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Gestão dos resíduos sólidos	Inexistência de coleta pública dos resíduos sólidos	Possui coleta pública dos resíduos sólidos, mas a destinação destes não é adequada	Possui coleta seletiva dos resíduos sólidos e sua destinação é adequada	Possui coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos sólidos, resíduos orgânicos são reutilizados além de campanhas educativas e fóruns participativos sobre o problema do lixo no destino

Quadro 22 – Matriz de parâmetros, gestão dos recursos sólidos;
Fonte: Elaborado pela autora.

O critério de análise referente à **gestão de energia** procura avaliar principalmente, a natureza do tipo de energia predominantemente produzida no destino turístico, se esta é renovável ou não. O quadro 23 representa a matriz de análise que será utilizada para avaliação deste critério.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Gestão da energia	Não há utilização de fontes de energia renováveis	Há predominância de utilização de fontes não renováveis energia uma vez que a utilização de fontes renováveis não são significativas	Há utilização significativa de fontes de energia renováveis devido as condições geográficas do destino, porém não são predominantes	Há a predominância de fontes renováveis de energia além de campanhas de incentivos aos visitantes a racionalizar o uso de energia elétrica

Quadro 23 – Matriz de parâmetros, gestão da energia;
Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à **conservação e gestão do uso da água**, é avaliado o acesso da população aos serviços de água tratada e existência ou não de colapsos durante os períodos de alta estação, conforme apresentado no quadro 24.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Conservação e gestão do uso da água	Não há ações e planejamento para gestão do uso da água;	Há colapsos frequentes na distribuição de água;	Há colapsos na distribuição de água no destino durante o período de alta estação;	A gestão consegue mitigar os colapsos de água na alta estação, além de realizar eventos e ações promovendo o consumo consciente da água.

Quadro 24 – Matriz de parâmetros, conservação e gestão do uso da água;
Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, o último critério de análise consiste no **saneamento básico** do destino. Para tanto, foi estabelecida uma matriz de parâmetros que avaliasse o tratamento do esgoto de todo o destino turístico, conforme ilustrado no quadro 25.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Saneamento básico	Não há saneamento básico no destino turístico	O saneamento básico compreende pequena parcela da população	O saneamento básico compreende toda a população, mas apresenta tratamento inadequado	O saneamento básico é um aspecto frequentemente planejado pela gestão do destino conseguindo suprir a população mesmo com aumento da densidade demográfica e destinando adequadamente os efluentes

Quadro 25 – Matriz de parâmetros, saneamento básico;
Fonte: Elaborado pela autora.

No entanto, o estabelecimento de tais matrizes de parâmetros para os critérios de análise de cada indicador da dimensão ambiental contribuiu para a compreensão de que a dimensão ambiental é mais complexa e interdisciplinar do que o debate apresentado neste item do referencial teórico. No entanto, não foi objetivo dessa sessão esgotar tal discussão, apenas compreender seus principais aspectos para que fosse possível propor um conjunto de indicadores capazes de avaliar a dimensão ambiental da sustentabilidade de um destino turístico, já que este, sim, consiste em um dos objetivos deste trabalho.

2.3.5 A Dimensão Cultural da Sustentabilidade

Compreender que a cultura tem o potencial de ser vetor de desenvolvimento perpassa por questões de valorização de identidades individuais e coletivas, coesão entre a comunidade e promoção das características culturais e peculiaridades locais como fator de crescimento

para muitos territórios. Essas características podem ser aproveitadas por meio do turismo ou pela produção de produtos agrícolas e/ou artesanais locais para o desenvolvimento de uma determinada região.

Porém, é importante perceber também a cultura não apenas pelo ponto de vista da inserção de produtos locais com viabilidade econômica ou tratá-la como um produto a ser consumido, é fundamental “compreender a cultura como um processo de criação de significados que oferecem sentido ao modo de vida das comunidades humanas” (VECCHIATI, 2004, p. 94).

Para Sachs (2007), a dimensão cultural do ecodesenvolvimento apenas será alcançada caso haja o equilíbrio entre o respeito à tradição e a inovação, e ainda a partir da autonomia, endogeneidade e confiança combinada com uma abertura para o Mundo. Ou seja, é importante preservar as tradições e costumes locais, mas também deve-se considerar o contexto global atual e gerenciar os impactos da globalização da economia mundial no modo de vida e na cultura local.

No turismo, a dimensão cultural ganha ainda mais destaque, uma vez que consiste no encontro com o outro. Desse modo, não são apenas os turistas que serão levados a conhecer outros lugares e costumes diferentes, mas são os receptores que também sentirão o impacto de outras culturas e por isso devem ter em mente sua identidade cultural, que muitas vezes é esquecida ou pouco valorizada (BARTHOLO, 2009). Por isso é importante que o turismo proporcione à comunidade um meio de afirmação da identidade local, conscientizando-a e motivando-a acerca da importância de sua cultura e da preservação do patrimônio material e imaterial (BARTHOLO, 2009).

A dinâmica cultural em que o turismo está inserido deve ser observada com cuidado, uma vez que o maior paradoxo dessa atividade é de que ela coloca em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadores de funções precisas e pré-determinadas (BARRETO, 2003). Desse modo, Barreto (2003) segue argumentando que:

...na verdade, os habitantes dos lugares turísticos que se beneficiam economicamente com a presença dos turistas não estão precisamente interessados em receber os turistas, mas o dinheiro dos turistas. Os turistas passam a ser um mal necessário. Mal porque sua presença incomoda; necessário porque seu dinheiro faz falta. Os turistas, por sua vez, vêem no habitante local apenas um instrumento para seus fins (BARRETO, 2003, p. 26).

A substituição da cultura local por uma cultura emergente também deve consistir nas preocupações acerca da dimensão cultural, uma vez que, essa permutação, além de consistir num aspecto negativo para a identidade do lugar também significa a perda de opções de

captação do fluxo de turistas, pois sabe-se que os aspectos culturais são elementos fundamentais do produto turístico (BENI, 2006).

Um exemplo de como a inovação pode se tornar fonte de competitividade para o destino é observado no trabalho de Falcão, Santos e Gómez (2009), ao analisar o destino turístico de Porto de Galinhas, litoral Sul do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, as autoras encontraram a mobilização de atores locais para atrair visitantes por meio de inovações do produto turístico, ligadas diretamente à cultura local, como: um circuito gastronômico criado pelos donos de restaurantes e chefes de cozinha da região; o desenvolvimento de um tipo de artesanato que só pode ser adquirido caso o turista esteja no destino; e ainda, o projeto de um roteiro para passeios que teriam como temas as lendas dos locais - este último ainda em fase de desenvolvimento.

Desse modo, as principais diretrizes delineadas por Beni (2006) para a dimensão cultural consistem na conservação da herança cultural, conservação e uso do patrimônio histórico, meios de interpretação e difusão cultural e manutenção da autenticidade cultural.

Com base nas considerações de Beni (2006) e nas recomendações dos autores utilizados neste referencial, entende-se que a dimensão cultural precisa ser valorizada e conhecida a partir: do fortalecimento da **identidade cultural**, principalmente quando se trata de destinos turísticos (BARTHOLO, 2009; VECCHIATI, 2004); do **equilíbrio entre a inovação e o respeito às tradições**, uma vez que estes são critérios fundamentais para que haja manutenção e respeito das crenças locais (SACHS, 2007); e da viabilidade da **cultura como um atrativo turístico**, posto que além de criar uma atmosfera para manutenção da cultura local, o destino também pode se tornar mais competitivo (BENI, 2006).

Sendo assim, o conjunto de critérios de análise que será estabelecido para avaliação dessa dimensão serão agrupados dentro do grupo de três indicadores: identidade cultural, equilíbrio entre a inovação e o respeito às tradições e à cultura como um atrativo turístico. No quadro 26 é possível observar os indicadores e seus respectivos critérios de análise.

Dimensão Cultural da Sustentabilidade		
Identidade Cultural Local	Equilíbrio entre a Inovação e o Respeito às Tradições	Cultura como atrativo turístico
Coesão entre a comunidade e a promoção da cultura	Preservação do patrimônio histórico-cultural	Promoção cultural do destino
Elementos (materiais e imateriais) da identidade cultural	Abandono de atividades tradicionais devido ao turismo	Interesse dos visitantes pela cultura local
	Conscientização do valor cultural	

Quadro 26 – Dimensão Cultural da Sustentabilidade;
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os critérios de análise estabelecidos para o indicador identidade cultural local tem-se: a coesão entre a cultura local e os elementos materiais e imateriais da identidade cultural. Os aspectos culturais do destino turístico devem ser potencializados de uma forma que possam gerar vantagem competitiva para o local (BENI, 2006), além de enaltecer os aspectos da identidade dos residentes.

Dessa forma, faz-se necessário, primeiramente, identificar aspectos relativos a **coesão entre a comunidade e a promoção da cultura local**, que neste caso é percebida por meio das atividades realizadas pela gestão do destino para o enaltecimento do respeito às tradições e costumes dos residentes. Dessa forma, a matriz de parâmetro utilizada para avaliação desse critério de análise foi estabelecida da seguinte forma:

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Coesão entre a comunidade e a promoção da cultura	Não há coesão entre a comunidade e a cultura local	Não há campanhas que promovam a cultura, mas há um calendário com as principais comemorações locais	Há campanhas de promoção da cultura local além de eventos e tradições que são enaltecidas pela gestão do destino	Há campanhas que promovem a cultura local, as instituições de ensino colaboram com a promoção da cultura do destino além de eventos e tradições que são enaltecidas pela gestão local

Quadro 27 – Matriz de parâmetros, coesão entre a comunidade e a promoção da cultura;
Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme Beni (2006), para que os aspectos culturais do destino passem a ser fonte de vantagem competitiva é necessário ter em mente a identidade cultural do local, tal identidade é formada principalmente pelos elementos materiais e imateriais que compõem o destino turístico. Nesse sentido, a observação desse critério de análise se dá principalmente a partir da presença da identidade cultural como parte do “produto” turístico. No quadro 28 encontram-se os parâmetros utilizados para avaliação dessa dimensão.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Elementos (materiais e imateriais) da identidade cultural	Não há uma identidade cultural visível no destino	Há uma identidade cultural, mas esta não encontra-se definida e divulgada	Há uma identidade cultural, seus elementos são visíveis, mas não fazem parte do produto turístico	Há uma identidade cultural, seus elementos são consolidados e valorizados pela atividade turística

Quadro 28 – Matriz de parâmetros, elementos materiais e imateriais da identidade cultural;
Fonte: Elaborado pela autora.

O segundo indicador da dimensão cultural da sustentabilidade refere-se ao equilíbrio entre a inovação e o respeito às tradições. Como critérios de análise foram estabelecidos três, a saber: conservação/preservação e uso do patrimônio histórico-cultural, abandono de atividade tradicionais devido ao turismo e a conscientização do valor cultural.

Em relação à **conservação/preservação e uso do patrimônio histórico-cultural**, tem-se que este critério de análise propõe-se a avaliar como são fiscalizados e gerenciados os patrimônios históricos e culturais de um determinado destino, portanto, o quadro 29 apresenta a matriz de parâmetro elaborada para este critério:

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Conservação/preservação do patrimônio histórico	Não há regulamentos nem fiscalização referentes a conservação do patrimônio histórico	A conservação do patrimônio histórico é negligenciada pela gestão local	A conservação do patrimônio histórico apresenta problemas devido à limitações da gestão local em promovê-la	A conservação do patrimônio histórico é percebida como uma oportunidade de diferencial competitivo para o destino, por isso é articulada e planejada devidamente em parceria com os atores locais

Quadro 29 – Matriz de parâmetros, conservação/preservação do patrimônio histórico;

Fonte: Elaborado pela autora.

Já o **abandono de atividades tradicionais** desequilibra a relação existente entre inovação e atividades tradicionais, conforme exposto por Sachs (2007). Por isso, o critério de análise, abandono de atividades tradicionais, objetiva identificar atividades desenvolvidas pela comunidade do destino que com o advento da atividade turística foram abandonadas. O quadro 30 ilustra os parâmetros utilizados para avaliação de tal critério:

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Abandono de atividades tradicionais devido ao turismo	Não há mais atividades tradicionais locais	As atividades tradicionais e costumes são realizadas apenas por uma pequena parcela da comunidade	Os costumes e tradições continuam sendo hábitos da comunidade, mas estes não são explorados nem valorizados pelos visitantes	Os costumes e tradições fazem parte do cotidiano do destino e ainda são parte do produto turístico

Quadro 30 – Matriz de parâmetros, abandono de atividades tradicionais devido ao turismo;

Fonte: Elaborado pela autora.

A **conscientização do valor cultural** considera a mobilização dos residentes para a preservação dos aspectos culturais locais. Procura-se identificar como se dá a mobilização ou não da comunidade para enaltecer a cultura local. O quadro 31 apresenta os parâmetros de avaliação para este critério de análise:

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Conscientização do valor cultural	Não há mobilização nem dos residentes nem da gestão do destino para conscientização do valor cultural	Não há mobilização por parte dos residentes para manutenção dos costumes e tradições culturais locais, mas as principais festas e comemorações do destino são mantidas no calendário local	Há mobilização dos residentes para manutenção dos costumes e tradições culturais, mas esta encontra-se desarticulada	Há mobilização para manutenção e promoção dos costumes e tradições culturais por parte dos atores locais que se articularam entre si

Quadro 31 – Matriz de parâmetros, conscientização do valor cultural;

Fonte: Elaborado pela autora.

Finalmente, o último indicador da dimensão cultural da sustentabilidade, cultura como atrativo turístico, possui apenas dois critérios de análise que versam sobre a promoção cultural do destino e o interesse dos visitantes pela cultura local.

A **promoção cultural do destino** é sugerida por Beni (2006) como uma das estratégias pelas quais o destino pode alcançar uma diferenciação competitiva. Para tanto, o destino deve identificar seus potenciais em relação aos elementos materiais e imateriais e inseri-los no “produto” turístico de forma que estes passam a fazer parte do interesse dos visitantes sobre determinado destino. Assim, os parâmetros propostos para análise desse critério foram organizados no quadro 32.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Promoção cultural do destino	A cultura não é um elemento pertencente ao “produto turístico”	Não há aspectos culturais visíveis na promoção do destino, mas existem eventos tradicionais que são respeitados no calendário do destino	Há aspectos da cultura local na promoção do destino, mas esta não é o foco principal do produto, por isso costumes e tradições não são muito valorizados	A cultura é um elemento fundamental na promoção do destino e os eventos, tradições e costumes locais são respeitados e valorizados pelos gestores e comunidade local

Quadro 32 – Matriz de parâmetros, promoção cultural do destino;
Fonte: Elaborado pela autora.

Para avaliação do critério, o **interesse dos visitantes pela cultura local**, foram consideradas ações e campanhas realizadas pela gestão do destino com a finalidade de despertar a atenção dos visitantes para os aspectos culturais. No quadro 33 pode-se observar a relação existente entre os parâmetros estabelecidos os critérios estabelecidos para cada nível individualmente.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Interesse dos visitantes pela cultura local	Não há ações realizadas para despertar o interesse dos visitantes sobre a cultura local	Há ações para despertar o interesse do visitante, mas são desarticuladas e ineficazes	Há ações que despertam o interesse dos visitantes, mas o visitante não é atraído por isso	Há ações que fazem com que o visitante se interesse pela cultura local antes de chegar no destino

Quadro 33 – Matriz de parâmetros, interesse dos visitantes pela cultura local;
Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a discussão apresentada anteriormente, a dimensão cultural é uma força maior, mais ampla e ao mesmo tempo geradora de patrimônio. Logo, consiste numa representação mais profunda que enaltece as peculiaridades e características singulares de um povo, ou seja, sua identidade. Por isso, a relevância dessa dimensão na análise da

sustentabilidade, uma vez que sem o sentido de identidade perde-se o valor dos elementos (materiais e imateriais) presentes no local, e a viabilidade econômica acaba por se sobressair aos aspectos de pertencimento e de propriedade de tais elementos, o que faz com que a atividade turística seja uma atividade predatória e degradante.

2.3.6 A Dimensão Política-Institucional da Sustentabilidade

Neste trabalho, a dimensão política-institucional será abordada como a dimensão que abrange a articulação entre as instituições públicas, privadas e a sociedade (atores locais), seguindo critérios de representatividade, participação e coesão desses atores.

Segundo argumentos de Rocha e Bursztyn (2005) sobre a necessidade de participação da comunidade local no planejamento e elaboração de políticas públicas, tais autores acreditam que “a cooperação dos tomadores de decisões locais com todos os atores e grupos relevantes da comunidade, é visualizada como uma pré-condição básica à obtenção do tão almejado desenvolvimento local sustentável” (ROCHA; BURSZTYN, 2005, p.7). Da mesma forma, Irving (2002) argumenta que a participação social no processo de tomada de decisões representa uma condição *sine qua non* à sustentabilidade e legitimidade de qualquer ação ou projeto de planejamento que siga em direção ao desenvolvimento sustentável.

Sachs (2007) acredita que a sustentabilidade política-institucional deve contemplar aspectos da coesão social, capacidade de implementação de projetos do Estado em parceria com todos os atores sociais interessados e uma democracia na qual o conjunto dos direitos humanos sejam contemplados e a comunidade beneficiada com a garantia de seus direitos.

Uma estrutura fortalecida que apresente capacidade para mediação de conflitos de interesses, tomadas de decisões e implementação de ações estabelecidas no planejamento público são de fundamental importância para garantir a participação dos atores locais no processo decisório e na defesa de seus interesses coletivos (BENI, 2006). Para um setor econômico como o turismo é ainda mais relevante, uma vez que “a complexidade das ações e a interdependência dos setores requerem convergências e sintonias difíceis de ser construídas e implementadas” (BENI, 2006, p.115).

Nesse ponto é importante focar critérios de análise dessa dimensão no potencial que a comunidade tem de definir seus próprios problemas (BARTHOLO, 2009; DELAMARO, et al., 2002). Em sua análise de projetos de desenvolvimento turísticos, Irving (2002) percebe que quando há a participação da comunidade local há mais vantagens no processo, como o conhecimento dos problemas locais e ainda a adequação do tempo do projeto ao tempo de resposta dos beneficiários, ou seja, a apropriação do projeto pela comunidade, diminuindo as

implicações negativas das mudanças dos representantes políticos desses locais em intervalos de pequenos de tempo.

Optou-se, neste trabalho, por estabelecer indicadores políticos-institucionais baseados: na **organização da comunidade**, na tentativa de compreender a articulação e coesão desses atores; no **planejamento da atividade turística**, procura-se identificar como se dá a participação dos atores locais neste processo; e no **processo de tomada de decisão coletivo**, procurando ilustrar a participação da comunidade nos problemas locais. O quadro ilustra como os indicadores foram organizados e quais os critérios de análise relacionados a cada um.

Dimensão Política-Institucional da Sustentabilidade		
Organização da comunidade	Planejamento da atividade turística	Processo de tomada de decisão coletivo
Articulação dos atores locais	Participação dos atores locais no planejamento turístico do destino	Participação da população no processo de tomada de decisão
Conflitos de interesse existentes entre os atores locais	Entidades e instituições ligadas à atividade turística	Acessibilidade da população aos representantes do poder público

Quadro 34 – Dimensão Política-Institucional da Sustentabilidade;
Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda que haja argumentos de que a dimensão política deva incluir a análise da qualidade das políticas públicas implementadas para o desenvolvimento do turismo, escolheu-se, neste trabalho, aspectos relacionados à organização e participação da comunidade, uma vez que a análise de tais políticas implicaria no detalhamento de abordagens mais complexas sobre o tema os quais não constituem objetivos deste estudo.

Portanto, tem-se três indicadores para avaliação da dimensão política-institucional, são eles: planejamento da atividade turística, organização da comunidade e processo de tomada de decisão.

Para o primeiro indicador, organização da comunidade, dois critérios de análise são propostos, o primeiro referente à articulação dos atores locais e o segundo relacionado aos conflitos de interesses existentes entre esses atores. As matrizes de parâmetros delineadas para cada critério são apresentadas a seguir.

O critério de análise **articulação dos atores locais** tem a finalidade de identificar quais os principais atores locais do destino, além da compreensão de como estes encontram-se articulados. Para tanto, os parâmetros utilizados para avaliação deste critério encontram-se delineados no quadro 35.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Articulação dos atores locais	Não há articulação entre os atores locais do destino	Os atores encontram-se desarticulados devido à centralização das decisões por parte dos gestores do destino	Os atores locais encontram-se num processo de articulação uma vez que são identificados processos de tomada de decisões participativos	Os atores locais encontram-se articulados em prol de um objetivo comum por meio da participação efetiva no processo de tomada de decisões

Quadro 35 – Matriz de parâmetros, articulação dos atores locais;
Fonte: Elaborado pela autora.

Os **conflitos de interesses** entre os atores locais e os mecanismos de negociação desses compõem tal critério de análise. É importante buscar exemplos de quais os principais conflitos existentes entre os atores, além de identificar como eles interagem para que haja o diálogo entre as partes. Para avaliação propõe-se a matriz de parâmetros do quadro 36.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Conflitos de interesse existentes entre os atores locais	Não negociação dos interesses particulares dos atores locais	Os conflitos de interesses existentes diminuem a articulação dos atores e não são negociados entre eles enfraquecendo a atuação destes no destino	Os conflitos de interesses existentes diminuem a articulação dos atores, embora haja espaço para negociações destino	Os conflitos de interesses existentes são negociados em fóruns, conselhos e entidades representantes dos diversos setores do destino regularmente

Quadro 36 – Matriz de parâmetros, conflitos de interesses entre os atores locais;
Fonte: Elaborado pela autora.

O segundo indicador da dimensão política-institucional consiste no planejamento da atividade turística, este é constituído por dois critérios de análise, entidades e instituições ligadas à atividade turística e a participação dos atores locais no planejamento turístico.

A presença de **entidades e instituições ligadas à atividade turística** no destino representam a possibilidade dos atores ligados ao turismo defenderem seus interesses e se articularem em prol de um objetivo comum (IRVING, 2002). Por isso, para esse critério de análise observa-se a articulação de entidades ligadas à atividade turística conforme quadro 37.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Entidades e instituições ligadas à atividade turística	Não há entidades nem instituições ligadas à atividade turística	Há algumas instituições e entidades, mas estas encontram-se desarticuladas	As entidades e instituições que existem são articuladas, mas não conseguem avançar em relação aos seus interesses	As entidades e instituições existentes encontram-se articuladas e unidas em prol de interesses comuns

Quadro 37 – Matriz de parâmetros, entidades e instituições ligadas à atividade turística;
Fonte: Elaborado pela autora.

No tocante à **participação dos atores locais no planejamento turístico do destino** a avaliação deste critério deve fundamentar-se principalmente em questões a respeito de como e quais atores locais se encontram articulados nos processo decisório referente ao planejamento da atividade turística do destino. A matriz de parâmetros apresentada no quadro 38 ilustra o processo de avaliação desse critério de análise.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Participação dos atores locais no planejamento turístico do destino	Não há participação dos atores locais no planejamento turístico	Os atores locais são desarticulados e não expressam vontade de participar do planejamento, apenas esporadicamente contribuem em algum aspecto	Os atores locais participam de algumas reuniões e encontros, mas não contribuem efetivamente para o planejamento turístico	Os atores locais se articularam e participam efetivamente do planejamento turístico do destino

Quadro 38 – Matriz de parâmetros, participação dos atores locais no planejamento turístico do destino;
Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, o último indicador estabelecido para a dimensão política-institucional refere-se ao processo de tomada de decisão coletivo. Como critérios de análise deste indicador tem-se: a participação da população no processo de tomada de decisão e a acessibilidade da população aos representantes do poder público.

A **participação da população no processo de tomada de decisão** como observado por Rocha e Burzstyn (2005) e Irving (2002), é um aspecto crucial para que o desenvolvimento sustentável aconteça. Por isso, para este critério de análise deve ser observado como se dá o processo participativo da comunidade, conforme estabelecido na matriz de parâmetros exposta no quadro 39:

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Participação da população no processo de tomada de decisão	Não há participação da comunidade nas decisões relacionadas a gestão do destino	Existe um canal para que a comunidade participe do processo de tomada de decisão, mas este é desarticulado e ineficiente	Há um canal para que a comunidade participe do processo de tomada de decisão, mas não há a participação efetiva da população	A participação da comunidade no processo de tomada de decisão é regulamentada e os representantes da comunidade participam ativamente desse processo

Quadro 39 – Matriz de Parâmetros, Avaliação do critério de análise: participação da população no processo de tomada de decisão;
Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere à **acessibilidade da população aos representantes do poder público** é proposto que identifique a presença ou não de um canal de comunicação entre a gestão do destino turístico e a comunidade local, conforme exposto no quadro 40.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Acessibilidade da população aos representantes do poder público	Não há nenhum canal de comunicação entre os gestores locais e a comunidade	Há um canal; de comunicação, mas este é insuficiente para atender a maioria da população	Há um canal de comunicação, é suficiente para o atendimento da população, mas é ineficaz não avançando em relação as necessidades da comunidade	O canal de comunicação existente, atende a população além de ser eficaz e avançar em relação as necessidades da comunidade

Quadro 40 – Matriz de parâmetros, acessibilidade da população aos representantes do poder público;
Fonte: Elaborado pela autora.

A sustentabilidade política-institucional e seus indicadores se apresentou como uma condição fundamental para o processo desenvolvimento e planejamento da atividade turística de um destino. Contudo, tal sustentabilidade parte do pressuposto que haja atenção em relação aos interesses coletivos e aos processos decisórios resultando na capacidade institucional dos atores locais para implementar as decisões escolhidas por eles (BENI,2006).

2.3.7 A Dimensão Territorial da Sustentabilidade

A intensidade da dinâmica social, política, cultural, ambiental e econômica em um espaço resultam em maneiras particulares de determinar territórios originais e ao mesmo tempo complexos. Bursztyn e Rocha (2006) acreditam que os territórios são resultados: das formas específicas de interação social; da capacidade dos indivíduos, empresas e organizações locais promoverem vínculos dinâmicos; da valorização dos sistemas naturais herdados e construídos; e das relações sociais e políticas.

Por outro lado, ao analisar essa dimensão da sustentabilidade, Sachs (2007) observa-a como sendo uma avaliação onde o foco encontra-se na distribuição espacial das atividades humanas e na configuração rural-urbana estabelecida num determinado espaço. Os critérios que o autor sugere para que seja alcançada a sustentabilidade dessa dimensão, são estabelecidos com base: no equilíbrio da configuração rural-urbana, onde deve-se evitar a concentração dos recursos públicos em espaços urbanos; nas melhorias dos ambientes urbanos; na tentativa de superar as disparidades inter-regionais; na conservação da biodiversidade por meios de estratégias ambientalmente sadias.

Em relação à atividade turística “o espaço é transformado, acompanhando os movimentos da sociedade de reprodução ou de mudança, num processo onde a ocupação do território se faz de modo não uniforme, e seu uso efetiva-se através de mediações várias” (BARTHOLO, 2009, p. 6). Dessa forma, Beni (2006) relembra que o espaço do destino turístico em si, deve ser ordenado para que haja conservação dos atrativos, disponibilidade de serviços e manutenção da qualidade da paisagem. Segundo o autor, a especulação imobiliária é responsável por pressões no território que acaba por se desenvolver de forma desordenada contribuindo para a ocupação em lugares impróprios, o que pode vir a comprometer tanto a paisagem local como a capacidade de carga do destino.

Portanto, a dimensão territorial da sustentabilidade será analisada neste trabalho sob a ótica da maneira pela qual o turismo interfere nos espaços ocupados e construídos. Os principais aspectos encontrados nessa dimensão, com base na revisão da literatura, sugerem que essa dimensão contemple a pressão da **especulação imobiliária no território** e o processo de **ocupação do espaço**. O quadro 41 apresenta o conjunto de indicadores que foi definido para cada aspecto dessa dimensão.

Dimensão Territorial da Sustentabilidade	
Ocupação do espaço	Especulação imobiliária
Fiscalização das construções	Loteamento do território
Disposição dos serviços turísticos no destino	Pressão de Imobiliárias sob os lotes
Mobilidade/Acessibilidade	Articulação dos atores locais para evitar ocupações indesejadas

Quadro 41 – Dimensão Territorial da Sustentabilidade;
Fonte: Elaborado pela autora

Tomando como base o referencial teórico consultado, tem-se dois indicadores para dimensão territorial da sustentabilidade: a ocupação do espaço e a especulação imobiliária. Cada indicador contém um grupo de critérios de análise delineados também com base nos pressupostos teóricos encontrados neste capítulo.

Em relação à **fiscalização das construções** tem-se um critério de análise, no qual o objetivo reside na observação da existência de um padrão nas tipologias das construções, além de como estas são licenciadas e fiscalizadas como exposto no quadro 42.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Fiscalização das construções	Não há fiscalização para construções no destino	A fiscalização existe, mas é negligente e não estabelece padrões nas tipologias das construções	A fiscalização existe, estabelece padrões das construções, mas não é eficaz devido a alta intensidade de obras;	A fiscalização existe e os padrões das construções são cumpridos eficazmente, contemplando aspectos arquitetônicos e de impactos ambientais dos materiais utilizados

Quadro 42 – Matriz de parâmetros, fiscalização das construções;
Fonte: Elaborado pela autora.

A **disposição dos serviços turísticos no destino** também se configura como um aspecto importante em relação à ocupação do espaço, dessa forma, tal critério de análise procura identificar se há um planejamento específico para a instalação dos empreendimentos turísticos por zoneamentos ou de acordo com a natureza do destino. Para Beni (2006) a distribuição harmônica entre os empreendimentos turísticos deve fazer parte do planejamento urbano do destino. A seguir tem-se o quadro 43, apresentando os parâmetros para avaliação.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Disposição dos serviços turísticos no destino	A disposição dos empreendimentos turísticos acontece de forma aleatória sem um planejamento adequado	O planejamento para disposição dos empreendimentos turísticos existe, mas não sai do papel	A disposição dos empreendimentos turísticos preocupa-se apenas com o fato destes empreendimentos não ocuparem áreas de preservação ambiental e áreas de risco	Há planejamento para disposição dos empreendimentos turísticos que devem seguir uma ordem de onde podem ser instalados de acordo com a natureza dos serviços oferecidos pelos empreendimentos

Quadro 43 – Matriz de parâmetros, disposição dos serviços turísticos no destino;
Fonte: Elaborado pela autora.

A **mobilidade/ acessibilidade** do destino também constitui num critério de análise relevante em relação à utilização do espaço, uma vez que deve privilegiar tanto a população local como a mobilidade dos visitantes no destino (Beni, 2006). O quadro 44 apresenta os parâmetros proposto para análise deste critério.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Mobilidade/ Acessibilidade	Não há planejamento urbano para as vias do destino	Malha viária necessitando de melhorias no quesito conservação e/ou adequação às recomendações urbanas além de mobilidade e acessibilidade dificultadas pela ausência de vias apropriadas e/ou informação aos visitantes	Malha viária adequada às recomendações urbanas, além de mobilidade e acessibilidade aos atrativos facilitados pelo bom estado das vias e/ou pelas sinalização e informações aos visitantes	Malha viária adequada conforme recomendações urbanas; mobilidade e acessibilidade aos atrativos e serviços do destino facilitados pelo bom estado das vias e informações prestadas aos visitantes além de campanhas de incentivo aos turistas para evitar o uso do transporte individual

Quadro 44 – Matriz de parâmetros, mobilidade/acessibilidade;
Fonte: Elaborado pela autora.

No tocante ao segundo indicador da dimensão territorial, especulação imobiliária, a pressão para ocupação do território se configura como o principal impacto da atividade turística no destino (BENI, 2006). Por isso, três critérios de análise são propostos para

diagnóstico deste indicador. Logo, são propostos três critérios: loteamento do território, pressão imobiliária sobre os lotes e articulação dos atores locais para evitar ocupações indesejadas.

Para o primeiro critério de análise desse indicador, **loteamento do território**, é preciso analisar a existência ou não de planejamento para ocupação no território e ainda se este planejamento contempla a funcionalidade da atividade turística, ou seja, se estabelecimentos e serviços turísticos possuem diretrizes para utilização do espaço. Os parâmetros para avaliação deste critério encontram-se no quadro 45.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Loteamento do território	Não há planejamento no loteamento do território	Há planejamento no loteamento do território, porém o funcionamento do destino turístico não foi contemplado	Há planejamento no loteamento do território e o funcionamento do destino turístico foi contemplado	Os loteamentos foram todos ordenados e planejados para melhor funcionamento do destino além de serem monitorados eficazmente contra lotes irregulares

Quadro 45 – Matriz de parâmetros, loteamento do território;
Fonte: Elaborado pela autora.

A **pressão imobiliária sobre os lotes** avalia como se dá o processo de controle da especulação imobiliária por parte da gestão do destino. Dessa forma, observa-se principalmente, a existência ou não de especulação e se esta é intensa o suficiente para causar o desordenamento urbano em relação às áreas que podem ou não ser ocupadas. O quadro 46 ilustra a matriz de parâmetros elaborada para análise desse critério.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Pressão de Imobiliárias sob os lotes	Não há controle sobre as áreas que podem ou não ser ocupadas, ocasionando uma intensa e descoordenada especulação imobiliária no local	A especulação imobiliária exerce pressão intensa aos donos de terrenos, mesmo que estes sejam impróprios para construções, tal pressão compromete a venda dos terrenos e lotes uma vez que não há controle rigoroso das áreas que podem ou não ser ocupadas	A especulação imobiliária é intensa, porém há um rigoroso controle sobre áreas que não podem ser ocupadas	A especulação imobiliária é intensa, mas além de um rigoroso controle das áreas que não podem ser ocupadas há também planejamento de uso e ocupação do solo eficaz

Quadro 46 – Matriz de parâmetros, pressão de imobiliárias sobre os lotes;
Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, a **articulação dos atores locais para evitar ocupações indesejadas**, ainda que possa ser percebido como um critério da dimensão política-institucional, constitui-se também na representação de como os atores locais se organizam para evitar a especulação imobiliária no local. Sendo assim, a análise desse critério se deu por meio da observação das alianças e ações realizadas pelos atores para que o planejamento urbano estabelecido pelo

poder público local sejam contemplados de maneira regular e eficaz. Logo, o quadro 47 o qual estabelece os parâmetros de avaliação dessa articulação.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Articulação dos atores locais para evitar ocupações irregulares	Não há articulação dos atores nesse sentido	A articulação dos atores locais contempla ocupações indesejadas, mas não consegue ter força para interferir nesse processo	A articulação dos atores locais é significativa e horizontalizada não atendendo apenas à interesses individuais	Os atores locais se articularam e conseguem evitar ocupações indesejadas e prejudiciais ao destino, além de estabelecerem objetivos comuns e não individuais

Quadro 47 – Matriz de parâmetros, articulação dos atores locais para evitar ocupações irregulares;
Fonte: Elaborado pela autora.

A fragilidade da dimensão territorial reside no fato de que quanto mais espaço, mais visitantes, maior pulverização dos serviços e mais ganhos econômicos para a comunidade receptora. Logo, é importante conceber que a venda dos espaços de maneira desregulada e intensa acaba por interferir na dinâmica social, econômica, política, ambiental e cultural do território, ocasionando insustentabilidade, tanto da atividade turística como do desenvolvimento sustentável do destino.

2.3.8 A Dimensão Econômica da Sustentabilidade

A dimensão econômica da sustentabilidade juntamente com a dimensão ambiental e social consiste no tripé do desenvolvimento sustentável. A ideia de que o crescimento econômico deve ser abandonado em prol de um novo modelo que contemple outras dimensões, como já discutido neste capítulo, é o que faz com que o desenvolvimento seja tratado como um processo multidimensional.

Uma importante consideração dessa dimensão é feita por Sachs (2007), quando o autor argumenta que o crescimento econômico vem sendo amplamente questionado nas últimas décadas, porém, é o caráter selvagem do crescimento que deve ser questionado, uma vez que o crescimento econômico não é só importante, mas fundamental para as sociedades pós-modernas. Portanto, uma maneira de amenizar sua natureza selvagem é o equilíbrio e a harmonia que deve existir entre os objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento adicionado de uma gestão do meio ambiente baseada principalmente na prudência (SACHS, 2007), aspectos estes que não são considerados no conceito de crescimento econômico.

A preocupação deve ser nas desigualdades que existem no acesso às oportunidades de trabalho, remuneração, proteção e participação social. O principal problema está em conseguir reconciliar os objetivos do progresso econômico, alimentado pelo aumento da produtividade

do trabalho, com o imperativo de proporcionar oportunidades de trabalho decente para todos (SACHS, 2004). Desse modo, a dimensão econômica deve estabelecer não apenas crescimento econômico, como também oportunidade de acesso para a comunidade por meio do trabalho decente (SACHS, 2004).

Para que isso seja possível é necessário que políticas de desenvolvimento configurem, entre outras coisas, em medidas que possibilitem a transformação de pequenos produtores em microempresários a partir da: simplificação burocrática, redução de custos de registros e acesso a créditos preferenciais - estes são exemplos de procedimentos essenciais para oportunizar os produtores a terem seus próprios negócios e dessa forma alcançar crescimento econômico (SACHS, 2004).

Muitas vezes o foco na dimensão econômica do desenvolvimento turístico é um fator limitante para que os princípios do desenvolvimento sustentável não sejam levados adiante. Por isso é importante entender que a dimensão econômica do turismo pode ser compreendida como a garantia de operações econômicas viáveis de longo prazo que gere além de benefícios sociais, benefícios econômicos para os atores envolvidos na atividade, ou seja, emprego estável e oportunidade de ganhos e serviços sociais à comunidade do destino, contribuindo assim para a diminuição da pobreza (UNEP, 2005).

A viabilidade econômica do turismo deve habilitar os atores locais a fazerem com que a atividade turística prospere e ofereça benefícios para toda a comunidade em longo prazo. Nesse caso alguns requisitos devem ser contemplados como: o entendimento do mercado (capacidade de enxergar novas tendências e se adequar a demandas do mercado), satisfação do visitante (contemplar elementos de satisfação dos visitantes que façam eles recomendarem o destino e sentirem vontade de voltar), condições para as negociações (infra-estrutura necessária para que o destino tenha sucesso), planejar e manter um destino atraente (preocupação com aspectos que passem uma boa imagem para os visitantes como proteção, segurança, qualidade do meio ambiente, etc) e fornecer suporte aos negócios (oferecer recursos aos negócios do destino para que estes se tornem auto-suficientes) (UNEP, 2005).

Já Beni (2006) considera a dimensão econômica como a capacidade de avaliar como as oportunidades econômicas de expansão da renda gerada pelo turismo estão sendo conduzidas em um determinado local. Para isso, o autor delinea quatro critérios para a sustentabilidade econômica de um destino turístico, são eles: geração e distribuição de renda, expansão da formação de capital, melhoria do balanço do destino das receitas e geração de postos de trabalho (BENI, 2006).

Tendo como base o referencial teórico exposto, percebe-se que a dimensão econômica da sustentabilidade deve contemplar indicadores relacionados ao potencial do local para geração de emprego decente para a comunidade, sendo o incentivo ao empreendedorismo uma das alternativas possíveis. É também importante, em tratando-se de um destino turístico, que a viabilidade econômica da atividade turística seja também considerada assim como a avaliação das oportunidades de expansão da renda no destino.

Diante disso, os critérios de análise estabelecidos para a observação da dimensão econômica, do destino turístico objeto de estudo deste trabalho, serão agrupados de acordo com as recomendações anteriores, de forma que eles representem os três indicadores propostos para essa dimensão: **incentivo ao empreendedorismo, viabilidade econômica da atividade turística e a capacidade de expansão da renda**, conforme quadro 48.

Dimensão Econômica da Sustentabilidade		
Incentivo ao empreendedorismo	Viabilidade econômica da atividade turística	Capacidade de expansão da renda
Fontes de crédito para empreendedores locais;	Infra-estrutura turística;	Participação da atividade turística na economia local;
Capacitação e incentivo a abertura de pequenos negócios;	Sazonalidade;	Geração de empregos;
Natureza dos negócios do destino;		

Quadro 48 – Dimensão Econômica da Sustentabilidade

Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro indicador da dimensão econômica da sustentabilidade possui três critérios de análise, são eles: fonte de créditos para empreendedores locais, capacitação e incentivo à abertura de pequenos negócios e natureza dos negócios do destino. Segue-se, portanto, a descrição de cada critério de análise referente a esse indicador.

Conforme recomendações de Sachs (2004), as **fontes de crédito para empreendedores locais** compreende um dos principais critérios da sustentabilidade econômica, uma vez que o autor argumenta sobre a necessidade da disponibilidade de trabalho decente para todos. Por isso, objetiva-se com esse critério observar a existência ou não de campanhas de incentivo ao crédito, além da natureza do processo para aprovação do crédito, conforme parâmetros estabelecidos no quadro 49.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Fontes de crédito para empreendedores locais	Não há disponibilidade de créditos para pequenos empresários do local;	Há fontes de crédito disponíveis, mas o processo é lento e burocrático não atraindo os empresários;	Há fontes de crédito, os empresários sentem-se atraídos, pois é um processo eficaz;	As fontes de crédito disponíveis priorizam os empresários locais, é um processo eficaz e há existência de campanhas de incentivo ao crédito;

Quadro 49 – Matriz de parâmetros, fontes de crédito para empreendedores locais;

Fonte: Elaborado pela autora.

O fornecimento de **capacitação de micro e pequenos empresários** pode ser considerado um suporte aos negócios do destino (UNEP, 2005), portanto nesse critério de análise considerou-se a identificação acerca da oferta de cursos, eventos e ações de instituições de apoio a micro e pequenos empresário no destino turístico.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Capacitação de micro e pequenos empresários	Não há capacitação nem atividades específicas para os empreendedores	Há eventos, ações e/ou cursos esporádicos e pontuais para os empreendedores	Há cursos esporádicos para capacitação de pequenos empresários sobre legislação, plano de negócios e operações de pequenas empresas	Há cursos regulares, gratuitos e pagos, oferecidos por instituições de apoio a pequenas empresas, além de campanhas e ações da gestão do destino incentivando o empreendedorismo

Quadro 50 – Matriz de parâmetros, capacitação de micros e pequenos empresários;
Fonte: Elaborado pela autora.

A avaliação da **natureza dos negócios** de um destino turístico é importante para que se observe se a comunidade local está sendo contemplada no processo de crescimento econômico (SACHS, 2004), é imprescindível que este crescimento ocorra, por isso, busca-se com esse critério, analisar se os negócios do destino são compostos por empresários locais, conforme matriz de parâmetros ilustrada no quadro 51.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Natureza dos negócios do destino	Não há negócios administrados pela comunidade local	Os principais empreendimentos são de empresas de grande porte imigrantes e os médios e pequenos empreendimentos não representam proprietários oriundos da comunidade local	Os grandes empreendimentos são de empresas imigrantes, mas a grande maioria dos empreendimentos de médio e pequeno porte pertencem a empreendedores locais	Há uma preocupação da gestão do destino e de outras instituições para a criação de pequenos negócios tanto que a maioria dos pequenos, médios e grandes empreendimentos pertencem a empreendedores locais

Quadro 51 – Matriz de parâmetros, natureza dos negócios do destino;
Fonte: Elaborado pela autora.

O segundo indicador proposto para dimensão econômica da sustentabilidade é a viabilidade econômica da atividade turística, este será descrito conforme dois critérios de análise: a infra-estrutura turística e a sazonalidade.

Em relação à **infraestrutura turística**, deve-se ter em mente uma análise referente à pulverização dos serviços turísticos ofertados no destino. Esta deve ser planejada e contemplar a maior gama possível de serviços. Para avaliação desse critério de análise tem-se os parâmetros apresentados no quadro 52.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Infraestrutura turística	Não há infraestrutura turística no destino	A infraestrutura turística é precária comprometendo a qualidade do destino	A infraestrutura turística é ainda está em fase de estruturação e começa a se diversificar	A infraestrutura turística é bem estruturada e contempla a pulverização de serviços

Quadro 52 – Matriz de parâmetros, infra-estrutura turística;
Fonte: Elaborado pela autora.

No tocante a sazonalidade, tem-se que essa é um dos principais desafios econômicos de um destino turístico (BENI, 2006). Portanto, para este critério de análise considerou-se principalmente a avaliação de como a sazonalidade afeta a dinâmica econômica dos empreendimentos turísticos conforme os parâmetros do quadro 53.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Sazonalidade	A sazonalidade impossibilita o funcionamento dos empreendimentos turísticos o equivalente a $\frac{3}{4}$ do ano	A sazonalidade existe, é bem definida em dois períodos onde a alta estação é menor que a baixa ocasionando perdas econômicas e indisponibilidade de muitos serviços durante a baixa estação;	A sazonalidade existe, mas não é considerada um problema em si, pois o período de baixa estação é curto e alta estação compensa eventuais diminuição no fluxo de turistas;	Não há problemas com a sazonalidade, o destino é intensamente visitado durante o ano além de serem oferecidos capacitação para os empresários gerenciarem seus negócios frente à diminuição do fluxo de turistas na baixa estação que é breve e não representa ameaças aos empreendimentos;

Quadro 53 – Matriz de parâmetros, sazonalidade;
Fonte: Elaborado pela autora.

O último indicador da dimensão econômica é a capacidade de expansão da renda apresentada pelo destino, tal capacidade pode ser analisada com base em critérios como: participação da atividade turística na economia local e geração de empregos.

A capacidade de geração de renda de um destino turístico se dá principalmente por meio da **participação da atividade turística na economia local**, por isso, é necessário investigar o quão importante é o turismo para a economia do destino turístico. Tal investigação pode ser realizada a partir da avaliação desse critério de análise com base na matriz proposta no quadro 54.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Participação da atividade turística na economia local	O turismo não representa relevância para a economia local;	O turismo é importante para a economia, mas o percentual de participação da atividade na economia local ainda é baixa;	O turismo é essencial para a economia;	O turismo é essencial para a economia local além de representar um fator importante para incentivo ao empreendedorismo

Quadro 54 - Matriz de parâmetros, participação da atividade turística na economia local;
Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, a **geração de empregos** é o último critério de análise da dimensão econômica da sustentabilidade. Neste foi analisado a utilização da mão-de-obra local por parte dos estabelecimentos do destino, uma vez que é importante que não haja um fluxo intenso de migração de moradores ao local, evitando assim, a intensidade na disputa por recursos e serviços entre população temporária e população local. De acordo com o quadro 55 tem-se os parâmetros utilizados para avaliação deste critério de análise.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Geração de emprego	Não há nativos empregados em empreendimentos turísticos	Há nativos empregados nos empreendimentos turísticos, mas, mas a mão de obra externa é maior que a local	Há nativos empregados nos empreendimentos turísticos e observa-se um equilíbrio entre o a mão-de-obra externa e a mão-de-obra local	Há desequilíbrio em relação à mão-de-obra externa e local, sendo a local mais presente e esse desequilíbrio acontece devido a intensa capacitação dos nativos facilitada pelo destino turístico

Quadro 55 – Matriz de parâmetros, geração de emprego;
Fonte: Elaborado pela autora.

Aparentemente, a dimensão econômica da sustentabilidade pode ser considerada a mais importante comparada às outras dimensões observadas até aqui. Sua importância e imprescindibilidade não são objetivos desta discussão, porém, acredita-se que esta deva atrair mais a atenção dos planejadores e tomadores de decisão dos destinos turísticos, uma vez que modelos de exploração da atividade turística são recorrentes onde há um desequilíbrio visível das outras dimensões da sustentabilidade em detrimento da dimensão econômica.

Portanto, uma vez estabelecidos os indicadores e critérios de análise para cada dimensão é necessário que seja proposta a integração entre os estágios do ciclo de vida encontrados no TALC e às dimensões da sustentabilidade, conforme será ilustrado no item a seguir deste capítulo.

2.4 Proposta de Integração do TALC às Dimensões da Sustentabilidade

Tomando como base o referencial teórico exposto anteriormente percebe-se que o TALC proposto por Butler (1980) apresenta uma lacuna em relação à análise da sustentabilidade do destino turístico, como observado por Rodríguez, López e Estévez, (2007). Nesse sentido, foi necessário adaptar o modelo de Butler (1980) e adicionar indicadores de sustentabilidade que pudessem oferecer uma análise tanto da atividade turística em si, como uma avaliação das dimensões da sustentabilidade de um destino turístico.

Dessa forma, a adaptação referente aos estágios do TALC tem como principal fundamento as críticas levantadas por Agarwal (1997) de que o modelo não considera a sobreposição dos estágios, ou seja, segundo o autor, é difícil estabelecer o início e fim de cada fase do ciclo de forma linear como ilustrado por Butler (1980).

Outra crítica levada em consideração é a de que o TALC estabelece as fases do ciclo com base no número de turistas em função do tempo o que segundo Agarwal (1997) e Barros (2005) representa a preocupação apenas com aspectos internos do destino desconsiderando aspectos externos uma vez que a quantidade de visitantes pode diminuir devido à um conjunto de fatores exógenos, como por exemplo, uma crise econômica mundial, tal decréscimo não significaria necessariamente um declínio da atividade turística devido a má gestão do destino turístico, porém uma situação excepcional.

Isso posto, com base nos estudos de Butler (1980), Agarwal (1997), Tooman (1997) e Lundtorp e Wanhill (2001) foram estabelecidos indicadores para os seis estágios do ciclo de vida propostos originalmente no modelo do TALC por Butler (1980). É importante ressaltar que a adequação do TALC proposta neste trabalho considera a sobreposição dos estágios que são identificados de acordo com os indicadores estabelecidos. Nesse sentido, as linhas tracejadas que separam uma fase da outra corresponde à intermediação e interação entre elas, conforme pode ser observado na figura 02.

Ainda de acordo com o referencial teórico consultado, observou-se o quão complexo é o debate sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Por isso, foram consideradas dimensões para melhor compreensão teórica e operacional desses conceitos, conforme recomendações de Sachs (2007). As dimensões da sustentabilidade propostas na adequação do TALC foram definidas com base nos estudos de Delamarao et al. (2002) e Bartholo (2009) que analisam a sustentabilidade dois destino turísticos no Estado do rio de Janeiro, são elas: social, ambiental, cultural, política-institucional, territorial e econômica.

Assim, tais dimensões fornecerão aos gestores e atores locais de destinos turísticos uma análise da sustentabilidade do lugar, uma vez que, conforme alertado por Paiva (1995), geralmente é a dimensão econômica do turismo que prevalece e faz com que este seja percebido como um vetor de crescimento. Porém, faz-se necessário o equilíbrio e harmonia entre as diversas dimensões que compõe a sustentabilidade de uma localidade quando objetiva-se seguir em direção ao desenvolvimento sustentável.

Segundo Cândido (2004), os indicadores de sustentabilidade mostram-se ferramentas importantes para auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão. No âmbito da atividade turística foi constatado nos estudos de Faria (1997) e Delamaro et al. (2002) que a partir do estabelecimento de um conjunto de indicadores de sustentabilidade, quantitativos no caso do primeiro estudo e qualitativos no caso do segundo, os autores analisaram a sustentabilidade de dois destinos turísticos distintos. Logo, foi indispensável estabelecer um conjunto de indicadores para que seja possível avaliar cada dimensão da sustentabilidade.

Em relação à avaliação da sustentabilidade observou-se como principal limitação a indissociabilidade destas, como alerta Foladori (2005). A definição do que é cada dimensão é restringida devido à ausência de estudos específicos que contemplem estas individualmente, além da complexidade dos temas, sendo estes os principais empecilhos para avançar em relação à compreensão das dimensões da sustentabilidade. Porém, não sendo objetivo deste estudo esgotar o assunto a respeito dessas dimensões, estabeleceu-se os indicadores para cada uma com base em referenciais teóricos que contemplassem os temas levando em consideração, principalmente, o fato do objeto desta investigação ser um destino turístico.

Portanto, a adaptação proposta neste trabalho para o TALC, consistiu no levantamento de indicadores relacionados a cada fase do ciclo de vida de acordo com autores que aplicaram o modelo, além da avaliação de seis dimensões da sustentabilidade do destino. Como resultado das discussões teóricas estabelecidas para cada dimensão, obteve-se 16 indicadores e 43 critérios de análise relacionados a cada indicador.

Os 43 critérios de análise possuem uma projeção do que seria o cenário ideal e a pior situação para o respectivo critério. Assim, para que tais avaliações ocorressem, foi necessário estabelecer pesos, entre os critérios de análise, que os diferenciasses. Logo, cada critério de análise das dimensões devem ser posicionados em uma escala que apresenta quatro níveis: inexistente, fraco, moderado e forte. Cada nível possui um peso específico como ilustrado no quadro 56.

Níveis da Avaliação

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte
Pesos	Peso 0	Peso 1	Peso 2	Peso 3

Quadro 56 – Relação entre níveis e pesos da matriz de parâmetro;
Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o posicionamento dos critérios de análise de cada dimensão nos níveis indicados no quadro 56, tem-se uma pontuação final. Por exemplo, se o primeiro critério posicionou-se no nível fraco, o segundo no nível forte e o terceiro no nível fraco, tem-se um total de 5 pontos para uma determinada dimensão. Possuindo apenas três critérios de análise deduz-se que tal dimensão alcançaria no máximo 9 pontos, como alcançou 5 conclui-se que tal dimensão atingiu 55,55% dos pontos possíveis.

Os critérios de análise que não obtiveram dados suficientes para se posicionar em quaisquer dos níveis apresentados anteriormente, foram desconsiderados na soma total dos critérios que compuseram a dimensão. Portanto foi utilizada a expressão, não se aplica, caso o critério de análise avaliado não se enquadrasse ao destino turístico.

A fim de avaliar os resultados das dimensões, foi estabelecido que a dimensão que apresentasse de 0 a 25% dos pontos seria considerado como um resultado insatisfatório, de 26 a 50% seria entendido como uma situação pouco satisfatória, de 51 a 75% moderadamente satisfatório e de 76 a 100% satisfatório.

A ilustração proposta na figura 02 representa a adaptação entre os indicadores dos estágios do TALC e as avaliações das dimensões da sustentabilidade que será aplicado no Arquipélago de Fernando de Noronha.

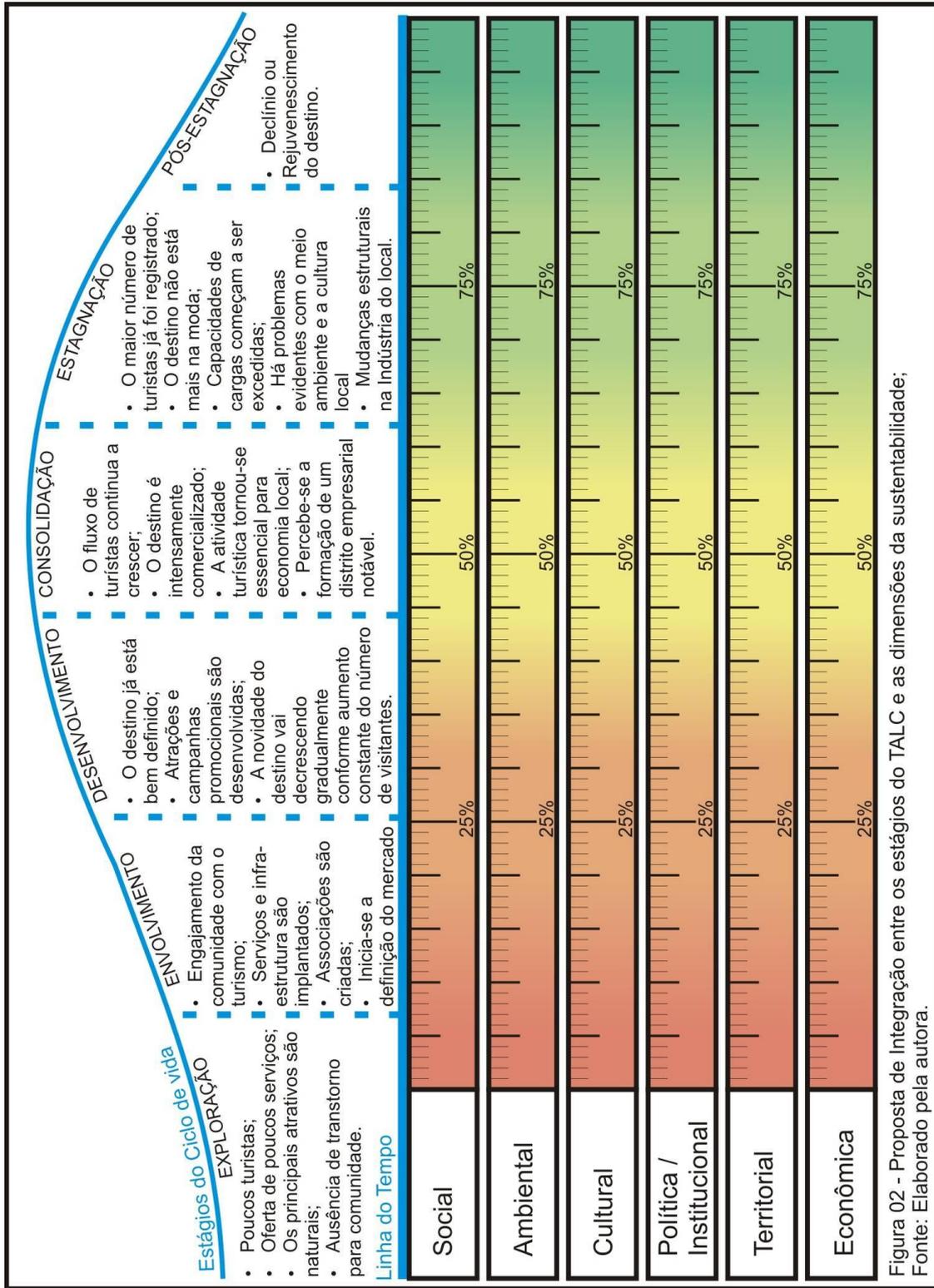


Figura 02 - Proposta de Integração entre os estágios do TALC e as dimensões da sustentabilidade;
Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a figura 02, a identificação dos estágios do ciclo de vida deve ser definida tomando como base os indicadores relacionados com cada fase. Uma vez estabelecido em qual ou quais fases o destino se encontra é possível estabelecer ações estratégicas para que a atividade turística continue crescendo. Entretanto, aliar a durabilidade da atividade turística aos princípios do desenvolvimento sustentável, requer uma avaliação de como as dimensões da sustentabilidade estão sendo contempladas no planejamento turístico do destino.

Sendo assim, tais dimensões são analisadas de acordo com critérios de análise qualitativos; em seguida são estabelecidos parâmetros para cada critério de acordo com as matrizes apresentadas no referencial teórico. Logo, com base na avaliação das matrizes tem-se uma porcentagem como resultado destas avaliações que são localizadas nas réguas destinadas individualmente às diferentes dimensões da sustentabilidade.

Desse modo, além da análise da atividade turística do destino, a avaliação das dimensões da sustentabilidade possibilita identificar quais os pontos fortes e fracos em relação ao desenvolvimento sustentável do local, quais as melhorias devem ser realizadas e quais os aspectos devem ser levados em consideração para que o destino siga em direção ao desenvolvimento sustentável e não aconteçam desequilíbrios entre os estágios do ciclo de vida e a sustentabilidade do local.

3 Procedimentos Metodológicos

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Inclui-se aqui o delineamento da pesquisa, a seleção do caso, desenho metodológico da pesquisa, as técnicas de coleta de dados e como se deu o processo de análise e discussão dos resultados.

3.1 Delineamento da Pesquisa

Este estudo apresenta uma abordagem qualitativa tanto para a coleta como para a análise dos dados. Tal abordagem justifica-se uma vez que é uma forma adequada de se entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 2008).

A pesquisa qualitativa propõe uma forma de pesquisa que perpassa por várias maneiras de investigação. Ela ajuda a entender e explicar o significado de fenômenos sociais com o mínimo possível de disruptura do cenário natural onde acontece o fenômeno (MERRIAM, 1998).

Como estratégia de pesquisa adotou-se o estudo de caso que, segundo Merriam (1998), toma como base: o processo ao invés dos resultados; o contexto em vez de uma variável específica e, finalmente, a descoberta e não a confirmação. Nesse sentido, os *insights* fornecidos pelos estudos de caso podem influenciar diretamente políticas e práticas de investigações futuras (MERRIAM, 1998).

O estudo de caso é ainda considerado uma estratégia de pesquisa abrangente, uma vez que pode ser entendido como uma maneira particular de coletar e analisar os dados, um processo analítico que tem como objetivo fornecer informações articuladas, sistemáticas e em profundidade (PATTON, 2002) sobre o caso estudado.

Por outro lado, a pesquisa também pode ser classificada quanto aos fins e quanto aos meios, portanto, de acordo com a sua finalidade trata-se de um estudo descritivo já que analisou a sustentabilidade do destino turístico de Fernando de Noronha a partir do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas e das dimensões da sustentabilidade (VERGARA, 1997). Quanto aos meios esse trabalho, justifica-se como uma pesquisa bibliográfica e de campo, conforme aponta Vergara (2007), pois os dados foram pesquisados em revistas, jornais e documentos encontrados no arquivo público do Arquipélago de Fernando de Noronha, além

da ida ao local para realização de entrevistas com pessoas-chave, representantes de instituições locais e funcionários públicos da administração do Arquipélago.

3.2 Seleção do Caso

Para seleção do caso analisado foram estabelecidos os seguintes critérios: (1) relevância do destino turístico para o setor no Estado de Pernambuco - optou-se pela escolha de um dos destinos turísticos indutores do turismo de nível I, como foi estabelecido pelo Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco; (2) Disponibilidade dos dados; e (3) acessibilidade à pessoas-chave da pesquisa.

Em relação ao primeiro critério, quando analisado o documento “PE para o Mundo” obteve-se três destinos potenciais para a pesquisa: Recife/Olinda, Porto de Galinhas e Fernando de Noronha, visto que esses compõem os três destinos indutores de nível I, propostos no documento.

Já de acordo com o segundo critério, percebeu-se que Fernando de Noronha consistia no destino mais adequado. As dimensões e condições geográficas de FN possibilitam o fornecimento de dados mais precisos em relação aos aspectos da atividade turística em si e aos aspectos necessários para a análise de cada dimensão da sustentabilidade discutidas no capítulo anterior, uma vez que a população e número de visitantes deste destino é menor que a dos demais.

Por fim, a acessibilidade dos dados também se configurou como um critério de escolha do caso. Fernando de Noronha apresentou-se como o único destino no qual existe um setor específico, em sua administração, responsável por receber pesquisadores interessados em realizar estudos sobre a fauna, a flora, a geografia, a sustentabilidade e o turismo da Ilha. Esse canal de comunicação facilitou não só a estadia da pesquisadora no destino como também o acesso a informações necessárias e entrevistas com pessoas-chave para a pesquisa.

Depois de delineados os critérios de seleção do caso, Fernando de Noronha apresentou-se como o *locus* de estudo mais adequado para o desenvolvimento dessa investigação. Outro aspecto também importante na escolha deste caso, que não foi estabelecido como um critério em si, foi a aparente preocupação com o turismo sustentável que o destino divulga em suas campanhas promocionais, essa é uma questão essencial quando se trata de uma pesquisa com foco no alinhamento da atividade turística às dimensões da sustentabilidade.

3.3 Caracterização do Locus de Pesquisa

Fernando de Noronha é um Arquipélago composto por 21 Ilhas totalizando uma área de 26 km². A capital mais próxima do arquipélago é Natal, capital do Rio Grande do Norte, com 360 km de distância e 545 km de Recife, capital de Pernambuco Estado ao qual o arquipélago pertence e é administrado (WIDMER, 2007). Suas ilhas são constituídas por rochas vulcânicas e sedimentares, o que ocasionou a formação de um relevo caracterizado por planícies e morros (WIDMER, 2007).

A principal Ilha do Arquipélago homônima apresenta um conjunto de 13 praias e 5 baías, são elas: Biboca, Cachorro, Meio, Conceição, Boldró, Americano, Bode, Quixaba, Cacimba do Padre, Caieira, Atalaia, Ponta das Caracas, Leão e as baías: dos Porcos, do Sancho, dos Golfinhos, de Santo Antônio e do Sueste (WIDMER, 2007). A figura 04 apresenta as principais praias e ilhas do Arquipélago.

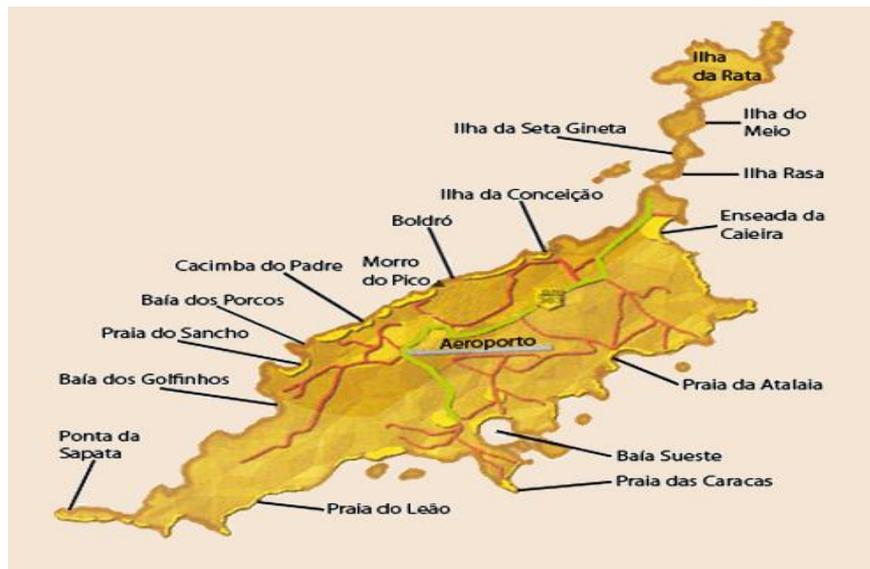


Figura 04 – Praias e Baías de Fernando de Noronha
 Fonte: www.noronhatur.com.br

O Arquipélago tornou-se um distrito Estadual através do art. 5º do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da República, de 05 de Outubro de 1988 (Melo et al, 2008). A partir daí foram promulgadas leis de proteção ambiental para a preservação do ecossistema das 21 Ilhas que compõem o Arquipélago (MELO et al, 2008). A preocupação ambiental e a ampla variedade de fauna e flora que o Arquipélago preserva resultou no título de Patrimônio Mundial da Humanidade em 2002, concedido pela Unesco (WIDMER, 2007).

O Arquipélago de Fernando de Noronha é considerado pelo Plano estratégico de Turismo de Pernambuco um dos principais destinos indutores de turismo do Estado (PERNAMBUCO PARA O MUNDO, 2008). Por outro lado, a grande preocupação do

governo Estadual consiste no aumento considerado do fluxo de turistas na ilha uma vez que a oferta de hospedagem atualmente é superior à demanda permitida. O descontrole sobre a visitação no arquipélago agrava-se ainda mais quando se percebe o fluxo massificado de turistas oriundos de cruzeiros marítimos que usufruem do arquipélago por um curto espaço de tempo, ocasionando assim, condições inadequadas de usufruto dos atrativos turísticos desse local (PERNAMBUCO PARA O MUNDO, 2008).

A população fixa da Ilha está distribuída em 15 vilas ou bairros no quais os mais populosos são: Vila do Trinta, Floresta Nova e Vila dos Remédios (KÖRÖSSY, 2007). A população fixa do Arquipélago é de 3.456 pessoas de acordo com a contagem do IBGE em 2007 (IBGE, 2009). Em 1995 foi instituída a portaria nº 025, na qual se estabeleceu um número máximo de turistas por dia no arquipélago. O limite de visitantes editado nessa portaria é de 420 pessoas por dia, e é controlada por uma taxa de visitação que varia de acordo com o tempo de permanência de cada visitante e fiscalizado pelo Controle Migratório da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha - ADEFN (WIDMER, 2007). Atualmente, é cobrada uma taxa de R\$ 36,69 por 01 dia de permanência na Ilha e de R\$ 3.029,37 por 30 dias.

Diante do fluxo de visitantes que o Arquipélago recebe por mês tem-se que 1,6% corresponde a parentes de moradores; 6,7% a pessoas que viajam a trabalho e 91,7% aos turistas (TETRAPLAN, 2005). Desse modo, o turismo representa a atividade econômica essencial do Arquipélago, uma vez que a maioria dos empregos encontram-se relacionados ao setor de serviços enquanto que o restante dos postos de trabalho fica a cargo do funcionalismo público (hospital, escolas, administração pública entre outros) (ELABORE, 2008).

Em seu estudo sobre os impactos do turismo no Arquipélago de Fernando de Noronha, Carvalho (1999) aponta a importância da atividade para o distrito uma vez que ocupa 70% da população que tem entre 14 e 43 anos e 25% da população total. O contato com os turistas também é um aspecto relevante sobre os moradores visto que 82,1%, dos entrevistados na pesquisa de opinião da comunidade Noronhense, realizada em 2004 pela gestão do Arquipélago, afirmaram entrar em contato com grupos de turistas todos os dias (ADEFN, 2004), revelando assim a presença intensa do turismo nesse destino.

A administração do Arquipélago é designada a um Administrador intitulado pelo governo do Estado de Pernambuco, nesse sentido a administração é realizada por meio de uma Administração Geral, suas assessorias e diretorias de gestão, como representado na figura 05.

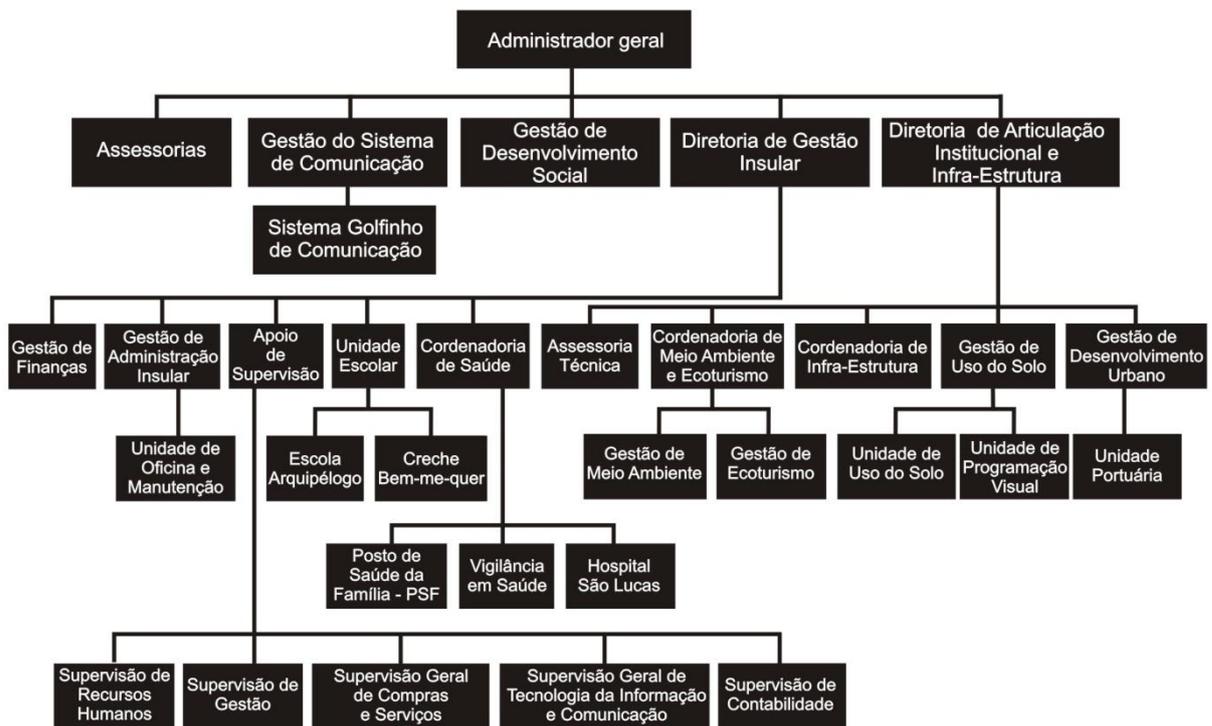


Figura 05: Organograma da gestão do Distrito Estadual do Arquipélago de Fernando de Noronha.
Fonte: Fernando de Noronha, (2009).

O histórico de ocupação da Ilha revela diversas fases, entre elas a mais representativa consiste na utilização desta como prisão, como muitas Ilhas no Brasil e no mundo, devido às suas condições geográficas. A ocupação militar na Ilha também é considerado um elemento relevante, os fortes e bases militares são elementos presentes em FN que ilustram tais fases.

A intensificação da exploração da atividade turística tem início em 1974 a partir de dois acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento dessa atividade: o convênio entre o governo brasileiro e a companhia de aviação *Transbrasil*, que objetivou a implantação de uma linha aérea regular para a Ilha e a inauguração do primeiro estabelecimento hoteleiro de Fernando de Noronha, a pousada Esmeralda (KÖRÖSSY, 2007).

3.4 Coleta de Dados

Dados qualitativos consistem em depoimentos, adquiridos diretamente de pessoas sobre suas opiniões, sentimentos, experiências e conhecimentos a respeito do objeto de estudo em questão, obtidos por meio de entrevistas; descrições detalhadas das atividades comportamentos e ações das pessoas anotadas durante observações e ainda trechos, depoimentos e/ou passagens inteiras retiradas de uma ampla variedade de documentos (MERRIAM, 1998). Nesse caso, têm-se três maneiras fundamentais de coleta de dados numa

pesquisa qualitativa, são elas: entrevistas, observações e análise de documentos. No quadro a seguir apresenta-se a relação entre cada objetivo específico e a técnica de coleta de dados utilizada para cada um deles.

Objetivos Específicos	Instrumentos de coleta de dados
a) Adaptar o TALC para identificar os estágios do ciclo de vida e a sustentabilidade de destinos turísticos	Esse objetivo foi alcançado a partir de uma pesquisa bibliográfica
b) Caracterizar o estágio do ciclo de vida atual de Fernando de Noronha, de acordo com os indicadores do TALC	Análise de documentos; Entrevistas semi-estruturadas; Observação direta
c) Estabelecer um conjunto de indicadores e critérios de análise para cada dimensão da sustentabilidade	Esse objetivo foi alcançado a partir de uma pesquisa bibliográfica
d) Avaliar os critérios de análise com base em matrizes de parâmetros elaboradas individualmente	Análise de documentos; Entrevistas semi-estruturadas; Observação direta

Quadro 57 – Relação objetivos específicos e instrumentos de coleta de dados;
Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, utilizou-se três métodos de coleta de dados nesta pesquisa, são eles: entrevistas semi-estruturadas, observação direta e a pesquisa documental. O período de coleta de dados iniciou-se no mês de julho de 2009 com a pesquisa documental e foi encerrada em 09 de outubro quando a pesquisadora retornou do destino após um período de dez dias *in loco* para realização de entrevistas e observações diretas.

A entrevista semi-estruturada é caracterizada principalmente pela pré-definição de algumas perguntas enquanto outras permanecem abertas. Essa técnica visa explorar amplamente uma questão sem se preocupar com limites durante a conversação entre entrevistado e pesquisador (LIMA, 2004). Tal instrumento metodológico serviu de base para identificar aspectos relevantes sobre marcos históricos do destino que contribuíram para o aumento do fluxo de turistas e assim confrontou-se com indicadores que facilitaram a identificação dos estágios. As entrevistas semi-estruturadas auxiliaram a entender o que, como e por quê os acontecimentos ocorreram (RICHARDSON, 2008). A partir dos depoimentos coletados nas entrevistas estabeleceu-se reflexões sobre momentos históricos importantes que contribuíram para a configuração atual da atividade turística do Arquipélago de Fernando de Noronha e também em como as pessoas percebem os impactos, negativos e positivos do turismo.

Foram elaborados roteiros de entrevistas semi-estruturadas (APÊNDICE A) distintos que variaram de acordo com: a pessoa que estava sendo entrevistada (cargo, instituição que estava ligada, ou ainda se eram visitante, morador temporário ou morador permanente) e com os objetivos específicos que queriam ser alcançados naquela entrevista.

A seleção dos entrevistados da pesquisa se deu pela representatividade do sujeito para o destino, pela acessibilidade e principalmente pela indicação de potenciais entrevistados que poderiam contribuir para a pesquisa que foi solicitada pela pesquisadora aos entrevistados ao final de cada entrevista realizada, seguindo assim as recomendações da técnica “bola de neve” conforme Godoi e Matos (2006).

Para preservar a identidade dos entrevistados não serão apresentados seus nomes, no entanto, a relação dos pseudônimos e o foco das entrevistas que foram realizadas com cada um, encontra-se no quadro 58. Já os roteiros de entrevistas utilizados estão no apêndice A deste trabalho.

Pseudônimos	Roteiro de Entrevista
Entrevistado 01	Ciclo de vida
Entrevistado 02	Dimensão ambiental
Entrevistado 03	Ciclo de vida e dimensão social
Entrevistado 04	Dimensão ambiental
Entrevistado 05	Ciclo de vida; dimensão cultural e social
Entrevistado 06	Ciclo de vida; dimensão social, econômica e cultural
Entrevistado 07	Ciclo de vida; dimensão social e econômica
Entrevistado 08	Ciclo de vida; dimensão social, política e territorial
Entrevistado 09	Ciclo de vida e dimensão econômica
Entrevistado 10	Ciclo de vida; dimensão social e econômica
Entrevistado 11	Ciclo de vida e dimensão social
Entrevistado 12	Dimensão ambiental, territorial, política e social
Entrevistado 13	Ciclo de vida; dimensão social, cultural, política e econômica
Entrevistado 14	Ciclo de vida

Quadro 58 – Relação pseudônimos e foco das entrevistas realizadas;
Fonte: Elaborado pela autora.

É importante relatar que no conjunto dos 14 entrevistados participantes da investigação estão: chefe da Área de Preservação Ambiental (APA) de FN, chefe do Parque Nacional Marinho de FN (PARNAMAR-FN), ex-administrador da Ilha, técnica de turismo da Administração Estadual de Fernando de Noronha (ADEFN), bióloga da ADEFN, historiadora do arquivo público de FN, secretário escolar, presidente da Associação dos pousadeiros e do Conselho de Turismo de Fernando de Noronha (CONTUR – FN), conselheira distrital, moradora temporária, gerente do banco e proprietário de pousada, proprietário do Museu dos Tubarões, presidente da associação dos guias turísticos de FN e proprietário de pousada domiciliar.

A observação direta consiste em outra técnica utilizada para coleta de dados neste trabalho. Tais observações permitiram a pesquisadora perceber fatos e evidências que conduziram a compreensão do contexto junto aos objetivos da pesquisa (MERRIAM, 1998). Patton (2002) argumenta que as principais vantagens da observação direta consistem no fato

do investigador conseguir capturar e entender melhor o contexto no qual as pessoas interagem, na oportunidade de perceber coisas que escapariam caso o observador não estivesse presente no local e ainda na chance de apreender coisas que não seriam apreendidas por meio de entrevistas ou questionários. Por isso, seguindo as orientações desse autor, quando este defende a ideia de definir o que se quer de fato observar, pois seria impossível observar tudo o que acontece no campo estudado, elaborou-se protocolos de observações que encontram-se nos apêndices B, C e D deste trabalho.

Para o registro de suas observações, a pesquisadora optou pela utilização de um diário de campo. Logo, foi possível registrar percepções, vivências, impressões pessoais e reflexões a respeito dos acontecimentos presenciados no campo durante o período de coleta dos dados como sugere Merriam (1998). As observações durante as visitas realizadas no Arquipélago focaram aspectos referentes a estrutura, planejamento da atividade turística e interação entre os atores locais identificados no destino selecionado.

Ao chegar a Ilha, a pesquisadora percebeu a necessidade de elaboração de dois protocolos de observações distintos. Primeiramente, elaborou-se um protocolo para observação das palestras diárias do Projeto TAMAR na Ilha. Os temas dessas palestras variam de acordo com a disponibilidade de pesquisadores, funcionários e personalidades da Ilha, acontecem diariamente às vinte horas e são gratuitas. Por acreditar que tais encontros noturnos contemplariam temas interessantes a respeito do turismo e de outros aspectos da sustentabilidade do local, estes se apresentaram interessantes para o tema da pesquisa. Todas as palestras foram gravadas e observadas mediante um protocolo de observação específico encontrado no apêndice B deste trabalho.

O outro protocolo de observação foi criado para observar o comportamento, participação e temas discutidos pelos atores locais participantes do Conselho da APA de FN. A pesquisadora foi convidada pelos entrevistados 02, 06 e 07 para acompanhar a reunião como ouvinte, esse encontro também foi gravado para análise posterior assim como observado mediante protocolo de observação apresentado no apêndice C.

Sendo assim, a observação permitiu também identificar comportamentos e fatos em seu contexto natural para que os dados obtidos por meio de outros instrumentos como entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos possam ser validados (OLIVEIRA, 2007).

Também foram feitas fotografias dos principais atrativos turísticos, placas de sinalizações, visitantes, moradores e outros objetos/sujeitos que pudesse servir como base para o alcance dos objetivos da pesquisa.

O último método utilizado foi a análise de documentos. Merriam (1998) considera documentos um termo amplo que abrange uma gama de materiais escritos, visuais e físicos que sejam considerados relevantes para o estudo. Documentos pessoais, públicos e objetos materiais são tipos de documentos disponíveis para análise do pesquisador (MERRIAM, 1998). Dessa forma, a análise documental refere-se à coordenação de operações que objetivam estudar e analisar documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas que podem ter relação com o conteúdo desses documentos (RICHARDSON, 2008, p. 230).

Nesta pesquisa foram analisados documentos de acordo com a sua existência e acessibilidade. Os principais documentos analisados e coletados foram: o *website* institucional do destino, o plano de manejo do Arquipélago e o estudo de capacidade de suporte de FN, este último mais recente, tendo sido concluído e apresentado aos atores locais em 2009.

3.5 Análise dos Dados

A análise dos dados consiste no trabalho, organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, padrões, descoberta de aspectos importantes e a decisão do que vai ser transmitido dos dados que foram coletados. A fim de atingir o objetivo da análise dos dados essa fase da investigação deve ser encarada como uma série de decisões e tarefas em vez de ser encarada apenas como um esforço de interpretações dos dados (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 205).

Comunicar a compreensão do que está sendo investigado é o principal objetivo da análise dos dados, nesse sentido todo o material reunido durante a coleta deve ser organizado de uma maneira que sejam facilmente consultados (MERRIAM, 1998).

A interpretação e análise dos dados obtidos por meios das entrevistas semi-estruturadas, observações e análise de documentos foi realizada a partir da análise qualitativa do conteúdo. Segundo Vergara (2008) tal técnica objetiva a identificação do que está sendo entendido sobre determinado tema. A análise do conteúdo pode ainda apoiar-se em procedimentos estatísticos, interpretativos ou ambos (VERGARA, 2008), no caso deste trabalho optou-se por procedimentos interpretativos.

Um procedimento básico da análise de conteúdo é a definição de categorias de análise (BARDIN, 2004). Nesse sentido, a autora conceitua tais categorias como “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamentos esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 2004, p. 76). Tais categorias

permitem que o pesquisador percorra os seus dados na procura de regularidades, padrões e tópicos presentes nos dados que foram coletados anteriormente (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

As principais regras a que o pesquisador deve estar atento na construção de suas categorias de análise são sugeridas por Bardin (2004), a saber: devem ser exaustivas (incluir todos os elementos, encontrados nos dados coletados, relativos a um determinado tema), devem ser exclusivas (nenhum elemento pode ser classificado em mais de uma categoria) e devem ser pertinentes ao conteúdo e objetivo do estudo. Seguindo as recomendações de Bardin (2004), as categorias de análise elaboradas neste trabalho encontram-se apresentadas na sessão a seguir.

3.6 Categorias de Análise

As categorias de análise foram definidas com base no referencial teórico adotado. Tem-se, então, dois grupos de categorias: o primeiro, relacionado ao modelo de ciclo de vida de áreas turísticas e o segundo, baseado nas dimensões da sustentabilidade discutidas no capítulo anterior. Para cada categoria de análise foram estabelecidos os elementos de análise que serviram para guiar a elaboração dessas categorias, tais critérios também foram estabelecidos com base no referencial teórico.

3.6.1 TALC e seus Indicadores

Em relação ao modelo de ciclo de vida de áreas turísticas, preocupou-se em caracterizar o estágio atual do ciclo de vida de FN com base nos indicadores de cada fase sugeridos no trabalho de Butler (1980); Agarwal (1997); Tooman (1997) e Lundtorp e Wanhill (2001). Dessa forma, os elementos de análise desta categoria consistem nos indicadores referentes a cada estágio do ciclo, ilustrados a seguir na figura 03.

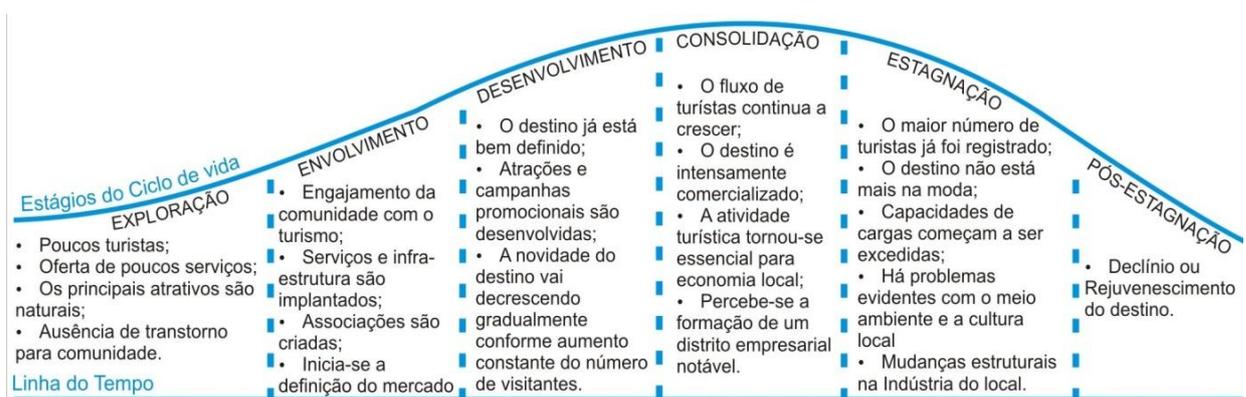


Figura 03: indicadores e estágios do TALC;

Fonte: Elaborado pela autora com base em: Butler (1980); Agarwal (1997); Tooman (1997) e Lundtorp e Wanhill (2001).

Os indicadores da fase de pós-estagnação se apresentam em dois grupos: os de declínio e de rejuvenescimento. Nesse caso, tem-se como indicadores de declínio: (a) afastamento dos turistas que passam a frequentar destinos mais recentes; (b) diminuição da duração da visita ao destino; (c) infra-estrutura turística passa a ser substituída por estabelecimentos não-turísticos como empreendimentos voltados para a indústria; (d) Há menos atrativos para os visitantes; e (e) outros serviços tornam-se inviáveis. Como indicadores de rejuvenescimento enumeram-se: (a) mudança dramática do recurso básico do destino; (b) novo conjunto de atrações artificiais são criados; e (c) recursos naturais ainda não explorados passam a ser utilizados. Buscou-se identificar, analisar e caracterizar o atual estágio que FN se encontra assim como os impactos, positivos e negativos, relacionados a essa fase vivenciada pelo destino atualmente.

3.6.2 As Dimensões da Sustentabilidade

Para análise das dimensões da sustentabilidade foram consideradas as matrizes de parâmetros objetivando avaliar os níveis dos critérios de análise de cada indicador proposto no capítulo do referencial teórico. Uma vez construídas tais matrizes, procurou-se evidências empíricas durante a coleta de dados que servissem de base para fundamentar a avaliação de cada critério de análise, tendo sido estes os elementos que guiaram os diagnósticos de cada dimensão.

Após a análise individual de cada dimensão foi apresentada a discussão dos resultados, esta com objetivo de relacionar os principais resultados encontrados com a discussão teórica exposta no trabalho. Uma vez observado o comportamento das dimensões da sustentabilidade de FN, pode-se observar as principais limitações e recomendações para o ajuste da proposta de integração entre o TALC e as dimensões da sustentabilidade.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

Nesta sessão, será apresentada a análise dos dados do caso selecionado para esta pesquisa. Os dados foram agrupados e ilustrados de acordo com as categorias de análise delineadas no capítulo dos procedimentos metodológicos.

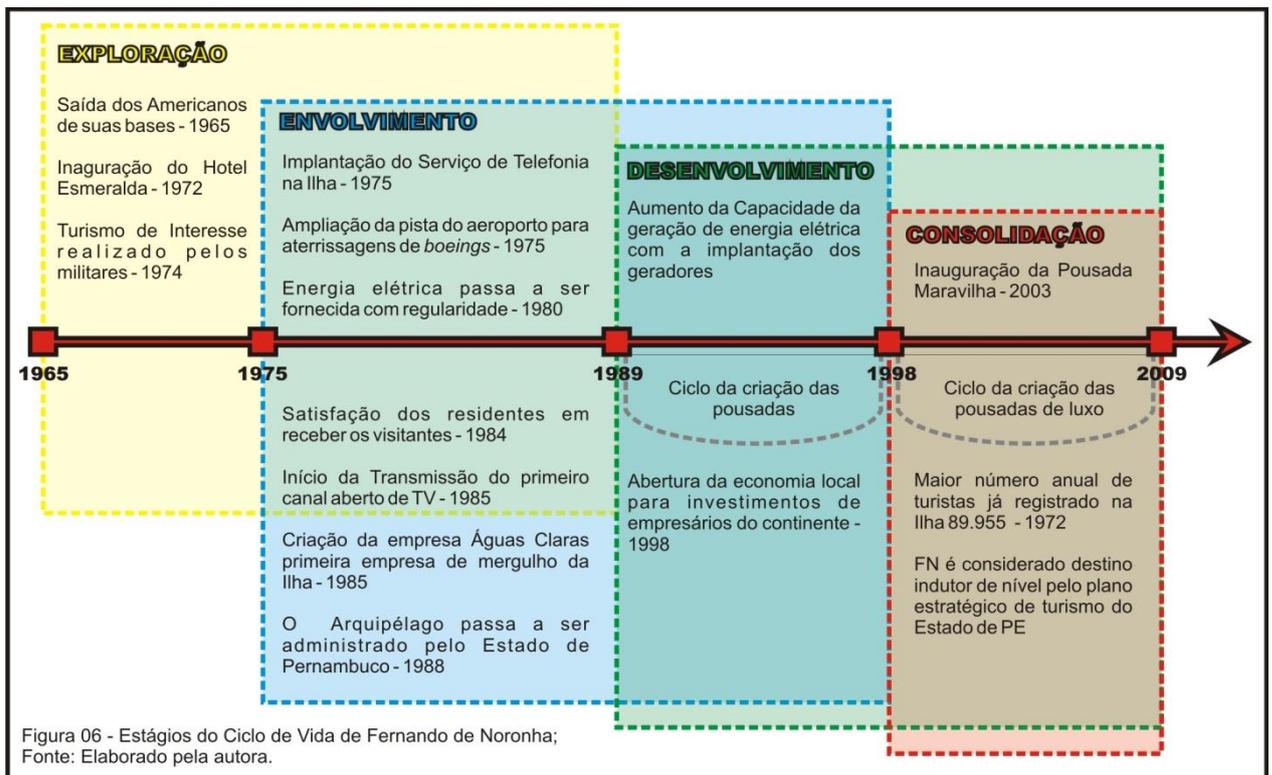
4.1 Os Estágios do Ciclo de Vida de FN

Identificar os estágios do modelo proposto por Butler (1980) consistiu principalmente num resgate histórico do destino. Foi importante também compreender que no TALC, os estágios são definidos com base no número de turistas. Defende-se nesta pesquisa que o número de turistas pode ser influenciado por acontecimentos externos que influenciam a quantidade de visitantes por ano do destino. Dessa forma, o número de visitantes anual não foi prioridade da análise.

De acordo com Agarwal (1997) uma das principais limitações do modelo consiste na determinação dos pontos de transição dos estágios, uma vez que o autor argumenta sobre a dificuldade em identificar o início e o fim de uma fase resumindo-os como acontecimentos bruscos. É importante, porém, considerar tais transições como um processo gradual ao longo dos anos. Dessa forma, seguindo as recomendações desse autor, as fases do TALC foram identificadas com base nos indicadores sugeridos por Butler (1980), Agarwal (1997) e Lundtorp Wanhill (2001) (ver figura 03).

Entretanto, elaborou-se a figura 06, na qual podem ser observadas os principais marcos da atividade turística em FN ao longo do tempo, cada acontecimento foi relacionado com um indicador das fases do TALC, a fim de que fosse possível compreender quais os estágios e indicadores que o destino turístico encontra-se. O início do ciclo de vida de FN tem início em 1965 com a presença dos militares no local, conforme pode ser na figura 04.

Sendo assim, de acordo com a figura 06 tem-se que atualmente Fernando de Noronha apresenta indicadores tanto da fase de desenvolvimento quanto de consolidação. No entanto, a relação entre os indicadores e os acontecimentos que determinaram as fases do TALC, deu-se principalmente com base nas entrevistas e na observação de documentos do Arquipélago. Em seguida à ilustração (figura 04) dos acontecimentos que marcaram a atividade turística em FN, têm-se as evidências empíricas que fundamentam as relações existentes entre tais acontecimentos e os indicadores como exposto anteriormente.



Com base nos indicadores da fase de exploração do ciclo de vida propostos na figura 06, verificou-se, a partir dos depoimentos dos entrevistados, que o marco inicial do turismo em Fernando de Noronha consiste na saída do exército americano de suas bases militares, ocupadas por eles durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com as entrevistas, percebeu-se que FN possui uma fase em que a presença militar do exército brasileiro é intensa principalmente da década de 60 até o ano de 1988, quando FN passa a ser distrito estadual de Pernambuco. De acordo com o depoimento da historiadora e funcionária da ADEFN, tem-se a seguinte constatação:

Lendo alguns documentos, você nota, na documentação que os militares, eles vendo as condições naturais de FN, eles entendiam que Noronha tinha potencial para desenvolver, só que aquele momento era um momento difícil porque era um momento que o Brasil passava por uma ditadura, então o Brasil precisava se “abrir” para FN também poder se abrir... então começou sutilmente, colocando um avião a cada sete dias, e aí tinha um bar no centro, tinha uma... alguns iglus, então eles pegaram esses iglus que não tinha mais finalidade e eles começaram a trazer algumas pessoas pra conhecer FN e colocavam nesses iglus.

A historiadora da ADEFN acredita que esse é o marco inicial do turismo em FN, é importante alertar para o fato deste acontecimento não caracterizar um turismo comercial, é muito mais um comportamento político dos militares que ali se encontravam. O entrevistado

07, amplia essa discussão relatando que os interesses dos militares, nessa época, giravam em torno de:

Receber comitivas que interessavam a quem governava, ou trazer o general, o chefe, da diretoria tal do exercito que pode arranjar um dinheiro pra cá ou trazer o almirante tal da esquadra tal que pode botar uns navios pra me ajudar. Tá entendendo como é? Ou trazer os alunos da escola superior de guerra porque tem engenheiros, tem fulano, tem beltrano, entendesse? Fazia, quer dizer, ele tinha lá uma estrutura que eles usavam, mas ao mesmo tempo [...] eu mesmo em 69, como estudante de agronomia ia com um grupo de colegas meus, a força aérea brasileira nos trouxe, o exército nos recebeu aqui na ilha certo!

Esses depoimentos revelam que o interesse por parte de alguns militares “agradarem” seus visitantes ao oferecer estadia era percebido pelos mesmos como uma “troca de favores”, dessa forma eles barganhavam alguns interesses disponibilizando hospedagem na Ilha. Esses depoimentos relatam não só a utilização dos iglus⁴ para acomodar os visitantes recebidos pelos militares como também está relacionado ao indicador **número reduzido de turistas**, pertencente ao primeiro estágio do ciclo de vida - exploração.

Outro indicador do estágio de exploração do ciclo também identificado nesse espaço de tempo (1965-1988) consiste na **disponibilidade de poucos serviços e infra-estrutura**, a inauguração da pousada Esmeralda em 1972 marca o início dessa estruturação, o estabelecimento foi instalado no início como uma pequena pousada administrada pelos próprios militares, ao final da década de 70 a pousada já era chamada de hotel Esmeralda e passou a ser explorado por outras pessoas da Ilha e não apenas os militares. Outros serviços também foram criados para melhor atender os visitantes como é relatado nesse trecho do depoimento do entrevistado 07:

Então, a partir do final dos anos 70 o hotel passou a ser trabalhado, não mais diretamente pelos militares. Havia um militar que era o homem de ligação com o empresário, certo? E ele dava uma porcentagem da receita do hotel para o território, tá entendendo? Então, uma porcentagem. E foram essas pessoas que trabalhavam na ilha, que foram se chegando e tal. Alguns foi, feito o meu irmão mais velho, ele era funcionário do exército e conseguiu, era difícil entrar carro na ilha, ai aqueles carros que o exercito não queria mais, ai leiloava internamente. Então dois ou três carros desses foram leiloados e ele foi um dos que adquiriu um carro desse ao lado do seu Severino Bucho Branco, ao lado do seu Bill Guarda. Foram os três primeiros taxistas da Ilha[...]

⁴ Nome dado as acomodações da base americana pelos ilhéus.

Neste trecho da entrevista percebe-se que com a chegada dos visitantes na Ilha num avião do exército, os militares criaram alguns serviços para receber essas pessoas. Segundo os entrevistados 01, 06 e 07, um avião de carga do exército brasileiro levava os visitantes semanalmente ao Arquipélago. Ao passar do tempo, funcionários do exército e pessoas que iam a FN realizar algum trabalho específico percebiam a carência do lugar em relação a serviços e infra-estrutura e desse modo, foram sendo instalados, entre os anos de 1975 e 1988, lentamente outros serviços para melhorar a qualidade de vida dos moradores e ao mesmo tempo possibilitar a presença de mais visitantes na Ilha.

As imagens 01 e 02 são, respectivamente, fotografias da base americana e suas instalações, durante a Segunda Guerra Mundial, atualmente, os resquícios dessas bases são comumente chamados de “iglus”. Esses “iglus”, que encontram-se espalhados no bairro do Boldró, foram sendo modificados para receber as instalações do hotel Esmeralda; outros comportam ainda hoje a empresa de mergulho Águas Claras e alguns encontram-se abandonados, como estes da imagem 02. Há ainda instalações que são utilizadas pelo ICMBio e pela administração do Arquipélago.

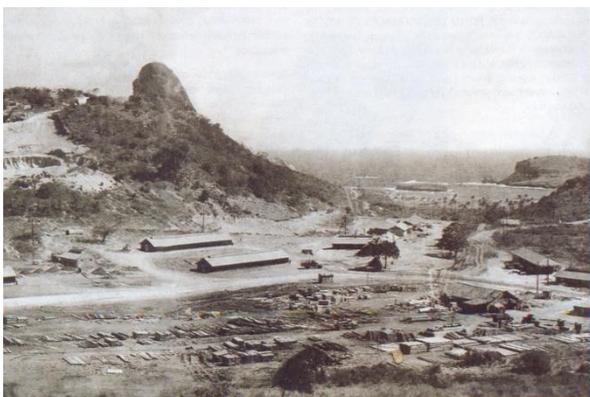


Imagem 01 – Base Militar americana durante a Segunda Guerra Mundial;
Fonte: Programa de resgate documental sobre FN.



Imagem 02 – “Iglus”, antiga base do exército americano durante a Segunda Guerra Mundial;
Fonte: Dados da pesquisa.

A ausência de transtorno para a comunidade local consiste em outro indicador do estágio de exploração do TALC. No depoimento do proprietário do Museu dos Tubarões tem-se uma breve noção de como era a Ilha no ano de 1984 do ponto de vista desse entrevistado:

As pessoas da ilha eram extremamente amistosas, quando via uma pessoa de fora era recebido de uma maneira extraordinária, isso foi o que mais me encantou, foram as pessoas do lugar, [...] na época o turismo eram dois vôos por semana, que ficava na pousada Esmeralda [...] então eu saindo andando pelas ruas, pedindo uma carona aqui, outra ali, que não tinha taxi, não tinha nada disso, eram jipes né? Bem velhos já. E todo mundo parava, eu não precisava pedir carona, e todo mundo achava que [eu] ia para o hotel e já ia me levando, eu: “Não, não, tô no hotel não! Tô no porto!”, “Mas como no porto?”, “ É que eu vim de veleiro”, aí é que a curiosidade era maior ainda, então as pessoas levavam para casa, e servia do que tiver, era impossível sair

de uma casa sem levar um cacho de bananas, dois mamões, um pinha, duas graviolas, era desfeita e isso foi interessante, uma das festas que atesta esse espírito foi Dona Pituca uma moradora antiga que ela teve a primeira pousada independente da ilha e meu pai ficou hospedado lá em Pituca e no dia fizemos refeições lá e tudo, no dia da partida, Pituca foi com toda a família e o cachorro, com lenço branco na mão para dar adeus[...].

Esse entrevistado relembra também aspectos relacionados à “liberdade” de realizar atividades como pesca, plantações e trilhas em qualquer lugar da Ilha uma vez que esta ainda não era regulamentada e fiscalizada pelo IBAMA.

Logo, tem-se o fim da fase de exploração, quando em 1988, já com uma infraestrutura diferente da inicial, a atividade turística passa a ser prioridade do governo pernambucano, como será analisado posteriormente. A principal característica dessa fase é a transformação do turismo de “interesses” realizado pelos militares e o turismo comercial, que se apresentava como uma alternativa para o desenvolvimento da Ilha, em um turismo mais profissional financiado pelo governo do Estado de Pernambuco. Desse modo, o marco que finaliza o estágio de exploração, dá continuidade ao estágio de envolvimento e marca o início da fase de desenvolvimento do destino, é o ano de 1988, quando o Estado de Pernambuco assume a administração do Arquipélago.

No período que compreende os anos de 1975 e 1998 foram identificados eventos e marcos que correspondem a três dos quatro indicadores do estágio de envolvimento, são eles: (1) os serviços e infraestruturas são implantados no local; (2) o engajamento da comunidade local com a atividade turística; (3) início da definição do mercado. O único indicador que não foi identificado nessa fase foi a criação de associações envolvendo a atividade turística por limitações dos dados coletados.

Em relação à **implantação de serviços e infraestrutura**, de acordo com o entrevistado 07, em 1975 tem-se: a criação da primeira empresa de mergulho, a Águas Claras; a primeira pousada domiciliar da Ilha, a pousada da Dona Pituca; a ampliação da pista do aeroporto para aterrissagem de *boeings* (possibilitando a entrada de vôos comerciais na década de 80); e os serviços de telefonia que foram instalados na Ilha neste mesmo ano. Em 1980, a energia elétrica passou a ser fornecida com regularidade, uma vez que anterior a essa data a energia era encerrada às 20h. Tem-se também o início da transmissão do primeiro canal de TV aberto no Arquipélago, em 1985.

Em 1988, a Ilha passa por uma fase intensa de transição relatada pelos entrevistados em seus depoimentos. De acordo com o entrevistado 01, no momento em que Ilha tornou-se distrito estadual de PE o turismo passou a ser visto como a melhor solução para o local, tal constatação pode ser observada nesse trecho de sua entrevista:

FN passou por várias fases e em 1988 quando da constituição, foi assim um marco. Em 88 você pode até dizer que foi um marco, porque FN sai da tutela do Governo Federal e vai para o Estado de Pernambuco, e aí, o que fazer com essa Ilha? Pernambuco é um Estado pobre tem “n” municípios pobres e aí o que é que a gente vai fazer? Com uma Ilha lá no meio do oceano? O que fazer? Vai fechar pro turismo? não, a gente tem que abrir, por quê? Porque as pessoas precisam sobreviver né? Porque precisam ganhar dinheiro, então o que é que o Estado de Pernambuco fez? Ele deu a vara para que os noronhenses pescassem, fossem buscar seu peixe e isso através do turismo, então ele abriu a gaiola [...]

Essa perspectiva também foi encontrada no depoimento do entrevistado 10 quando esta afirma que:

Quando Noronha deixou de ser território militar, passou a distrito estadual, “e aí? e agora? o que é se vai fazer com aquele, arquipélago né?”. Aí qual a vocação natural de uma ilha distante? Turismo. Aí começou a se vender muito o destino Noronha, se fazer muita propaganda e muito alarde, começou a ser visto como galinha dos ovos de ouro né? Do Estado de Pernambuco.

Sendo assim, a partir de 1988 a atividade turística em FN deveria se tornar a principal fonte de recursos e renda para a comunidade local, uma vez que o Estado de Pernambuco não conseguiria manter todos os benefícios para a população, como fez o Governo Federal durante o período da presença dos militares na Ilha, segundo argumento do entrevistado 07. É então a partir desse momento, da criação do sistema de hospedarias domiciliares, que FN inicia um processo de **definição do mercado**, pois os serviços de infra-estrutura já comportavam a demanda local e o número de turistas aumentava lentamente a cada ano. Sendo este um indicador tanto do estágio de envolvimento como de desenvolvimento do ciclo de vida do destino.

A criação do sistema de hospedarias domiciliar, de 1989 até o ano de 1998, marca um período de estruturação da atividade turística em FN, ou ainda pode se dizer que é o momento no qual acontece o ciclo de criação das hospedarias domiciliares. Segundo o ex-administrador da Ilha, tal sistema foi uma importante iniciativa porque contemplava os moradores da Ilha, gerando uma socialização do turismo, uma vez que a riqueza se concentrava nas mãos dos moradores de FN. As imagens 03, 04 são fotos coletadas no ano de 2009 referentes a duas hospedarias domiciliares que, segundo o entrevistado 13, podem ser consideradas as primeiras pousadas criadas a partir do sistema de hospedarias domiciliares de FN em 1989.



Imagem 03 – Pousada Monsieur Rocha
Fonte: www.pousadamrocha.com.br



Imagem 04 – Pousada Tia Zete;
Fonte: www.pousadatiazete.com.br

Muitos pontos de vista são lançados em relação às pequenas hospedarias, pois no início, apesar de muitas pessoas serem contra esse sistema, com o passar do tempo foram percebendo que se tratava de algo economicamente viável. Um dos entrevistados, relembra esse fato:

Meu irmão foi um dos pioneiros, também fez da casa dele uma pousada, com beliches sabe? Era uma confusão, não queria, aí terminou um não querendo, e o outro queria, e o outro, e o outro. Hoje você encontrar uma casa casa, é complicado é tudo pousada. E aí [...] sem nenhum preparo, mas o retorno era imediato, e tinha as três refeições. Mas a proposta era uma proposta muito boa, que era hospedaria domiciliar, e essa proposta para Noronha era a melhor, era uma hospedaria domiciliar, você põe dentro da sua família, tendo o espaço do seu filho e o espaço do turista (ENTREVISTADO 08).

Campanhas promocionais do destino também passaram a ser veiculadas na mídia para venda do “produto turístico”. O **engajamento da comunidade local** com a atividade turística é observado exatamente nesse período onde hospedagem, transporte, alimentação e outros serviços destinados aos turistas eram oferecidos pelos próprios residentes.

Somado a isso tem-se também um outro marco no turismo da Ilha que é o início dos cruzeiros em 1990. Pacotes para conhecer Fernando de Noronha no período de alta estação que compreende os meses de Novembro e Março são oferecidos por operadoras de viagens com alcance nacional e internacional. O visitante oriundo desses navios passa em torno de 1,5 até 2 dias na Ilha, mas pernoitam no transatlântico.

Essa intensificação da quantidade de visitantes devido à estruturação do destino caracteriza o fim do estágio de envolvimento, dá continuidade à fase de desenvolvimento e apresenta o início dos primeiros indicadores do estágio de consolidação, que foram identificados, de 1998 até os dias atuais.

De acordo com os dados coletados, o ano de 1998 consiste no terceiro marco de transição da atividade turística de FN. Nesse ano, por meio de uma ação normativa da

administração do Arquipélago, o então administrador de FN abriu a economia local para investimentos oriundos de empresários do continente. Esse fato consistiu no marco de maior impacto para atividade turística do destino. A possibilidade de se associar a um empresário ou investidor de fora da Ilha forneceu a muitos moradores e donos de hospedarias a possibilidade de reformar suas pequenas pousadas e até mesmo suas casas e transformá-las em pousadas, restaurantes de luxo, agências de aluguel de automóveis apresentando ofertas de novas oportunidades de conforto do turista na Ilha.

Dessa forma, observou-se que do ano de 1998 aos dias atuais tem-se o que chamou-se de **ciclo de criação das pousadas de luxo**. A partir desse período ocorre automaticamente uma reestruturação do “produto” turístico de Fernando de Noronha. Para ilustrar esse novo conceito de pousadas as imagens 05, 06 e 07 correspondem às três maiores pousadas de Fernando de Noronha atualmente.



Imagem 05 – Pousada Teju Açú
Fonte: www.pousadateju.com.br



Imagem 06 - Pousada Maravilha ;
Fonte: www.pousadamaravilha.com.br



Imagem 07 – Pousada Zé Maria;
Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com dados da Elabore (2009), o crescimento do fluxo de turistas entre 1997 e 2007 foi de 500% tendo seu pico máximo em 2005 com um total de 89.655 visitantes. Esses

dados mostram que nesse período de 10 anos o destino foi **intensamente comercializado**. O turismo atualmente é **essencial para a economia local**. Em 2007, a Ilha possuía 109 estabelecimentos de comércio turístico, 75 de alimentação, 110 entre hotéis e pousadas, o que gerou um total de 1066 empregos para a população formando um **distrito empresarial notável**. Como dito anteriormente, em 2008 Fernando de Noronha foi considerado destino indutor nível I de turismo do Estado de Pernambuco, significando investimentos estaduais para melhoria e qualidade da infraestrutura turística e intensificação de campanhas nacionais e internacionais de promoção com a finalidade de impulsionar o turismo do Estado.

Portanto, após descrição e identificação dos indicadores relacionados aos estágios do TALC, foi possível elaborar a figura 07 na qual os indicadores identificados durante a coleta de dados encontram-se sublinhados e servem de base para identificar os atuais estágios do ciclo de vida de FN. A análise dos estágios do ciclo de Fernando de Noronha foi elaborada com base nos principais eventos e acontecimentos que marcaram a atividade turística da Ilha. A análise de documentos e dados secundários também foram utilizados para traçar os estágios. Percebeu-se que a sobreposição dos indicadores ao longo do tempo dificulta o estabelecimento de um período linear e consecutivo dos estágios que permitam datas específicas de início e fim. Por isso, optou-se por identificar a partir dos indicadores, onde estariam situados os eventos relacionados aos indicadores sugeridos pelo modelo e qual a duração de acordo com os eventos e marcos identificados na pesquisa.

Conforme dados da pesquisa apresentados, anteriormente, verificou-se que FN presencia elementos de dois estágios do TALC, tanto o desenvolvimento como o de consolidação (ver figura 06). Todos os indicadores dessas duas fases foram encontradas simultaneamente, desde 1998 até os dias atuais. Um indicador do estágio de estagnação relativo ao destino já ter registrado o maior número de turistas em 2002 também foi verificado e por isso, encontra-se sublinhado.



Figura 07: Indicadores e estágios do ciclo de vida de FN;

Fonte: Dados da pesquisa.

Como já alertado por Agarwal (1997) não foi possível estabelecer uma ordem cronológica linear das fases do ciclo de vida do destino, sendo encontrados períodos de sobreposição de acordo com os indicadores de cada estágio do ciclo de vida.

4.2 A Dimensão Social da Sustentabilidade

Para análise da dimensão social da sustentabilidade de FN foram estabelecidos critérios de análise relacionados aos indicadores sociais: qualidade de vida e dinâmica do turismo no destino. Para que a avaliação dos critérios de análise fosse possível, elaborou-se matrizes de parâmetros para cada um deles. Assim, o **acesso à saúde** da comunidade local é o primeiro critério e sua avaliação consistiu na observação acerca do acesso aos serviços de saúde, tanto da população fixa como da população flutuante.

Constatou-se, no período de coleta de dados no destino, que Fernando de Noronha possui um hospital estadual, o São Lucas, e um Posto de Saúde da Família – PSF. Em alguns depoimentos de entrevistas foi relatado que o hospital não é equipado suficientemente para casos mais graves - esses quando acontecem é necessário que seja acionado um avião da FAB para remoção dos acidentados para o Continente. É também por conta da infra-estrutura do hospital que não são mais autorizados partos no Arquipélago. Não há médicos fixos em FN, o hospital funciona num processo de rodízio de médicos o que não é aconselhável para as mulheres grávidas, nesse caso, a gestante precisa viajar para ter o filho em outro lugar como relata o entrevistado 05:

Faz mais ou menos uns seis anos, acho que faz uns quatro anos que nasceu o último mas foi porque ela [a mãe] insistiu demais, mas que eu saiba foi o último que nasceu aqui, que tem a idade do meu, a explicação da diretora do hospital a Dra. Ana Paula é bem pertinente porque ela é especialista pra dizer, ela é de UTI né? e aí estão adequando, parece que não finalizou tem o projeto do banco de sangue, não tem UTI nem muito menos neo natal e [isso] é um problema num parto né? e você isolado aqui, enfim, ela foi bem clara numa das reuniões que eu vi essa reivindicação [...] aqui você não tem estrutura nenhuma.

Para o entrevistado 08, o fato de FN não possuir uma maternidade mais equipada causa também outros problemas sociais que decorrem em consequência da mulher ter que se ausentar para dar a luz no Continente, enquanto o marido permanece no Arquipélago como relatado neste trecho de sua entrevista: “a administração contribui para um atendimento ruim no hospital, as mães vão ter os filhos fora, sai com 7 meses daqui e o marido fica aqui na ilha, na casa, com outras cunhadas que termina tendo filhos dele também. Aqui tem famílias com o mesmo pai tendo filhos com duas irmãs”.

Outro aspecto relevante elucidado pelo entrevistado 10, que encontra-se na Ilha há mais de 20 anos, foi a falta de diversidade das especialidades dos médicos no hospital, além de alguns casos de negligência dos médicos presenciados pelo respondente. Ainda de acordo com seu depoimento, os médicos muitas vezes não se encontram no hospital em situações de emergência, como relatado por ele:

Aqui só tem um pediatra e um clínico-geral. O que eu acho que deveria ter na Ilha? Um ortopedista, um bom equipamento de ortopedista pra trabalhar porque aqui tem o maior risco de você cair e fraturar. Daí não tem. Aqui tem muita gente que tem problema de coração infarto, mas não tem uma UTI, se você tiver algum problema tem que vim um salvo-aéreo⁵ se o salvo-aéreo demorar você morre no chão, porque não tem como salvar. Então eu acho que a gente devia brigar era pra ter um hospital muito bem equipado uma equipe médica de prontidão 24 horas, não só um clínico-geral e um pediatra, porque não resolve. Tem clínico-geral aqui que não sabem nem o nem o procedimento, fazem assim: “ó to com um paciente aqui assim, assim, assim, o que é que eu devo fazer? O que é que devo medicar?” A gente vê que ele não sabe nem o que ele tá fazendo, tá perdido no hospital, e muitos que vem curtir a Ilha, não ficam no hospital, fica a enfermeira de plantão, e o médico tá no [bar do] cachorro, já aconteceu comigo, cheguei com meu filho doente no hospital, a enfermeira ligou: “doutor tem um rapazinho aqui com uma dor” aí o médico “qual é a dor que ele tá?, onde é?” [...] Tanto é que quando tem um acidente grave ligam, vocês quando chegam no aeroporto preenchem uma ficha vocês “botam” sua função, se você é médico e diz qual o tipo de médico que você é, cardiologista, ortopedistas, então quando tem um acidente grave na Ilha eles acionam todos os médicos que estão na Ilha pra dar socorro ao hospital, pra ajudar o hospital (ENTREVISTADO 10).

Sendo assim, o nível desse critério de análise na matriz de parâmetros foi considerado fraco, pois ainda que haja um hospital, este não possui infra-estrutura suficiente para necessidades básicas da comunidade e dos visitantes como serviços de ortopedia, cardiologia e maternidade.

Embora também exista um PSF no Arquipélago, que atende a comunidade e ofereça serviços básicos de saúde, é recorrente a ida de muitos moradores ao Continente para consultas médicas regulares ou ainda para procedimentos cirúrgicos em geral. Assim, os serviços oferecidos pelo hospital São Lucas assemelham-se mais aos serviços de um centro de emergência do que a um hospital.

⁵ Avião da Força Aérea Brasileira (FAB) acionado para remoção de acidentes graves.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Acesso à Saúde	Não há hospitais ou centros de emergência no local	Há centros de emergências, mas não comportam a população local do destino nem a flutuante	Há centros de emergência e hospitais, atende a população, mas em épocas de alta estação os serviços são insuficientes para a população fixa e flutuante	Há centros de emergência e/ou hospital que comporta a população fixa e flutuante, além da promoção de campanhas de saúde pública para comunidade como: controle da natalidade, higiene bucal, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros

Quadro 49 - Avaliação do critério de análise: acesso à saúde;
Fonte: Dados da pesquisa.

O **acesso à educação** também é um critério de análise do indicador qualidade de vida. Como no critério anterior, procurou-se identificar as modalidades de ensino oferecidas pelos centros educacionais de FN.

Atualmente o destino oferece todos os níveis de educação para os moradores, tendo dois centros de ensino: a escola Arquipélago e o Centro Integrado de Educação Infantil, a creche Bem-Me-Quer. Assim, FN possui todas as modalidades de ensino, do ensino infantil ao superior.

A educação infantil é oferecida a crianças de 3 a 6 anos de idade pela Creche Bem-Me-Quer, já o ensino fundamental I e II e o ensino médio são ofertados pela Escola Arquipélago. Segundo o entrevistado 03, há também a modalidade de ensino denominada EJA, ou seja, ensino para jovens e adultos que encontram-se fora da faixa de idade e desejam retornar à escola.

Outra modalidade de ensino encontrada em FN é o ensino técnico. Tem-se cinco cursos técnicos oferecidos também na escola Arquipélago, o órgão responsável por essa modalidade de ensino é a Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) do Estado de Pernambuco. Entre os cursos ofertados pela instituição estão: informática, administração, hospedagem e Agente Comunitário de Saúde. Já o ensino superior é oferecido apenas na modalidade de educação a distância (EAD) e consiste nos cursos de pedagogia, informática, ciências biológicas e administração sob responsabilidade da Universidade de Pernambuco (UPE) e da Universidade Federal rural de Pernambuco (UFRPE).

O critério de análise **acesso à educação** foi contemplado nessa matriz como nível forte, uma vez que constatou-se que são oferecidos serviços educacionais além do nível médio, incluindo categorias como ensino técnico, superior e ainda a inclusão de jovens e adultos fora de faixa (EJA). Embora o foco na atividade turística e valorização da cultura não foram identificados durante a entrevista com o secretário escolar, quando questionado sobre a

existência de uma disciplina específica sobre História e Cultura do Arquipélago o entrevistado se posicionou da seguinte forma:

A gente tinha assim uma disciplina de cultura local até com uma abordagem mais pra história da Ilha mas a gente diluiu essa disciplina nos temas transversais, os professores eles trabalham sempre esse tema sem necessariamente ficar preso a uma disciplina assim fica uma coisa mais voluntária, mais espontânea pros alunos, todos eles têm na ponta da língua o hino de FN, a gente tem um momento cívico duas vezes por semana na quadra que é o hino de PE o hino nacional, esse exercício a gente já faz. Que agora é lei pelo menos uma vez por semana executar o hino nacional nas escolas e a gente já faz isso há muito tempo aqui.

Em relação ao acesso, todas as pessoas têm acesso à instituição de ensino público em FN, não existem instituições privadas de ensino e todos que precisem e queiram se matricular tem o direito reservado. A escola Arquipélago atualmente possui 520 alunos, sua infraestrutura corresponde a 12 salas, 02 laboratórios de informática, 01 quadra poliesportiva, 01 laboratório de ciências e 01 núcleo de educação ambiental composto por 01 auditório climatizado, 01 sala de artes e 03 salas extras utilizadas de acordo com a necessidade da escola. As imagens 08 e 09 correspondem à quadra poliesportiva e à vista externa das salas de aula da escola Arquipélago.



Imagem 08: Quadra poliesportiva da Escola Arquipélago;
Fonte: Dados da pesquisa.



Imagem 09: Vista externa das salas de aula da escola Arquipélago;
Fonte: Dados da pesquisa.

O entrevistado 10 relata que seus filhos adolescentes já estudaram na escola Arquipélago, mas, atualmente encontram-se estudando em Recife. Segundo ele, a qualidade do ensino da escola compromete a educação dos alunos devido à ausência de professores na Ilha, como relatado por em sua entrevista:

Meus filhos ficaram estudando aqui, chegou um ponto que minha filha teve que ir [para o Continente]. Como te falei a escola daqui é muito precária, sempre faltando professores, tinha mês que não tinha aula. Teve época que chegou o meio do ano e não tinha professor de matemática, não tem professor de história, tanto é que minha filha, quando chegou numa escola lá

no Continente, ela perdeu dois anos, ela foi pra lá fazer o primeiro ano e teve que voltar pra sétima, quer dizer, a professora disse: “olhe ela pode fazer o primeiro ano só que eu aconselho você voltar pra ela fazer bem feito, porque quando ela chegar mais na frente ela vai ter dificuldade é melhor ela sofrer agora do que ela sofrer na frente”.

Já o entrevistado 06, relata de maneira positiva a atuação da escola estadual, em seu depoimento percebeu-se o seu posicionamento em relação as atividades da escola.

[...] obviamente que a escola passou por algumas dificuldades, dificuldades estas que hoje vêm mudando. Hoje nós temos uma diretora é muito comprometida com a educação, com as questões sociais, com todo um cuidado, ela tem procurado os conselhos, é tanto que agora foi implantado o conselho de educação ela sempre vai pro conselho de assistência social que eu faço parte, ela sempre está passando pra gente pedindo ajuda pra ver o que é que a gente pode ajudar. Por que o próprio jovem, ele está um pouco disperso com a questão da escola, com a questão da educação, mas isso é um problema de casa porque algumas pessoas querem entregar a responsabilidade da educação do filho à escola e não é, a responsabilidade da educação do seu filho começa na sua casa, o seu filho vai ser na sua casa o que você ensina ele a ser em sua casa, na escola, não é diferente, não pode ser a escola que tem que ensinar o filho como ele tem que ser dentro de casa. A escola forma o filho para ser um cidadão de conhecimento de estar preparado para enfrentar a vida profissional fora do lar, quando ele cresce, quando ele fica adulto. Esse é o papel da escola, não vou aceitar que uma pessoa venha aqui me dizer que “o meu filho está indo lá pra fora porque aqui não tem condições” E o que você tá fazendo pra ajudar a escola ser melhorada? O que você vai fazer na escola? Qual é o pai que vai na escola quando tem reunião de pais e mestres pra levar proposta pra escola? Porque da mesma forma que você critica a escola porque você não leva proposta pra escola? O processo tem que ser diferente, o cidadão ele tem que fazer o seu papel. Agora, algumas pessoas mandaram os filhos lá pra fora porque tem condições de pagar um colégio melhor, um colégio com outra estrutura por isso é que mandam, aqueles que não têm condições tá aí com seus filhos estudando, tem crianças aqui inteligentíssimas.

Algumas atividades da Creche Bem-Me-Quer puderam ser registradas pela pesquisadora durante a coleta de dados. Foram presenciados dois momentos distintos com as crianças da creche: o primeiro aconteceu devido às comemorações semanais durante o mês do livro (Outubro), a atividade da escola aconteceu na praça Flamboyant à tarde, onde professoras e mãe de alunos protagonizaram uma adaptação da peça infantil “chapeuzinho vermelho”, cujo tema central discorria sobre a importância de uma alimentação saudável. A imagem 10 retrata esse momento. Outro ocasião presenciada pela pesquisadora que também envolvia as crianças da creche bem-me-quer foi a semana de comemoração da presença do corpo de bombeiros na Ilha. Foram realizadas atividades com as crianças da pré-escola na sede do projeto TAMAR como ilustra a imagem 11.



Imagem 10: Alunos da Creche Bem-Me-Quer aguardando peça teatral;
Fonte: Dados da pesquisa.



Imagem 11: Comemorações dos bombeiros na sede do Projeto TAMAR;
Fonte: Dados da pesquisa.

De todo modo, não sendo objetivo desse critério de análise avaliar a qualidade do ensino ofertado pela escola, focando sua observação na questão do acesso à educação da comunidade local, entendeu-se o nível de acesso à educação em FN como forte.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte (3)
Acesso à educação	Não há escolas públicas no local	Há escola pública, mas oferece ensino apenas até o ensino fundamental II	Há escola pública até o ensino médio e comporta toda a comunidade local	Há todas as modalidades de ensino, comporta toda a comunidade local, além de fornecer educação voltada para a importância do turismo e a valorização da cultura

Quadro 60 – Avaliação do critério de análise: acesso à educação;
Fonte: Dados da pesquisa.

O **transporte público** consiste no terceiro critério de análise do indicador qualidade de vida. Procurou-se avaliar como esse serviço atende a população e os visitantes do destino turístico.

Nesse sentido, tem-se que a frota de micro-ônibus destinada ao transporte público da comunidade possui 04 veículos. Regularmente são utilizados apenas 02 veículos, o que implica num intervalo de cerca de 30 minutos entre um ônibus e outro. O preço da passagem é de três reais, considerado por alguns moradores elevado em relação a distância percorrida visto que a BR 363, principal via do destino, possui apenas 7,98 km, sendo esta a menor BR do país.

O transporte é suficiente para a população, visto que não há uma demanda intensa por serviços de transporte público, uma vez que não há um tráfego significativo de pessoas que saem de casa para trabalhar de ônibus, já que as próprias empresas disponibilizam os carros e *buggys* para passeios. Por outro lado, há um aumento significativo no número de automóveis

e motocicletas na Ilha chegando a 600% entre os anos de 1997 e 2007, o que evidência a baixa demanda por serviços de transporte público. Também não foram identificadas campanhas de incentivo ao uso do transporte público.

Logo, o nível de análise do transporte público de FN foi considerado moderado, uma vez que este existe e comporta toda a população, mas é considerado lento e com preços elevados pela comunidade. Por outro lado, entende-se que os altos preços e ineficiência em relação ao intervalo entre um ônibus e outro ocorrem principalmente pela ausência de demanda massiva de usuários além dos elevados preços de combustíveis praticados na Ilha.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Transporte Público	Não há serviço de transporte público no destino	Há transporte público, mas este não atende toda população	Há transporte público e atende toda população	Há transporte público, atende a toda população além de campanhas de incentivo ao uso desse transporte

Quadro 61- Avaliação do critério de análise: transporte público;
Fonte: Dados da pesquisa.

O critério de análise relacionado à **habitação** da comunidade local em FN consiste no último critério de análise relacionado à qualidade de vida. Foram consideradas a presença de padrões de construções além da instalação de moradias em locais irregulares.

Quando questionados sobre as principais reivindicações da comunidade atualmente, cinco entrevistados consideraram problemas com habitação. Segundo o entrevistado 01, a habitação, o uso de drogas entre jovens e explosão demográfica são os principais problemas que a administração do Arquipélago enfrenta atualmente. Já o entrevistado 08 vai além e relata que a falta de moradia para a comunidade gera desestruturação das famílias Noronhenses, como ilustrado por ele nesse trecho de sua entrevista:

Hoje nós temos um problema sério de desagregação familiar, porque tem muitas famílias dentro de um mesmo imóvel. Como a gente é um território federal, a gente tem territórios que pertencem a União, então você não vende um pedaço de terra, aqui você tem uma concessão de uso, e essa concessão tem que vir do administrador, [ele] tem que dá essa concessão, e para essa concessão ser dada, tem que saber do IBAMA qual a área disponível para a expansão urbana, e a gente praticamente não tem nenhuma mais disponível. No caso, com o plano de manejo da lha ele [IBAMA] limitou muito, 5% é o que a gente tem direito de viver, que a ilha são 17 km², 12 é parque, aí só tem 5 [km²] para a gente fazer tudo né? Sobreviver (ENTREVISTADO 08).

Adiciona-se à própria limitação territorial da Ilha fatores como a explosão demográfica dos últimos 15 anos, além do baixo índice de mortalidade da população, conforme explicado por esse respondente. Sendo assim, estima-se hoje uma lista de 300

peessoas em espera de um espaço de terra para morar em Fernando de Noronha, segundo os entrevistados: 01, 07, 08, 12 e 14.

As imagens 12 e 13 são de casas encontradas na Ilha construídas por alguns moradores que não tiveram concessões aprovadas ou encontravam-se na fila de espera.



Imagem 12: Casa construída com sobras de materiais de construções;
Fonte: Elabore (2008).



Imagem 13: Casa construída com sobras de materiais de construções;
Fonte: Elabore (2008).

Há também a distribuição desigual do território, além das concessões autorizadas para pessoas que não objetivam morar em FN. Há moradores que arrendam a propriedade como alertou o entrevistado 07. Segundo ele, é recorrente a prática de pleitear uma propriedade perante a administração do Arquipélago e utilizá-la com finalidade comercial. Muitas vezes a família possui a concessão do terreno, mas não reside na Ilha, alterando o real objetivo da concessão de terras em FN, uma vez que o objetivo maior deveria ser a habitação. Ainda de acordo com o respondente é recorrente que muitas áreas sejam concedidas devido à alianças políticas.

Portanto, foi considerado para o critério de análise habitação, o nível fraco, uma vez que foram observadas lacunas em relação à necessidade dos habitantes, interesses comerciais e políticos no planejamento urbano do destino turístico, não contribuindo para o bem-estar da população.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Habitação	Não há planejamento nem gestores responsáveis pela habitação da comunidade local	A habitação é um problema presenciado pela comunidade local que passa a ocupar lugares impróprios para moradia	A habitação da comunidade local se constitui num problema para a gestão do destino turístico, mas há planejamento por parte da gestão para remoção das famílias que abrigam lugares impróprios	Os problemas de habitação existem, mas são resolvidos a partir de um canal entre a gestão do destino e a comunidade e um planejamento urbano eficaz que prioriza a padronização das habitações da comunidade

Quadro 62 - Avaliação do critério de análise: habitação;
Fonte: Dados da pesquisa.

Já o primeiro critério de análise do indicador dinâmica do turismo no destino é a **densidade de frequência turística**. No tocante a este critério de análise, foi observado que a entrada de visitantes na Ilha é controlada, sendo permitida uma média de até 450 pessoas por dia. O período de permanência dos turistas no destino é de 5,31, esse é o dado mais recente em relação à duração das visitas, refere-se ao ano de 2006 (ELABORE, 2008). São estimadas de 150 a 180 chegadas no aeroporto diariamente, e em períodos de “pico” estima-se até 300 pessoas. Considerando-se que a média de permanência é de 4 noites na Ilha, calcula-se uma média de 750 visitantes em Fernando de Noronha por dia, todos relativos ao desembarque de avião (ELABORE, 2008).

Nos meses de novembro a março inicia-se o período de cruzeiros marítimos, o que aumenta consideravelmente o número de pessoas na Ilha e corresponde a uma média de 650 turistas de navio por dia, segundo dados da Elabore (2008). Dessa forma, observa-se um número total de visitantes por dia, que flutua em torno de 1.400 turistas diariamente nos meses de alta estação. Observou-se durante as entrevistas e durante a reunião do Conselho da APA, acontecida em 06 de Outubro de 2009, que existem divergências entre os atores locais em relação à chegada dos turistas de navio na Ilha. Basicamente há duas formas de abordagem dessa questão pelos atores. Os que acreditam que o turista de navio é o menos impactante e, por isso, o aumento considerado desse tipo de visitante não é percebido como um problema, ao contrário, é percebido como algo positivo para a economia local, ao mesmo tempo em que outros atores acreditam que a Ilha não comporta tantas pessoas diariamente por questões de infra-estrutura e abastecimento dos principais serviços. Isso ocasiona um aumento considerado nos preços de muitos produtos no destino durante essa época do ano, além da desvantagem competitiva entre os cruzeiros e os estabelecimentos hoteleiros da Ilha.

Na reunião foram questionados aspectos sobre como seria o controle do número de visitante para a temporada 2009/2010. Nenhuma resposta foi expressa na ocasião, porém o

entrevistado 12 em seu depoimento informou que o número estava estimado em 700 pessoas por dia na Ilha para a alta estação que começaria em Novembro de 2009.

O trecho do depoimento do entrevistado 14 demonstra seu ponto de vista que considera o turismo de navio importante para o destino, uma vez que ele acredita que os visitantes oriundos do navio são menos impactantes para a Ilha.

Se você ver o navio o impacto é pequeno, o que o navio provoca é um mal estar porque os pousadeiros tem a sensação que ta perdendo status, esse que é o problema. Agora o Turismo para quem vêm de navio é ruim para o turista, não é para a ilha. Fica aquele bolinho de gente na ilha vem aqui não provoca muito impacto, [...] ⁶ Volta para dormir no navio, para a ilha na verdade é o melhor, economicamente não, mas para a ecologia da ilha. Se um cara vem visita e vai embora, fica boiando no oceano, impacto menor do que isso, não dá. Pra o cara vim e visitar tem que ter uma casa, uma base, tem que ter uma estrutura de água, elétrica, não sei o que, o navio traz tudo isso [...] Agora a maior fatia dessa receita fica para o próprio navio.

Já o entrevistado 06 descreve que a Associação dos Pousadeiros de FN se uniu para limitar o número de visitantes de navio. O entrevistado argumenta que o aumento do número de turistas dos cruzeiros vem aumentando gradualmente ano a ano, comprometendo a viabilidade econômica das pousadas. Nesse caso, o presidente sugere que esse número seja rigorosamente controlado pela administração do destino, não só pela questão das pousadas, mas também pela própria estrutura de Fernando de Noronha em receber tantas pessoas num único momento.

O depoimento do entrevistado 12 ilustra esses dois pontos de vista e o debate existente entre os atores a respeito da questão dos cruzeiros na Ilha.

Eu acho que é um impacto muito grande tanto positivo quanto negativo que tem um impacto muito grande tem. Representa 20 % da população chegando ao mesmo tempo. Tem impactos ambientais e tem impactos sociais muito grandes que não foram devidamente estudados. Você vai encontrar muita gente que vai ser permanentemente contra navio e vai ter muita gente que vai ser permanentemente a favor. “Ah, porque concorre com as pousadas domiciliares da ilha” ou “Ah porque é um incremento de renda que esteja na ilha e que beneficia a população que traz benefícios e malefícios: sim! Eu acho que tem que ser mais estudados porque o Porto não comporta o navio realmente[...] O porto não tem estrutura para comportar nem a frota da ilha, mas, assim, tem uma coisa que já me chamou a atenção: Será que todo esse dinheiro que tá entrando que tá sendo gerado numa operação por uma única empresa que é a operadora, [...] É um dinheiro que está ficando na mão das empresas? Eu fico me perguntando se esse dinheiro fosse melhor distribuído entre os ilhéus em vez de um cruzeiro. Por outro lado, você não tem como negar que o turismo de cruzeiro hoje é uma modalidade de turismo extremamente importante ele incomoda em todos os lugares do mundo, não

⁶ Comentário relacionado aos dejetos humanos dos turistas que são tratados pelo navio e não na rede de esgoto da Ilha.

incomoda só aqui, incomoda principalmente o setor de hospedagem porque concorre, né?

O gráfico 01 ilustra a evolução do número de visitantes no período que compreende os anos de 1995 a 2007. Esses dados encontram-se no estudo de capacidade de suporte de Fernando de Noronha (2008) e é a última atualização em relação ao controle de visitas que a pesquisadora teve acesso no período da pesquisa.

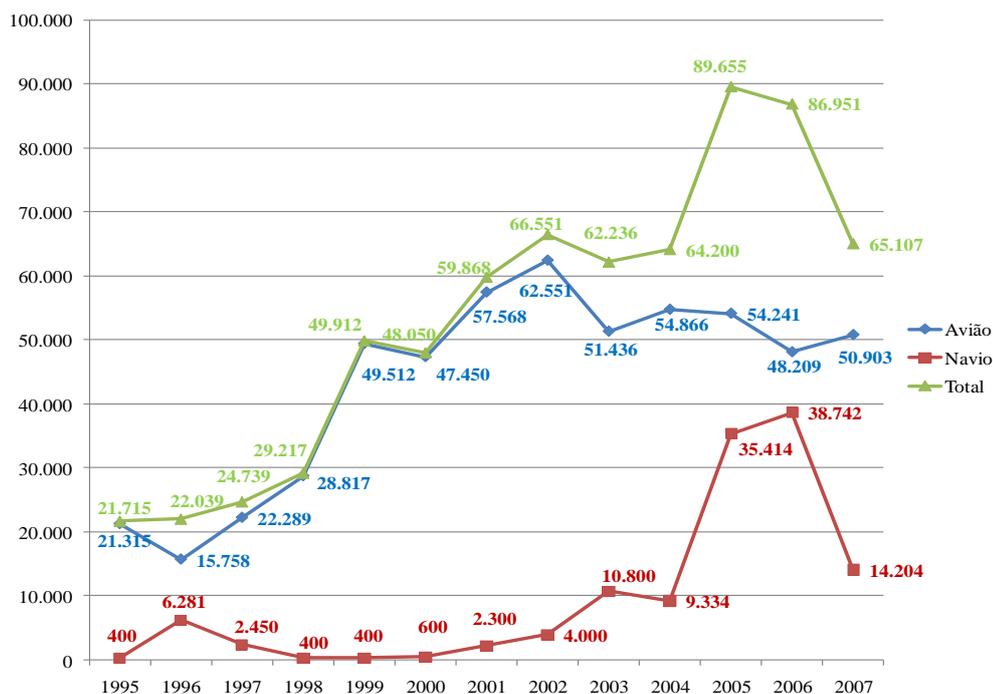


Gráfico 01: Número de Turistas por ano em Fernando de Noronha;

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do estudo de capacidade de suporte da APA em Fernando de Noronha, 2008.

Em pouco mais de uma década, Fernando de Noronha atingiu a ordem de 500% de crescimento em relação ao número de visitantes por ano. Os períodos que apresentam um crescimento mais avançado são entre 1999 a 2002, tendo um pico extremo em 2005, quando a ADEFN registra o maior número de turistas durante esses doze anos ilustrados no gráfico 01. É importante observar também o aumento do número de turistas de avião em 2005 e 2006 que tendem a diminuir a partir de 2007. Quando questionados sobre o número exacerbados de turistas de navio, o único entrevistado que se posicionou a respeito foi o entrevistado 07 que relatou a falta de controle das operações navais nesses anos além da capacidade de suporte do próprio Porto da Ilha para o recebimento das embarcações. Já as chegadas dos visitantes de avião nos cinco últimos anos do gráfico mantiveram uma média de 50.000 turistas com pouca relevância na variação da quantidade de desembarques.

De acordo com os dados apresentados, considerou-se moderado o nível de densidade de frequência turística, uma vez que ainda que haja controle dos visitantes o crescimento exacerbado pode provocar transtornos que não estão sendo levados em consideração pela gestão do local, como: o excesso de automóveis na Ilha, o descontrole do número de turistas de navios ocasionando superpopulação na alta-estação, conflito de interesses entre atores locais e aumento dos preços praticados pelos estabelecimentos devido o aumento da demanda.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Densidade de frequência turística	Não há controle do número de visitantes no destino	Há estimativas do número de visitantes, mas estas não são consideradas pelos gestores no processo de tomada de decisão	Há controle, porém este é negligente em relação à quantidade de visitantes uma vez que ignora os limites do destino	Há controle de entrada e saída de visitantes e está diretamente atrelado a metodologias de capacidade de carga do destino

Quadro 63 - Avaliação do critério de análise: densidade de frequência turística;
Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, o último critério de análise da dimensão social consiste na **capacitação da população para o turismo** também pertencente ao indicador dinâmica do turismo no destino. Para esse critério avaliou-se a presença de cursos de capacitação para o turismo.

Em Fernando de Noronha há apenas um curso técnico em hospedagem oferecido pela SECTMA nas instalações da escola Arquipélago. São oferecidas quinze vagas por semestre à comunidade. Não há cursos de nível técnico para guias, planejadores de eventos, serviços de A&B, camareiras, garçons, etc. Em relação a cursos de nível superior, não há disponível nenhum curso de ensino superior na área do turismo ou hotelaria.

A falta de capacitação da comunidade local reflete no intenso fluxo de trabalhadores “qualificados” do continente para a Ilha, ocasionando, muitas vezes, a marginalização do próprio morador local, conforme explicado pelo entrevistado 07 e 08. Por isso, considera-se moderado o nível referente ao critério de análise: capacitação da população para o turismo. Ainda assim deve ser considerado como um aspecto negativo o número reduzido de vagas ofertadas para o curso técnico.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Capacitação da população para o turismo	Não há nenhum tipo de capacitação para o turismo	Há oferta de cursos para capacitação do turismo, mas não são regulares e sim esporádicos	Há capacitação para o turismo, mas apenas na categoria de ensino técnico	Há cursos de capacitação para população nos níveis técnico e superior

Quadro 64 - Avaliação do critério de análise: capacitação da população para o turismo;
Fonte: Dados da pesquisa.

Portanto, de acordo com as avaliações dos critérios de análises pertencentes à dimensão social, foram alcançados 11 pontos dos 18 que contemplam o total, representando 55,55% dessa dimensão, conforme ilustrado na figura a seguir:

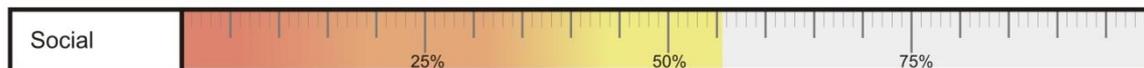


Figura 08 - Representação gráfica da avaliação da dimensão social;
Fonte: Dados da pesquisa.

Esse resultado pode ser classificado como moderadamente satisfatório conforme estabelecido no capítulo dois deste trabalho, na proposta de integração do TALC às dimensões da sustentabilidade.

4.3 A Dimensão Ambiental da Sustentabilidade

Foram considerados três indicadores para análise da dimensão ambiental: educação ambiental, conservação e preservação do “produto turístico” e gestão do meio ambiente. Portanto, como primeiro critério de análise dessa dimensão tem-se a **educação ambiental da comunidade**.

Atualmente FN possui um Núcleo de Educação Ambiental localizado dentro da Escola Arquipélago, onde ocorre alguns eventos sobre o meio ambiente, direcionado aos pais e alunos da escola. Esse núcleo abriga um auditório climatizado, uma sala de artes e mais três espaços reservados para atividades extra-classes.

Entre os eventos mais importantes na Ilha sobre educação ambiental está a Semana do Meio Ambiente, tal evento acontece anualmente no mês de Junho e se constitui na apresentação de trabalhos dos alunos da escola Arquipélago, palestras sobre a fauna e a flora local, além da apresentação de especialistas de todo o Brasil, que são convidados a participar desse evento e contribuir para a conscientização ambiental da comunidade. É um evento gratuito e destinado a comunidade Noronhense.

Além da semana do meio ambiente, diariamente ocorrem palestras no centro do Projeto Tamar, na alameda do Boldró, às 21h, tanto para os residentes como para os visitantes. Vídeos sobre pesquisas e fauna marinha são apresentados para os espectadores assim como palestras envolvendo temas diferentes e especialistas que se encontram na Ilha e são convidados a explanar sobre algum assunto que contemplem o meio ambiente, o turismo, a fauna marinha, etc.

No período de coleta de dados a pesquisadora presenciou quatro palestras diferentes nas quais os temas abordados foram: o golfinho rotador, o Parque Nacional Marinho de FN,

lixo na costa brasileira e a Ilha de Fernando de Noronha. A primeira, ministrada pelo biólogo responsável pelo projeto golfinho rotador, a segunda, por um biólogo do Parque Nacional Marinho (representante do ICMBio), a terceira, por uma ONG ambiental catarinense que desenvolve projetos de educação ambiental sobre a reutilização e destinação de resíduos sólidos em todo o Brasil. Nessa ocasião o grupo atracou em FN por meio de uma embarcação, na qual percorreram a costa litorânea Sul, Sudeste e Nordeste do país registrando a situação dos resíduos nos mares e rios do litoral brasileiro. A ideia da palestra era apresentar as situações encontradas por eles durante o itinerário percorrido. A última apresentação abordou questões sobre a Ilha de Fernando de Noronha, suas peculiaridades, como a Ilha funciona e como o ecoturista deve se comportar em FN. A Imagem 14 a seguir ilustra a programação semanal das palestras durante o período da coleta de dados *in loco*.

Centro de Visitantes Projeto TAMAR/ICMBio Fernando de Noronha	
Palestras Diárias Daily Presentations	
Segunda a Sábado Monday to Saturday	21:00
Domingo Sunday	20:30
Domingo Sunday	Conhecendo Noronha <i>Discovering Noronha</i>
Segunda Monday	Golfinhos Rotadores <i>Spinner Dolphins</i>
Terça Tuesday	As T. marinhas e o Projeto TAMAR <i>Sea Turtles and TAMAR Program</i>
Quarta Wednesday	Programação Especial <i>Special Presentation</i>
Quinta Thursday	ParNaMar Fernando de Noronha <i>Fernando de Noronha Marine National Park</i>
Sexta Friday	Tubarões <i>Sharks</i>
Sábado Saturday	Reserva Biológica do Atol das Rocas <i>Atol das Rocas Biological Reserve</i>

Imagem 14 - Programação das palestras diárias no centro do projeto TAMAR;
Fonte: Dados da pesquisa.

O *transfer* para as palestras são realizados por vans que a partir das 20h circulam pelos bairros da Ilha, oferecendo transporte de ida e volta por R\$ 6,00. As imagens 15 e 16 ilustram as palestras realizadas nas instalações do centro do projeto TAMAR.



Imagem 15 - Palestra sobre o projeto golfinho rotador no centro do projeto TAMAR;
Fonte: Dados da pesquisa.



Imagem 16 - Participantes na saída da palestra no centro do projeto TAMAR;
Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda que seja uma iniciativa do projeto TAMAR de preservação das tartarugas marinhas para informação das pessoas em relação à fauna, comportamento dos turistas na Ilha e funcionamento do Arquipélago, o entrevistado 08 afirma que essa palestra não se constitui numa ação de educação ambiental, mas sim numa iniciativa do projeto com finalidades comerciais, como afirmado pelo entrevistado em seu depoimento:

Aquela palestra, ela não é voltada para a educação ambiental, ela é voltada para a venda dos *souvenirs* do TAMAR, é tanto, que é dentro do TAMAR, e você sai de cara com a loja do TAMAR, a proposta da palestra **era** realmente educação ambiental para os turistas. As primeiras pessoas que deram a palestra tinham esse fim, aí botaram uma lojinha acanhadinha, hoje tá aquele “mega shopping”⁷ para vender, por isso que só tem praticamente turista porque ali é tudo muito caro né? A lanchonete é cara, o “shopping” é muito caro.

Ainda de acordo com o entrevistado 08, a Semana do Meio Ambiente pode ser considerada um marco para a educação ambiental da comunidade além do trabalho realizado pela ONG golfinho rotador. A organização não-governamental realiza um trabalho de conscientização com as crianças da Ilha por meio de um programa de educação ambiental destinado aos estudantes da Escola Arquipélago. O programa consiste no oferecimento de palestras, oficinas e visitas de campo além de cursos de capacitação em ecoturismo para os jovens acima de 14 anos.

⁷ O termo shopping utilizado pela entrevistada é referente a loja de artesanato e artigos de moda do projeto TAMAR, um dos objetivos do projeto é inserir o artesanato local no destino turístico, por isso em todos os locais onde existem um centro do projeto TAMAR tem-se lojas destinadas aos visitantes depois das apresentações das palestras.

Sendo assim, de acordo com a matriz de parâmetros apresentada no quadro 65, considerou-se a educação ambiental da comunidade local de FN um aspecto forte. A semana do Meio Ambiente, os eventos e ações promovidos tanto pelo Núcleo de Educação Ambiental da escola Arquipélago como pelo projeto Golfinho Rotador, além das palestras oferecidas diariamente pelo projeto TAMAR representam ações que tratam assuntos referentes ao meio ambiente na comunidade local uma vez que todos esses eventos são gratuitos. É importante complementar que além da articulação da Escola Arquipélago outros atores também encontram-se articulados em diferentes ações, como o conselho de educação do distrito.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte (3)
Educação ambiental da comunidade	Não há eventos disponíveis para a comunidade que abordem a questão ambiental nem há a participação das escolas na causa	Há eventos esporádicos sobre o meio ambiente, mas não há articulação das escolas para exercer um trabalho paralelo	Há eventos esporádicos sobre o meio ambiente e as escolas participam	Há eventos gratuitos regularmente que tratam de assuntos relacionados ao meio ambiente do local; Além da articulação e participação das escolas nesses eventos

Quadro 65 – Avaliação do critério de análise: educação ambiental da comunidade;

Fonte: Dados da pesquisa.

O segundo critério de análise do indicador, educação ambiental da comunidade é a **valorização do patrimônio ambiental**. Para avaliação de tal critério entende-se que é a partir da consciência dos atores locais que será alcançada a valorização do meio ambiente por parte da comunidade.

Embora o entrevistado 08 confirme a eficácia da educação ambiental e consciência dos residentes, a mesma também atenta para a questão das mudanças de hábitos devido a intensificação do processo de migração para o destino conforme exposto neste trecho de sua entrevista:

A comunidade ela recebe todo dia educação ambiental, é tanto que qualquer um da comunidade dá uma aula de educação ambiental, pode falar [perguntar] a qualquer um da comunidade, menino, velho adulto. Todos. Já [é] uma coisa natural do próprio morador, quando você vê grupos bebendo lata, ou aquele grupo chegou aqui ou não é daqui, porque o morador mesmo ele junta, até no meio da rua, se pegar bolsa de morador, sai sempre lixo dentro, a gente apanha, por que isso é natural da pessoa que é local, agora é claro que têm os hábitos que veem lá de fora, né? Que se incorpora para a gente, jogar lata? Cansei já de brigar [...]

Como visto no critério de análise anterior, a educação ambiental em FN é promovida principalmente por meio de projetos, programas e ações que envolvem a ADEFN, o ICMBio, ONG's, os centros de ensino e conselho de educação do destino. Caminhadas no dia da árvore, passeatas de incentivo ao uso de bicicletas e informações sobre como o turista deve se

comportar na Ilha são entendidos como maneiras de mobilização da comunidade em prol do meio ambiente, dessa forma, o nível de valorização do patrimônio ambiental foi considerado forte.

	Inexistente	Fraco	Moderado	Forte (3)
Valorização do patrimônio ambiental	Não há eventos, ações, projetos e ou campanhas disponíveis para a comunidade que promovam o meio ambiente	A promoção do meio ambiente não consegue retratar a realidade nem mobilizar a população para a importância da preservação dos recursos naturais	A promoção do meio ambiente consegue mobilizar a população sobre a importância da preservação dos recursos naturais, porém, a ausência de recursos limitam projetos mais eficazes	A promoção do meio ambiente se dá a partir de ações, projetos e campanhas que além de mobilizar a população, promovem a articulação da comunidade em prol do meio ambiente

Quadro 66 - Avaliação do critério de análise, valorização do patrimônio ambiental;
Fonte: Dados da pesquisa.

A **preservação dos recursos naturais** compreende o primeiro critério de análise referente ao indicador, conservação e preservação do “produto” turístico. Portanto, foi observado como se dá o processo de preservação dos recursos naturais no destino.

Fernando de Noronha, como já observado neste trabalho, tem seu “produto turístico” focado no apelo natural do Arquipélago; desta forma a preservação dos recursos naturais é compreendida pela gestão do destino como prioridade. A fiscalização e gestão do Arquipélago se dá por meio de instituições federais (IBAMA, ICMBio) e estaduais (ADEFN).

Dos 22 km² que compõem o Arquipélago 17km² correspondem à área da Ilha principal homônima, enquanto que 8 km² são de áreas da APA e 9 km² do Parque Nacional Marinho de FN (PARNAMAR-FN), porém dos 8 km² da APA apenas 5 km² são destinado a ocupação urbana (ELABORE, 2008).

No tocante ao cumprimento da legislação ambiental o destino é rigorosamente fiscalizado pelo órgão federal ICMBio. Esta instituição executa as atividades relacionadas à gestão tanto da APA como do PARNAMAR-FN, que antes eram executadas pelo IBAMA. Atualmente essa última instituição responde apenas pelas fiscalização das atividades do ICMBio. Toda a área do parque é rigorosamente monitorada pelos fiscais e funcionários federais que residem na Ilha para executar tais funções. Em relação ao meio ambiente existem leis estaduais e federais, decretos estaduais, federais e distritais, resoluções do CONAMA, CONSEMA E SECTMA, além de portarias e instruções normativas presentes no plano de Manejo do Arquipélago de Fernando de Noronha.

Os técnicos e biólogos pertencentes ao ICMBio fiscalizam e estudam o comportamento da fauna e flora do Arquipélago, além de participarem dos Conselhos da

APA e do PARNAMAR-FN atuando junto a outros atores locais para tomada de decisões integradas. A presença de pesquisadores no Arquipélago proporciona o acesso a informações e a realização de estudos fundamentais para a preservação dos recursos naturais de Fernando de Noronha.

Isso pôde ser observado durante a palestra realizada pelo pesquisador responsável pelas pesquisas sobre o comportamento dos golfinhos rotadores na baía dos golfinhos, área do PARNAMAR-FN. Desde 1990 o projeto vem realizando estudos relevantes para entender o comportamento dessa espécie e contribuir para a preservação dos mesmos que tornaram-se o principal atrativos turístico de FN. Um dos programas de pesquisa realizados pelo projeto consiste no estudo da interação do turismo com os golfinhos, esses estudos objetivam realizar análises em relação às respostas comportamentais dos animais frente à proximidade e à presença de embarcações. Atualmente é proibida a prática de mergulho na baía dos golfinhos por esta ser uma área de descanso e reprodução destes.

Outro projeto também de preservação da fauna é o projeto TAMAR de proteção as tartarugas marinhas. Como o projeto dos golfinhos rotadores, o TAMAR realiza pesquisas sobre a biologia e comportamento das tartarugas marinhas em ambiente natural, além do monitoramento de fêmeas em fase reprodutiva e tartarugas que utilizam a Ilha para alimentação, crescimento e repouso. O projeto realiza esses estudos desde 1984 no Arquipélago, tendo sido de fundamental importância para a preservação dessa espécie.

A ADEFN também possui um setor de Gestão do Meio Ambiente da APA que realiza trabalho de fiscalização e suporte ao ICMBio, esse setor é formado por técnicos, biólogos e turismólogos, que realizam atividades relacionadas à fiscalização do funcionamento dos serviços da Ilha, como água, esgoto, lixo, preservação de espécies entre outros.

Sendo assim, foi percebido estruturação e articulação entre os atores locais para a preservação dos atrativos naturais de Fernando de Noronha quanto ao cumprimento da legislação e fiscalização desta. Por outro lado, também foi percebido pressão para construção em áreas de conservação ambiental, que tem como principal exemplo a instalação da Pousada Maravilha na área do PARNAMAR-FN em 1998, tal acontecimento será ilustrado mais adiante na dimensão territorial da sustentabilidade. Por isso considerou-se nível moderado a este critério de análise como observado a seguir:

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Preservação dos recursos naturais	Inexistência de fiscalização quanto ao cumprimento da legislação ambiental pelos empreendimentos	Possui fiscalização da legislação ambiental, mas fragilidades quanto à pressão de empresários para construção de propriedades privadas em áreas naturais comprometem a preservação dos recursos naturais	Possui fiscalização da legislação ambiental, porém observa-se fragilidades quanto a pressão para construção de propriedades privadas em áreas naturais	Possui fiscalização intensa do cumprimento da legislação ambiental, ausência de fragilidades quanto às pressões para construção de propriedades privadas em áreas naturais e participação da população na gestão de áreas protegidas

Quadro 67 - Avaliação do critério de análise: preservação dos recursos naturais;

Fonte: Dados da pesquisa.

O segundo critério de análise relacionado ao indicador conservação e proteção do “produto turístico” é a **capacidade de carga dos atrativos naturais**. Para tanto, foi necessário avaliar a existência de metodologias de cálculo de capacidade de carga de atrativos turísticos.

Não foi encontrada a utilização de uma metodologia específica de capacidade de carga na Ilha, o que se tem é um limite diário estabelecido por uma portaria estadual, a 025, que limita o número de visitantes em 450 por dia. Porém, esse limite de visitantes não foi instituído com base em metodologias de capacidade de carga, mas com “a ideia de controle social mesmo, para que as pessoas que fossem não tivessem como querer ficar por lá” (ENTREVISTADO 01).

Quando questionada sobre a capacidade de carga dos atrativos naturais a diretora do Parque Nacional Marinho se posicionou da seguinte forma:

Na realidade a capacidade de carga ela só pode ser estabelecida quando você tem um controle pra entrada e saída de todos os atrativos, e aqui em FN não tem controle de entrada em cada um dos atrativos. A pessoa que entra em FN, ela vai em todas as trilhas tem poucos atrativos que você faz um controle de entrada e saída, então esse é um trabalho de monitoramento de visitação que a gente está começando agora na [praia do] Atalaia, onde existe uma gestão da visitação, a gente controla todo mundo que entra o tempo de permanência, intervalo de uso, tudo isso é controlado lá. Então existe capacidade de suporte pro Atalaia, agora os demais atrativos teria que ter, primeiro a implementação de uma gestão de visitação pra depois se monitorar e ter ideia de um número de capacidade de suporte, mas existem indicativos assim baseado na metodologia e a gente sabendo quantas pessoas usam mais ou menos, a gente tem um indicativo mas nada que chame a atenção pra gente. Por conta da delicadeza do ambiente só o Atalaia mesmo.

No tocante à situação dos atrativos, foram listados pelo Estudo de Capacidade de Suporte da APA de Fernando de Noronha 66 atrativos naturais. A capacidade de suporte

destes foi analisada com base em cálculos que mediam suas capacidades ecológicas, espaciais e geral. Porém, esses cálculos representam o diagnóstico dos atrativos, não representam um número de quantidade de visitantes, que devem ser controlados diariamente.

Dessa forma, cinco níveis de capacidade de suporte foram atribuídos aos atrativos: muito restritiva, restritiva, nivelada, intermediária e abaixo da capacidade de carga. Devido ao foco deste critério de análise ser os atrativos naturais do destino turístico, foram considerados apenas os atrativos referentes às praias, mirantes e paisagens naturais totalizando 48 atrativos naturais os quais as situações em relação a capacidade de carga podem ser observadas abaixo:

Muito restritiva	Restritiva	Nivelada	Intermediária	Abaixo da capacidade
Praia da Atalaia	Praia da Conceição	Praia da Cacimba do Padre	Aldeia dos Sentenciados	Mirante da pedra do Bode
Praia de Santo Antônio	Trilha Costa Esmeralda		Praia do Leão	Praia do Bode
Praia do Boldró	Trilha Jardim Elizabeth	Mirante da Ponta da Air France	Baía dos Porcos	Ponta do Capim-Açu
Praia do Cachorro	Mirante do Boldró		Baía do Sancho	Mirante da Aeronáutica
Praia do Meio	Mirante do Forte de Nossa Senhora dos Remédios	Morro do Pico	Baía dos Golfinhos	Praia da Quixabinha
Praia do Sancho	Mirante do Forte de São Pedro do Boldró	Buraco da Raquel	Trilha Costa Azul	Praia do Americano
Praia do Sueste	Mirante do Morro de Santo Antônio	Rochedos do Arquipélago	Trilha Pontinha Pedra Alta	Mirante da Viração
Baía de Santo Antônio		Praia da Biboca	Mirante da Baía do Sueste	Trilha do Farol
Baía do Sancho		Baía dos Golfinhos	Mirante da Baía dos Golfinhos	
Mangue do Sueste		Ponta das Caracas	Mirante da Atalaia	
Bica da Praia do Cachorro			Mirante das Caracas	
			Mirante das Pedrinhas das Caracas	
			Mirante do Buraco da Raquel	
			Mirante do Leão	
			Mirante do Sancho	

Quadro 68 - Relação entre os atrativos turísticos de FN e seus níveis de capacidade de carga; Fonte: Elabore (2008).

Embora tenha sido encontrado a situação atual da capacidade de carga dos atrativos naturais de FN, não foi identificada nenhuma metodologia específica para estipular e controlar o número de visitantes nesses atrativos, conforme exposto pelos entrevistados 01 e 03. Sendo assim, tem-se o nível inexistente para esta categoria de análise.

	Inexistente (0)	Fraco	Moderado	Forte
Capacidade de carga dos atrativos naturais	Inexistência de metodologia de capacidade de carga dos atrativos naturais	Existência da metodologia, porém não é respeitada pela gestão e atores locais do destino	Existência da metodologia de capacidade de carga, esta é respeitada a partir do controle do número de visitantes nos atrativos naturais mais impactados	Existência da metodologia de capacidade de carga, é respeitada, possui controle do número de visitantes, além de campanhas informativas constantes sobre a situação dos atrativos naturais

Quadro 69 - Avaliação do critério de análise: capacidade de carga dos atrativos naturais;
Fonte: Dados da pesquisa.

Para avaliação do critério de análise, **poluição visual**, foi utilizado um protocolo de observação *in loco* disponível no apêndice D deste trabalho.

Em relação ao centro urbano de FN, Vila dos Trinta e Vila dos Remédios, foi observada uma poluição visual moderada que se dá mais pela presença da grande quantidade de veículos circulando nestes bairros e desarmonia arquitetônica das tipologias das construções do que pela presença de ocupações irregulares ou comércio nas calçadas. As placas publicitárias não foram encontradas em formato de outdoor e as placas de sinalização estão em harmonia com o destino, não se sobressaindo às paisagens nem causando a sensação de excesso de informações.

Já em relação aos atrativos naturais, dos 11 atrativos visitados durante o *Ilhatour* pela pesquisadora, em duas praias foram encontradas “barracas” na areia desarmonizando as paisagens, no mirante do Boldró, atrativo intensamente visitado para contemplação do pôr-do-sol, também foram encontradas “barracas” conforme imagens 17, 18 e 19.



Imagem 17: Presença de barracas na praia do Porto de Santo Antônio;
Fonte: Dados da pesquisa.



Imagem 18: Presença de barracas na Praia do Cachorro;
Fonte: Dados da pesquisa.



Imagem 19: Barracas no Mirante do Boldró – Contemplação do pôr-do-sol pelos visitantes;
Fonte: Dados da pesquisa.

Com base no exposto anteriormente, tem-se o nível moderado para este critério de análise da dimensão ambiental, conforme parâmetros estabelecidos na matriz representada no quadro 70.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Poluição Visual	A poluição visual compromete totalmente a paisagem do destino, principalmente os atrativos naturais;	A poluição visual existe, compromete principalmente o centro urbano e os atrativos naturais do destino;	A poluição visual existe, compromete o centro urbano e com menor intensidade alguns atrativos naturais do destino;	A poluição visual não compromete as paisagens do destino;

Quadro 70 – Avaliação do critério de análise: poluição visual;

Fonte: Dados da pesquisa.

A **poluição sonora** também foi analisada com base em protocolos de observação elaborados pela pesquisadora durante o período de coleta de dados. Para tanto foram investigados aspectos relativos aos locais, os quais apresentavam maior intensidade de poluição sonora. O principal resultado da observação foi a presença dos automóveis na Ilha, há uma predominância de *buggys* e caminhonetes devido ao relevo e acessibilidade das vias do distrito, tais veículos ocasionam ruídos principalmente nas primeiras horas da manhã (horário no qual os veículos passam nas pousadas recolhendo os visitantes para os passeios) e à tarde a partir das 16h quando os automóveis seguem em direção ao aeroporto para receber os visitantes e estão voltando dos passeios turísticos deixando os turistas em suas pousadas.

Também foi percebido que o centro urbano de FN, Vila dos Remédios, é o lugar onde há a maior concentração de ruídos. O local onde a entrevista 07 foi realizada consistia numa

pousada na margem da avenida principal na Vila dos Remédios ocasião na qual muitas vezes os ruídos dos veículos causavam a interrupção da entrevista.

Desde de sexta-feira de noite eu não consigo ver televisão, porque aqui é a avenida principal de Noronha, né? Aí o pessoal desce pros mafuá [bares] ali pra baixo ou então subindo mais tarde. Você vai ter um sossegozinho mais tarde lá pra de manhãzinha quando todo mundo já está cansado (ENTREVISTADO 07).

Na Vila dos Trinta, local onde a pesquisadora ficou hospedada no período da coleta de dados, também há uma intensa presença de ruídos por causa dos veículos, principalmente no horário da manhã. Sendo assim, em relação a esse critério de análise, foi constatado nível fraco.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Poluição Sonora	A poluição sonora compromete totalmente a tranquilidade do destino	A poluição sonora compromete o centro urbano do destino e arredores	A poluição sonora compromete apenas o centro urbano do destino	Não há problemas com poluição sonora no destino

Quadro 71- Avaliação do critério de análise: poluição sonora;
Fonte: Elaborado pela autora.

O critério de análise **preparação às emergências ambientais** representa o quão preparado o destino se encontra para atender situações emergenciais. Em relação às emergências ambientais, foram identificados apenas dois riscos pelos entrevistados: o descontrole da reprodução de animais domésticos e o risco de incêndios. Quando questionado sobre o risco de incêndio, o entrevistado 02 afirmou que a responsabilidade por tais procedimentos de emergência é do corpo de bombeiros, que está instalado nas proximidades do aeroporto de FN, e que estes realizam o treinamento do seu pessoal e dos procedimentos regularmente na Ilha.

Já em relação ao descontrole de animais domésticos como cães e gatos, tem sido um problema para a gestão do destino, uma vez que a chegada desses animais na Ilha ocasionou a reprodução desordenada deles. Conforme o veterinário da ADEFN presente na reunião do Conselho da APA, os animais são criados soltos representando um perigo à população e visitantes, além do descontrole da natalidade ocasionando a proliferação destes. Explicou também que campanhas de incentivo à conscientização e cuidados com cães e gatos estavam sendo disseminadas em FN, e os cachorros que foram apreendidos por não terem proprietários estavam sendo levados ao Continente.

Outro problema ambiental ocasionado pela presença de espécies exóticas na Ilha é sobre o perigo aviário das garças - a proliferação dessas aves é rápida e apresenta um risco aos aviões que pousam na Ilha. Atualmente há a eutanásia desses animais na Ilha sob responsabilidade da ADEFN, já que a captura e envio dessa espécie ao Continente é mais difícil do que no caso dos cães e gatos. As imagens 20 e 21 ilustram a presença de animais domésticos e garças no Arquipélago.



Imagem 20 - O perigo aviário das garças;
Fonte: Elabore (2008)



Imagem 21 - Reprodução descontrolada de animais domésticos;
Fonte: Elabore (2008).

Portanto, foi considerado moderado o nível da preparação às emergências ambientais, uma vez identificada a presença de instituições que reconhecem os riscos e propõem soluções e ação para mitigação de emergências ambientais, porém estes não estão sendo previstos e solucionados, como no caso da reprodução descontrolada de cães e gatos, além do perigo aviário das garças, que estão sendo eutanasiadas mas não há fundamentos científicos que garantam a eficácia desse método como argumentado por um biólogo do ICMBio na reunião do Conselho da APA.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Preparação às emergências ambientais;	Ausência de preparação as emergências ambientais	Reconhece a relevância de estar preparado para emergências ambientais, mas não possui procedimentos de ação para tais emergências	Conhece os riscos ambientais e possui procedimentos padrões, mas estes nunca foram testados	Conhece os riscos ambientais, além da elaboração e testes de procedimentos de ação mediante ocorrência de alguma emergência

Quadro 72 - Avaliação do critério de análise: preparação às emergências ambientais;
Fonte: Dados da pesquisa.

O indicador, gestão do meio ambiente, perpassa também por questões de como é destinado e tratado a geração de lixo no destino turístico. Por isso, tem-se como critério de análise desse indicador a **gestão dos resíduos sólidos**.

De acordo com o Estudo de Capacidade de Suporte da APA de FN, entre os anos de 2004 e 2006 FN exportou uma média de 30 toneladas de resíduos por mês para o continente. Nesse mesmo período foram consumidos 144 toneladas de alimentos e bebidas, 11 toneladas de água mineral e 10 toneladas de material de limpeza e mantimentos (ELABORE, 2008). Em relação à coleta e destinação dos resíduos sólidos tem-se o seguinte funcionamento:

Ela [coleta do lixo] existe, tem algumas precariedades, mas funciona bem. Todos os dias passam o carro, carro é maneira de falar porque é um trator com uma carroça passa fazendo a coleta em todas as ruas. Passa em todas as vias de acesso. Então, onde tem residências eles passam fazendo essa coleta, chegando na usina [usina de compostagem] esse lixo é separado, a parte orgânica é destinada para a produção de adubo orgânico e a parte inorgânica, lata, pet, papel é separado, acondicionado e encaminhado ao continente (ENTREVISTADO 02).

Não foi observada a distribuição de informações ou campanhas para conscientização do visitante em relação à geração de resíduos durante a estadia na Ilha. Foram identificados alguns locais que possuem depósitos para coleta seletiva, porém como afirmado pelo entrevistado 02 não há coleta seletiva, há a separação na usina de compostagem presente no Arquipélago, “Nós já fizemos várias campanhas, a questão não é só apenas eles [os moradores] fazerem a coleta seletiva em casa, o meio de transporte utilizado não facilita, mesmo que você faça é uma dificuldade porque é um único carro onde vai ficar tudo misturado”. As imagens 22 e 23 correspondem a dois pontos de coleta seletiva encontrados pela pesquisadora durante o período de coleta de dados.



Imagem 22: Ponto de coleta seletiva da pousada da Morena;
Fonte: Dados da pesquisa.



Imagem 23: Ponto de coleta seletiva da Usina Tubarão;
Fonte: Dados da pesquisa.

Embora não haja coleta seletiva no destino, nem a identificação de campanhas de incentivo à comunidade local e visitantes, há uma usina de compostagem que realiza a separação dos resíduos destinando-os ao Continente, por isso entendeu-se que este critérios de análise apresenta nível moderado.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Gestão dos resíduos sólidos	Inexistência de coleta pública dos resíduos sólidos	Possui coleta pública dos resíduos sólidos, mas a destinação destes não é adequada	Possui coleta seletiva dos resíduos sólidos e sua destinação é adequada	Possui coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos sólidos, resíduos orgânicos são reutilizados além de campanhas educativas e fóruns participativos sobre o problema do lixo no destino

Quadro 73 – Avaliação do critério de análise: gestão dos recursos sólidos;

Fonte: Dados da pesquisa.

Inserido no grupo de critérios de análise pertencentes ao indicador gestão do meio ambiente, tem-se também a **gestão de energia**. Para esse critério foi considerada a utilização de energias renováveis e não renováveis.

Logo, em relação a esse critério tem-se que 95% da energia elétrica fornecida para o Arquipélago é produzida e distribuída pela Usina Tubarão, cuja operação é responsabilidade da Companhia Elétrica de Pernambuco (CELPE), os outros 5% correspondem a geração de energia eólica fornecida por uma turbina que no período da coleta de dados encontrava-se desativada desde Março de 2009. O consumo médio em kWh é de 835.837 (conforme o mês de março de 2008) resultando num consumo mensal de aproximadamente 270 mil litros de combustível (óleo diesel) (ELABORE, 2008).

Não foram encontradas campanhas de incentivo à redução do consumo de energia para os visitantes da Ilha, embora o entrevistado 05 tenha afirmado que a escola estadual esteja sempre desenvolvendo atividades de conscientização com os alunos e comunidade local. Foi identificada também uma suposta mudança na matriz energética de FN que está sendo estudada pela gestão de infra-estrutura da ADEFN, mas não foi detalhado o que e como se pretende realizar tais mudanças. Por isso, foi considerado fraco esse critério de análise.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Gestão da energia	Não há utilização de fontes de energia renováveis	Há predominância de utilização de fontes não renováveis energia uma vez que a utilização de fontes renováveis não são significativas	Há utilização significativa de fontes de energia renováveis devido as condições geográficas do destino, porém não são predominantes	Há a predominância de fontes renováveis de energia além de campanhas de incentivos aos visitantes a racionalizar o uso de energia elétrica

Quadro 74 - Avaliação do critério de análise: gestão da energia;

Fonte: Dados da pesquisa.

A **conservação e gestão do uso da água** também se constitui num critério de análise referente ao indicador, gestão do meio ambiente. Desse modo, foi analisado que as condições geográficas de Fernando de Noronha representam uma limitação em relação à captação e fornecimento de água conforme esse depoimento:

Efetivamente, a ilha sempre teve limitações sérias e os militares sempre foram muito preocupados com essas questões de, de estratégicas, não do ponto de vista militar, o que é? Um local que é um espaço oceânico, isolamento oceânico é terrível. Então nós estamos vivendo agora, por exemplo, uma grande seca, um problema da água sério aqui que pode se agravar de uma hora pra outra (ENTREVISTADO 07).

No dia da entrevista a Ilha estava com problemas de abastecimento de água devido à manutenção dos dessalinizadores, principal fonte de água do Arquipélago atualmente. FN possui o açude do Xaréu, 24 poços e um dessalinizador, sendo este último o responsável por cerca de 864 m³/dia de água enquanto que o açude do Xaréu, segunda principal fonte de água oferece 24 m³/dia (ELABORE, 2008). Essa quantidade diária de água atende um equivalente à 3.800 pessoas consumindo individualmente de 200 a 150 litros (ELABORE, 2008). Logo, uma das principais preocupações da gestão do destino é a questão da água potável para a população que encontra-se estimada em 4.000 pessoas diariamente entre moradores fixos, temporários e turistas.

O serviço de água público compreende toda a população da Ilha conforme relato do entrevistado 02, ainda de acordo com ele há eventos e ações destinados às crianças do Arquipélago: “quando se fala em conservação, tem que mostrar que tem que economizar de alguma maneira, então no dia da água tem palestras para as crianças, palestras no TAMAR para que se tenha essa consciência”.

Assim sendo, este critério de análise apresentou-se fraco uma vez que os colapsos na distribuição de água foram relatados como constantes pelos entrevistados, embora os respondentes reconhecessem que se tratava também de uma limitação geográfica do destino que quando submetido à intensificação do fluxo de pessoas na Ilha se agravava.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Conservação e gestão do uso da água	Não há ações e planejamento para gestão do uso da água	Há colapsos frequentes na distribuição de água	Há colapsos na distribuição de água no destino durante o período de alta estação	A gestão consegue mitigar os colapsos de água na alta estação, além de realizar eventos e ações promovendo o consumo consciente da água

Quadro 75 - Avaliação do critério de análise: conservação e gestão do uso da água;
Fonte: Dados da pesquisa.

O **saneamento básico** é último critério de análise da dimensão ambiental e pertence ao indicador, gestão do meio ambiente. Este critério de análise procurou identificar principalmente se o saneamento básico de FN atende toda a população e como é realizado o tratamento do esgoto na Ilha.

O tratamento do esgoto é composto por sistema de coleta que compreende duas lagoas facultativas dispostas em série, três fossas coletivas e 107 fossas individuais, o que atenderia adequadamente o equivalente a 2.200 pessoas. Assim, segundo dados da Elabore (2008) o sistema de esgoto sanitário não tem sido suficiente para atender a demanda da Ilha, o estudo ainda acusa a falta de eficiência e controle do tratamento de efluentes.

Porém, foi relatado pelo respondente 07 que não há manutenção desse sistema de coleta ocasionando derramamento do esgoto no solo o que, por sua vez, põe em risco a saúde pública e o meio ambiente.

O esgoto destinado às duas lagoas facultativas é direcionado, após tratamento de seus efluentes, ao mar (praia do Cachorro) ou é reutilizado para irrigação de solos. Já os sistemas individuais e isolados não destinam os efluentes de maneira adequada, sendo os efluentes oriundos dos sistemas isolados destinados à única reserva do manguezal da Ilha e os dos sistemas individuais, em algumas situações, sendo lançados em terrenos vazios.

Portanto, foi considerado moderada a avaliação do critério de análise referente ao saneamento básico de Fernando de Noronha.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Saneamento básico	Não há saneamento básico no destino turístico	O saneamento básico compreende pequena parcela da população	O saneamento básico compreende toda a população, mas apresenta tratamento inadequado	O saneamento básico é um aspecto freqüentemente planejado pela gestão do destino conseguindo suprir a população mesmo com aumento da densidade demográfica e destinando adequadamente os efluentes

Quadro 76 - Avaliação do critério de análise: saneamento básico;
Fonte: Dados da pesquisa.

Tomando como base as avaliações apresentadas anteriormente tem-se que a dimensão ambiental da sustentabilidade de Fernando de Noronha obteve 19 pontos dos 33 possíveis de serem alcançados de acordo com a matriz de parâmetro desta dimensão. Tal pontuação representa 57,57% de performance em relação às questões ambientais tratadas nos critérios de análise.

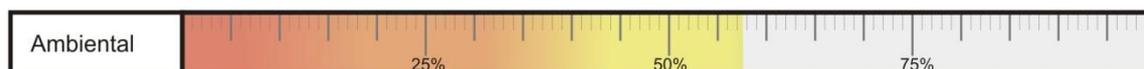


Figura 09 - Representação gráfica da avaliação da dimensão ambiental da sustentabilidade;
Fonte: Dados da pesquisa.

Sendo assim, a figura 09 ilustra na régua de avaliação o nível moderadamente satisfatório resultante dessa dimensão.

4.4 A Dimensão Cultural da Sustentabilidade

A **coesão entre a comunidade e a promoção da cultura local** é o primeiro critério de análise do indicador identidade cultural. O principal objetivo desse critério de análise é observar se a cultura local é enaltecida ou não pela comunidade.

Durante a coleta de dados não foi encontrada nem indicada pelos entrevistados campanhas locais de promoção da cultura para a comunidade. Porém, alguns eventos religiosos tradicionais da Ilha, como a festa de São Pedro (padroeiro dos pescadores) em Junho, o aniversário da Ilha em 10 de Agosto e a festa da padroeira de FN, em 29 de Agosto, foram sublinhados durante as entrevistas 01, 05 e 13.

Todas as comemorações supracitadas são organizadas pela comunidade embora a ADEFN organiza a realização de shows gratuitos no destino para a comunidade e visitantes. Segundo dados da entrevista 01 a principal festa promovida pelos Ilhéus é a festa de São Pedro, conforme este trecho de sua entrevista: “Noronha só tem a festa de São Pedro dos Pescadores, que é no mês de agosto, que é a própria comunidade... é uma das poucas coisas que a comunidade mesmo faz, São Pedro dos pescadores que tem uma buscada, então os barcos saem, tem todo um ritual” (ENTREVISTADO 01).

De acordo com as entrevistas 01 e 04 a questão cultural ainda é incipiente em Fernando de Noronha, uma vez que o apelo do destino é mais ambiental do que cultural. Ainda conforme os respondentes 01 e 04 a formação da população da Ilha é um aspecto limitante para a promoção da cultura, já que, de acordo com as fases de transição do Arquipélago (presídio, presença dos militares, turistas e residentes temporários), o destino foi ocupado por populações distintas que não deixaram traços de costumes e tradições muito fortes.

Sendo assim, foi considerado nível fraco para o critério de coesão da comunidade e a promoção da cultura local em Fernando de Noronha, pois não foi percebido articulação da gestão do destino ou de atores locais para a implantação de campanhas promocionais e de valorização da cultura destinado aos nativos e residentes.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Coesão entre a comunidade e a promoção da cultura	Não há coesão entre a comunidade e a cultura local	Não há campanhas que promovam a cultura, mas há um calendário com as principais comemorações locais	Há campanhas de promoção da cultura local além de eventos e tradições que são enaltecidas pela gestão do destino	Há campanhas que promovam a cultura local, as instituições de ensino colaboram com a promoção da cultura do destino além de eventos e tradições que são enaltecidas pela gestão local

Quadro 77 - Avaliação do critério de análise: coesão entre a comunidade e a promoção da cultura;
Fonte: Dados da pesquisa.

Já em relação ao critério de análise **elementos materiais e imateriais da cultura local** de FN, procurou-se observar os principais elementos que fazem parte do “produto” turístico do destino. Tais elementos identificados durante a coleta de dados na Ilha consistem principalmente na questão histórica do Arquipélago e constitui o patrimônio histórico observado a partir dos fortes, ruínas, Igrejas e construções mais antigas relacionadas a presença de militares na época da Segunda Guerra Mundial. Algumas datas também são comemoradas pelos Ilhéus, como ilustrado no critério de análise anterior, completando o conjunto de elementos imateriais do destino.

Outro elemento imaterial é a gastronomia. Embora não haja uma culinária típica, os entrevistados relataram o peixe na folha de bananeira e o tubalhou como as principais atrações gastronômicas da Ilha, ainda que esses pratos geralmente sejam encontrados em outros destinos litorâneos principalmente no Nordeste do Brasil. Um aspecto relevante da gastronomia da Ilha é o festival gastronômico da pousada Zé Maria, que, segundo o entrevistado 05 tornou-se um ponto turístico. O serviço é de Buffet e é encontrada uma culinária diversa, de *sushis* a peixes com molhos variados, carnes e massas.

Alguns entrevistados foram questionados sobre lendas e folclore da Ilha e como estas encontravam-se inseridas no produto turístico. O respondente 13 relatou que a lenda mais conhecida entre os ilhéus é lenda da mulher de branco, que aparece em toda noite de lua cheia. Segundo o entrevistado, essa mulher aparece na BR em direção ao bairro do Boldró toda noite de lua cheia pedindo carona. Tal lenda não é divulgada e só os residentes mais antigos a conhecem. Ainda de acordo com tal respondente, esses aspectos culturais não são visualizados pela gestão porque os turistas não vão a Ilha por causa de seus aspectos históricos e culturais, vão apenas para contemplação dos atrativos naturais.

Os elementos materiais e imateriais de Fernando de Noronha foram percebidos durante as entrevistas e observações da pesquisadora, porém não fazem parte do produto turístico que ainda é concentrado nos atrativos naturais do destino turístico. Por isso, foi considerado nível moderado para esse critério de análise da dimensão cultural.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Elementos (materiais e imateriais) da identidade cultural	Não há uma identidade cultural visível no destino	Há uma identidade cultural, mas esta não encontra-se definida e divulgada	Há uma identidade cultural, seus elementos são visíveis, mas não fazem parte do produto turístico	Há uma identidade cultural, seus elementos são consolidados e valorizados pela atividade turística

Quadro 78 - Avaliação do critério de análise: elementos materiais e imateriais da identidade cultural;
Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante à **conservação/preservação e uso do patrimônio histórico** tem-se como principal entidade atuante em Fernando de Noronha o IPHAN. Além de que em 2002, o Arquipélago recebeu o título de patrimônio natural da humanidade pela UNESCO. Desde então o destino vem sendo fiscalizado em relação ao uso dos atrativos histórico-culturais da Ilha. Contudo, o entrevistado 01 relatou que a conservação dos atrativos históricos não estão em situações adequadas para o recebimento de visitantes, conforme esse trecho de sua entrevista:

A gente tem infelizmente aquela destruição do patrimônio histórico, eu não vejo como culpa do turismo, mas eu vejo com uma visão que não tem investimentos do governo federal né? O patrimônio histórico são os prédios tem um impacto negativo ali, então você quando foi lá você não viu? As paredes no forte, aquilo ali é terrível, né? Poderia ser revertida uma verba para trabalhar isso não é o impacto ambiental, eu acredito que FN não chegou na capacidade máxima dela, ainda não chegou, mas pode melhorar bastante, principalmente essa questão do patrimônio histórico.

Na reunião do Conselho da APA, realizada em 06 de Outubro de 2009, foi apresentado pela conselheira representante do IPHAN o andamento do projeto de arqueologia e conservação do patrimônio histórico de FN, ocasião na qual foram delineadas as principais ações e prazos a serem cumpridos. Como principal foco do projeto tem-se a revitalização das ruínas dos Fortes que no período da coleta de dados estavam proibidos para visitação. As imagens 24 e 25 são referentes ao Palácio São Miguel, sede da administração distrital e da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, respectivamente, um dos principais atrativos históricos-culturais da Ilha.



Imagem 24 - Palácio São Miguel – Sede da ADEFN em Fernando de Noronha;
Fonte: www.noronha.pe.gov.br



Imagem 25 - Igreja Nossa Senhora dos Remédios – Padroeira da Ilha;
Fonte: www.noronha.pe.gov.br

Outro aspecto relevante em relação à preservação do patrimônio histórico cultural é o arquivo histórico de Fernando de Noronha, localizado no Arquivo público Jordão Emerenciano, em Recife, Pernambuco.

No ano 2000, a primeira fase da organização do arquivo de Fernando de Noronha iniciou com o recolhimento de todos os documentos encontrados na Ilha. Em 2003, iniciou-se uma segunda fase que consistiu na recuperação dos documentos e no arquivamento destes no arquivo público em Recife. Por fim, em 2005, com recursos do BNDES, o projeto “conservação documental do acervo de Fernando de Noronha” foi elaborado, e assim teve-se 1.930 unidades documentais preservadas, sendo estas: 700 documentos avulsos, 30 livros e 1200 fotos coloridas e em preto e branco (NORONHA, 2009). Atualmente, o acervo documental de FN possui documentação pertencente ao período do presídio comum e político, à administração do Exército, à administração da Aeronáutica, à administração do Estado Maior das Forças Armadas e ao Ministério do Interior, além dos documentos administrativos do Estado de Pernambuco (NORONHA, 2009).

Ainda que tenha sido relatada em algumas entrevistas a situação referente à falta de manutenção de alguns patrimônios históricos, como os fortes, ruínas de presídios e outros atrativos, foi possível perceber que há em andamento um projeto para execução da conservação do patrimônio histórico pelo órgão responsável, o IPHAN, além de uma iniciativa da ADEFN junto com o BNDES de preservar o acervo documental sobre a história do Arquipélago. Por isso, foi considerado moderado o critério relativo à conservação do patrimônio histórico de FN.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Conservação/ preservação do patrimônio histórico	Não há regulamentos nem fiscalização referentes a conservação do patrimônio histórico	A conservação do patrimônio histórico é negligenciada pela gestão local	A conservação do patrimônio histórico apresenta problemas devido à limitações da gestão local em promovê-la	A conservação do patrimônio histórico é percebida como uma oportunidade de diferencial competitivo para o destino, por isso é articulada e planejada devidamente em parceria com os atores locais

Quadro 79 – Avaliação do critério de análise: conservação/preservação do patrimônio histórico;
Fonte: Dados da pesquisa.

Outro critério de análise, referente ao indicador equilíbrio entre inovação e o respeito às tradições, é o **abandono de atividades tradicionais**. Procurou-se identificar se atividades tradicionais e costumes da comunidade deixaram de ser realizadas devido à intensificação da atividade turística.

É importante salientar que há uma particularidade em Fernando de Noronha que é o fato de existir várias populações em uma só, como indicado no estudo de capacidade de suporte pela antropóloga Janirza Cavalcante (ELABORE, 2008). Segundo a antropóloga:

Há de se observar referências individuais que fazem de cada lugar uma apropriação individual, carregada de peculiaridades do cotidiano. Mais

ainda, dentro do lugar existem outros lugares. Eles foram construídos pelos moradores que nasceram, cresceram, casaram-se e tiveram seus filhos e formaram como eles dizem “uma grande família”. Mas outros foram construídos, também, por aqueles que vieram depois e se incorporaram, pouco a pouco, aprendendo alguns de seus hábitos e introduzindo outras formas de ver o mundo, aquilo que eles denominam “haole considerados” e agora uma nova leva de indivíduos provenientes da periferia dos grandes centros do continente também se apropriam do lugar. São lugares diferentes, mas ao mesmo tempo é o mesmo espaço, são paisagens apropriadas de diferentes maneiras, fruto das referências individuais, experiências, expectativas e desejos diferentes. Essa é a nova face metamorfoseada de Fernando de Noronha (ELABORE, 2008, p. 181).

Por isso, avaliar esse critério de análise em FN é complexo uma vez que a composição da população de Fernando de Noronha é pulverizada além do fato da maioria da população não ter nascido na Ilha, mas ter chegado com finalidades distintas como ilustrado pelo entrevistado 14: “[...] o reconhecimento do cidadão, essa é uma carga antiga que os moradores têm, até pela motivação histórica, né? A população civil é recente na Ilha, ou foi presídio, ou foi base militar, então o peso da população civil tá nascendo agora, nasceu de 88 pra cá, é novo”. Os entrevistados 13 e 14 exemplificaram atividades tradicionais como a pesca e agricultura que não estão mais sendo exercidas como era antes da ascensão da atividade turística.

A atividade pesqueira atualmente é regulamentada e só pode ser exercida pela Associação de Pescadores de Fernando de Noronha ANPESCA. A pesca oceânica também é controlada pelos fiscais do ICMBio e é oferecida aos visitantes, mas deve seguir uma série de normas e orientações. Já a agricultura era uma tradição forte devido as limitações de abastecimento da Ilha, conforme retrata o entrevistado 14:

A agricultura teve momentos que era muito forte, como a ilha tinha uma dificuldade grande de alimento, você tinha que se virar por aqui [...] Macaxeira [era o que mais se plantava], fazia farinha, tinha uma produção melhor, tinha também um rebanho bem maior, mas muitas das ações eram impraticáveis por conta da preservação do Parque [PARNAMAR-FN], que a maior parte da ilha é parque Marinho, né? Então não se pode criar animal doméstico na área do Parque, como os rebanhos antigamente, eram livres, a ilha era uma fazenda sem cercas, então tudo isso foi sentenciando né? É como eu disse, se tinha uma liberdade aqui que era uma coisa incomum, era assim: o rebanho do porto é de “Lobrito”, o rebanho da pontinha é de “Alonso”, era assim, era por divisão geográfica, então, agora não pode mais, então você não pode isso, não pode aquilo [...]

Percebe-se que o abandono dessas atividades não se deu exclusivamente por causa da intensificação da atividade turística e sim pela implantação do Parque Nacional Marinho de FN. Porém, o entrevistado 12 explica que uma das principais consequências negativas do

turismo é exatamente o abandono de certas atividades tradicionais para servir de suporte à atividade turística.

Eu como turismóloga digo que um grande efeito colateral do turismo não só aqui, como em qualquer lugar aonde a principal atividade econômica passa ser o turismo, é que as pessoas se esquecem que existem outras atividades econômicas que tem que ser feitas. Por exemplo, aqui é a questão de segurança alimentar da ilha. Aqui parou de se desenvolver a agricultura e a pesca é uma coisa que está em segundo plano. Vários pescadores, da associação de pescadores, se não me engano, são vinte e cinco. Sendo que vinte são daqui e cinco são de fora, de Barra de Serinhaém⁸. A maioria da população não quer mais pescar, isso acontece em Porto de Galinhas⁹ também porque o dinheiro do turismo vem fácil, e vem rápido. Só que assim, se você deixa de ter as produções básicas da localidade você acaba que o dinheiro que você ganha do turismo você tá colocando ele pra fora de novo pra comprar todos os seus insumos. Então assim, isso é um grande problema. É o atrativo do dinheiro fácil do turista que faz com que a população não olhe mais nada, pra mais nada da atividade econômica. Aí esse é um dos embates que a gente precisa contestar aqui.

Logo, identifica-se que embora seja difícil analisar a questão ligada à atividades tradicionais da comunidade local devido a própria formação histórica desta, foi possível perceber que atividades antes consideradas tradicionais como a pesca e a agricultura estão sendo cada vez menos praticadas no destino, seja por questões territoriais e de legislação do PARNAMAR-FN, seja pelo próprio interesse da comunidade devido a intensificação econômica da atividade turística em FN. Portanto, foi considerado fraco esse critério de análise da dimensão cultural da sustentabilidade.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Abandono de atividades tradicionais devido ao turismo	Não há mais atividades tradicionais locais	As atividades tradicionais e costumes são realizadas apenas por uma pequena parcela da comunidade	Os costumes e tradições continuam sendo hábitos da comunidade, mas estes não são explorados nem valorizados pelos visitantes	Os costumes e tradições fazem parte do cotidiano do destino e ainda são parte do produto turístico

Quadro 80 – Avaliação do critério de análise: abandono de atividades tradicionais devido ao turismo;
Fonte: Dados da pesquisa.

A **conscientização do valor cultural** também corresponde a um critério de análise do indicador equilíbrio entre a inovação e as tradições culturais. Nesse critério procurou-se identificar a mobilização dos atores locais em prol do valor cultural do destino.

O entrevistado 05 relata um aspecto importante sobre a fraqueza da cultura local em FN afirmando que isso não seria uma questão peculiar ao Arquipélago, mas de muitos destinos turísticos. Segundo ela, a ausência de uma identidade cultural mais forte é um

⁸ Praia localizada no litoral Sul do Estado de Pernambuco;

⁹ Praia localizada no litoral Sul do Estado de Pernambuco, principal pólo receptor de turistas do Estado.

fenômeno mundial liderado pela globalização que acaba por minguar a valorização da cultura local.

Então a gente perde um pouco essa essência [identidade cultural] que já era uma questão bem delicada. Que têm aqueles debates: “Noronha não tem cultura porque o pessoal não tem identidade, porque veio gente daqui gente dali”, mas isso é no Brasil inteiro, não é só Noronhense. Então eu acho que é geral, porque assim há uns 30 anos atrás você ia pra uma capital do Nordeste e era bem diferente, você ir pra Recife, Fortaleza e Salvador, isso também acabou porque você vai lá tem shopping, tem os mesmos restaurantes, tem as mesmas comidas, então isso faz parte da globalização, né? Aí você aqui vê um jovem que não acha que Noronha é legal, porque não tem discoteca porque não tem shopping, então essa influência, até da roupa, dos hábitos alimentares, é por eles estarem exatamente olhando daqui pra lá e eles acham que aquilo que é legal. Aí você começa a ver que a pessoa é outra, a fachada já é outra, o material que ele quer construir já é outro [...] então essa questão das mudanças, da globalização, das pessoas que vem de fora o que é que ela traz? Isso de certa forma é comum a todos os destinos. Agora eu acho que o que foi grave é que o turismo começou de repente, não foi planejado.

O relato do entrevistado demonstra a falta de valorização de aspectos locais, os costumes não são valorizados nem na gastronomia, nem nas construções, nem nos serviços oferecidos, porém é tratado pelo entrevistado como um aspecto inerente à atividade turística. Nesse sentido, o jovem Noronhense atualmente tende a valorizar mais aspectos e costumes oriundos do Continente do que os aspectos culturais locais. Ainda de acordo com o entrevistado 05 isso está relacionado ao fato dos jovens em Noronha terem suas ambições voltadas para o Continente, “Noronha tem algumas questões, porque de repente um juvenzinho que tem pousada e tudo que é de melhor na pousada dele é do turista, o sonho dele vai ser: ser turista, então aí, tem alguns problemas graves nisso”.

Sendo assim, não foram encontradas evidências de mobilização dos residentes em relação à conscientização da comunidade para o valor dos aspectos culturais do Arquipélago, sendo considerado, então, um critério de nível fraco, uma vez que não foram identificadas articulações nem da gestão nem da comunidade, ainda que haja a presença de um calendário tradicional com as principais comemorações do Arquipélago.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Conscientização do valor cultural	Não há mobilização nem dos residentes nem da gestão do destino para conscientização do valor cultural	Não há mobilização por parte dos residentes para manutenção dos costumes e tradições culturais locais, mas as principais festas e comemorações do destino são mantidas no calendário local	Há mobilização dos residentes para manutenção dos costumes e tradições culturais, mas esta encontra-se desarticulada	Há mobilização para manutenção e promoção dos costumes e tradições culturais por parte dos atores locais que se articularam entre si

Quadro 81 - Avaliação do critério de análise: conscientização do valor cultural;
Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à **promoção cultural do destino** foram observados se os aspectos culturais encontram-se inseridos no “produto” turístico de Fernando de Noronha. Embora tenham sido identificados elementos materiais e imateriais da cultura local com lendas, festas religiosas, patrimônio histórico e aspectos históricos culturais da Ilha, a partir da análise do *website* institucional do destino não foi encontrado apelos relacionados a esses elementos culturais. Os atrativos naturais se sobressaem de maneira que o turista é levado ao destino pelas paisagens, passeios, mergulhos e trilhas oferecidas no Arquipélago.

Ainda que tenha sido percebido que eventos e festas religiosas são tradicionais na Ilha, estes não fazem parte do produto turístico em si, sendo mais uma manifestação da comunidade e da gestão do destino para a população do que um aspecto elaborado e planejado para atração de mais visitantes. De acordo com o entrevistado 01: “olha eu só vejo o apelo natural, eu só vejo o natural, agora se você vê claramente a questão dos prédios históricos que está sendo degradado e não existe nenhum movimento e poderia ser feito algo para explorar essa questão, né?”. Sendo assim, foi considerado fraco a promoção cultural do destino.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Promoção cultural do destino	A cultura não é um elemento pertencente ao “produto turístico”	Não há aspectos culturais visíveis na promoção do destino, mas existem eventos tradicionais que são respeitados no calendário do destino	Há aspectos da cultura local na promoção do destino, mas esta não é o foco principal do produto, por isso costumes e tradições não são muito valorizados	A cultura é um elemento fundamental na promoção do destino e os eventos, tradições e costumes locais são respeitados e valorizados pelos gestores e comunidade local

Quadro 82 - Avaliação do critério de análise: promoção cultural do destino;
Fonte: Dados da pesquisa.

Finalmente, o último critério de análise da dimensão cultural consistiu na análise do **interesse dos visitantes pela cultura local**. Para este critério considerou-se a existência ou não de ações promocionais da cultura local como estratégia para atração de visitantes.

Não foram identificadas ações por parte dos atores locais que desviasse o foco do “produto” turístico de Fernando de Noronha, os atrativos naturais, como já ilustrado neste trabalho. Tem-se que, embora haja uma preocupação de organismos nacionais e da própria gestão do destino para a preservação do patrimônio histórico da Ilha, os elementos materiais e imateriais não são contemplados como parte do turismo de Fernando de Noronha.

Os elementos histórico-culturais não são expressos no *site* institucional do destino, nem nas campanhas publicitárias de FN. Ao chegar ao aeroporto de FN há ilustrações dos principais atrativos naturais e folders com mapas dos atrativos da Ilha. As palestras oferecidas

diariamente pelo projeto TAMAR não contextualizam os aspectos culturais especificamente restringindo-se à descrição de fatos históricos isolados, não informando a respeito das tradições e costumes culturais. Sendo assim, foi considerado inexistente o nível do interesse dos visitantes pela cultura local.

	Inexistente (0)	Fraco	Moderado	Forte
Interesse dos visitantes pela cultura local	Não há ações realizadas para despertar o interesse dos visitantes sobre a cultura local	Há ações para despertar o interesse do visitante, mas são desarticuladas e ineficazes	Há ações que despertam o interesse dos visitantes, mas o visitante não é atraído por isso	Há ações que fazem com que o visitante se interesse pela cultura local antes de chegar no destino

Quadro 83 - Avaliação do critério de análise: interesse dos visitantes pela cultura local;
Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando as avaliações expressas anteriormente tem-se que dos sete critérios avaliados na dimensão cultural foram totalizados oito pontos representando assim 38,09% dos pontos desta dimensão.

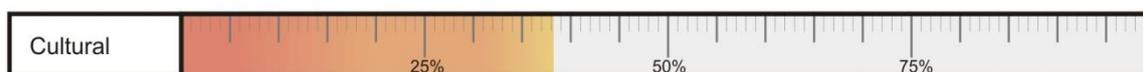


Figura 10: Representação gráfica da avaliação da dimensão cultural da sustentabilidade;
Fonte: Dados da pesquisa.

O resultado ilustrado na figura 10 indica um resultado pouco satisfatório da dimensão cultural conforme parâmetros estabelecidos no capítulo dois deste trabalho.

4.5 A Dimensão Política-Institucional da Sustentabilidade

A participação a partir da interação dos atores locais no processo de tomada de decisões representa uma condição *sine qua non* para as ações e planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável. Dessa forma, avaliou-se quais e como os atores sociais encontrados em Fernando de Noronha estão articulados em prol do desenvolvimento turístico do destino a fim de que fosse avaliado o critério de análise: **articulação dos atores locais**.

Primeiramente é importante relatar a estrutura política do Arquipélago de Fernando de Noronha. De acordo com os depoimentos recolhidos constatou-se que a partir de 1988, quando FN sai da tutela do governo federal para Pernambuco, há certa confusão na estrutura política do Arquipélago. Segundo o entrevistado 08, essa indefinição conceitual sobre FN é um dos principais entraves da participação da comunidade no processo decisório do destino, uma vez que não sendo um ente federativo não há como criar suas próprias leis.

Dessa forma, atualmente FN é considerada uma autarquia ligada a SECTMA-PE, como relatado nesse depoimento: “a gente é uma autarquia, uma população com estrutura de município, nós temos banco, hospital, escola, praça. Somos autarquia e quem manda o administrador pra cá é o governador” (ENTREVISTADO 08).

Observa-se também nos depoimentos um debate acerca da emancipação ou não de FN como município. Tal ideia é fundamentada no argumento de que só assim os Noronhenses poderiam eleger seus representantes políticos além de poder criar leis municipais. A ausência de uma estrutura de poder legítima é criticada pelo entrevistado 08:

Então, Noronha não tem nenhum poder, aqui nem é executivo, nem é legislativo nem é judiciário, para você entender o conflito que é. O administrador delibera, o conselho delibera para o administrador, para deliberar para o governador, para deliberar para a Assembléia [Legislativa] para a Assembléia fazer as coisas, então Noronha fica nessa roda viva, daqui que chegue na Assembléia já passou 2, 3 anos e aí já tá terminando o mandato do governador, já tá começando tudo de novo[...] Para a gente arrumar Noronha teria que se municipalizar a Ilha, a gente criar as leis, então, a lei quem iria criar eram os moradores dela entendesse? Não adianta fazer plano de manejo, não adianta fazer plano de capacidade, não adianta nada disse se quem faz isso tudinho não mora aqui, não tem sentimento de moradia. Para Noronha funcionar tem que ser municipalizada teria que ter um administrador local com conhecimento tá entendendo?

Outro ponto importante também exemplificado pelo entrevistado 08 é a questão do “mosaico” de instituições existentes no Arquipélago. Ainda de acordo com a entrevistada, o excesso de instituições com poderes de atuação diferentes em FN é também um empecilho para a resolução dos problemas sociais da Ilha, como explicado a seguir:

O distrito é pernambucano, mas o serviço não é de Pernambuco, a estrutura não é de Pernambuco. Todos os bens que temos aqui é de patrimônio da União que é Federal. Aqui todo mundo manda, manda o IPHAN que é Federal, manda a Secretaria de Patrimônio da União que é Federal, aí manda a Aeronáutica aí no finzinho que é o social, que é o principal, está o Estado com isso nas costas. Então vai construir uma casa que é para atender o social, aí tem que pedir ao IBAMA a Secretaria de Patrimônio da União, tem que pedir ao IPHAN, tem que pedir a num sei o que... Então a gente indefiniu, [isso] eu acho que para quem administra é bom, mas para quem é administrado é muito ruim, que a gente fica sem resolver nenhum problema por que não alcança, e para quem administra é bom porque joga nas costas de um e de outro, “Ah! tem que pedir ao IBAMA”, “Ah! Tem que pedir ao IPHAN”. Então a gente fica, a comunidade fica nessa roda viva entendeu? O tempo todo!

Sendo assim, a figura XX ilustra os principais atores locais que atuam em Fernando de Noronha, identificados durante a pesquisa. A figura foi elaborada com base no pressuposto de que as instituições que se encontram no centro da figura são mais representativas em relação

ao poder legal exercida por cada uma delas, enquanto que as que encontram-se afastadas do centro tem seu poder reduzido.

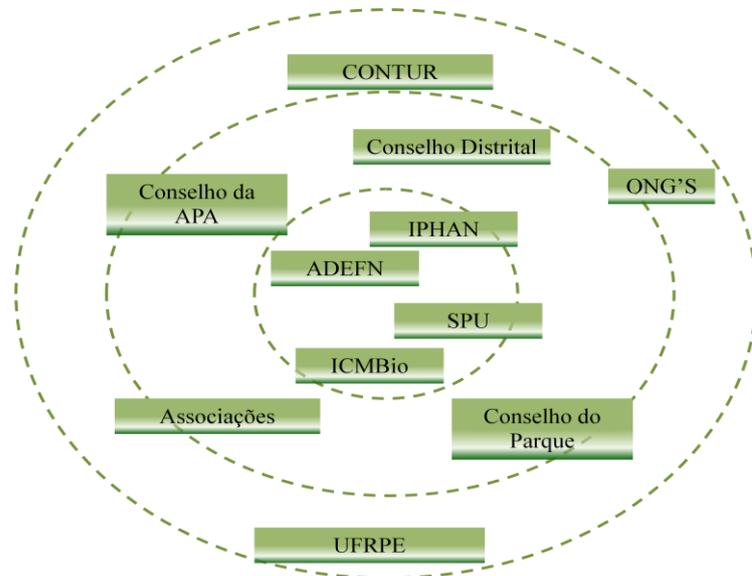


Figura 11: Principais atores locais identificados em FN;
 Fonte: Dados da pesquisa.

Portanto, como instituições centrais em relação as tomadas de decisão foram identificados: o IPHAN, ADEFN, SPU e o ICMBio. Os Conselhos do Parque, da APA e o distrital, as associações, ONG`s, CONTUR, e UFRPE são entidades de apoio que articulam canais de comunicação para que haja participação no planejamento e gestão dos principais problemas presentes no Arquipélago. Porém, cabe ressaltar que esse processo de articulação entre os atores encontra-se em fase de negociação e, por isso, não é um movimento forte e unificado como ilustrado pelo entrevistado 06, sobre o espírito individualista, oriundos, principalmente, da quantidade excessiva de associações que o Arquipélago possui.

Da mesma forma, o entrevistado 08 se posiciona ao afirmar que “não há no Arquipélago a noção de cooperativismos entre os atores locais, o que há é o interesse individual de cada associação por isso não consegue vê o problema como um todo, como um conjunto, sabe como é?” (ENTREVISTADO 08). Considerando tais argumentos avalia-se a articulação dos atores locais como moderado.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Articulação dos atores locais	Não há articulação entre os atores locais do destino	Os atores encontram-se desarticulados devido à centralização das decisões por parte dos gestores do destino	Os atores locais encontram-se num processo de articulação uma vez que são identificados processos de tomada de decisões participativos	Os atores locais encontram-se articulados em prol de um objetivo comum por meio da participação efetiva no processo de tomada de decisões

Quadro 84 - Avaliação do critério de análise: articulação dos atores locais;
 Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda pertencente ao indicador organização da comunidade, foi necessário observar os **conflitos de interesses existentes entre os atores locais** identificados durante a coleta de dados.

Durante a reunião do Conselho da APA, ocorrida em 06 de Outubro de 2009, foi possível perceber como se dá o processo de conciliação dos conflitos existentes entre os atores locais em FN, assim como algumas questões conflituosas entre o grupo presente na reunião que durou cerca de quatro horas e meia.

A primeira questão é referente ao número de visitantes levados por navios para a Ilha durante o período de alta estação, que vai de Novembro a Março, os representantes do CPRH presentes na reunião foram pressionados pelos representantes do ICMBio sobre a quantidade de turistas que será permitida na Ilha por dia. Em relação a essa questão, os representante do CPRH responderam que iriam operar de acordo com o plano de manejo da APA. O representante da Associação de pousadas de FN manifestou-se recomendando uma pauta específica para discussão dos visitantes, uma vez que os navios, na opinião do presidente, concorre diretamente com as pousadas da Ilha, já que os turistas pernoitam na embarcação.

Outro conflito assistido foi a discussão acerca do perigo aviário das garças. Segundo a bióloga da ADEFN, as aves que não são nativas da Ilha representam um grande perigo aos aviões que decolam e aterrissam na Ilha todos os dias. A solução proposta pela ADEFN seria a exoneração dessas garças na própria Ilha, já que segundo o entrevistado 02, não teria como transportar tais aves para o continente. Nesse sentido, o ICMBio, durante a reunião, alertou para o fato da exoneração propiciar um ambiente para a criação de supergarças ou qualquer outro problema que pode não estar sendo considerado num estudo prévio. Percebe-se, portanto, um conflito entre a ADEFN, que foi entidade destinada a resolução do problema e o ICMBio, que aponta outros problemas e supõe que a solução encontrada pela administração do destino pode não ser a melhor. Essa discussão é intermediada pela presidente do Conselho da APA, quando esta diz que a melhor solução, então, seria a cooperação entre as duas partes para a viabilização de um estudo que sugerisse a melhor ação a ser realizada.

O lixo produzido pela REFENO, assim como a ancoragem em áreas ilegais do parque das embarcações da regata, também foram discutidos na reunião do Conselho da APA. Segundo os representantes do ICMBio, houve crime ambiental por parte de muitos participantes que ancoraram suas embarcações em corais delicados, que não suportam tal ancoragem, além de que quando notificados pelos fiscais os participantes se negaram a sair.

Esse debate se deu essencialmente entre representantes da ADEFN e os representantes do ICMBio.

Durante a reunião, a questão mais polêmica foi levantada pelo engenheiro de pesca e proprietário do Museu dos Tubarões, sobre a alimentação dos tubarões em frente a sede da ANPESCA, nas intermediações do Porto Santo Antônio. O presidente da Associação dos Pescadores de FN foi notificado por fiscais do IBAMA por alimentar os tubarões com resíduos orgânicos resultante do tratamento dos peixes realizado pela entidade. A alimentação dos tubarões por parte dos pescadores atrai um número considerado de turistas que se aglomeram para ver os animais se alimentando. Segundo o engenheiro de pesca, “a alimentação dos tubarões pelos turistas é perigoso demais porque os animais podem atacar [pessoas] posteriormente, caso fiquem acostumados com essa alimentação irregular, fora que é crime ambiental jogar material orgânico no mar”.

No momento desse debate, o presidente da ANPESCA defendeu-se, afirmando que essa é uma prática muito antiga dos pescadores e que nunca aconteceu nenhum acidente, mas que por ter sido notificado, iria cessar a alimentação irregular aos tubarões.

Esses são os aspectos encontrados durante a reunião que concentrava um número significativos de atores locais como: a ADEFN, CPRH, Associação de taxistas, biólogos e técnicos do ICMBio, Associação de Pousadas, IPHAN, SECTMA, representantes do exército, entre outros.

Em relação às considerações dos entrevistados, tem-se que o grande conflito em FN, atualmente, é ocasionado pela ausência de espaço para moradia da população. Como pode ser observado no depoimento seguinte:

A gente praticamente não tem nenhuma [área disponível] mais. No caso, esse problema do IBAMA, dessas linhas de conflito, aqui na Ilha nós temos o Plano de Manejo da APA, que limitou muito, 5% que a gente tem direito de viver, porque a Ilha são 17 km², 12 é Parque aí só tem 5 pra gente fazer tudo, né? sobreviver. São quatro áreas restritas que não se pode construir mais que é a área de preservação da vida silvestre, área de conservação, área de reflorestamento, e área de zoneamento geocológico, então essas quatro áreas não pode construir, aí tem uma área que pode ser transformada em área urbana que é a área de agricultura, mas a gente não quer que transforme em área urbana por uma questão de segurança alimentar, dá um problema aí no mundo, ninguém pode vir pra cá, a gente tem que ter uma área pra plantar, vai plantar onde?

No período da entrevista 08, o respondente também informou acerca de outros conflitos entre a comunidade e a gestão do PARNAMAR-FN, atualmente administrado pelo ICMBio. Tratava-se de um abaixo-assinado para frear a estação do Parque. Segundo a

entrevista, a administração do PARNAMAR-FN propôs um projeto de licitação do Parque, ou seja, licitar o serviço em toda a área do Parque, ocasionando a prestação de serviços de mergulho, trilhas e passeios de barco por uma empresa particular licitada.

Foi percebido em outras entrevistas também que os conflitos de interesse encontram-se focados entre a gestão do Parque e a gestão da APA do Arquipélago, cada um com sua estrutura de gestão diferenciada.

Contudo, tendo sido identificados tais conflitos de interesses, percebe-se que em FN os atores locais possuem um canal eficiente para negociação desses conflitos como no caso do Conselho da APA, porém alianças políticas acabam por beneficiar interesses individuais e econômicos, que acabam enfraquecendo a articulação de muitos atores locais no Arquipélago, uma vez que estes desistem de combater tais alianças.

Entretanto, o fato de existir um canal aberto para mediações de conflitos entre os representantes de entidades e conselheiros, como observado durante a reunião do Conselho da APA, indica um nível moderado em relação à negociação dos interesses entre os atores locais.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Conflitos de interesse existentes entre os atores locais	Não negociação dos interesses particulares dos atores locais	Os conflitos de interesses existentes diminuem a articulação dos atores e não são negociados entre eles enfraquecendo a atuação destes no destino	Os conflitos de interesses existentes diminuem a articulação dos atores, embora haja espaço para negociações destino	Os conflitos de interesses existentes são negociados em fóruns, conselhos e entidades representantes dos diversos setores do destino regularmente

Quadro 85 - Avaliação do critério de análise: conflitos de interesses entre os atores locais;
Fonte: Dados da pesquisa.

A presença de **entidades e instituições ligadas à atividade turística** permite que atores locais se articulem e intermediem conflitos de interesses entre si. Dessa forma, como já relatado neste trabalho, Fernando de Noronha é composto por uma matriz inter-institucional na qual entidades de nível federal, estadual e local atuam entre si para o cumprimento da legislação, que hoje segue regida pelo plano de Manejo tanto da APA como do PARNAMAR-FN.

Em relação à gestão dessas duas áreas distintas, o entrevistado 12 afirma que a indefinição da matriz inter-institucional é um fator limitante em relação a gestão integrada do Parque e da APA assim como limita também a atuação dos atores locais, com ilustrado em seu depoimento:

Essa Matriz Inter-institucional não tá definida. Você tem aqui: o ICMBio fazendo a gestão da APA; a administração [ADEFN] fazendo a gestão da parte urbana, assim, da qualidade de vida e do urbanismo; o Patrimônio da

União [SPU] como responsável pela concessão das áreas, das terras; o IPHAM como responsável pela parte histórica, arqueológica, tal. Então assim, cada um tem um objetivo diferente, todos, no mesmo local. Então isso de certa forma dificulta muito as coisas para população, por outro lado ajuda que as coisas aqui sejam muito restritas e que Fernando de Noronha também, graças à esse “excesso” de leis que tem aqui, Fernando de Noronha até hoje não se transformou num [...] Num grande resort ou num “favelão”. Porque aqui tudo é muito complicado e burocraticamente falando, mesmo. Eu acho que se a gente consegue fazer essa gestão integrada, que é o que eu estou procurando e tal. Sempre, né, fazendo tudo em parceria com outras instituições, por exemplo o alinhamento do APA vai se rever [aspectos] histórico-cultural. Eu preciso do pessoal de arqueologia e história da ADEFN eu preciso do pessoal do IPHAM pra gente fazer isso de forma conjunta. A gente tem um grupo de trabalho que é específico pro ordenamento dos bares de praia do qual fazem parte a CPRH, que é o órgão licenciador que tem que consultar todos essas entidades antes de dar uma licença. Então assim, o grupo de trabalho pra ordenamento dos bares faz parte a gente [ICMBio], faz parte o IPHAM, faz parte a CPRH, faz parte o Patrimônio da União, faz parte a ADEFN, e toda vez que eu tenho que dar, por exemplo, algum parecer sob a zona urbana eu peço a ADEFN pra tá junto comigo. Então assim, se você consegue fazer a gestão integrada com esses outros órgãos, é excelente. Agora, isso assim, como isso não está definido em nenhum lugar, como isso não tá definido depende de boa vontade e de capacidade de articulação dos gestores. A gente tá conseguindo isso com os gestores atuais.

Já em relação à atividade turística em si, o entrevistado 06 afirma que depois da implantação do CONTUR ficaram mais evidente as políticas de turismo em FN. Segundo o entrevistado, o destino nunca se destacou por receber a atenção de políticas públicas para o desenvolvimento turístico, porém, a partir da articulação do Ministério do Turismo e o fato de FN ter sido considerado um dos 65 destinos indutores de turismo do país gerou destaque para as atividades do CONTUR.

Quando solicitado ao entrevistado 06 um exemplo de ações conjuntas entre os atores locais, ele ilustrou a questão da reforma do aeroporto de Fernando de Noronha, explicando como se deu o processo de articulação entre a associação de pousadas, o CONTUR e a ADEFN para melhorias do aeroporto.

Segundo o entrevistado, foi a partir de reuniões e de contestações dos empresários, constadas em atas, que foi solicitado à ADEFN a reforma do aeroporto de Fernando de Noronha, o entrevistado seguiu argumentando que foi um processo demorado, porém só foi possível perante o entendimento dos participantes das três entidades, que era uma questão prioritária no processo de desenvolvimento turístico de FN.

Durante o período de coleta de dados na Ilha, a pesquisadora pôde verificar que o aeroporto estava passando por reformas estruturais, que segundo o entrevistado 06, deu-se, por causa dessa articulação entre esses três atores.

Portanto, acredita-se que em relação ao nível de articulação dos atores locais, relacionados a entidades e instituições ligadas a atividade turística, tem-se uma situação moderada por entender que, mesmo que os atores estejam articulados, o avanço em direção aos interesses e planejamento da atividade turística encontram-se lentos e incipientes o que ocasiona ações pontuais e específicas, não sendo contemplados interesses comuns e articulações mais efetivas pela própria limitação inter-institucional, oriunda da indefinição da estrutura de poder de Fernando de Noronha, como ilustrado anteriormente pelos entrevistados 06 e 08.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Entidades e instituições ligadas à atividade turística	Não há entidades nem instituições ligadas à atividade turística	Há algumas instituições e entidades, mas estas encontram-se desarticuladas	As entidades e instituições que existem são articuladas, mas não conseguem avançar em relação aos seus interesses	As entidades e instituições existentes encontram-se articuladas e unidas em prol de interesses comuns

Quadro 86 – Avaliação do critério de análise: entidades e instituições ligadas à atividade turística;
Fonte: Dados da pesquisa.

Já a **participação dos atores locais no planejamento turístico do destino** consiste num critério de análise pertencente ao indicador planejamento da atividade turística.

A principal instituição identificada em relação ao planejamento da atividade turística de FN é o CONTUR. Segundo o entrevistado 06, o CONTUR é um conselho no qual várias entidades, ligadas direta ou indiretamente à atividade turística, que discutem o planejamento turístico da Ilha. Ainda de acordo com seu depoimento, o CONTUR, durante a época da coleta de dados, passava por problemas de interação dos seus componentes, uma vez que estes estavam desacreditados das atividades do Conselho. Porém, existia um processo de reintegração destes como assinalado pelo próprio entrevistado e pelo entrevistado 06, este último presidente do Conselho.

O CONTUR surgiu em 2007, a partir da implantação de outros Conselhos no distrito de FN. De acordo com o presidente do CONTUR, o administrador atual do Arquipélago, quando assumiu em 2007 sua responsabilidade teve a preocupação de criar os Conselhos de saúde, educação, da APA, do Parque com a prerrogativa de que esses Conselhos serviriam

para a comunidade Noronhense deter as discussões em nível local e não perder certos avanços no distrito por causa da mudança de gestores como ilustrado nesse depoimento:

Por exemplo, na gestão anterior nós trabalhamos aqui incansavelmente a questão da agenda 21 e até hoje eu não vi nada que veio em função da agenda 21 que tanto a gente discutiu que tanto a gente se desgastou, não sei, parece-me que o cara levou debaixo do braço. Hoje é diferente, o gestor está implantando os conselhos e está ficando aqui as pessoas com as responsabilidades, na hora que ele for embora as pessoas vão ficar com aquela responsabilidade, por exemplo, eu sou... eu estou presidente do conselho de turismo hoje, quando o gestor for embora, tudo que foi discutido dentro do conselho de turismo vai ficar conosco, o próximo gestor que entrar ele vai ter que tomar conhecimento de tudo que tem aqui já implantado e vai ter que dá continuidade[...] (ENTREVISTADO, 06).

Outra entidade também ligada à atividade turística da Ilha é o SODESTUR, instituição que surgiu a partir do entendimento dos próprios atores locais de que o número excessivo de associações pulverizava os objetivos gerando individualismo nos interesses das partes. Dessa forma, para minimizar os conflitos existentes em 2006 a partir de um *workshop* realizado pela Associação de pousadas, percebeu-se que FN precisava de uma entidade na qual os empresários de maneira geral pudessem se associar e discutir sobre a atividade turística de Fernando de Noronha. Porém, por questões burocráticas referentes à natureza da entidade, só em 2009 é que se tornou possível uma definição do que seria o SODESTUR, que por sua vez, ficou registrada como Companhia de Desenvolvimento Sustentável de FN. De acordo com o entrevistado, após dois anos de adequações burocráticas houve uma desarticulação dos empresários, porém o mesmo relatou a ideia de transformar o SODESTUR em *Convention & Visitors Bureau* de FN, mas não havia nada definido no período da entrevista.

Segundo os entrevistados 05 e 06, os atores locais estão articulados em prol do desenvolvimento da atividade turística, o CONTUR e o SODESTUR seriam as entidades que representam estes perante a ADEFN e também outros conselhos existentes na Ilha, além das próprias atividades do CONTUR em reuniões e eventos nacionais promovidos pelo Ministério do Turismo como afirmado pelo seu presidente:

Tenho ido muito a Brasília, São Paulo, agora fui no salão de turismo, estamos em contato com o pessoal do Conselho Nacional de turismo, talvez, não sei se esse ano vai dar tempo ainda, mas talvez a gente implante aqui o sindicato, o sindicato Noronhense porque o sindicato vai nos trazer uma amplitude maior a nível de apoio, de capacitações, né? porque o sindicato ele vai fazer os trabalhos dos “S’s” SEBRAE, SENAC, SESI e etc. O sindicato do jeito que o ministério do turismo está implantando é justamente pra isso, pra trabalhar isso e aí pra Noronha isso vai ser uma coisa muito boa já vai partir na frente, então são essas articulações que vem sendo feitas, né? Que a gente pode contar com essas articulações que nós teremos um futuro melhor isso eu não tenho dúvida, porque o trabalho que está sendo feito não é um

trabalho que está sendo feito em vão, tem articulações muito bem feitas é um trabalho muito bem feito isso é porque se implantou os conselhos, e quando você implanta um conselho é aprovado um regimento, e quem discute o regimento e quem aprova o regimento é a plenária obviamente que vêm técnicos que mostra ali um regimento que você vai trabalhar e fazer ele de acordo com as necessidades da localidade, né? Mas isso é aprovado em plenária pelo povo, o povo é quem vai dizer o que é que quer, onde é que tem que melhorar.

Ainda assim, o entrevistado 12 relata que embora os atores estejam num processo inicial de articulação, os Conselhos estão começando um processo de comunicação intersetorial. Porém, segundo o entrevistado, há os canais de articulação, existem as entidades, porém a preocupação com o planejamento da atividade turística está sendo despertada de maneira embrionária. Ainda de acordo com esse respondente não é traçado o perfil do turista que se quer pra Noronha, a maneira de estruturação do produto turístico não é planejada, ocasionando o desordenamento da atividade turística.

Dessa forma, considerou-se a participação dos atores locais no planejamento turístico do destino um critério de nível moderado, uma vez que foram identificados os atores locais, percebeu-se a articulação entre eles, porém, não foi constatado a participação efetiva no planejamento turístico de FN. Os canais existentes atualmente não discutem ou interferem no planejamento de estruturação do produto turístico, assim como o perfil do turista que se quer para o destino a fim.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Participação dos atores locais no planejamento turístico do destino	Não há participação dos atores locais no planejamento turístico	Os atores locais são desarticulados e não expressam vontade de participar do planejamento, apenas esporadicamente contribuem em algum aspecto	Os atores locais participam de algumas reuniões e encontros, mas não contribuem efetivamente para o planejamento turístico	Os atores locais se articularam e participam efetivamente do planejamento turístico do destino

Quadro 87 – Avaliação do critério de análise: participação dos atores locais no planejamento turístico do destino; Fonte: Dados da pesquisa.

O processo de tomada de decisão coletivo é o terceiro indicador da dimensão política-institucional, como critério de análise tem-se a **participação da população no processo de tomada de decisão** do destino.

Como observado anteriormente, FN é uma autarquia pertencente à SECTMA-PE. Como autarquia é o governador do Estado quem nomeia o administrador da Ilha a cada quatro anos quando ocorrem as eleições para governador. Dessa forma, segundo o entrevistado 08,

em 1995 o então governador de FN, Miguel Arraes, criou o Conselho Distrital da Ilha, para que este servisse como uma entidade de fiscalização das contas públicas da Ilha. Assim, o conselho distrital é composto por sete conselheiros que são escolhidos pela comunidade de quatro em anos durante as eleições de governador.

Quando a gente vota no governador e nos deputados federais e estaduais, os Noronhenses também votam nos conselheiros, então os conselheiros recebem, também é diplomado pela lei lá da eleição, a gente recebe um diploma e a gente passa quatro anos, igualzinho aos vereadores normais, só que a gente entra junto com o governador.

O principal critério para ser um conselheiro é ter domicílio eleitoral na Ilha de pelo menos dois anos Assim, tanto um morador temporário como um morador permanente podem concorrer ao cargo de conselheiro. O Conselho distrital divide suas atividades entre três reuniões semanais, totalizando 12 reuniões ordinárias e uma extraordinária durante o mês. As reuniões se dão em forma de plenária em que todas as pessoas da comunidade têm acesso e podem participar. A imagem 26 corresponde a estrutura física do conselho distrital na Ilha.



Imagem 26: Sede do Conselho Distrital em Fernando de Noronha;
Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo dados da entrevista 08, o Conselho vem perdendo a sua função principal, que é a de fiscalização das contas públicas do Arquipélago e estão se tornando uma espécie de ouvidoria da comunidade local.

Miguel Arraes criou o conselho com atribuições de fiscalizar as verbas, principalmente as verbas públicas, e as ações do administrador, só que isso é lei, mas não é praticado, na prática, na prática isso não é tratado assim, porque? Porque nós somos ouvidoria, então a pessoa não é atendida adequadamente no hospital aí vem para o Conselho, aí a gente passou a ser ameaça “Não, eu vou no Conselho.”, aí escolhe uma personagem e “ Vou lá no Conselho”, e a gente passou a ser o ouvidor a pessoa que vai resolver os problemas da pessoa e não com a finalidade que ele foi criada, que é ficar

em cima do administrador, então esse monte de papéis que você está vendo em cima da minha mesa são problemas dos moradores que era para a administração resolver e não eu, não é atribuição minha, porque se você vê a atribuição dos deveres dos conselheiros, nenhum dever comporta que eu tenha que resolver os problemas das pessoas, mas por causa da carência a gente passou a ser ameaça, e ficou o elo entre o administrador e a comunidade, tá funcionando mais ou menos assim, mas a nossa função é fiscalizar as contas públicas que a gente faz, onde tá a verba, que não existe muita sinceridade nessas informações, você pede uma informação, por que conta pública é pública, qualquer um cidadão tem direito de ter acesso, aqui na ilha não, aqui na ilha para você dá esse acesso, você tem que ameaçar até Tribunal de Contas, Ministério Público, para poder ter acesso as contas que deveriam vir mensalmente para o Conselho Distrital como tá na lei, que a gente tem que analisar mensalmente todas... o que entrou e o que saiu da ilha, a gente nem sabe muitas vezes o que entrou, tá entendendo? (ENTREVISTADO 08).

Ainda que exista o Conselho Distrital de Fernando de Noronha, no qual pode ser considerado um canal de comunicação com a comunidade, não há efetivamente a participação da população no processo de tomada de decisão ficando restrita a participação desta na escolha dos conselheiros distritais que representam a comunidade, mas que possuem atualmente sua função desviada do objetivo pelo qual o Conselho foi criado. Sendo assim, foi considerado fraco o nível de participação da população no processo de tomada de decisão da comunidade em Fernando de Noronha.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Participação da população no processo de tomada de decisão	Não há participação da comunidade nas decisões relacionadas a gestão do destino	Existe um canal para que a comunidade participe do processo de tomada de decisão, mas este é desarticulado e ineficiente	Há um canal para que a comunidade participe do processo de tomada de decisão, mas não há a participação efetiva da população	A participação da comunidade no processo de tomada de decisões é regulamentada e os representantes da comunidade participam ativamente desse processo

Quadro 88 - Avaliação do critério de análise: participação da população no processo de tomada de decisão;
Fonte: Dados da pesquisa.

Outra questão analisada na dimensão política-institucional da sustentabilidade é a acessibilidade da população aos representantes do poder público. Segundo o entrevistado 05, existem datas estabelecidas mensalmente, nas quais há atendimento na sede da ADEFN (Palácio São Miguel) destinada à população. Nessa ocasião, a comunidade é consultada pelos gestores além das plenárias realizadas pelo Conselho Distrital de Fernando de Noronha.

Por isso, foi considerado moderado o nível de acessibilidade da população aos representantes do poder público, uma vez que foram identificados esses canais de

comunicação que abrangem toda a comunidade, porém não são suficientes para avançar em relação aos principais problemas do Arquipélago, como ilustrado pelo entrevistado 08 durante sua entrevista sobre o principal problema da Ilha atualmente: moradia

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Acessibilidade da população aos representantes do poder público	Não há nenhum canal de comunicação entre os gestores locais e a comunidade	Há um canal; de comunicação, mas este é insuficiente para atender a maioria da população	Há um canal de comunicação, é suficiente para o atendimento da população, mas é ineficaz não avançando em relação as necessidades da comunidade	O canal de comunicação existente, atende a população além de ser eficaz e avançar em relação as necessidades da comunidade

Quadro 89 – Avaliação do critério de análise: acessibilidade da população aos representantes do poder público;
Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os parâmetros de análise propostos neste trabalho, a dimensão política-institucional apresentou um total de 11 pontos, representando 61,11% dos pontos que poderia ter alcançado conforme a figura 12.

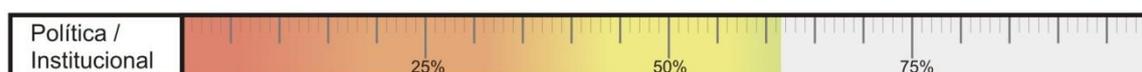


Figura 12 – Representação gráfica da avaliação da dimensão política-institucional;
Fonte: Dados da pesquisa.

Tal resultado ilustra uma situação moderadamente satisfatória em relação ao engajamento, participação e articulação dos atores locais como estabelecidos nos critérios de análise.

4.6 A Dimensão Territorial da Sustentabilidade

O território em FN vem passando por grandes e rápidas transformações. O principal problema do destino hoje é a falta de espaço para comportar de maneira equitativa a população que presencia um “boom” demográfico, conforme afirma o entrevistado 08. Assim, o déficit habitacional tem gerado o maior problema para população atualmente.

Apenas quatro entrevistados não mencionaram o déficit habitacional como um dos principais problemas da Ilha o que evidencia a gravidade da situação. Sendo assim, a dimensão territorial da sustentabilidade assume uma relevância primordial no processo de melhorias da qualidade de vida da população a partir de uma gestão mais eficaz do território.

O primeiro critério de análise da dimensão territorial consiste na observação da fiscalização das construções referente ao indicador ocupação do espaço. Uma questão importante a ser apresentada consiste nas tipologias das construções existentes no destino. No

estudo de capacidade de suporte do Arquipélago tem-se um levantamento de todos os tipos de construções encontradas em FN, como observado no documento:

As tipologias construídas em Fernando de Noronha revelam parte da história de ocupação antrópica. Um verdadeiro testemunho arquitetônico, fruto de demandas e tecnologias disponíveis. Casas de madeira, pau a pique, chapas metálicas, latas de cerveja, alvenaria convencional, placas de gesso, blocos de pedra, perfis de PVC, madeirite, acrílico, fibra de vidro, entre outras tipologias estruturais demonstram parte de uma realidade arquitetônica desagregadora e de pouca eficiência ambiental (ELABORE, 2008, p. 125).

Como posto no documento os diferentes momentos vivenciados no Arquipélago ficaram registrados principalmente nas tipologias habitacionais da Ilha. As imagens a seguir ilustram os tipos de construções encontrados em FN e classificados pelo estudo.



Imagem 27: Construção em alvenaria convencional;
Fonte: Elabore (2008).



Imagem 28: Construção de baixo impacto ambiental;
Fonte: Elabore (2008).



Imagem 29: Casas geminadas em Alvenaria;
Fonte: Elabore (2008).



Imagem 30: Casas de Gesso;
Fonte: Elabore (2008).



Imagem 31: Construções em madeira;
Fonte: Elabore (2008).



Imagem 32: Construções em chapa;
Fonte: Elabore (2008).

Ainda de acordo com o documento devido à demanda por habitação na Ilha um estudo sobre as possibilidades de construções de habitação de baixo impacto ambiental na malha urbana deve ser considerado além da demolição de ocupações equivocadas tanto no que se refere aos aspectos urbanísticos como aos aspectos ambientais (ELABORE, 2008).

Em relação à fiscalização das construções especificamente, em seu depoimento o entrevistado 10 afirmou que o processo para construção de moradias é um processo lento e burocrático no qual a solicitação de materiais deve ser registrada no Armazém de construção da Ilha que tem toda a mercadoria controlada. Ainda de acordo com o respondente a troca de um vaso sanitário ou troca das telhas de uma casa deve ser autorizada previamente pela administração do distrito. Segundo o entrevistado 05 tal procedimento é legítimo para que seja evitada a construção desordenada no Arquipélago que poder ser ocasionada pelo livre acesso dos moradores à aquisição de materiais de construção.

Não foi identificada nenhuma norma ou legislação que decretasse os tipos de materiais de construção que devem ser utilizados pela população. Porém, o que foi averiguado pelo estudo de capacidade de suporte é que atualmente Fernando de Noronha possui três tipologias habitacionais mais constantes na Ilha: isolada no terreno, conjugada e geminada (ver imagens 28, 29 e 32) (ELABORE, 2008).

A condição geográfica de FN contribui para uma “auto-fiscalização” sobre as obras e construções irregulares, são apenas 5 km² de área urbana o que ocasiona o conhecimento dos habitantes sobre as tramitações que acontecem em relação às concessões dos terrenos disponíveis na Ilha. Segundo o entrevistado 07, “atualmente há uma “afrouxamento” da fiscalização, mas ainda assim nós [o povo] conseguimos lutar por alguns abusos”. A fala do entrevistado refere-se ao episódio da construção da pousada Maravilha, o qual um grupo de moradores de FN juntaram-se e conseguiram embargar a obra por dois anos junto ao

Ministério Público em Brasília, mesmo assim em 2003 a pousada começou a funcionar ainda que esteja em tramitação a situação legal desta.

Embora a fiscalização de FN não possa ser considerada negligente uma vez que controla a compra e venda de materiais de construções. Por outro lado não há padrões pré-estabelecidos para as construções ocasionando a desarmonia e desigualdade entre tamanhos e tipos de materiais das construções. Sendo assim, foi considerado fraco o nível de fiscalização das construções estabelecido na matriz de parâmetros da dimensão territorial.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Fiscalização das construções	Não há fiscalização para construções no destino	A fiscalização existe, mas é negligente e não estabelece padrões nas tipologias das construções	A fiscalização existe, estabelece padrões das construções, mas não é eficaz devido a alta intensidade de obras;	A fiscalização existe e os padrões das construções são cumpridos eficazmente, contemplando aspectos arquitetônicos e de impactos ambientais dos materiais utilizados

Quadro 90 - Avaliação do critério de análise: fiscalização das construções;
Fonte: Dados da pesquisa.

Outro critério analisado em relação à dimensão territorial foi a disposição dos serviços turísticos no destino, este também encontra-se atrelado ao indicador ocupação do espaço.

Durante as entrevistas não foi mencionado nenhum estudo ou planejamento no qual fosse priorizado a disposição dos empreendimentos turísticos em pólos de serviços ou que seguissem outros critérios de disposição destes. Porém, foi encontrado o estudo de plano de manejo da APA de Fernando de Noronha que estabelece os zoneamentos e suas funções de forma que há o delineamento dos parâmetros urbanos onde são permitidos o estabelecimento dos empreendimentos.

Devido ao tamanho da Ilha e da área destinada à vida urbana ser escassa os empreendimentos funcionam na casa dos habitantes do destino, essas casas foram sendo instaladas de acordo com o momento histórico do Arquipélago como já relatado no critério de análise anterior sobre as tipologias habitacionais em Noronha.

De acordo com o anexo A a área de ocupação urbana deve ser concentrada nos bairros: Vila do Trinta, Vila dos Remédios, Floresta Nova, Floresta Velha, Boldró e Conceição. A disposição dos serviços turísticos são aleatórios, sendo a maioria visivelmente pousadas e restaurantes, outros serviços como aluguel de carros, serviços de mergulho, agências de viagens entre outros estão disponíveis ao longo dos bairros sem um critério pré-estabelecido. A imagem 33 ilustra uma vista aérea da malha urbana principal do Arquipélago.



Imagem 33 - Vista área da Zona Urbana da APA de FN;
Fonte: Elabore (2008).

Observando a matriz de parâmetros deste critério de análise foi considerado o nível moderado, pois de acordo com o plano de manejo da APA os zoneamentos foram estabelecidos de acordo com as potencialidades de cada área da Ilha, preocupando-se principalmente com a não ocupação urbana em áreas de conservação ambiental.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Disposição dos serviços turísticos no destino	A disposição dos empreendimentos turísticos acontece de forma aleatória sem um planejamento adequado	O planejamento para disposição dos empreendimentos turísticos existe, mas não sai do papel	A disposição dos empreendimentos turísticos preocupa-se apenas com o fato destes empreendimentos não ocuparem áreas de preservação ambiental e áreas de risco	Há planejamento para disposição dos empreendimentos turísticos que devem seguir uma ordem de onde podem ser instalados de acordo com a natureza dos serviços oferecidos pelos empreendimentos

Quadro 91 - Avaliação do critério de análise: disposição dos serviços turísticos no destino;
Fonte: Dados da pesquisa.

A mobilidade e acessibilidade dos residentes e turistas no Arquipélago de FN representam o terceiro critério de análise do indicador ocupação do espaço. Fernando de Noronha possui uma BR de 7,98 km de extensão e inúmeras vias denominadas secundárias. Segundo o relatório presente no estudo de capacidade de suporte de FN, a BR 363 é o palco da maioria dos acidentes envolvendo veículos na Ilha. Segundo o relatório o dimensionamento desta via não obedece às recomendações no que se refere à inclinação de rampas, estacionamento e acostamento (ELABORE, 2008). Já no tocante a malha viária local, esta é considerada uma das principais fragilidades do destino, dentre os problemas mais

graves destacam-se: rampas com inclinação acima do permitido, vias sem calçamento adequado para o pedestre, ausência de acostamento além da falta de revestimento adequado contribuindo para o alto índice de impacto ambiental (ELABORE, 2008) como ilustrado nas imagens 34, 35, 36 e 37.



Imagem 34: Via local em estado precário de conservação;
Fonte: Elabore (2008)



Imagem 36: Via local sem calçamento adequado para o pedestre;
Fonte: Elabore (2008).



Imagem 37: BR 363 – ausência de acostamento adequado;
Fonte: Dados da pesquisa.

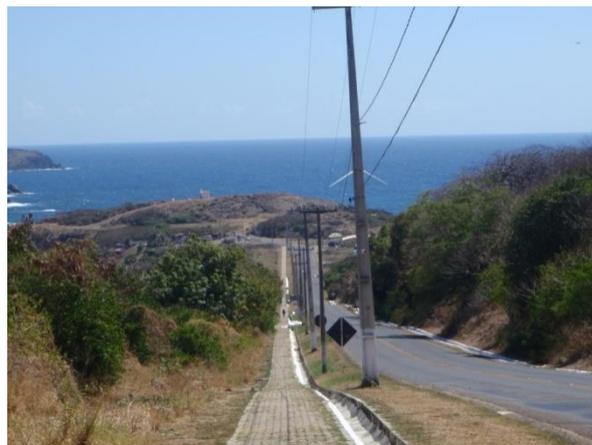


Imagem 38: BR 363 – Ausência de acostamento e Inclinação da rampa fora do recomendado;
Fonte: Dados da pesquisa.

Em FN é possível se movimentar por meio de táxis, transporte públicos (microônibus), motos e aluguel de carros ou *buggys*. Porém o excesso de veículos nos últimos anos vem comprometendo a mobilidade na Ilha. De 1990 a 2007 a quantidade de veículos aumentou em 600% exibindo atualmente uma frota de mais de 940 unidades de veículos no Arquipélago (ELABORE, 2008).

O aumento no número de carros em FN é visível, a pesquisadora que já havia visitado a Ilha em 2004 percebeu o volume de automóveis nitidamente no primeiro momento em que chegou ao destino. Quando questionados como se explicava o aumento no número de veículos uma vez que estes só são autorizados a entrar na Ilha por meio de permuta, muitos

entrevistados explanavam acerca da negligência da administração em determinado momento político em relação ao controle de veículos.

Conforme, o entrevistado 07 “em 2004, 2005 e 2006, Escândalo! O diretor desse setor de carros envolvido num esquema de venda de autorização de entrada de carro, você tá entendendo? Aí entrou mais de 100 carros nessa [nesse esquema], cada um custando 10 mil reais”. De acordo com esse depoimento a falta de controle apontada por outros entrevistados relaciona-se com a fragilidade na fiscalização e controle de automóveis em um período específico da gestão do distrito.

Esse excesso de veículos dificulta a mobilidade de residentes e visitantes durante eventos realizados na Ilha como ilustrado pelo entrevistado 07:

Houve um evento um tempo atrás que era uma apresentação de cinema lá na praça da Igreja. Era aquele filme “Lisbela e o prisioneiro”, e o resultado é que todo mundo foi de carro, deu um congestionamento, começou a ficar ali na ladeira do banco e foi subindo, subindo, passou por todo o palácio e foi recuando, recuando, parou aqui [na praça Flamboyant] os carros.

No tocante ao acesso aos atrativos turísticos, esses foram observados pela pesquisadora que necessitou se locomover no destino, durante o período de coleta de dados, em direção aos atrativos, estabelecimentos turísticos e institucionais para a realização das entrevistas. Nesse sentido, percebeu-se que o acesso a maioria dos atrativos turísticos da Ilha é dificultado pela conservação das vias locais, inclinação das vias, falta de sinalização e a falta de transporte público que facilite a mobilidade das pessoas à maioria dos atrativos naturais. Por isso, é observado um aumento na demanda pelo serviço de aluguel de carros ou *buggys* pelo turista que chega na Ilha de avião, uma vez que este tem dificuldade de se locomover na Ilha em direção aos principais pontos turísticos da Ilha.

Sendo assim, foi considerado fraco o nível de mobilidade e acessibilidade em FN de acordo com a matriz de parâmetro ilustrada no quadro 90.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Mobilidade/ Acessibilidade	Não há planejamento urbano para as vias do destino	Malha viária necessitando de melhorias no quesito conservação e/ou adequação às recomendações urbanas além de mobilidade e acessibilidade dificultadas pela ausência de vias apropriadas e/ou informação aos visitantes	Malha viária adequada às recomendações urbanas, além de mobilidade e acessibilidade aos atrativos facilitados pelo bom estado das vias e/ou pelas sinalização e informações aos visitantes	Malha viária adequada conforme recomendações urbanas; mobilidade e acessibilidade aos atrativos e serviços do destino facilitados pelo bom estado das vias e informações prestadas aos visitantes além de campanhas de incentivo aos turistas para evitar o uso do transporte individual

Quadro 92 - Avaliação do critério de análise: mobilidade/acessibilidade;

Fonte: Dados da pesquisa.

O segundo indicador da dimensão territorial é a especulação imobiliária, o loteamento do território é o primeiro critério de análise desse indicador.

No que tange este critério é importante ilustrar uma particularidade que o Arquipélago possui. Em FN não há a posse das terras, o que existe é uma concessão das terras que pertencem ao território da União, ou seja, há uma concessão de uso, mas não há posse do território por nenhum indivíduo. Por isso, os loteamentos foram realizados com base em outras finalidades como a funcionalidade, acessibilidade ou proximidade com determinados pontos estratégicos da Ilha, e não com a finalidade estritamente econômica como acontece na maioria dos destinos turísticos.

Primeiramente foi observado que, quando publicado o plano de manejo da APA os zoneamentos foram elaborados com base num documento cartográfico antigo sem muita definição da ocupação real, dessa forma o plano não delimitou precisamente as zonas, de forma que, algumas zonas da APA não correspondem à ocupação existente sendo inclusive residências situadas em áreas restritas para ocupação segundo o plano de manejo. Este fato originou uma série de reivindicações da população à diretoria da APA para que esta revisasse o zoneamento proposto no documento, como explicado pelo entrevistado 12. No anexo A tais zoneamentos podem ser conferidos.

De acordo com o estudo de capacidade de suporte da APA de FN, dos 11 bairros pertencentes à área da APA cinco estão localizados em zona urbana onde a permissão de construção de moradias é permitida (ELABORE, 2007). Esses cinco bairros ainda possuem lotes vazios sem impedimentos para ocupação. A relação entre o bairro e a quantidade de lotes pode ser observada no quadro 91 a seguir:

Bairro	Total de Lotes Desocupados
Boldró;	2 lotes;
Floresta Nova	22 lotes;
Vila dos Remédios	6 lotes;
Floresta Velha	25 lotes;
Vila do Trinta	4 lotes*;

Quadro 93 - Relação bairros e quantidade de lotes vazios;

Fonte: Elabore (2007);

*Número de lotes com potencial para uso público caso sejam adicionados lotes ao fundo de quatro lotes próximos à praça da Lagoa do Mulungu.

Portanto, tem-se um total de 59 lotes disponíveis para ocupação sendo destes 4 com potencial para uso público na Vila dos Trinta e 55 com potencial para atender a demanda crescente por habitação. Foi percebido que a zona urbana proposta no plano de manejo da APA acompanha o contorno das áreas antes urbanizadas não prevendo uma área de expansão

urbana o que acentua ainda mais os problemas gerados pela falta de espaço e de moradia da população.

As áreas urbanas atuais de Fernando de Noronha representam um retrato histórico e cultural da Ilha associado a períodos desconexos de presídio, base militar e destino turístico como dito anteriormente neste trabalho.

Tomando como base os fatos expostos foi considerado fraco o nível de planejamento do zoneamento de Fernando de Noronha por não ter sido planejado com base também na atividade turística já que o destino atualmente depende desta para sobreviver economicamente como será analisado mais adiante.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Loteamento do território	Não há planejamento no loteamento do território	Há planejamento no loteamento do território, porém o funcionamento do destino turístico não foi contemplado	Há planejamento no loteamento do território e o funcionamento do destino turístico foi contemplado	Os loteamentos foram todos ordenados e planejados para melhor funcionamento do destino além de serem monitorados eficazmente contra lotes irregulares

Quadro 94 – Avaliação do critério de análise: loteamento do território;
Fonte: Dados da pesquisa.

Devido à ausência de propriedades particulares (no que tange a posse das terras) no Arquipélago e também a alta a demanda por espaço para instalação de moradia e empreendimentos turísticos, a pressão sob os lotes observada em FN não se dá por meio de empresas imobiliárias, porém percebe-se a pressão de empresários e investidores do continente para usufruir da concessão cedida aos moradores como ilustrado pelo entrevistado 05: “A pessoa daqui, ela pode não ter o dinheiro pro investimento, mas ela tem 51%, então ela [...] não vai ser igual em Paraty que o pescadorzinho tchau, né? “quanto é a tua terra?” vendeu, tchau. Então a gente tem isso a favor, né? basta as pessoas saberem ficar atentas”.

O entrevistado 05 reflete ainda sobre a possibilidade de investimentos externos como algo positivo, por outro lado o entrevistado 07 não percebe dessa forma, essa questão:

Eu dou um exemplo, quando nós fazíamos parte do governo Fernando Pitta território federal, nós diagnosticamos que a ilha carecia da demanda por moradia que era de 80 casas entre 1987 e 89. Nós trouxemos 100 casas no navio da marinha de barco ou navio, cem casas pra construir pra população. Então, passados 20 anos depois, você tem mais de 300 pessoas na fila pra receber um terreno e não há mais terreno disponível, se você atendesse 300 terrenos, daqui a mais um tempo haverá mais 300 terrenos ou em menos tempo ainda e tal, e aí você vai, e fora o que foi concebido, além das casas e outros terrenos, centenas de terrenos, foram concebidos ao longo desse tempo, ta entendendo? E muitos não são de pessoas que estão vinculadas a Noronha por laços de nascimento, laços familiares, são pessoas que vieram na onda da sobrevivência econômica.

Essa pressão pelo território ocasiona situações que muitas vezes são manipuladas para forçar uma situação na qual o direito à moradia seja avaliado pela administração do distrito como descrito pelo entrevistado 07:

É tanto que de certa forma, consciente ou inconscientemente as pessoas estavam vindo pra cá, as mulheres engravidavam e os homens engravidavam mulheres da Ilha pra ter direito ao “*Green Card*”, sabe? Porque eu tenho um filho da Ilha, minha filha é da Ilha, meu filho tá na ilha, eu quero um terreno, eu quero ficar aqui, entendeu? E hoje, e hoje é uma briga, é terrível, essa coisa é séria.

Considerando os níveis estabelecidos na matriz de parâmetros desse critério de análise, embora não tenha sido observado a especulação imobiliária comum aos destino turísticos, considerou-se que há um nível moderado de especulação acerca da concessão de moradias, como exemplificado pelo entrevistado 07, porém, os zoneamentos realizados pelo plano de manejo da APA são fiscalizados pelas instituições responsáveis, não permitindo a ocupação irregular em áreas destinadas à outras finalidades, que não a ocupação urbana.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Pressão de Imobiliárias sob os lotes	Não há controle sobre as áreas que podem ou não ser ocupadas, ocasionando uma intensa e descoordenada especulação imobiliária no local	A especulação imobiliária exerce pressão intensa aos donos de terrenos, mesmo que estes sejam impróprios para construções, tal pressão compromete a venda dos terrenos e lotes uma vez que não há controle rigoroso das áreas que podem ou não ser ocupadas	A especulação imobiliária é intensa, porém há um rigoroso controle sobre áreas que não podem ser ocupadas	A especulação imobiliária é intensa, mas além de um rigoroso controle das áreas que não podem ser ocupadas há também planejamento de uso e ocupação do solo eficaz

Quadro 95 - Avaliação do critério de análise: pressão de imobiliárias sobre os lotes;
Fonte: Dados da pesquisa.

As relações sociais e políticas podem ser consideradas uma das partes do produto que compõe o território. Dessa forma, a articulação dos atores locais para evitar ocupações indesejadas foi considerada como critério de análise da dimensão territorial.

Quanto à mobilização dos atores locais destaca-se a Assembléia Popular Noronhense criada em Dezembro de 1988. Segundo um dos criadores da APN o objetivo da entidade era “a defesa da cidadania dos Noronhenses e do meio ambiente sócio-econômico”. A APN surgiu no ano da anexação de FN ao governo do Estado de Pernambuco. Segundo o entrevistado 15, um grupo de moradores da Ilha viajou de ônibus até Brasília, na sede do Governo Federal, e passaram quatro dias realizando manifestações públicas de protesto a anexação do Arquipélago à Pernambuco. Após a movimentação e debates com deputados este

grupo conseguiu que a ementa constitucional fosse levada para segundo turno ocasião na qual por uma diferença de 16 votos foi decidido a anexação do Arquipélago ao Estado de PE.

Segundo o entrevistado 07, desde então a APN funcionava como uma entidade civil articulada e engajada com as irregularidades observadas na Ilha. Ainda de acordo com o entrevistado foi esta entidade que liderou o movimento contra a concessão do terreno pertencente ao PARNAMAR-FN para instalação da Pousada Maravilha, como relatado por ele:

Eu liderei a guerra contra Doutor Serjão e suas pousadas do Charme. Fomos a Brasília, denunciámos no Conselho Nacional do Meio Ambiente. Fui na Câmara dos Deputados aí ninguém conseguia tirar ele, e confusão e pressão pra lá, perseguição pra cá. E nós entramos com uma ação popular, uma ação civil pública, foi que um juiz, homem sério, por duas vezes embargou as obras, mas o tribunal regional federal, todo político liberou, tá entendendo? E o processo ta ainda em andamento e digamos assim, eu saí da frente da Assembléia Popular Noronhense e outros entraram eu não sei qual é conteúdo dos outros, enfim[...].

O entrevistado afirma também que as alianças políticas entre administradores e políticos influentes muitas vezes compromete a distribuição das áreas disponíveis no Arquipélago como evidenciado por ele em sua entrevista:

O Seu José¹⁰ tinha direito a um terreno de 450 m² e de repente lá no meio do mundo, ele [antigo administrador do Arquipélago] regularizou 11.000 m² para Seu José e Seu José pôde fazer aquela pousada, você ta entendendo? Isso foi denunciado ao Ministério Público e tal e subiu e desceu. Idem em relação a [Pousada] Maravilha. O Seu João¹¹ da Maravilha não tinha é, digamos assim, ele não tinha nem tempo de ter um espaço para morar em Fernando de Noronha. Ele era gerente, diretor do IBAMA, e com a morte de Heleno, ele teria direito a pegar uma estrutura lá no IBAMA e morar, certo? Mesmo se ele não ficava na ilha, ele demorava muito pouco na ilha. Aí a Queiroz Galvão, ali onde é hoje a Maravilha tinha uma casa que era dos técnicos e engenheiros dela que ela fez enquanto ela construiu a BR e o posto Essa casa ficou lá e eles usavam enquanto ninguém se preocupou em fazer nada. E o resultado é que ele [Seu João] através das amizades políticas ocupou a casa e pediu o reconhecimento da ocupação dele. Uma casinha desse tamanho [pequena]. Aí o resultado é que, foi reconhecido 5 mil metros quadrados, aquilo ali, e entrou com um projeto pra construção de uma casa pra ele que o projeto foi aprovado e automaticamente pediu para ser transformado em pousada e pronto. Uma área que pelo zoneamento da APA não podia ser construído nunca.

Tal acontecimento, conforme os entrevistados 07, 08 e 13 enfraqueceu e dissipou os líderes da APN, atualmente a entidade existe mas encontra-se desarticulada em relação a seus objetivos como afirmado pelo entrevistado 07. Sendo assim, o padrão de mobilização política

¹⁰ Pseudônimo para proprietário de uma das maiores pousadas de Fernando de Noronha atualmente.

¹¹ Pseudônimo para outro proprietário de uma das maiores pousadas de Fernando de Noronha atualmente, ex-diretor do Parque Nacional Marinho de FN.

da Ilha é claramente corporativo, o que se observa pela natureza das entidades associativas privadas, quase todas de cunho laboral (ELABORE, 2008). Das 19 entidades associativas identificadas pelo estudo de capacidade de suporte da APA de FN (ELABORE, 2008) apenas 4 se encontram fora do eixo econômico-corporativo, o que indica uma desarticulação dos atores em direção a interesses comuns ocasionando a associação para atender a interesses individualizados.

Portanto, foi considerado nível fraco na matriz de parâmetros desse critério de análise uma vez que percebe-se que a articulação dos atores locais de FN, apresenta-se frágil em relação ao embate contra ocupações irregulares.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Articulação dos atores locais para evitar ocupações irregulares	Não há articulação dos atores nesse sentido	A articulação dos atores locais contempla ocupações indesejadas, mas não consegue ter força para interferir nesse processo	A articulação dos atores locais é significativa e horizontalizada não atendendo apenas à interesses individuais	Os atores locais se articularam e conseguem evitar ocupações indesejadas e prejudiciais ao destino, além de estabelecerem objetivos comuns e não individuais

Quadro 96 - Avaliação do critério de análise: articulação dos atores locais para evitar ocupações irregulares;
Fonte: Dados da pesquisa.

Desse modo, seguindo as avaliações apresentadas anteriormente, pode-se afirmar que tal dimensão obteve 8 dos 18 pontos totais da matriz resultando em 44,44% dos pontos possíveis de serem alcançados, como ilustrado na figura 13.



Figura 13: Representação gráfica da avaliação da dimensão territorial da sustentabilidade;
Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, a dimensão territorial da sustentabilidade apresentou-se como uma dimensão de crucial importância no que diz respeito à ocupação do solo, distribuição e eficiência dos serviços turísticos e principalmente em relação às relações sociais e políticas. De acordo com o resultado apresentado tem-se uma situação pouco satisfatória em FN.

4.7 A Dimensão Econômica da Sustentabilidade

A dimensão econômica da sustentabilidade deve ser equilibrada e, principalmente, estabelecer metas e ações que visem a geração de trabalho. Assim, o indicador incentivo ao empreendedorismo consiste num aspecto importante a ser observado num destino turístico.

Para tanto, critérios de análise como a **disponibilidade de fontes de créditos para empreendedores locais** devem ser estabelecidos para avaliação da dimensão econômica.

Nesse sentido, identificou-se a ausência de campanhas de incentivo ao empreendedorismo local durante a conversa com o entrevistado 11. Segundo ele, o incentivo ao microcrédito em FN é uma questão delicada e burocrática, uma vez que os empresários locais não possuem a posse nem a propriedade dos lotes onde moram ou onde querem instalar seus empreendimentos. Tais lotes pertencem ao território Nacional, por isso é um processo mais longo e demorado o financiamento e facilidades de empréstimos para os empresários locais. Conforme explica o entrevistado 06 sobre sua experiência:

Nós temos, devido ao destino indutor de qualidade do governo estadual, ele abriu junto com alguns bancos, BNB, Banco do Brasil, a Caixa, eles estão com linha de crédito, apesar que assim, a Ilha tudo é muito burocrático, eu mesmo tentei e esbarrei numa série de coisas e ainda não consegui. Por exemplo, eles querem uma garantia real, aqui eu não posso dar garantia real porque a casa não é minha é do governo federal isso não é meu, aí depois rastreiam toda a sua vida. Querem uma pessoa que garanta, um fiador, aí eu vou pegar 40 mil, 50 mil num empréstimo qual é o cara que vai querer assumir isso? A outra coisa é que exige muito documento, quer dizer se você está com necessidade de melhorar o seu negócio e eu preciso de uma linha de crédito que o governo me apóie, que os bancos estatais me apóiem não tinha que que burocratizar tanto [...].

O entrevistado relata ainda que o empreendedor, muitas vezes esbarrado nesse processo, procura por soluções mais fáceis, como o arrendamento de sua pousada ou ainda a busca por sócios investidores do continente que se interessam em financiar as reformas e ficar com parte do lucro do negócio. Tal situação acaba por não contemplar os atores locais que, como afirmado por Sachs (2004) e Unep (2005) deveriam ser a prioridade das linhas de crédito.

Sendo assim, o nível estipulado para esse critério de análise foi fraco, uma vez que é observada a relevância econômica da atividade turística no destino, mas não é percebida estratégias para minimizar questões burocráticas e garantir um acesso mais fácil e rápido ao crédito para pequenos empresários ocasionando assim a entrada de investidores do continente o que contribui para uma concorrência desleal entre as pequenas e as grandes pousadas.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Fontes de crédito para empreendedores locais	Não há disponibilidade de créditos para pequenos empresários do local;	Há fontes de crédito disponíveis, mas o processo é lento e burocrático não atraindo os empresários;	Há fontes de crédito, os empresários sentem-se atraídos, pois é um processo eficaz;	As fontes de crédito disponíveis priorizam os empresários locais, é um processo eficaz e há existência de campanhas de incentivo ao crédito;

Quadro 97 - Avaliação do critério de análise: fontes de crédito para empreendedores locais;

Fonte: Dados da pesquisa.

A **capacitação de micro e pequenos empresários** pode ser realizada por meio de cursos, eventos e treinamentos específicos para auxílio aos pequenos e micro empresários, por isso procurou-se identificar tais aspectos nesse critério de análise.

Não foi identificado durante as entrevistas e em visita aos centros de ensino, cursos ou eventos destinado a este público especificamente. A presença do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) ainda é embrionário, segundo o entrevistado 13, devido à disponibilidade de crédito ao empreendedor ser uma possibilidade recente na Ilha, além da própria falta de atração do empreendedor por esses mecanismos, devido ao processo lento e burocrático, como apresentado anteriormente. Nesse caso, considerou-se fraco o nível desse critério de análise uma vez que foi informado, pelos entrevistados 06 e 13, que há apenas eventos pontuais dos quais ele não se recordava no momento da entrevista.

	Inexistente	Fraco (1)	Moderado	Forte
Capacitação de micro e pequenos empresários	Não há capacitação nem atividades específicas para os empreendedores	Há eventos, ações e/ou cursos esporádicos e pontuais para os empreendedores	Há cursos esporádicos para capacitação de pequenos empresários sobre legislação, plano de negócios e operações de pequenas empresas	Há cursos regulares, gratuitos e pago, oferecidos por instituições de apoio a pequenas empresas, além de campanhas e ações da gestão do destino incentivando o empreendedorismo

Quadro 98 - Avaliação do critério de análise: capacitação de micros e pequenos empresários;

Fonte: Dados da pesquisa.

Como dito anteriormente, em 1998, o então administrador de FN permitiu a entrada de investidores e empresários do continente na Ilha. Essa ação normativa vem transformando a **natureza dos negócios** no Arquipélago com a entrada do capital externo. Ainda assim, o entrevistado 13 afirma que 90% dos empreendedores são moradores da Ilha conforme este trecho de sua entrevista:

A grande maioria é daqui, 90% dos empreendedores são da Ilha, mas existe algumas pessoas já entrando aí, até por culpa das próprias pessoas daqui de ir buscar isso, esses investidores pra tá trazendo. Não que o cara chegue e construa, não pode, nunca vai poder fazer isso, mas sempre tem um nativo por trás, apoiando e trazendo, botando dentro de casa, até porque não é fácil você botar um negócio, você se manter no mercado e quando você não tem dinheiro pior ainda então se você arruma alguém que tenha esse dinheiro que venha pra cá pra lhe dar esse apoio é bem mais fácil, né? E quem é que não quer conseguir as coisas fáceis?

Por outro lado, o entrevistado 09 visualiza um processo de transição na qual os empreendedores locais estão abandonando os seus negócios e indo para o Continente enquanto que grandes empresários passam a investir fortemente em estabelecimentos luxuosos para um público classe A. Tal constatação está exposta em seu depoimento:

Todas as pessoas que aqui moravam transformaram as casas em comércio, né? Viraram pousadas, viraram restaurantes. Hoje esse segmento tá aumentando, hoje, assim, [eu] diria que a maioria das pessoas tá começando a ir embora da Ilha, estão tendo seus comércios utilizados pelas grandes empresas, no caso as grandes pousadas que tão transformando as pequenas pousadas que existiam em alojamento. Então, quer dizer, a família recebe uma renda mensal satisfatória para morar no continente, já não gostava aqui da ilha, tem desejo de morar lá fora, então uniu o útil ao agradável. E relativo a essas pousadas, as pousadas daqui precisam de alojamentos para os funcionários, estão se transformando [as pousadas menores] em alojamento. Muitas, e muitas. Então quer dizer, aquele começo que todo mundo, né? Hospedaria domiciliar e tal. Está virando realmente uma coisa muito séria, profissional, diria assim. A ilha tá ser tornando um comércio profissional, você vê a melhoria constante dos carros, os carros importados, pousada de luxo, restaurante que estão vindo aí também. Daqui a pouco vai ser inaugurado aqui [terreno próximo ao local da entrevista] mais uma pousada que realmente é outro empreendimento de luxo.

A descaracterização dos negócios locais seguidos da padronização de serviços da Ilha, influenciados pelas tendências do Continente, para atender um público de poder aquisitivo maior, pode ser observado na fala do entrevistado 05:

Isso é muito importante porque as pessoas têm se associado porque não tem capital e é muito importante que nesse momento as pessoas se imponham com os sócios, e cuidem do que é a essência do negócio, não pode dar de bandeja, porque aí ele vai perder a essência mesmo, né? enquanto tipo de construção, enfim [...].

Outro aspecto apontado pelo entrevistado 07 é a concentração de empresas sob propriedade de um único empresário, ou seja, o processo de horizontalização dos serviços na Ilha:

Digamos, se eu tinha uma pousada eu podia ter no máximo um carro para atender minhas necessidades, certo? Aí o que é que acontece, hoje há uma concentração, uma horizontalização da economia certo? Então eu tinha uma pousada, podia ter um carro pra mim, não podia ter um barco entendeu como é? Porque eu aumentava as possibilidades das outras pessoas. Então a primeira coisa que ocorreu a partir de 99, no governo do Dr. Jarbas foi a verticalização, por exemplo, Seu José¹² tem um restaurante, Seu José tem uma pousada, tem uma frota de *buggy*, tem barco. Então digamos assim, aquilo que foi construído entre 89 e 99, durante 10 anos dentro de uma visão certo? Foi desmantelado. Um processo inverso e concentrador de renda, certo? Então, hoje você tem por exemplo, um Bosco, que é um corpo estranho na ilha, concentrando praticamente todos os alugueis de carro da ilha, certo? Aí digamos assim, veja meu irmão que é um pioneiro do táxi, hoje ele tem um carrinho só. Tá compreendendo? Mas aí vem a questão da falta do planejamento econômico, aliada a questão da sustentabilidade, entendeu? Quero que você imagine esses jovens daqui a pouco precisando de emprego, de moradia. E é o que é que vai acontecer: vão se tornar marginais, entendeu?

¹² Pseudônimo referente à um empresário muito conhecido na Ilha.

Por isso, dentro da matriz de parâmetro foi considerado moderado o nível referente a este critério de análise da dimensão econômica. Uma vez que ainda que tenha sido identificado um processo de transformação em relação à natureza dos negócios em FN, ainda é representativo o número de empreendedores locais.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Natureza dos negócios do destino	Não há negócios administrados pela comunidade local	Os principais empreendimentos são de empresas de grande porte imigrantes e os médios e pequenos empreendimentos não representam proprietários oriundos da comunidade local	Os grandes empreendimentos são de empresas imigrantes, mas a grande maioria dos empreendimentos de médio e pequeno porte pertencem a empreendedores locais	Há uma preocupação da gestão do destino e de outras instituições para a criação de pequenos negócios tanto que a maioria dos pequenos, médios e grandes empreendimentos pertencem a empreendedores locais

Quadro 99 - Avaliação do critério de análise: natureza dos negócios do destino;
Fonte: Dados da pesquisa.

A viabilidade econômica da atividade turística de um destino é um indicador da dimensão econômica que perpassa por questões relacionadas à **infraestrutura turística**, uma vez que esta encontra-se diretamente relacionada à satisfação dos visitantes diante a oferta de produtos e serviços turísticos.

A infraestrutura turística de Fernando de Noronha foi sendo consolidada ao longo do tempo, de acordo com a intensificação da atividade turística. No depoimento do entrevistado 12 percebe-se, a partir de seu relato, que a concorrência e o potencial para receber determinados empreendimentos turísticos contribuíram para melhorar a estrutura dos serviços da Ilha, ainda que seja ressaltado pelo entrevistado que essa estruturação é realizada de acordo com a tendência do mercado, não levando em consideração as reais necessidades da comunidade e dos turistas.

É uma coisa muito comum aqui: todo mundo queria abrir pousada, pousada, pousada. Até que chegou uma norma que não abre mais pousada, não tem mais espaço. Aí todo mundo começou a fazer locadora de carro, locadora de *buggy* aí daqui a pouco tinha tanto carro que começou né, a restrição à entrada de carro na ilha. Aí, todo mundo começou a querer fazer passeio de barco. Aí também não entra mais... aí agora tá todo mundo fazendo restaurante. Que é ótimo, tá aumentando a oferta de restaurante o que tá qualificando o serviço e baixando um pouco o preço, aí ainda cabe mais restaurante na ilha, mas vai ter uma hora que vai ter restaurante demais... Que é o que eu to falando... Outros serviços tanto válidos para a população quanto serviços de turismo mesmo faltam na ilha e as pessoas não atentam o que tá faltando.

De acordo com o estudo de capacidade de suporte da APA de Fernando de Noronha, o estudo demonstrou que o destino possuía 304 equipamentos de infraestrutura turística em

2008. Desses 304 equipamentos, 109 são estabelecimentos de comércio turístico; 75 são serviços de alimentação; 110 são meios de hospedagem; e apenas 10 são serviços complementares como delegacias, farmácias, hospitais, oficinas entre outros (ELABORE, 2008).

Dentro do grupo dos estabelecimentos de comércio turístico, o que mais se destaca são as empresas de aluguel de automóveis, que ficam atrás apenas das pousadas pertencentes ao grupo dos empreendimentos de hospedagem, que contabilizam 107 (ELABORE, 2008). O alto número de pousadas na Ilha justifica-se quando é observado o ciclo de criação das pousadas domiciliares nos estágios de envolvimento e desenvolvimento do ciclo de vida analisados anteriormente. Nesse período, como alternativa econômica para os moradores da Ilha, foi incentivada a transformação das casas dos residentes em hospedarias domiciliares, que hoje apresentam-se de forma mais estruturadas como pousadas.

No ano de 1997 havia na Ilha um total de 70 estabelecimentos de hospedagem. Se comparados aos 110 estabelecimentos que se encontram atualmente na Ilha, tem-se um crescimento em torno de 52,86% (ELABORE, 2008). Em relação ao número de leitos oferecidos em 2008 pelo Arquipélago, tem-se um total de 1.630 leitos distribuídos entre 616 UH's.

O aeroporto de FN foi lembrado pelo entrevistado 06 como um exemplo de negligência da administração da Ilha, uma vez que este, segundo o entrevistado, está em condições precárias e não é adequado para a recepção de turistas nacionais e estrangeiros, conforme esse trecho de sua entrevista:

Eu sempre critiquei que a administração ou o governo não olhava pra aquilo, a crítica consta em atas de várias reuniões onde eu digo que é inadmissível que você tenha um aeroporto daquele onde chega um avião com 100 passageiros e você não tem nem onde acomodar o povo direito, as vezes já chegou a ter, quando a BR estava voando pra cá dois aviões de grande porte, 200 passageiros ali dentro não tem condições, você só tem 20 carrinhos, o aeroporto é muito pequeno não tem muitas cadeiras onde o pessoal sentar então a estrutura precisava ser mudada[...]

Outro ponto também ilustrado por um dos entrevistados foi a situação das vias de acesso durante o inverno e o verão. Em meses de chuva intensa é perigoso e muitas vezes inacessíveis, o acesso a alguns atrativos turísticos. Enquanto que no verão, época de seca na Ilha, a poeira levantada pela terra das ruas tomam conta do lugar. Segundo o entrevistado 08, a poeira nos meses de seca se dá principalmente pela fragilidade do solo da Ilha e o excesso de automóveis no destino, “são carros pesados, o solo da gente é solo frágil, é solo curto, e

está impactando demais, se você vê a poeira que não tinha. A pista nunca está boa, se você tiver um evento na ilha você não consegue passar”.

Em pesquisa realizada pela ADEFN sobre a satisfação do turista, constatou-se que a disponibilidade de água é um dos principais fatores de insatisfação dos turistas em FN, tendo o maior percentual de reclamações entre os anos de 2005 e 2006, citado por 30% dos visitantes. O entrevistado 07 relatou em seu depoimento sobre a situação delicada em que vive o Arquipélago atualmente, considerando a situação de seca grave.

A intensificação do número de visitantes faz com que cada vez mais estabelecimentos turísticos sejam inaugurados a fim de atender necessidades dos turistas. Os estabelecimentos de alimentação, que de 2001 a 2005 foram os maiores alvos de satisfação dos turistas, em 2006 e 2007 foram os menos criticados pelos visitantes. Isso se dá, segundo o entrevistado 09, por causa da profissionalização dos empreendimentos da Ilha. Segundo ele, o grau de profissionalização dos estabelecimentos está aumentando, o que contribui também para a diversidade da natureza destes.

Sendo assim, o critério de análise infraestrutura turística pode ser avaliado como moderado, de acordo com os depoimentos e dados encontrados em documentos durante a coleta de dados.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Infraestrutura turística	Não há infraestrutura turística no destino	A infraestrutura turística é precária comprometendo a qualidade do destino	A infraestrutura turística é ainda está em fase de estruturação e começa a se diversificar	A infraestrutura turística é bem estruturada e contempla a pulverização de serviços

Quadro 100 - Avaliação do critério de análise: infra-estrutura turística;
Fonte: Dados da pesquisa.

A **sazonalidade** também é um critério de análise do indicador viabilidade econômica da atividade turística e, como tal, dever ser observada com atenção pelos gestores do destino, uma vez que pode causar danos à dinâmica econômica do local.

Em Fernando de Noronha, segundo o entrevistado 13, há épocas bem definidas de alta e baixa estação. O período que compreende o mês de outubro até o término do Carnaval, adicionado do mês de Julho, corresponde à alta estação da Ilha. Setembro é considerado um mês de transição por alguns entrevistados, o que resulta em quatro meses restantes que compõem o período de baixa estação. Ainda de acordo com o entrevistado 13, a baixa estação não representa uma queda muito forte na atividade turística e pode ser gerenciada pelos estabelecimentos.

Digamos assim nós quase não temos sazonalidade, a sazonalidade é muito pouca, dá uma baixa. O importante era as pessoas fazerem um trabalho feito as formigas fazem no verão ela carrega comida pro buraco pra no inverno ela se manter. É importante que as pessoas fizessem um trabalho dessa forma na alta guardar um trocado pra na baixa se manter um pouquinho porque a baixa é muito pouca tem aí um período de três, quatro meses, quando o carnaval é final de março a gente só tem abril, maio e junho, três meses de baixa quando o carnaval é final de fevereiro a gente tem 4 meses de baixa que é março, abril, maio e junho isso não é muita coisa pra gente que tem um negócio pequeno poder suportar, né? Não acho que é um bicho de sete cabeças.

Embora não tenha sido considerado por esse respondente uma ameaça para os empreendimentos da Ilha, outros entrevistados argumentam que é por causa da sazonalidade que alguns estabelecimentos passaram a não funcionar durante alguns meses da baixa estação, optando por férias coletivas aos funcionários durante os meses menos movimentados. Portanto, o nível estabelecido para esse critério de análise foi considerado moderado.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Sazonalidade	A sazonalidade impossibilita o funcionamento dos empreendimentos turísticos o equivalente a $\frac{3}{4}$ do ano	A sazonalidade existe, é bem definida em dois períodos onde a alta estação é menor que a baixa ocasionando perdas econômicas e indisponibilidade de muitos serviços durante a baixa estação;	A sazonalidade existe, mas não é considerada um problema em si, pois o período de baixa estação é curto e alta estação compensa eventuais diminuição no fluxo de turistas;	Não há problemas com a sazonalidade, o destino é intensamente visitado durante o ano além de serem oferecidos capacitação para os empresários gerenciarem seus negócios frente à diminuição do fluxo de turistas na baixa estação que é breve e não representa ameaças aos empreendimentos;

Quadro 101 - Avaliação do critério de análise: sazonalidade;
Fonte: Dados da pesquisa.

Para atender o critério de análise **participação da atividade turística na economia local**, foi investigado o quão importante é o turismo para a economia de Fernando de Noronha. Em relação aos gastos diários dos turistas na Ilha, tem-se que estes passaram de R\$ 673,00 em 2001 a R\$ 1.748,00 em 2006. Tal valor é considerado diferenciado em relação a outros destinos do Brasil, onde os turistas não estão dispostos a pagar tarifas mais altas pelos serviços turísticos (ELABORE, 2008). O alto valor deixado pelos turistas no destino faz com que o interesse principal dos empreendedores locais girem em torno da oferta de produtos e serviços direcionados para os visitantes. Dessa forma, a economia em FN é visivelmente movida pela atividade turística.

Ainda que os entrevistados apresentassem respostas divergentes em relação aos aspectos positivos e negativos da atividade turística na Ilha, todos convergiram no que diz

respeito à imprescindibilidade do turismo para o destino, e que sem o mesmo, a Ilha não teria como se manter.

Conforme depoimento do entrevistado 12, a participação do turismo na economia é tão intensa que acaba por impedir a pulverização de outros serviços na Ilha, que não os turísticos, como retratado por ele:

Todos esses serviços básicos¹³ ninguém quer fazer, porque todo mundo só quer ser: dono de pousada, dono de locadora de carros, dono de restaurante, então assim, esse é um problema de maneira geral do lugar que passa a viver em função do turismo, se tiver algum colapso na atividade turística ninguém vai saber o que fazer porque não tem subsistência.

Nesse caso, tem-se o nível moderado para este critério de análise uma vez que é notório, a partir das entrevistas e de observações *in loco*, a contribuição da atividade turística na economia local.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Participação da atividade turística na economia local	O turismo não representa relevância para a economia local	O turismo é importante para a economia, mas o percentual de participação da atividade na economia local ainda é baixa	O turismo é essencial para a economia	O turismo é essencial para a economia local além de representar um fator importante para incentivo ao empreendedorismo

Quadro 102 - Matriz de parâmetros, participação da atividade turística na economia local;
Fonte: Dados da pesquisa.

A **geração de empregos** representa o último critério de análise da dimensão econômica da sustentabilidade de Fernando de Noronha. Assim, tem-se que os empregos na Ilha são oferecidos em duas modalidades: os empregos fixos, oferecidos a moradores permanentes da Ilha, e os empregos temporários, os quais são contratados funcionários do continente por tempo determinado de serviço, não tendo esta estabilidade no emprego (ELABORE, 2008).

Segundo dados do estudo de capacidade de suporte da APA de FN, os serviços de táxis consistem no tipo de serviço que mais emprega pessoas no setor turístico da Ilha, sendo todos os motoristas ilhéus ou moradores que possuem residência fixa em FN (ELABORE 2008). A tabela 01 representa o percentual de empregos fixos e temporários por setor disponibilizados pelos empreendimentos em 2008.

¹³ Serviços citados pela entrevistada: provedor de internet, segundo ela só tem uma empresa que não consegue prestar um serviço adequado por causa da demanda; fretes de barco, há um processo de licitação do serviço que reduz o número de barcos aumentando o preço das mercadorias.

Setor	Temporários	Permanentes	Total
Comércio	22	37	59
Alimentação	252	148	400
Hospedagem	132	115	247
Apoio	131	229	360
Total	537	529	1066

Tabela 01: Relação de empregos temporários e permanentes por setor em 2008;
Fonte: Elabore (2008).

O setor de apoio foi considerado como a soma dos serviços prestados aos turistas, tais quais auditórios, delegacia de polícia, hospitais, postos de saúde, postos de abastecimento de veículos e oficinas de veículos/borracharia (ELABORE, 2008).

Sendo assim, observando a tabela 01 tem-se uma quantidade maior de funcionários temporários do que de funcionários permanente, ainda que a diferença se mostre pequena, apenas oito empregos. O setor de alimentação é o que emprega mais na Ilha, e por sua vez, o que possui também o maior número de empregos temporários, sendo a diferença de mais de cem funções.

É importante ressaltar a passagem do depoimento do entrevistado 06 sobre as ocupações dos ilhéus e os trabalhadores temporários que chegam na Ilha:

Na Ilha, nós temos cerca de 2.600 habitantes no total aproximadamente, 4.000 pessoas num total entre permanente e flutuantes que são as pessoas que chegam, o que acontece é que a grande maioria das pessoas da Ilha que estão aptas a trabalhar, logo tem um negócio, tem moto pra alugar, tem *buggy* pra alugar, vive de guia, vive de... trabalhando em embarcação, né? comandante de embarcação, motorista, tem muitas pessoas da Ilha trabalhando como motorista, né? guia, motorista guia, guia motorista, você vai ali na praia do Sueste por exemplo você vê vários meninos aqui da Ilha ali esperando turista pra fazer mergulho de apinéia, então os demais estão trabalhando independentes, né? autônomo, porque tem oportunidade sabe? Tem oportunidade se você disser na Ilha hoje que está desempregado ou que está passando necessidade por falta de oportunidade de trabalhar eu não conheço, só se você realmente não tiver coragem de trabalhar... trabalho não falta...

O entrevistado segue argumentando que, devido à falta de qualificação de mão-de-obra é necessário contratar funcionários do continente, o que ocasiona uma explosão demográfica no destino. Ainda, de acordo com o respondente, há projetos para incentivar cursos de capacitação e treinamento para os trabalhadores locais, porém os trabalhadores temporários é quem terminam por usufruir destes.

Porque a mão-de-obra que você precisa ela precisa ser uma mão-de-obra qualificada é tanto que hoje e gente está fazendo bastante qualificação, mas a qualificação que a gente faz, na maioria das vezes as pessoas que estão fazendo curso pelo SEBRAE por exemplo, são pessoas que estão aqui na Ilha trabalhando, e essas pessoas entendem que pra fazer um curso desses lá fora, não é fácil e elas... não é todo dia que se consegue, tem que pagar um certo valor e em Noronha isso é cobrado apenas uma taxa, cobramos hoje

30,00 reais e você faz o curso do mesmo jeito que faz lá no Continente né? aí o pessoal da Ilha mesmo assim são poucos que vão vai muito o pessoal de fora porque eles não tem essa oportunidade lá fora e aqui eles têm essa oportunidade aí elas pá, quando vêem que tem a oportunidade vai lá porque sabe que pra eles, se eles voltarem pro continente aquilo vai ser de grande valia, já as pessoas da Ilha não generalizando algumas pessoas, não tem esse conhecimento, essa visão, e aí fica disperso e vem e vai e você tem que fazer aquele trabalho de ir lá dá aquele puxão de orelha, aquela alavancada pra poder o cara ir lá e... tem que sempre tá buscando essa coisa pros jovens, não é? Pro nativo, está sempre buscando essa oportunidade né?

Assim sendo, este critério de análise apresentou nível moderado diante os parâmetros estabelecidos na matriz a seguir.

	Inexistente	Fraco	Moderado (2)	Forte
Geração de emprego	Não há nativos empregados em empreendimentos turísticos;	Há nativos empregados nos empreendimentos turísticos mas, mas a mão de obra externa é maior que a local;	Há nativos empregados nos empreendimentos turísticos e observa-se um equilíbrio entre o a mão-de-obra externa e a mão-de-obra local;	Há desequilíbrio em relação à mão-de-obra externa e local, sendo a local mais presente e esse desequilíbrio acontece devido a intensa capacitação dos nativos facilitada pelo destino turístico;

Quadro 103 - Avaliação do critério de análise: geração de emprego;
Fonte: Dados da pesquisa.

A dimensão econômica da sustentabilidade de Fernando de Noronha apresenta um resultado moderadamente satisfatório uma vez que resultou em 57,14% na avaliação dos critérios de análise estabelecidos nesta dimensão com base nos indicadores também propostos.

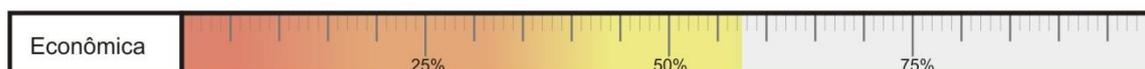
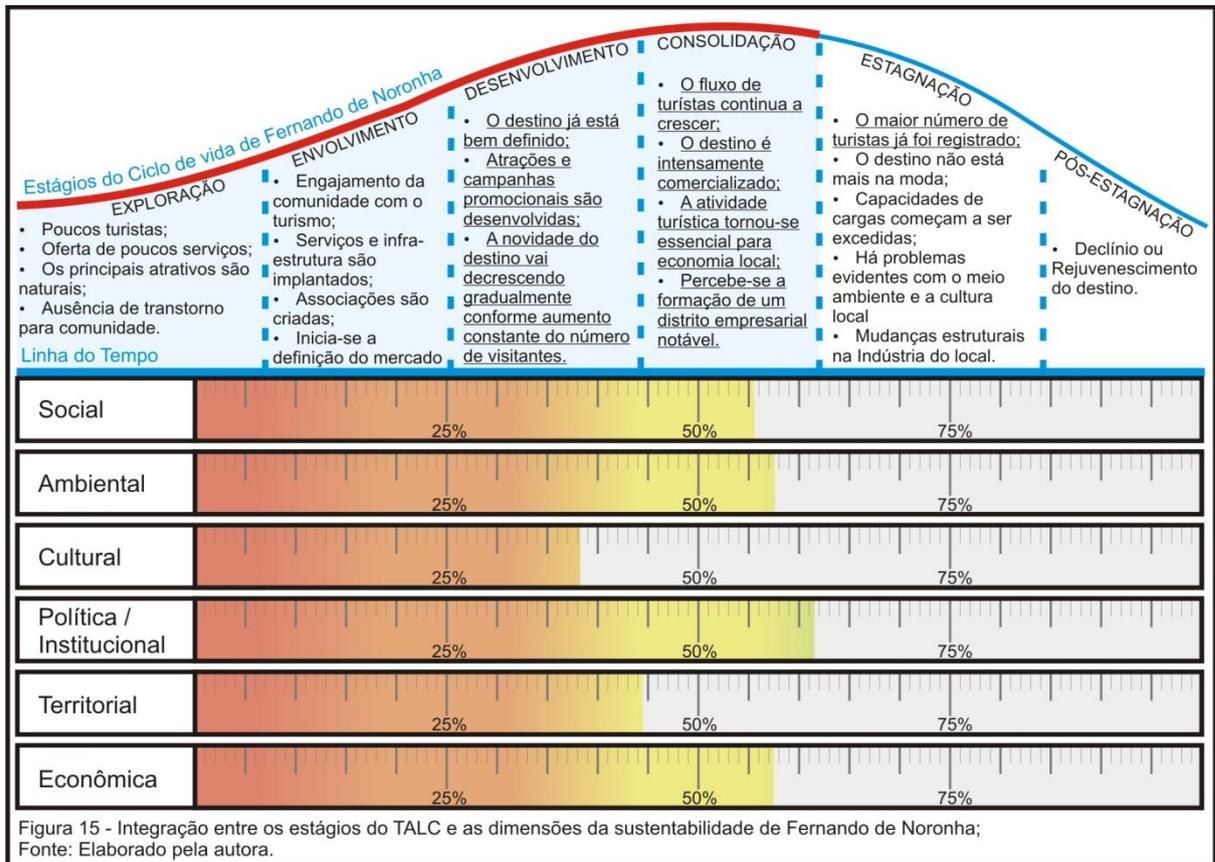


Figura 15: Representação gráfica da avaliação da dimensão econômica da sustentabilidade;
Fonte: Dados da pesquisa.

Uma vez, realizadas as avaliações das seis dimensões da sustentabilidade, faz-se necessário interpretar e discutir os resultados com base no referencial teórico apresentado, por isso na sessão seguinte tem-se a discussão dos resultados.

5 Discussão dos Resultados

O objetivo desta seção é entender como os resultados obtidos no estudo estão inseridos no marco teórico consultado pela pesquisadora. Nesse sentido, a discussão girou em torno da aplicação da proposta de integração do TALC às dimensões da sustentabilidade no caso selecionado. Sendo assim, a representação gráfica da integração do TALC em Fernando de Noronha é demonstrada na figura 15 a seguir.



Em relação à aplicação do TALC, foi necessário delinear os principais indicadores de cada fase proposta no modelo por Butler (1980). Percebeu-se que o Arquipélago de Fernando de Noronha, apresenta um crescimento da atividade turística rápido e recente tendo como seu principal marco o ano de 1988 quando volta à tutela do Estado de Pernambuco.

Porém, o fluxo de turistas ao longo dos anos não foi o único critério de análise do ciclo de vida de FN. Como sugerido por Agarwal (1997) e Barros (2005) basear-se no número de visitantes limita a investigação, uma vez que exclui a influência de fatores exógenos sobre o destino turístico. Tal recomendação se mostrou válida, na medida em que os acontecimentos analisados em FN possibilitaram compreender aspectos relacionados à transformação do turismo em Fernando de Noronha, como por exemplo, a transição do ciclo de criação das

hospedarias domiciliares para a implantação de estabelecimentos hoteleiros de luxo, alterando gradativamente o perfil do turista e o “produto turístico” do destino.

Outro achado importante que encontra-se vinculado aos argumentos de Argawal (1997) consiste na sobreposição dos estágios. A dificuldade em se estabelecer o início e fim de cada fase do ciclo foi constatado pela pesquisadora uma vez que os marcos históricos contribuíram para a transição entre um estágio e outro, mas não necessariamente significaram mudanças drásticas no destino, como por exemplo a indefinição do fim do estágio de desenvolvimento, constatou-se que esse estágio perdura até os dias atuais, pois o destino apresenta simultaneamente todos os indicadores tanto do estágio de desenvolvimento como da fase de consolidação do ciclo de vida.

Assim, os estágios mais importantes do TALC, desenvolvimento e consolidação (BUTLER, 1980), equivalem ao momento atual de FN. Segundo Butler (1980) é essencial que nessa fase a gestão e os atores locais do lugar decidam respeitar os limites dos atrativos turísticos para que a ascensão do destino dure o maior tempo possível. O respeito aos limites do destino significa estabelecer metodologias de capacidade de carga e controlar o número de visitantes (BUTLER, 1980).

Porém, em Fernando de Noronha observou-se que, embora haja controle diário do número de visitantes no aeroporto onde é permitido a chegada de até 450 passageiros por dia, este limite não encontra-se fundamentado em métodos de capacidade de carga para atrativos turísticos, faz parte do controle social do Arquipélago e não do planejamento da atividade turística. Logo, os estágios de desenvolvimento e consolidação do ciclo de vida presenciados atualmente pelo destino não estão sendo monitorados como sugerido por Butler (1980) e Barros (2005).

No que se refere à análise da sustentabilidade de Fernando de Noronha reitera-se os posicionamentos de Rodríguez, López e Estévez (2007) acerca da impossibilidade do TALC apresentar resultados capazes de gerar informações que forneçam subsídios aos tomadores de decisão para que esses sigam em direção ao desenvolvimento sustentável. Logo, as análises das dimensões da sustentabilidade a partir de indicadores e critérios de análise possibilitou a avaliação de cada dimensão conforme recomendações de Delamaro et al. (2002).

Os resultados encontrados na análise da sustentabilidade enaltecem os argumentos de indissociabilidade entre as dimensões (FOLADORI, 2005) de maneira que, indicadores e critérios de análise encontram-se sobrepostos cabendo ao pesquisador definir ou interpretar onde deve ser analisado cada um.

Assim, com base nas avaliações das dimensões da sustentabilidade conforme a figura 15 tem-se que a dimensão política-institucional se apresentou como o melhor resultado dentre o grupo de seis dimensões que também foram avaliadas. Dos seis critérios de análise estabelecidos para essa dimensão apenas um apresentou resultado fraco, enquanto os outros cinco foram avaliados como moderados. A participação da população no processo de tomada de decisão mostrou-se o critério de análise mais deficiente do grupo analisado.

Sendo assim, a participação da comunidade não deve ser focada apenas no processo de tomada de decisão ou escolha de representantes públicos. É também necessário que a comunidade desenvolva a capacidade de definir seus próprios problemas (BARTHOLO, 2009) e ainda ser capaz de negociar e mediar os conflitos de interesses que sempre estarão presentes nos destinos turísticos (BENI, 2006). Por isso, o resultado encontrado na avaliação da dimensão política-institucional demonstra que, ainda que haja articulação entre os atores locais, mesmo que incipiente, há o potencial para que eles identifiquem seus problemas e avancem em direção às negociações dos conflitos de interesses, uma vez que a presença da matriz inter-institucional, ilustrada pelo entrevistado 12, “obriga” o diálogo entre as partes por meio de conselhos, associações e projetos desenvolvidos em parcerias entre essas instituições, ou seja, é a capacidade de articulação dos atores locais que vai definir um cenário ainda melhor para o destino em relação aos aspectos políticos-institucionais.

Já a dimensão cultural de Fernando de Noronha apresentou o pior resultado comparado às demais dimensões. Analisando as causas do desempenho dessa dimensão, tem-se principalmente o fato dos elementos culturais não estarem vinculados ao produto turístico. Como analisado por Falcão, Santos e Gómez (2009) a cultura de um local tem o potencial de inovar a atividade turística criando mecanismos que adicionem ao “produto” turístico diferenciais culturais. Assim, a estruturação dos elementos históricos e culturais de um destino deve ter o poder de atrair o turista tanto quanto as paisagens, o clima e a tranquilidade do lugar, o que não foi constatado em FN.

Observando por esse prisma o critério de análise interesse dos visitantes pela cultura local apresentou a pior avaliação do critério da dimensão cultural. Tal avaliação contemplou prioritariamente a capacidade do destino em incentivar os visitantes a irem à FN por causa também dos seus elementos culturais.

A promoção cultural do destino, conscientização do valor cultural, abandono de atividades tradicionais devido ao turismo e a coesão entre a comunidade e a promoção da cultura compõem o conjunto de critérios de análise que também foram responsáveis pelo desempenho negativo dessa dimensão. É importante que sejam identificados os principais

fatores que causaram essas avaliações em relação à cultura em FN para que estratégias e ações sejam realizadas com a finalidade avançar em direção a sustentabilidade cultural.

Ainda que não tenham alcançados os níveis ideais na avaliação os critérios mais bem posicionados consistem nos elementos (materiais e imateriais) da identidade cultural, e conservação/preservação e uso do patrimônio histórico. O nível moderado estabelecido para ambos reflete por um lado a identificação, pela pesquisadora, do potencial turístico dos elementos culturais, porém, estes ainda não estão inseridos no produto turístico, e por outro as limitações da preservação do patrimônio histórico devido à falta de articulação entre os atores locais em prol da conservação e preservação do patrimônio histórico, embora o projeto do acervo documental de FN seja considerado um aspecto positivo desse critério de análise.

Outra dimensão que apresentou um resultado pouco satisfatório como a dimensão cultural foi a territorial. Constatou-se que a principal limitação de FN atualmente gira em torno da insuficiência de espaço para comportar a atividade turística e o crescimento demográfico.

A fiscalização de construções, mobilidade/acessibilidade, loteamento do território e articulação dos atores locais para evitar ocupações irregulares foram os critérios de análise avaliados como fracos. Assim, a ausência de um padrão ou planejamento acerca das tipologias de construções mais adequadas, as fragilidades da malha viária quanto as adequações e conservação das vias somado a falta de zoneamentos pré-determinados que potencializasse o funcionamento do destino turístico e a fragilidade da articulação dos atores locais para seguirem avançado em direção a um objetivo comum, se apresentaram como os principais fatores limitantes dos critérios de análise supracitados.

A falta de diretrizes para instalação de estabelecimentos turísticos consiste no principal aspecto limitador da avaliação do critério de análise disposição dos serviços turísticos no destino, tendo apresentado um resultado médio assim como a pressão imobiliária sob os lotes que apesar de ser percebida como intensa a disputa pela concessão dos lotes observou-se também o controle rígido em relação a ocupação em áreas impróprias uma vez que é essas são monitoradas por órgãos federais e estaduais.

As dimensões social, ambiental e econômica foram avaliadas como dimensões moderadamente satisfatórias, sendo a ambiental a que apresenta a melhor performance comparada as três já citadas.

O aspecto mais limitante da dimensão ambiental é a inexistência de metodologias de capacidade de carga para os atrativos turísticos. Embora, haja controle do número de entradas e saídas de turistas que chegam de avião, o limite estipulado pela administração do

Arquipélago não encontra-se fundamentado em metodologias capazes de estipular o número e tempo de visitas ideais em cada atrativo.

Chamam atenção também critérios como: a gestão da energia, a poluição sonora e a gestão e uso da água que foram avaliados como critérios fracos. Os gestores de FN reconhecem a potencialidade do local para exploração de fontes renováveis de energia elétrica como, turbinas eólicas e energia solar, porém a energia gerada através de recursos não renováveis como o óleo diesel ainda representa 95% do consumo da Ilha. Já a poluição sonora é ocasionada principalmente pelo aumento no número de veículos como caminhonetes e *buggys* o que compromete a tranquilidade dos turistas principalmente no centro de FN e seus arredores. A gestão e uso da água em FN sempre foi um aspecto limitante da população insular, portanto, com o aumento da atividade turística no destino os colapsos na distribuição de água potável têm se tornado cada vez mais frequentes.

No tocante aos critérios de análises considerados medianos têm-se: preservação dos recursos naturais, poluição visual, preparação às emergências ambientais, gestão dos resíduos sólidos e saneamento básico. Para esses devem ser observados os principais empecilhos, demonstrados pela avaliação, que impediram uma performance ideal de cada critério de análise.

Ao mesmo tempo é relevante ressaltar os dois critérios de análise que foram avaliados como fortes: a educação ambiental da comunidade e a valorização do patrimônio ambiental, ambos referentes ao indicador educação ambiental. Os eventos, ações comunitárias e engajamento das instituições de ensino do destino nas campanhas de promoção do meio ambiente consistem em aspectos imprescindíveis para a avaliação positiva apresentada por esses critérios de análise.

No tocante a dimensão social de Fernando de Noronha percebe-se que dentre os critérios de análise avaliados os principais aspectos limitantes são: o acesso à saúde e habitação ambos avaliados como fracos. As principais limitações referentes ao primeiro consiste principalmente na falta de infra-estrutura e ausência de profissionais especialistas como cardiologistas ou ortopedistas uma vez que o hospital não tem UTI, e possui apenas um médico pediatra e um clínico-geral. Essa infra-estrutura põe em risco tanto a comunidade local como os visitantes do destino em situações emergenciais.

Observa-se uma particularidade do critério de habitação devido às condições precárias de moradia entre os moradores do destino, além de desigualdade na distribuição dos terrenos e de concessões territoriais que muitas vezes acabam por contemplar moradores temporários

ocasionando, em algumas situações, o uso do território com finalidade econômica e não de habitação.

Outro aspecto relevante que deve ser observado, é o critério de análise acesso à educação. Embora tenha sido avaliado como um critério forte por ter contemplado todas as modalidades de ensino e por ter sido constatado que há oportunidade para a comunidade local frequentar a escola, discute-se aqui a necessidade de uma ampliação desse critério uma vez que a qualidade dos serviços oferecidos não foi observada, pois tanto a qualidade da educação como a diversidade de cursos técnicos e superiores oferecidos à população encontram-se atrelados a inserção da população no mercado, diminuindo a necessidade de mão-de-obra externa, como observado no critério de análise capacitação da população para o turismo.

O transporte público e a densidade de frequência turística apresentaram avaliações medianas sendo a ausência de campanhas de incentivo ao uso do transporte público atrelado a falta de demanda os principais empecilhos para um melhor resultado do primeiro e a negligência em relação a quantidade de visitantes (principalmente os de navio) no período de alta estação o fator limitante do segundo .

Assim, dos sete critérios de análise avaliados dois apresentaram resultados pouco satisfatórios como: fontes de crédito para empreendedores locais e capacitação de microempresários, de acordo com os resultados da investigação o incentivo ao empreendedorismo esbarra em aspectos burocráticos devido ao fato dos empreendedores não possuírem o empreendimento uma vez que há os processos de concessão das áreas que impendem a fluidez desse processo.

A falta de incentivo ao empreendedorismo é considerado por Sachs (2004) como um aspecto imprescindível ao desenvolvimento quando ele argumenta sobre a oportunidade de trabalho decente para todos, por isso, é importantes atentar para as implicações negativas que podem ser ocasionadas pela ineficiência dos programas de incentivo ao empreendedorismo em FN.

Os outros cinco critérios de análise da dimensão econômica foram considerados moderados. O aspecto mais relevante em relação à esses indicadores refere-se ao critérios geração de empregos no qual pode ser observado que ainda há um equilíbrio entre a mão-de-obra externa e local, porém deve-se refletir sobre ações que freiem o aumento do número de trabalhadores externos uma vez que esse fluxo tem contribuído diretamente para a o aumento da densidade demográfica de FN (BENI, 2006).

6 Conclusões, Limitações e Recomendações

Foi objetivo desse trabalho analisar a sustentabilidade do destino turístico de FN tomando como base na abordagem do ciclo de vida dos destinos turísticos e dimensões da sustentabilidade. Portanto, as conclusões acerca dessa investigação encontram-se nessa seção e serão apresentadas em duas partes, a primeira relacionada à suas conclusões e a segunda referentes às limitações e recomendações para trabalhos futuros.

6.1 Conclusões

A pergunta de pesquisa que norteou esse trabalho foi: **Como se dá a sustentabilidade do Arquipélago de Fernando de Noronha tomando como base a abordagem do ciclo de vida dos destinos turísticos e dimensões da sustentabilidade?**

Tomando como base tal questionamento foi proposta a adaptação do TALC para identificar os estágios do ciclo de vida e a sustentabilidade de um destino turístico, essa proposta de adaptação se fez necessária uma vez que verificou-se a lacuna existente entre os estágios propostos no modelo teórico e a ausência de uma análise de aspectos relacionados aos princípios do desenvolvimento sustentável, conforme exposto por Rodríguez, López e Estévez (2007).

Desse modo, ao identificar a evolução do ciclo de vida de Fernando de Noronha, constatou-se que o Arquipélago atualmente contempla todos os indicadores dos estágios de desenvolvimento e consolidação e apenas um indicador do estágio de estagnação referente ao fato do destino já ter registrado o maior número de turistas no ano de 2005.

Sendo assim, a identificação dos estágios do ciclo de vida, no qual FN encontra-se atualmente, serviu para entender primeiramente, o processo histórico de estruturação da atividade turística, além dos acontecimentos que marcam o processo de transição de um estágio para outro. Em segundo lugar, as fases de desenvolvimento e consolidação de FN são caracterizados, principalmente, pela intensidade do fluxo de turistas que dinamiza a economia local tornando o turismo imprescindível para a sustentabilidade econômica do destino. Assim, ao ser observado o desenvolvimento turístico de FN em função de seus estágios conclui-se que em 44 anos (1965-2009) o Arquipélago já apresenta indicadores de quatro dos seis estágios do TALC, evidenciando a velocidade de transição do destino nos últimos 21 anos.

Ao mesmo tempo tal velocidade implica na sobreposição das fases uma vez que constatou-se a identificação de indicadores, de estágios distintos, num mesmo intervalo de tempo.

Portanto, o diagnóstico resultante da aplicação dos indicadores TALC, obtidos nesse trabalho, inferem apenas na preocupação do destino em torno dos limites das capacidades de carga dos atrativos turísticos, se estas estão sendo respeitadas para que haja a durabilidade da atividade turística, não contemplando os pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Diante desse cenário, entender a complexidade das relações estabelecidas pela atividade turística num determinado território perpassa por questões híbridas, as quais o turismo ora é vetor de crescimento econômico, ora deve propiciar desenvolvimento à comunidade receptora. Por isso, as apropriações de modelos teóricos oriundos de estudos turísticos podem ser consideradas ferramentas importantes para a durabilidade¹⁴ da atividade turística de um determinado destino.

O problema é que na maioria das vezes o foco na dimensão econômica do turismo acarreta danos profundos no destino contribuindo para o declínio da atividade turística local. A partir dessa constatação uma nova maneira de pensar a atividade turística vem sendo intensamente discutida, tal discussão visa incluir os princípios do desenvolvimento sustentável aos estudos turísticos. Desse modo, o destino turístico passa a ser analisado não somente pelas lentes das relações comerciais peculiares ao turismo, porém são adicionados questionamentos sobre a viabilidade do atual modelo de exploração dessa atividade econômica confrontando-o com o modelo sustentável ideal para a atividade. E para tanto lança-se mão do uso de indicadores de sustentabilidade.

No entanto, o uso de ferramentas que objetivam mensurar a sustentabilidade apresenta limitações, e a principal delas consiste no fato de que estes não retratam a realidade como um todo, ou seja, a aplicação de determinados indicadores pode ser considerada apenas uma fotografia de um determinado espaço de tempo. Além disso, quando se tira uma fotografia de um lugar inevitavelmente excluem-se dela uma série de informações que podem não mostrar os demais elementos do cenário.

E, de uma certa forma, foi o que aconteceu com a análise da sustentabilidade de Fernando de Noronha, isso por que, ao se constatar através da fotografia fornecida pelos indicadores e seus critérios de análise avaliados nesse estudo, tem-se um retrato positivo da sustentabilidade do Arquipélago.

¹⁴ Neste trabalho os termos durabilidade e sustentabilidade apresentam significados distintos, sendo o primeiro relativo à duração em si da atividade turística e o segundo compreendendo à sustentabilidade em seu sentido mais amplo, nesse caso, integrada aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Observando o resultado das dimensões, nota-se um equilíbrio entre elas, uma vez que apenas duas apresentaram resultados pouco satisfatórios, enquanto as demais apresentaram níveis moderadamente satisfatórios. Com base nessas avaliações seria possível afirmar que o Arquipélago de Fernando de Noronha é sustentável ou pelo menos está caminhando em direção ao desenvolvimento sustentável.

Porém, é importante atentar para o fato de que essa fotografia da análise da sustentabilidade, não apresentou aspectos limitantes presenciados atualmente no Arquipélago, e que, justamente apontam para uma disparidade entre os resultados encontrados com a aplicação dos indicadores de sustentabilidade elegidos e utilizados com a percepção de dados que levam a crer que o caminho percorrido é o inverso e não permitem que o destino siga em direção ao desenvolvimento sustentável.

Algumas dessas percepções relacionam-se à: o fluxo de turistas em FN aumenta rapidamente enquanto a capacidade de carga de seus atrativos é negligenciada; a concessão de terras no Arquipélago passou a ser uma moeda paralela, enquanto a desestruturação familiar é um dos aspectos sociais mais sérios do local agravada pela falta de espaço físico (território) para os moradores fixos; além de que empresários do continente instalam seus negócios de luxo e sofisticação globalizando o “produto turístico”.

Se por um lado novos negócios mais sofisticados são estruturados, por outro a infraestrutura do destino para receber turistas nacionais e internacionais é esquecida pelos gestores, como as instalações do aeroporto, o despreparo profissional dos moradores que prestam serviços turísticos, ausência de sinalização em idiomas diferentes, entre outros. Tais aspectos estruturais do destino são negligenciados sob o argumento de que este é um destino de ecoturismo, em contraponto, a intensificação das vendas segue estratégias de turismo de massa.

Portanto, a partir dos aspectos apresentados, tem-se que análise da sustentabilidade apresentada nesse estudo representa uma importante contribuição para a literatura acerca de ferramentas de mensuração da sustentabilidade, porém, como tal, deve ser mais explorada principalmente em estudos comparativos para que se possa analisar como esta se comporta.

Por fim, como dito anteriormente, na busca pela sustentabilidade é imprescindível que a localidade seja analisada de acordo com seu contexto e suas demandas locais. Desse modo, os envolvidos nesse processo devem buscar adequar as ações visando o desenvolvimento considerando as oportunidades e desafios locais. Por isso, sistemas de indicadores adaptados à própria realidade devem ser visados.

Tem-se então, à primeira vista, os resultados obtidos em FN apontam para aspectos do desenvolvimento sustentabilidade de forma favorável, porém, uma análise mais pormenorizada e qualitativa, dos critérios de análise aplicados ao destino turístico, enaltece uma situação decrescente de sustentabilidade, isso significa dizer que, ao olhar para o futuro a longo prazo percebe-se nuances de uma situação mais insustentável do que a atual, apontando que a escala apresentada neste trabalho ao invés de um movimento crescente ela deverá ter um movimento decrescente.

Assim, a proposta de integração do TALC às dimensões da sustentabilidade proporcionou a possibilidade de verificar que, o crescimento do turismo em FN tornou o Arquipélago num dos principais destinos turísticos do Estado de Pernambuco, fazendo com que a intensidade do fluxo venha se mantendo constante desde 2002. Porém, ao se observar a análise da sustentabilidade, evidencia-se uma situação, que deve ser melhor analisada e observada pelos atores locais para que estratégias e ações públicas possam ser pensadas e implementadas pelos gestores.

6.2 Limitações e Recomendações

Uma das limitações do presente estudo encontra-se vinculado aos aspectos limitantes da pesquisa qualitativa uma vez que o pesquisador é o principal instrumento de coleta de dados ocasionando no risco de vieses do investigador (MERRIAM, 1998).

Outro fator limitante foi a inacessibilidade da pesquisadora à alguns gestores do Arquipélago uma vez que estes não se encontravam no destino no período da coleta de dados. Adiciona-se a isso as limitações de tempo e recursos para investigação uma vez que FN representa um destino turístico com serviços e acesso dispendiosos o que limitou o tempo no lócus de estudo para coleta de dados, ainda que algumas entrevistas e análise de documentos foram realizadas em Recife.

A adequação do TALC às dimensões da sustentabilidade se apresentou como uma proposta viável para aplicação em destinos turísticos, embora a escassez da literatura que trate as dimensões da sustentabilidade tenha sido o principal empecilho para encontrar o respaldo teórico de alguns indicadores e critérios de análise o que contribuiu com que a experiência da pesquisadora face à estudos turísticos se sobressaísse aos fundamentos teóricos consultados.

Todavia defende-se que o estudo conseguiu atender o objetivo proposto oferecendo uma análise simultânea do ciclo de vida do destino e da sustentabilidade de FN. Diante disso,

acredita-se que as recomendações a seguir se mostram relevantes para a realização de estudos futuros:

- Realizar estudos comparados sobre a análise do ciclo de vida de outros destinos turísticos;
- Ampliar a aplicação da proposta de adequação do TALC às dimensões da sustentabilidade à outros destino turísticos;
- Realizar estudos comparados entre FN e outros destinos turísticos insulares;
- Aprofundar a discussão a respeito das dimensões da sustentabilidade individualmente para que outros indicadores e critérios de análise possam ser evidenciados;

7 Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**. n. 1, p. 79-90, 1999.

ADEFN – Pesquisa de Opinião da Comunidade Noronhense. Fernando de Noronha – PE, 2005. Disponível em: <http://www.noronha.pe.gov.br/tpa/downloads/projetos/pesq-opinio.pdf> acesso em: 17 abr, 2009.

AGARWAL, S. Restructuring seaside tourism the resort life cycle. *Annals of tourism research*. v. 29, n. 1, p. 25-55, 2002.

AGARWAL, S. The resort cycle and seaside tourism: an assessments its applicability and validity. **Tourism Management**. v. 18, n. 2, p. 65-73, 1997.

ALMEIDA, M. G. de. Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões. Curitiba, Anais do VIII ENTBL, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 10, 2004.

BARRETO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, v.9, nº.20, p.15-29, Porto Alegre: outubro/2003.

BARROS., N. C. Expansão Turística, Dinâmica Espacial e Sustentabilidade das destinações no Litoral do Nordeste do Brasil. *Turismo Visão e Ação*. v. 7, n. 2, p. 241-256, maio/ago. 2005.

BARTHOLO R. S. Jr. Utilização de indicadores de sustentabilidade na análise de destinos turísticos. **Relatório Técnico Científico - CNPQ**. Laboratório de tecnologia e desenvolvimento social. UFRJ, Rio de Janeiro, jan. 2009. Disponível em: http://www.ivt-rj.net/ivt/edt/upl/relatorio_geral_cnpq.pdf acesso em 23 abr. 2009.

BELLEN, Hans Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2002. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Departamento de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2002.

BENI, M. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BENI, Mário C. Como certificar o turismo sustentável? *Revista Espaço Acadêmico*. no. 37, Ano IV, junho de 2004. Disponível em <www.espacoacademico.com.br/>

BENI, Mário Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*. 10ª. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004a.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução as teorias e aos métodos**. Porto Codex, Portugal: Porto, 1994.

BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, method, applications: a report to the Balatom Group**. Winnipeg: IISD, 1999.

BUTLER, R. Issues in applying carrying capacity concepts: examples from United Kingdom. In: COCCOSSIS, H. MEXA, A. **Planning and management for tourism growth is becoming essential in the context of sustainable development**. 1. ed. 2004, cap. 7 p. 135-150.

BUTLER, R. Sustainable Tourism: A State-of-the-Art Review. **Tourism Geographies**. v.1, p. 7-25, 1999.

BUTLER, R. The Concept of Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. **Canadian Geographer**. v.24, n.1, p. 5-12, 1980.

BUTLER, R. Tourism in the future: cycles, waves or wheels? **FUTURES**, 2009. disponível em: <www.elsevier.com/locate/futures>. Acesso em: 31 mar. 2009.

CARVALHO, L. F. **Impactos do Turismo no Arquipélago de Fernando de Noronha: um Estudo no Caminho do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: USP, 1999 – Monografia do Curso de Graduação de Turismo.

CHAMBERS R.; CONWAY G. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century**. Institute of Development Studies Discussion Paper, n. 296, 1992.

CHOI, Hwan-suk Chris; SIRAKAYA, Ercan. Measuring Residents' Attitude toward Sustainable Tourism: Development of Sustainable Tourism Attitude Scale. **Journal Of Travel Research**, p. 380-394. Maio 2005.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R. SANSOLO, D. G. BURSZTYN I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 277-288.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Revista Pasos**, v. 1, nº 2, 2003.

DELAMARO et al. Turismo nas fazendas históricas do Vale do Paraíba Fluminense: Um estudo sobre a sustentabilidade. **Caderno Virtual de Turismo**. V. 2, N. 4, 2002.

DROULERS, M. e MILANI, C. R. S. **Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal - Cabo Verde**. Paris: UNESCO, 2002.

EGLER, Claudio A. G.; RIO, Gisela A. Pires do. Turismo e Desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro. In: VIII Encontro Nacional De Turismo Com Base Local. Anais do VIII ENBTL, Curitiba, 2008

ENDRES, A. V. Sustentabilidade e ecoturismo: conflitos e soluções a caminho do desenvolvimento. **Turismo em análise**. V. 9, n. 1, mai, 1998.

ETCHNER, C. M.; JAMAL, T. B. The disciplinary dilemma of tourism studies. **Annals of Tourism Research**. V.24, n.4, p. 868-833, 1997.

FALCÃO, M. C. F.; FARIAS, C. S.; GÓMEZ C. R. P. **Indicadores de Sustentabilidade para Destinos Turísticos: Uma Análise Comparativa.** In: XI Encontro Nacional de Gestão e Meio Ambiente (ENGEMA), 2009, Fortaleza.

FALCÃO, M. C.; GÓMEZ C. R. P. **O Modelo de Ciclo de Vida de Áreas Turísticas x A sustentabilidade do Destino Turístico: Uma Alternativa para Gestão do Turismo Sustentável.** In: XI Encontro Nacional de Gestão e Meio Ambiente (ENGEMA), 2009, Fortaleza.

FALCÃO, M. C.; GÓMEZ, C. R. P. **Quando o desenvolvimento Turístico não Acontece: O caso da Ilha de Itamaracá, Pernambuco - Brasil.** In: XI Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2009, Salvador.

FALCÃO, M. C.; SANTOS, C. F. O. ; GOMEZ, C. R. P. . **Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais: Inovação e Desenvolvimento para Destinos Turísticos - O Caso de Porto de Galinhas, Brasil.** Pasos (El Sauzal) **JCR**, v. 7, p. 433-450, 2009.

FARIA, D. M.C. P. Impacto do turismo em um destino a partir da perspectiva da economia convencional e ecológica. **Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo.** v. 2, n. 3, set. 2007.

FERNADO DE NORONHA, 2009. Site institucional. Disponível em: <http://www.noronha.pe.gov.br/popups/organograma.html> acesso em: 25 mar. 2009.

FLICK, Uwe. Observação, etnografia e métodos para dados visuais. In: Flick, Uwe. Uma Introdução a pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 171-175.

FOLADORI G. **Sustentabilidad Alternativa.** Uruguay: Coleccion Carbichui, 2005

FRANKLIN A. e CRANG M. The trouble with tourism and travel theory?. **Tourists studies**, v.1, p. 5-22, 2001.

FURTADO, C. **Em busca de um novo modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea.** São Paulo: Paz e Terra, 2 ed. 2002.

GODOI, Christiane K.; MATTOS, Pedro L. C. L. de. Análise de entrevistas não estruturada: da formalização à pragmática da linguagem. In: Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da.; (org). São Paulo: Saraiva, 2006.

HALL, C.M., WILLIAMS, A.M. e LEW, A.A. Turismo: Conceitos, instituições e temas. In: LEW, Alan A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M. **Compêndio do Turismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 2004. Cap. 1, p. 23-41.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. **Ambiente e Sociedade** v.1, n. 2, 1998, p.77-99.

HOVINEN, G. R. Revisiting the destination lifecycle model. **Annals of Tourism Research**, v. 29 n. 1, p. 209–230, 2002.

IBGE. **IBGE Cidades.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acesso em: 20 abr. 2009.

- IRVING, M. A. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade . **Cadernos de Pesquisa**,
- JAFARI, J. El Turismo como Disciplina Científica. **Política y Sociedad**. V. 42 n. 1 p. 39-56, 2005.
- KÖRÖSSY, N.L. Turismo e Recursos Hídricos no Arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco – Brasil). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.
- LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?. Proposta, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. O discurso da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista Política e Trabalho**, nº. 13: 201-222, João Pessoa: PPGS/UFPB, setembro/1997.
- LIMA, Manolita C. Tipos de pesquisa e técnicas de coleta de materiais – a pesquisa bibliográfica. In: _____. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 37- 49. Capítulo 3.
- LUNDTORP, S. and WANHILL, S. (2001). “The Resort Lifecycle Theory: generating processes and estimation”. **Annals of Tourism Research** (28), pp. 947-964.
- MAMBERTI, Marina M. S.; BRAGA, Roberto. Arranjos Produtivos Turísticos e Desenvolvimento Local. In: Seminário Internacional O Desenvolvimento Local Na Integração: Estratégias, Instituições Políticas, v. 1, Rio Claro: Unesp, 2004.
- MARTINS, Maria de Fátima; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM): metodologia de cálculo e análise do IDSM e a classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos**. João Pessoa: Sebrae, 2008.
- MATTOS, Pedro L. C. L.de. Análise de entrevistas não estruturadas: da formalização à pragmática da linguagem. In: **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da.; (org). São Paulo: Saraiva, 2006. p.347-373.
- MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. **Eviron Impact Asses Rev**. v. 18, p. 493-520, 1997.
- MELO et al. Importância das políticas públicas no desenvolvimento do turismo sustentável no Arquipélago de Fernando de Noronha. **Anais do II SEMinário Interacional de Turismo Sustentável**, Ceará, mai. 2008.
- MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional do Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

NORONHATUR. Mapa de Fernando de Noronha. Disponível em: <http://www.noronhatur.com.br/spanish/mapa-fernando-de-noronha-sp.html> acesso em: 05 abr. 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2007.

OMT, 2009. **Tourism Vision 2020**. Disponível em: <http://www.unwto.org/facts/eng/vision.htm>, acesso em: 02 fev. 2009.

OMT. Agenda 21 for the travel and tourism industry: towards environmentally sustainable development. Madri, 1994.

PAIVA, Maria das Graças Menezes V. **Sociologia do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

PATTON, M. Q. **Qualitative Research and Evaluation Methods**. London: Sage Publications, 2002.

PERNAMBUCO PARA O MUNDO: Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco. Disponível em: <http://setur.pernambuco.googlepages.com/PlanoEstrategicodeTurismodePE.pdf> acesso em 20 abr. 2009.

RATNNER, H. Sustentabilidade - Uma Visão Humanista. **Ambiente & Sociedade**, v.2, n. 5, p. 233- 240, 1999.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, J. D.; BURSZTYN, M. A. **A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local**. Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 7, n. 11, set. 2005.

RODRÍGUEZ, J. R. O. LÓPEZ, E. P. e ESTÉVEZ V. Y. The sustainability of island destinations: tourism area life cycle and teleological perspectives. The case of Tenerife. **Tourism Management**. v. 29, p. 53-65, 2008.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. **Revista eletrônica do mestrado em Educação Ambiental**. v. 10, p. 39-50, 2003.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, I. Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Claudinete F. O. et al. Políticas públicas para o turismo sustentável: uma análise do cenário pernambucano. In: X Encontro Nacional de Gestão e Meio Ambiente. Anais do X ENGEMA, Porto Alegre, 2008.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Pequena Empresa Predomina na Cadeia Produtiva do Turismo. 2007. Agência SEBRAE de Notícias. Disponível em: < <http://asn.interjornal.com.br>>. Acesso em 01 jan. 2007.

SELVA, Vanice. Le Tourisme Et La Rédefinition De L'espace Des Communautés Du Littoral Nord-Est Du Brésil. In: Jorge Umbelino. (Org.). **Soutenable Tourism**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000, v., p. 259-268.

SEPÚLVEDA, et al. **Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de los territorios rurales (El Biograma)**. Brasília: IICA, 2005.

SETUR – SECRETARIA DE TURISMO DE PERNAMBUCO. Destinação PE. Disponível em: < <http://www2.setur.pe.gov.br/web/setur/home>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

SHIKI, Simone de Faria Narciso. Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: sustentabilidade do turismo no Nordeste Brasileiro. **Tese** (doutorado). Universidade de Brasília: Brasília, 2007.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: Ambigüidades de um conceito difuso. Cadernos Ebape. BR, v.4, nº.4, Dez 2006. disponível em: www.ebape.fgv.br/cadernosebape. Acesso em: 27 nov. 2008.

SMITH, S. L. J. A dimensão do turismo global: velhos debates, novos consensos e desafios contínuos. In: LEW, Alan A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M. **Compêndio do Turismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. Cap. 2, p. 45-55.

SNEDDON, C.; HOWARTH, R. B.; NORGAARD, R. B. Sustainable development in a post-Brundtland world. **Ecological Economics**. v. 57, p. 253-268, 2006.

SOUZA T. M. M. de; BRAGA, T. M. Desenvolvimento via turismo: um enfoque sobre mitos e possibilidades a partir dos modelos adotados em Búzios, Guarapari e Mata de São João. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. v.7, nº.12, p.59-68, Salvador: julho/2005.

THEODORO, S. H. Uma Crise Anunciada. In: **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

TOOMAN, L.A. Applications of the lifecycle model in tourism. **Annals of Tourism Research**. v. 24, p. 214-234, 1997.

TRIBE J. The indiscipline of tourism. **Annals of Tourism Research**. V.24, n.3, p. 638-657, 1997.

VECCHIATTI, K. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura**. São Paulo em Perspectiva. v. 18, n. 3, jul./set. 2004, p.90-95.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGARA, S. C. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. 3 ed, São Paulo: Atlas, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. Começando a definir a metodologia. In: VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 5-8.

WEAVER, D.B. A broad context model of destination development scenarios. **Tourism Management**. V.21, n. 3, Jun. 2000, p. 217-224.

WIDMER, G. M. O título de patrimônio da humanidade e seus efeitos sobre o turismo em Fernando de Noronha. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.

Apêndice A – Roteiro de Entrevistas

Ciclo de Vida e Dimensões da Sustentabilidade

Objetivo B: Identificar a evolução do ciclo de vida Fernando de Noronha de acordo com os indicadores do TALC

- 1- Que documentos podem auxiliar a observar a trajetória da atividade turística em Fernando de Noronha?
- 2- Que acontecimento você acredita ter marcado o início da intensificação do turismo no Arquipélago? Qual foi o ano desse acontecimento?
- 3- Na sua opinião, que outros acontecimentos ao longo do tempo marcaram o turismo de Fernando de Noronha?
- 4- De acordo com o modelo de ciclo de vida dos destinos turísticos tem-se a seguinte figura (explicação da figura 02 e do TALC), você conhece algum destino turístico que seguiu esse gráfico? Qual?
- 5- Em que estágios demonstrados na figura você acha que Fernando de Noronha se encontra? Por quê?
- 6- Quais os principais transtornos causados pelo turismo atualmente?
- 7- Em relação a infra-estrutura turística, como essa foi sendo implementada no Arquipélago?
- 8- Quais os anos de implementação de serviços de água, energia, telefone, televisão, etc?
- 9- Já existia a presença de visitantes no período anterior às instalações desses serviços?

Objetivo D – Analisar cada dimensão da sustentabilidade com base em matrizes de parâmetros elaboradas individualmente para cada uma das dimensões.

Dimensão Social

- 1- Como você analisa questões de acesso a saúde e educação do distrito?
- 2- Há algum tipo de programa público preventivo de saúde?
- 3- Como é o atendimento público em caso de doença? E em caso de emergência?
- 4- Quais os níveis de ensino das escolas públicas do destino?
- 5- Qual a porcentagem de crianças na escola? Há vagas para todo mundo?
- 6- Quais os aspectos limitantes em relação a infra-estrutura da escola?
- 7- Existe a preocupação de valorizar a cultura local na escola? Como são realizadas tais ações?
- 8- Como funciona o serviço de transporte público no destino? quais suas principais limitações? Atende a todos?
- 9- Em relação a habitação dos moradores locais, há um planejamento específico que contemple o processo de habitação desses?
- 10- Há ocupação de habitações em lugares impróprios? Elas devem obedecer um padrão pré-estabelecido?
- 11- Os nativos são fornecedores de insumos e/ou serviços?
- 12- O que tem sido feito para aumentar a participação deles na economia local?
- 13- Você percebe migração de muitos trabalhadores para ocupar empregos relacionados a atividade turística?
- 14- Quais os cursos oferecidos para capacitação da população no setor de turismo?

Dimensão Ambiental

- 1- Como se dá o processo de educação ambiental no Arquipélago? quais eventos e ações executadas no destino que objetivam promover a consciência ambiental?
- 2- Como vocês encontram-se articulados com as instituições de ensino do Arquipélago?

- 3- Que outras entidades contribuem para promoção da educação ambiental tanto de visitantes como de moradores?
- 4- Você acredita que a população encontra-se mobilizada em prol do meio ambiente? Como?
- 5- Há projetos ou ações que possam ilustrar isso?
- 6- Você percebe a pressão de investidores para construção de empreendimentos turísticos no Arquipélago? Pode dar um exemplo?
- 7- Na sua opinião a legislação ambiental em FN é fiscalizada e cumprida?
- 8- Quais as principais dificuldades para que sejam mantidas regularidade nas fiscalizações?
- 9- Há estudo de capacidade de carga dos atrativos naturais de FN?
- 10- Como se dá o processo de monitoramento dos atrativos naturais?
- 11- Você já percebe algum atrativo que possua sua capacidade de carga excedida?
- 12- Quais os riscos ambientais existentes em FN?
- 13- Como se dá o processo de coleta e destinação do lixo em FN?
- 14- Quais as principais fontes de energia do Arquipélago? O que tem feito para se reduzir o impacto ambiental da produção de energia?
- 15- Em relação a água, representa um problema para o destino?
- 16- Existe colapsos recorrentes? Se sim, quais os meses mais afetados?

Dimensão Cultural

- 1- Na sua opinião qual o principal atrativo cultural?
- 2- Na sua opinião a cultura faz parte do “produto turístico” de FN? Como?
- 3- Que elementos poderiam ser mais enfatizados?
- 4- Quais os principais eventos promovidos pela população?
- 5- Você consegue perceber atividades tradicionais que deixaram de ser realizadas por causa do turismo?
- 6- Existe algum projeto ou ação que promova a cultura local? Qual? Como?
- 7- A comunidade está articulada para promoção da cultura?
- 8- Qual a situação dos principais atrativos históricos e culturais?
- 9- Os visitantes se interessam pela cultura local? Quais manifestações são mais valorizadas?
- 10- Como você percebe a promoção cultural de FN?

Dimensão Política-Institucional

- 1- O poder público abre espaços participativos para discussão do turismo? qual?
- 2- O planejamento da atividade turística é discutida de forma ampla de acordo com seu ponto de vista?
- 3- Há um canal de comunicação entre a comunidade e o poder público? Como isso acontece?
- 4- Quais os principais conflitos de interesse existentes no destino?
- 5- Quais os mecanismos existentes para que esses interesses sejam negociados?
- 6- Quais os principais atores locais do destino?
- 7- Quais as principais entidades ligadas à atividade turística? Como está sendo o desenvolvimento das atividades destas?
- 8- Na sua opinião, há articulação desses atores em prol de objetivos comuns?
- 9- A população elege seus representantes? Como?

Dimensão Territorial

- 1- Como se dá o processo de construção? Há diretrizes ou especificam padrões de construções no destino?
- 2- Como se dá o processo de fiscalização dessas construções?
- 3- A instalação de empreendimentos turísticos é planejada? Á zonas específicas de acordo com a natureza dos estabelecimentos?

- 4- O que é feito para evitar o desordenamento urbano?
- 5- Como se deu o processo de loteamento dos territórios?
- 6- Quais as principais pressões em relação a ocupação destes lotes?
- 7- Você percebe a presença de imobiliárias no destino? há especulação imobiliária por causa da intensa demanda por lotes?
- 8- Qual controle que a gestão realiza para evitar que a especulação imobiliária termine por ocasionar ocupações irregulares?
- 9- A comunidade se organiza para evitar ocupações irregulares? Como?

Dimensão Econômica

- 1- Há fontes de créditos para empreendedores locais?
- 2- Há campanhas de incentivo ao micro e pequeno empresário?
- 3- Há cursos, eventos e treinamentos para os micro e pequenos empresários locais?
- 4- Os empresários são locais? há a presença de muitos investidores externos?
- 5- A maioria os empreendimentos do destino são de propriedade de empresários da comunidade?
- 6- Quais os maiores estabelecimentos? Eles são de empresários locais?
- 7- A infra-estrutura turística, na sua opinião, atende as necessidades de turistas e visitantes?
- 8- Quais as principais limitações dessa estrutura?
- 9- A sazonalidade é um problema para os empresários?
- 10- Quais os meses mais afetados?
- 11- Como vocês fazem para diminuir os efeitos da sazonalidade?
- 12- Você já viu algum empreendimento fechar por causa da sazonalidade?
- 13- Há cursos, eventos e/ou treinamentos que ajudem o empresário a lidar com os efeitos da sazonalidade?
- 14- Na sua opinião o turismo é essencial para a economia local? Porque?
- 15- A geração de emprego provoca a migração dos trabalhadores de outras localidades?

Apêndice B – Protocolo de Observação Palestras do Projeto TAMAR em FN

Local Visitado: _____

Tema da Palestra: _____

Palestrante: _____

Data: _____ Hora: _____

Ambiente Físico

Média de participantes por palestra

Conteúdo da palestra – Importância e contribuição para educação ambiental dos visitantes e moradores

Visitante e/ou Moradores e suas Interações

Acessibilidade dos palestrantes

Qualidade das informações – Baseadas em trabalhos científicos e/ou em fatos empíricos

Reflexões do Pesquisador

Apêndice C – Protocolo de Observação Reunião do Conselho da APA

Local Visitado: _____

Natureza do evento: _____

Data: _____ Hora: _____

Ambiente Físico

--

Média de participantes na reunião e entidades que representam

--

Conteúdo e pautas discutidas durante a reunião

--

Interação dos participantes

--

Acessibilidade do presidente do Conselho

--

Qualidade das discussões – Colaboração das discussões para a solução dos problemas apresentados

--

Reflexões do Pesquisador

--

Apêndice D – Protocolo de Observação do Critério de Análise: Poluição Visual

Local Visitado: _____

Data: _____ Hora: _____

Ambiente Físico

Disposição de placas, *outdoors*, presença de pontos comerciais desorganizados nas calçadas e ruas

Locais mais afetados com a poluição visual

Presença de pontos comerciais desorganizados, nas praias e atrativos naturais

Reflexões do Pesquisador

